



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

GÊNISSON LIMA DE ALMEIDA

**ESTRATÉGIAS DE (RE)EXISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA
RESINA E DO SARAMÉM, EM BREJO GRANDE/SE**

São Cristóvão/SE
Fevereiro de 2024

GÊNISON LIMA DE ALMEIDA

**ESTRATÉGIAS DE (RE)EXISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA
RESINA E DO SARAMÉM, EM BREJO GRANDE/SE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa

Linha de Pesquisa: Planejamento, Gestão e Políticas Socioambientais

**São Cristóvão/SE
Fevereiro de 2024**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A447e Almeida, Gênisson Lima de.
Estratégias de (re)existência das comunidades quilombolas da Resina e do Saramém, em Brejo Grande/SE / Gênisson Lima de Almeida; orientador Jailton de Jesus Costa. – São Cristóvão, SE, 2024.
235f.: il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e meio ambiente) –
Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Meio ambiente. 2. Pesca artesanal. 3. Cultura. 4. Identidade social. 5. Quilombolas. I. Costa, Jailton de Jesus, orient. II. Título.

CDU 502.11(813.7)

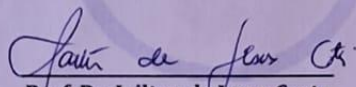


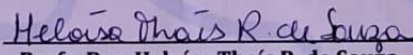
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

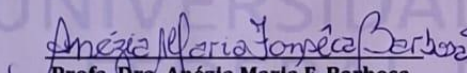
Ata da 109ª Sessão de Defesa Pública de Tese de
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

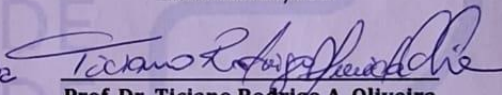
Aos 29 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, realizou-se por meio de videoconferência, através da plataforma Google Meet, a sessão pública de Defesa de Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente de **GÊNISON LIMA DE ALMEIDA**, sob o título: *"ESTRATÉGIAS DE (RE)EXISTÊNCIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA RESINA E DO SARAMÉM, EM BREJO GRANDE/SE."*, presidida pelo Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa. O orientador passou à palavra ao aluno para que procedesse à apresentação da sua defesa. Após a apresentação, a primeira examinadora, Profa. Dra. Heloísa Thaís Rodrigues de Souza, arguiu o aluno que teve igual período para sua defesa. A palavra foi franqueada a segunda examinadora, Profa. Dra. Anézia Maria Fonsêca Barbosa, para a arguição do aluno, que após as considerações, respondeu aos questionamentos. O terceiro examinador, Prof. Dr. Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira, teceu alguns comentários e apresentou sugestões para a finalização da Tese, sendo, portanto, acatadas pelo aluno. A quarta examinadora, Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares, arguiu o aluno, que teve igual período para sua defesa. Por fim, o quinto e último examinador, Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa, arguiu o aluno, que teve igual período para sua defesa. Em seguida, o Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa, agradeceu as contribuições dos membros da banca e se reuniu com os examinadores para consolidação da avaliação final da Tese. A comissão decidiu **APROVAR, com menção honrosa e recomendação para publicação, diante da qualidade do texto apresentado**, desde que sejam atendidas as determinações da banca examinadora e as exigências da resolução nº 4/2021/CONEPE, que regulamenta a apresentação e defesa de Tese de Doutorado. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta Ata, que será assinada pelos componentes da banca e pelo aluno.

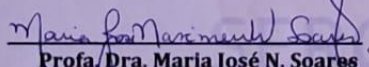
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 29 de fevereiro de 2024.

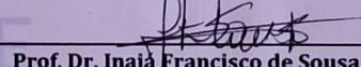

Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa
Presidente/CODAP/PRODEMA-UFS

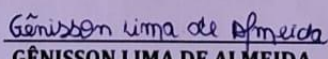

Profa. Dra. Heloísa Thaís R. de Souza
Examinadora/FSLF


Profa. Dra. Anézia Maria F. Barbosa
Examinadora/CODAP/PRODEMA-UFS


Prof. Dr. Ticiano Rodrigo A. Oliveira
Examinador/GESEA-UFS


Profa. Dra. Maria José N. Soares
Examinadora/DED/PRODEMA-UFS


Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa
Examinador/DEA/PRODEMA-UFS

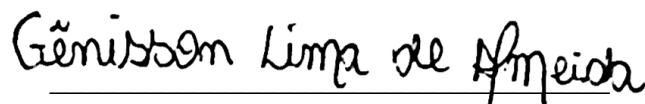

GÊNISON LIMA DE ALMEIDA
Aluno/Doutorando



Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos Av. Marcelo
Deda Chagas, s/n, Bairro Rosa Elze São Cristóvão/SE
CEP 49107-230 - Tel: (79) 3194-6733/6783-
E-mail: ddma@academico.ufs.br

CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.



Gênisson Lima de Almeida

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe



Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa

Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe
Orientador

Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa

Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa - Orientador
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Dedico este trabalho as comunidades quilombolas de Brejo Grande que resistem e (re)existem por meio da luta às forças externas aos seus territórios.

AGRADECIMENTOS

A cada ciclo concluído na vida sempre é e sempre será um momento para agradecer hoje e sempre, mesmo diante de tantas adversidades que se apresentam durante a caminhada, mas a perseverança e a persistência na busca incessante pelos meus objetivos me fizeram saltar a passos mais largos.

Agradeço infinitamente ao nosso maravilhoso Deus por me encorajar e iluminar a cada amanhecer para a realização das minhas atividades diárias e de cunho profissional e por me abençoar com tanto.

Aos meus familiares que compreenderam os meus momentos de ausência, mesmo estando no interior. Aos meus pais, Joelma e José, pelos seus exemplos de honestidade e pelas palavras de força transmitidas pelas ações e por não medirem esforços para sempre me verem bem mesmo diante dos momentos difíceis. As minhas tias, tios, primos, primas, avó e sobrinha pelos momentos de descontração em que se reuníamos para jogar conversa fora.

Ao meu avô Pedro Evilázio de Almeida (*in memoriam*) que, infelizmente, não alcançou a minha aprovação no vestibular da Universidade Federal em Sergipe, mas sempre estava na torcida por mim e afirmava que seu neto seria professor. Aí vovô como é o destino. Queria muito que o senhor estivesse acompanhado todo o meu crescimento acadêmico e celebrar conosco mais essa conquista em minha vida.

Aos meus amigos e amigas do Ensino Fundamental e Médio pelas partilhas de aprendizados e risos nos intervalos das aulas e grêmios estudantis. A minha amiga e parceira de graduação, Vanuza, por ser minha dupla de trabalhos e seminários e das boas doses de descontração durante os momentos de tensões das provas e seminários. A todos/as os/as docentes que passaram por minha vida e transmitiram seus conhecimentos, possibilitando alçar novos voos ao longo da minha jornada.

Noites mal dormidas, frio, sol e chuva marcaram às noites de sábado e às manhãs de domingo durante 17 anos de minha vida, ao passo que tentei conciliar estudo e trabalho. Durante esse recorte temporal, desenvolvi a função de carregador/fretista na feira livre de Nossa Senhora Aparecida, transportando os alimentos das pessoas as suas residências. Gratidão aos meus clientes e amigos pela confiança atribuída a mim para adentrar em seus lares, parcerias e vivências, representando meu espaço de lazer e fuga do ambiente acadêmico.

Aos meus amigos/as médicos/as e enfermeiros/as pela acolhida, quando desenvolvi a função de recepcionista no Hospital Universitário em Aracaju. As enfermeiras Diana e Tati pela amizade construída, momentos divertidos e profissionais que partilhamos juntos. Ao médico

Marcelo Russo pela atenção dada mesmo nos momentos fora do ambiente de trabalho. Nossas confraternizações serviram para estreitar os laços de amizade e reaproximação entre todos que compareciam. A médica Ana Patrícia pela forma simples de conduzir os processos e ser conselheira mediante os nossos diálogos assim como os companheiros de profissão Jackeline Franco, Priscila Smith e Antônio Eduardo.

Aos meus amigos Tainá, Cris, Greice e Anderson que dividiram o espaço da recepção comigo, sempre atenciosos e dispostos a sanar minhas dúvidas, principalmente no momento inicial que fui contratado para tal função. Em meio ao trabalho era comum descontraí-los com risos até de nós mesmos (Gênisson e Tainá). Tainá sempre com o seu jeito autêntico e sincera para com os seus pares, conquistou minha amizade e hoje permanece viva independentemente de estarmos afastados profissionalmente.

Aos meus amigos Luzia, Elizandra, Emanuel, Natália e Fabiana pelos momentos de descontração e atenção dada. A Alan Pedro por estender a mão no momento que mais precisei em Aracaju. A Fabiano Oliveira pelas recepções em sua residência aos domingos e os diálogos acompanhados de café.

Aos professores da graduação Dr. Hélio Mário, Dr^a Núbia Dias e Dr^a Maria do Socorro por terem contribuído para mim perder minha timidez nos momentos de apresentações (seminários). Vocês foram peças-chave neste momento de minha vida!

A coordenação do PRODEMA por atender da melhor forma possível os discentes à medida que necessitam de alguma informação. O empenho, dedicação e zelo são marcas do secretário João Cícero que presta serviço de forma autêntica, resiliente e cuidadosa aos discentes e docentes do programa.

Aos meus colegas de área de Ciências Humanas e Sociais do Colégio de Aplicação (CODAP/UFS), Prof. Dr. Jailton Costa, Profa. Dra. Anézia Barbosa, Profa. Dr^a Josevânia Rabelo e o Prof. Dr. Genivaldo Mártires pelos momentos de diálogos e disponibilidade para sanar dúvidas quando assumi a vaga de Professor Substituto nesta unidade escolar.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa, pela dedicação durante as orientações e por me aconselhar e alertar sobre o que é a vida, contribuindo para o meu crescimento enquanto ser humano e profissional. Você é um ser humano fantástico. Faltam adjetivos para enaltecer a pessoa que é.

Aos meus amigos/as do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Gestão, Saúde e Educação Ambientais (GESEA) pela parceria durante os plantões no grupo, válido também para os recém-chegados. A minha amiga Dr^a Luciana Machado pelas conversas, risos e cafés nas manhãs de terças-feiras, deixando o dia mais leve diante das atividades a serem

desempenhadas por cada um. As mestrandas Ariel Dantas e Mayara pelas nossas brincadeiras e vários risos nos nossos encontros na UFS. A doutoranda Cristiane Neyre por nossa aproximação e engajamento interno e externamente a UFS. As nossas saídas foram suficientes para amadurecer e ascender os nossos laços de amizade. A doutoranda Ingrid Carvalho, mesmo nas horas de ausência, mas que sempre era lembrada pelo jeito autêntico, atencioso e senso de humor de ser, partilhando alto astral por onde quer que passasse.

Ao professor Dr. Ticiano Oliveira pela parceria de publicações e materiais compartilhados acerca do objeto de estudo apresentado e discutido neste material mais adiante. Ao doutorando Robson Andrade pela disposição de sempre ajudar o próximo independente da situação. A André Bezerra, Ketylen Vieira e Fernanda Menezes pelos encontros no grupo de pesquisa e saídas pós UFS.

Aos meus amigos de turma do Doutorado que, apesar de ficarmos afastados durante a pandemia, mas que foi possível estreitar proximidade e vivências com alguns a exemplo de Thalita, Daniela e Camilo, os quais tive mais contato durante o curso.

Aos pescadores/as artesanais e marisqueiras pela disponibilidade em participar da pesquisa mediante as informações fornecidas e o tempo cedido ao pesquisador, de modo que os objetivos fossem alcançados. A pescadora Juciana e familiares por oferecer hospedagem em sua residência para que pudesse ficar o tempo necessário durante as idas a campo e ao líder e pescador da associação da Resina Eneas, por estreitar a aproximação com os pescadores da comunidade para que tudo ocorresse de modo satisfatório.

Aos membros componentes da banca avaliadora pelas ponderações individuais e construtivas de cada um que, sem dúvidas, serviram para melhorar ainda mais as discussões apresentadas em cada seção da pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso, aprendemos sempre.

Paulo Freire

RESUMO

Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, de acordo com o Decreto nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Este decreto expressa que os grupos tradicionais existentes são diversificados e amplos. Para fins deste estudo, diante dessa diversidade, foram escolhidos os(as) pescadores(as) artesanais e marisqueiras de Brejo Grande/SE como objeto de estudo. Os sujeitos sociais desempenham suas atividades mediante o contato com a natureza, no território em que estão inseridos, pela conexão direta com as águas ao longo dos cursos fluviais, lagoas e manguezais, que representam as potencialidades do recorte espacial. Esta condição favorece a realização das atividades extrativistas da pesca artesanal, cultivo do arroz e a mariscagem, respectivamente, além do Turismo de Base Comunitária (TBC). Cada atividade revela, portanto, características próprias de cada sujeito e/ou grupo social. Por sua vez, as comunidades quilombolas tem na sua identidade, cultura e saberes tradicionais a base de sua existência e afirmação no território enquanto ser quilombola. A pesquisa teve como objetivo analisar as estratégias de (re)existência das comunidades quilombolas da Resina e do Saramém, em Brejo Grande/SE. A pesquisa é do tipo aplicada, descritiva e quali-quantitativa. Dentre os procedimentos metodológicos, destaca-se: levantamento bibliográfico, a partir de consultas na Biblioteca Digital Brasileira de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) das diferentes IES da Rede PRODEMA, Google Acadêmico e nos periódicos da CAPES, a partir das bases de dados da coleção *Web of Science*, dando ênfase a artigos científicos publicados nos últimos cinco anos; levantamento documental, com base nos instrumentos legais que protegem as comunidades quilombolas e os que norteiam a política de conservação ambiental; e o levantamento cartográfico, com a confecção do mapa de localização do recorte espacial. Os dados primários foram obtidos na pesquisa de campo, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos, cartografia social e visitas *in loco*. Os etnomapeamentos gerados nas duas comunidades mediante a cartografia social, permitiram identificar os locais utilizados para as práticas extrativistas, as potencialidades e vulnerabilidades socioambientais e a atuação das forças externas no território quilombola. Os resultados demonstraram que na pesca artesanal e na mariscagem há o envolvimento dos familiares dos sujeitos sociais, desempenhando funções específicas. Na pesca, os homens são responsáveis pelo trabalho braçal, mas as mulheres vêm sendo protagonista, desempenhando as funções de pescadora, presidente de associação e atravessadora, além da cata do marisco. Ambas as atividades extrativistas são norteadas por saberes tradicionais específicos, diferenciando-se uma da outra, em face a dinâmica inerente a cada atividade. A comercialização, uma das principais etapas da cadeia produtiva da pesca e da cata de mariscos, no que se refere as trocas comerciais, é marcada predominantemente pela presença ativa do/a atravessador/a, embora também sejam quilombolas e pescadores/as. No território quilombola, os conflitos são desencadeados mediante os interesses individuais de cada sujeito social. Para tanto, identificou-se que dentre os conflitos existentes no recorte espacial, houve o surgimento de um novo conflito envolvendo o ramo empresarial de petróleo e gás de uma multinacional e os pescadores artesanais e, por outro lado, acentuou-se os conflitos entre os pescadores e os fazendeiros após a publicação da Portaria nº 234, de 14 de novembro de 2023, em que houve o reconhecimento das terras quilombolas e entre os próprios pescadores artesanais. Conclui-se que é preciso que haja a efetividade das políticas públicas existentes, ou seja, que elas assistam os(as) pescadores(as) artesanais e marisqueiras, de modo a assegurá-los(as) no território e, assim, fomentem as práticas extrativistas, corroborando com as estratégias de (re) existência mediante os saberes tradicionais, identidade e culturas desses povos.

Palavras-chave: Cultura, Identidade, Mariscagem, Pesca artesanal, Saberes Tradicionais.

ABSTRACT

Traditional peoples and communities are culturally differentiated groups that recognize themselves as such, according to Decree no. 6.040 of February 7, 2007. This decree states that existing traditional groups are diverse and broad. For the purposes of this study, given this diversification, artisanal fishermen and shellfish gatherers were chosen as the object of study. The social subjects carry out their activities through contact with nature, in the territory in which they are inserted, through the direct connection with the waters along the river courses, lagoons and mangroves, which represent the potential of the spatial area. This condition favors the extractive economic activities of artisanal fishing, rice cultivation and shellfish gathering, respectively, in addition to the communities developing Community-Based Tourism (CBT). Each activity therefore reveals the specific characteristics of each individual and/or social group. In turn, quilombola communities have their identity, culture and traditional knowledge as the basis for their existence and affirmation in the territory as quilombolas. The aim of this research was to analyze the (re)existence strategies of the quilombola communities of Resina and Saramém, in Brejo Grande/SE. Among the methodological procedures, the following stand out: a bibliographic survey, based on consultations in the Brazilian Digital Library of Thesis and Dissertation Data (BDTD) of the different HEIs in the PRODEMA Network, Google Scholar and CAPES journals, from the Web of Science collection databases, with an emphasis on scientific articles published in the last five years; a documentary survey, based on the legal instruments that protect quilombola communities and those that guide environmental conservation policy; and a cartographic survey, with the making of a map of the location of the spatial section. The primary data was obtained through field research, using semi-structured interviews, photographic records, social cartography and on-site visits. The ethnomaps generated in the two communities through social cartography made it possible to identify the places used for extractive practices, socio-environmental vulnerabilities and the actions of external forces in the quilombola territory. In addition, the forms of representation of identity, culture and traditional knowledge were explained. The results showed that in artisanal fishing and shellfish gathering, family members are involved in specific roles. Marketing, one of the main stages in the fishing and shellfish-gathering production chain in terms of trade, was predominantly marked by the active presence of middlemen, although they are also quilombolas and fishermen. In quilombola territory, conflicts are triggered by the individual interests of each social subject. To this end, we identified that among the existing conflicts in the area, a new conflict arose involving a multinational oil and gas company and artisanal fishermen and, on the other hand, conflicts between fishermen and farmers increased after the publication of Ordinance No. 234, of November 14, 2023, which recognized quilombola lands and between the artisanal fishermen themselves. The conclusion is that existing public policies need to be effective, i.e. they need to assist artisanal fishermen and shellfish gatherers in order to secure them in the territory and thus encourage extractive practices, corroborating strategies for (re)existence through the traditional knowledge, identity and cultures of these peoples.

Keywords: Culture, Identity, Seafood, Artisanal fishing, Traditional Knowledge.

RESUMEN

Los pueblos y comunidades tradicionales son grupos culturalmente diferenciados que se reconocen como tales, de conformidad con el Decreto n°. 6.040 del 7 de febrero de 2007. Este decreto expresa que los grupos tradicionales existentes son diversos y amplios. Para los fines de este estudio, dada esta diversidad, se eligió como objeto de estudio a los pescadores y mariscadores artesanales de Brejo Grande/SE. Los sujetos sociales desarrollan sus actividades a través del contacto con la naturaleza, en el territorio en el que se ubican, a través de la conexión directa con las aguas a lo largo de cursos de ríos, lagunas y manglares, que representan el potencial del área espacial. Esta condición favorece la realización de actividades extractivas como la pesca artesanal, el cultivo de arroz y el cultivo de mariscos, respectivamente, además del Turismo de Base Comunitaria (TBC). Por tanto, cada actividad revela características específicas de cada sujeto y/o grupo social. A su vez, las comunidades quilombolas tienen su identidad, cultura y conocimientos tradicionales como base de su existencia y afirmación en el territorio como seres quilombolas. La investigación tuvo como objetivo analizar las estrategias de (re)existencia de las comunidades quilombolas de Resina y Saramém, en Brejo Grande/SE. La investigación es aplicada, descriptiva y cuali-cuantitativa. Entre los procedimientos metodológicos se destacan: levantamiento bibliográfico, basado en consultas en la Biblioteca Digital Brasileña de Datos de Tesis y Disertaciones (BDTD) de las diferentes IES de la Red PRODEMA, Google Scholar y en revistas CAPES, basado en bases de datos de la Colección Web of Science, con énfasis en artículos científicos publicados en los últimos cinco años; levantamiento documental, basado en los instrumentos legales que protegen a las comunidades quilombolas y aquellos que orientan la política de conservación ambiental; y el levantamiento cartográfico, con la elaboración del mapa de ubicación del área espacial. Los datos primarios se obtuvieron en una investigación de campo, mediante entrevistas semiestructuradas, registros fotográficos, cartografía social y visitas in situ. Los etnomapeos generados en las dos comunidades a través de la cartografía social permitieron identificar los lugares utilizados para las prácticas extractivas, las potencialidades y vulnerabilidades socioambientales y la acción de fuerzas externas en el territorio quilombola. Los resultados demostraron que en la pesca y marisqueo artesanal existe involucramiento de familiares de sujetos sociales, desempeñando funciones específicas. En la pesca, los hombres son los responsables del trabajo manual, pero las mujeres han sido las protagonistas, desempeñando roles de pescadora, presidenta de asociación e intermediaria, además de recolectar productos del mar. Ambas actividades extractivas se guían por conocimientos tradicionales específicos, diferenciándose entre sí, dada la dinámica inherente a cada actividad. La comercialización, una de las principales etapas de la cadena productiva de la pesca y la recolección de productos del mar, en términos de intercambio comercial, está marcada predominantemente por la presencia activa de intermediarios, aunque también son quilombolas y pescadores. En territorio quilombola, los conflictos son desencadenados a través de los intereses individuales de cada sujeto social. Por lo tanto, se identifica que entre los conflictos existentes en el corte espacial, había el surgimiento de un nuevo conflicto que involucre a la rama empresarial de petróleo y gas de una multinacional y a los pescadores artesanales y, por otro lado, se hizo más acentuado los conflictos entre los Pescadores y terrateniente tras la publicación de la Ordenanza n° 234, de 14 de noviembre de 2023, en la que hubo reconocimiento de las tierras quilombolas y entre los propios pescadores artesanales. Se concluye que es necesario que haya la efectividad de las políticas públicas existentes, es decir, que ellas asistan los pescadores artesanales y mariscadores, con el fin de asegurarlos en el territorio y, así, fomenten las prácticas extractivas, corroborando con las estrategias de (re)existencia a través de los saberes tradicionales, la identidad y las culturas de estos pueblos.

Palabras clave: Cultura, Identidad, Mariscago, Pesca artesanal, Saberes Tradicionales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esboço da Tese	24
Figura 2	Confecção do etnomapeamento da Resina, em Brejo Grande/SE	35
Figura 3	Confecção do etnomapeamento do Saramém, em Brejo Grande/SE	35
Figura 4	Esboço das etapas componentes da cartografia social	82
Figura 5	Etnomapeamento da Comunidade Resina	84
Figura 6	Etnomapeamento do Povoado Saramém	87
Figura 7	Sujeitos sociais envolvidos na pesca artesanal, em Brejo Grande/SE	89
Figura 8	Cadeia produtiva da pesca artesanal na Resina e no Saramém, em Brejo Grande/SE	90
Figura 9	Entrega do pescado ao atravessador no Saramém, em Brejo Grande/SE	96
Figura 10	Itens indispensáveis para alocação e conservação do pescado nas comunidades pesquisadas	97
Figura 11	Pesagem do pescado no Saramém, em Brejo Grande/SE	97
Figura 12	Utilização de gelo para conservação do pescado no Saramém, em Brejo Grande/SE	98
Figura 13	Comercialização de arroz agroecológico na Feira de Saberes e Sabores, em Brejo Grande/SE	105
Figura 14	Localização do recorte espacial	109
Figura 15	Trecho do Rio São Francisco na Resina, em Brejo Grande/SE	111
Figura 16	Realização de reparos na rede de pescar por pescador no Saramém, em Brejo Grande/SE	118
Figura 17	Exposição de produtos pelas comunidades quilombolas na Feira de Saberes e Sabores, em Brejo Grande/SE	120
Figura 18	Exposição de produtos artesanais pelas comunidades quilombolas na Feira de Saberes e Sabores, em Brejo Grande/SE	121
Figura 19	Limpeza do peixe por pescadora na Resina, em Brejo Grande/SE	128
Figura 20	Cultura do arroz agroecológico na Resina, em Brejo Grande/SE	130
Figura 21	Ameaça de instalação da Exxon Mobil no território quilombola, em Brejo Grande/SE	140

Figura 22	Lagoa sem uso na Resina, em Brejo Grande/SE	143
Figura 23	Porta d'água em lagoa na Resina, em Brejo Grande/SE	144
Figura 24	Rua pavimentada no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	150
Figura 25	Parte do território da Resina, em Brejo Grande/SE	150
Figura 26	Territórios das comunidades quilombolas em Sergipe	152
Figura 27	Fragmentos de manguezal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE	153
Figura 28	Cartaz em defesa do território pesqueiro da Resina, em Brejo Grande/SE	158
Figura 29	Espécies proibidas durante o período do seguro defeso, em Brejo Grande/SE	167
Figura 30	Presença de macrófitas aquáticas na Resina, em Brejo Grande/SE	169
Figura 31	Presença de macrófitas aquáticas no Saramém, em Brejo Grande/ SE	169
Figura 32	Formas de esgotamento sanitário nas comunidades estudadas	178
Figura 33	Ausência de saneamento básico no Saramém, em Brejo Grande/SE	179
Figura 34	Lançamento de dejetos líquidos de residência em quintal na Resina, em Brejo Grande/SE	179
Figura 35	Indicadores de coleta de resíduos sólidos	180
Figura 36	Formas de destinação final dos resíduos sólidos nas comunidades pesquisadas	181
Figura 37	Descarte irregular de resíduos sólidos na Resina, em Brejo Grande/SE	182
Figura 38	Principais fontes de renda nas comunidades estudadas	184
Figura 39	Entrega da produção ao atravessador nas comunidades pesquisadas	188
Figura 40	Utilização do seguro defeso pelos pescadores nas comunidades pesquisadas	196
Figura 41	Obediência dos pescadores artesanais ao período do seguro defeso nas comunidades pesquisadas	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Autores adotados em relação as palavras-chave do estudo	31
Quadro 2	Relação das dimensões e os indicadores de sustentabilidade	36
Quadro 3	Identificação por códigos de cada sujeito social abordado na pesquisa	36
Quadro 4	Atividades realizadas pelo pesquisador nas comunidades pesquisadas	37
Quadro 5	Relação dos componentes e construção de indicadores na pesca artesanal	48
Quadro 6	Diferenças entre a cartografia tradicional e a cartografia social	72
Quadro 7	Relação das dimensões e suas características com base na cartografia social	73
Quadro 8	Pontos positivos e negativos entre o atravessador e o pescador artesanal nas comunidades pesquisadas	104
Quadro 9	Classificação dos atravessadores na cadeia produtiva do arroz	106
Quadro 10	Diferenças entre a pesca extrativista artesanal e a aquicultura	113
Quadro 11	Elementos discutidos na Feira de Saberes e Sabores Tradicionais, em Brejo Grande/SE	120
Quadro 12	Dimensões do TBC e suas características	134
Quadro 13	Tipos de conflitos na Resina e no Saramém, em Brejo Grande/SE	139
Quadro 14	Causas dos conflitos territoriais na pesca artesanal por região brasileira	145
Quadro 15	Dimensões e ocorrência das vulnerabilidades	157
Quadro 16	Impactos e vulnerabilidades socioambientais na Resina, em Brejo Grande/SE	161
Quadro 17	Impactos e vulnerabilidades socioambientais no Saramém, em Brejo Grande/SE	172
Quadro 18	Tipos de rede de pescar e suas características	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores, atributos e mensuração de Lagoa de Cima	49
Tabela 2	Indicadores, atributos e mensuração de Lagoa de Marsaxlokk	49
Tabela 3	Quantitativo de pescadores por grupo de atravessadores nas comunidades pesquisadas	99
Tabela 4	Tipos de espécies de pescado e seus respectivos valores de comercialização, em Brejo Grande/SE	102

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato de Disposições Constitucionais Transitórias
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CONBASF	Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa de Extensão Rural e Desenvolvimento Agropecuário
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRS	Índice Relativo de Sustentabilidade
LP	Licença Prévia
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
MESMIS	Sistemas de Manejo de Recursos Naturais incorporando Indicadores de Sustentabilidade
MPF	Ministério Público Federal
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
RGP	Registro Geral de Pescador
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
TBC	Turismo de Base Comunitária
TBL	Turismo de Base Local
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
SEÇÃO 1 – METODOLOGIA DA PESQUISA: MÉTODO, PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS	26
1.1. Método de Abordagem	27
1.2. Procedimentos Metodológicos e técnicas	30
SEÇÃO 2 – COMUNIDADES QUILOMBOLAS: IDENTIDADE, SABERES, CULTURA E VULNERABILIDADES	41
2.1. O território e suas múltiplas abordagens	42
2.2. Indicadores e Vulnerabilidades socioambientais	46
2.3. Aspectos característicos das comunidades quilombolas	54
2.4. A Cartografia Social no contexto das Comunidades Quilombolas	71
2.5. Circuito da pesca: As múltiplas relações dos sujeitos sociais na cadeia produtiva da pesca artesanal	88
SEÇÃO 3 – POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	108
3.1. Caracterização da Área de Estudo	109
3.2. Desafios enfrentados pelas Comunidades Quilombolas na Resina e no Saramém, em Brejo Grande/SE	136
3.3. Vulnerabilidades Socioambientais das Comunidades Pesquisadas	155
SEÇÃO 4 - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BREJO GRANDE/SE	176
4.1 Indicadores de Pressão	177
4.2 Indicadores de Estado	188
4.3 Indicadores de Resposta	193

CONCLUSÕES	199
REFERÊNCIAS	203
APÊNDICES	221
Apêndice A – Roteiro de entrevistas semiestruturado para os membros das comunidades quilombolas	222
Apêndice B – Roteiro de entrevistas semiestruturado para os atravessadores	228
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	229
ANEXOS	232
Anexo A – Aprovação da Pesquisa no CEP	233
Anexo B – Produção Científica durante o Curso de Doutorado	234

INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais e/ou quilombolas possuem características inerentes (identidade, saberes e culturas) que lhes são próprias e desempenham distintas relações com a natureza no território em que ocupam, de modo a garantir sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, reafirmando a conjunção existente entre esses aspectos.

O conceito de identidade quilombola é definido pelas representações em que os membros dessas comunidades estão inseridos, sem perder de vista o processo de identificação dotado de valores e diferentes significados, construídos de forma social no território em que se encontram (Furtado; Pedroza; Alves, 2014). Essa identidade é fortalecida pelos laços de coletividade e partilha de saberes, união e costumes que os grupos sociais apresentam e herdados dos seus ancestrais durante o contexto histórico-cultural, lhes conferindo a ideia de grupo que, apesar das singularidades, reconhecem-se um a outro.

Os saberes tradicionais também estão entrelaçados a identidade e a cultura. Nesse caso, todo o conhecimento herdado da ancestralidade é aplicado nos ambientes naturais para exploração dos recursos naturais, por meio de práticas extrativistas e norteiam a realização das atividades realizadas pelas comunidades quilombolas, que apresentam relevantes complexidades socioambientais.

As questões socioambientais apresentam três variáveis (natureza – sociedade – sustentabilidade) que são alvo de preocupação pelos estudiosos e está centrada na visão sistêmica da vida (Leal, 2019), conforme apontam diversos estudos. Dentre esses estudos, pode-se mencionar: “As mulheres marisqueiras e mangabeiras: uma experiência do Litoral Sul de Sergipe”, de autoria de Andrade, Maciel e Pontes (2021), “Territórios pesqueiros na Amazônia: dinâmica de pescadores comerciais e de subsistência em comunidade ribeirinha da tríplice fronteira Colômbia-Brasil-Peru”, de autoria de Paiva e Costa Silva (2020) e “Desafios da efetivação dos direitos humanos socioambientais: por um direito da sustentabilidade em face da crise ecológica”, de autoria de Vieira e Tavares (2018).

Os diferentes estudos realizados, sobretudo, na área das Ciências Ambientais, apontam para o crescimento das interferências do ser humano na natureza, mediante as atividades desenvolvidas, com o propósito de alcançar seus objetivos. Dentre esses objetivos, estão a expansão das atividades econômicas, a exemplo da carcinicultura e da atividade turística, que modificam o modo de reprodução e implicam na sobrevivência das comunidades tradicionais, a partir dos impactos socioambientais gerados. No Brasil, a expansão das atividades econômicas, com base nos modelos de desenvolvimento capitalista, tem como consequência a

geração de impactos socioambientais, apresentando uma forte tendência de diminuição quanto a disponibilidade de recursos naturais ali existentes.

Nesse contexto, em alguns casos, a forma como os seres humanos se relaciona com a natureza, nem sempre está de acordo com os princípios da sustentabilidade. A sustentabilidade é uma alternativa para as novas demandas do sistema econômico vigente, em detrimento à forma de manejo inadequada na obtenção dos recursos naturais, pois a apropriação indevida acarreta a supressão dos locais com potencialidade de realização das práticas extrativistas pelos membros das comunidades quilombolas.

Ainda de acordo com as reflexões desse autor, “a sustentabilidade ecológica surge como alternativa para a construção de um novo panorama econômico, de modo efetivo a garantir a sobrevivência das populações humanas, contribuindo, nesse cenário, para um desenvolvimento sustentável e duradouro” (Leff, 2005, p. 23).

Tais recursos, além de contribuir para a sobrevivência, favorecem também a reprodução das mais variadas comunidades que compõem as dimensões da sociedade. Com os avanços da globalização, houve a modernização das tecnologias, ganhando força e formas inadequadas de obter os recursos naturais, provocando a degradação ambiental.

Diante desse cenário de inovações tecnológicas, a apropriação dos locais que resguardam recursos naturais ocorre de forma desenfreada em diferentes escalas de intensidade. Consequentemente, os impactos socioambientais ocasionados pelas diversas atividades desenvolvidas pelos membros da sociedade tendem a se caracterizar como insustentáveis, uma vez que ultrapassa o que rege os instrumentos legais que abrangem a conservação ambiental. Tal cenário atende os anseios individuais e, por outro lado, desfavorece, em alguns casos, os objetivos coletivos, sobretudo dos que se auto reconhecem como quilombolas.

Portanto, quando isso acontece, os efeitos negativos dificultam a reprodução dos sujeitos sociais, que dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Com a diminuição dos recursos naturais existentes no território, aumentam as disputas entre os sujeitos sociais na obtenção destes, em face a dinâmica configurada no arranjo territorial e, dessa forma, o espaço é marcado pelos conflitos. Assim, o território assume o papel de disputa, mas também de reprodução e sobrevivência.

Nesse estudo, adotou-se o conceito de território proposto por Raffestein (1993) e Haesbaert (2005). O primeiro autor enfatiza que o espaço é antecedente do território. Assim, o território resulta dos modos de apropriação de um espaço concreto ou abstrato, no qual o sujeito social “territorializa” o espaço. Com base nessa definição, o poder e o território são termos indissociáveis um do outro e desempenham inter-relações. A fusão entre esses dois termos

permite compreender a construção do conceito de território a partir das relações de poder que são estabelecidas.

Por sua vez, a definição de território defendida por Haesbaert (2005) chama à atenção de que quando se fala na categoria geográfica território, os termos “apropriação” e “dominação” não são similares, pois nem sempre o sujeito social que domina, ao mesmo tempo, se apropria daquele espaço e vice-versa, mas prevalece um desses dois termos em função das atividades que são implantadas no espaço.

Esse autor salienta ainda que nos diferentes contextos em que o território é empregado sempre está ligado a poder, mas não necessariamente ao tradicional poder político, ou seja, o território diz respeito ao poder no sentido mais concreto (dominação) e ao poder no sentido mais simbólico (apropriação). Nem sempre os sujeitos que dominam se apropriam do território, mas, em alguns casos, a depender da dinâmica e das tramas um mesmo sujeito pode dominar e, ao mesmo tempo, se apropriar.

No território, o funcional corresponde as funções que o território representa para os sujeitos sociais e, ao mesmo tempo, as funções desses sujeitos para com o território. Já o simbólico remete aos significados atribuídos ao território, as relações aí desenvolvidas, em face a dinâmica promovida por essas relações.

Diante do exposto, o território é configurado tanto pelas múltiplas relações pelos sujeitos sociais, mediante o arranjo de atividades na exploração dos recursos naturais e permanência das comunidades quilombolas, quanto por aqueles que desejam dominar o espaço, ou seja, pelos quilombolas e não-quilombolas, tendo em vista que os não-quilombolas (atravessadores, carcinicultores e comerciários) tem acesso aos recursos naturais, porém não se auto reconhecem como quilombolas. À luz dessa discussão, “são gerados conflitos em função das diferentes tentativas de dominação do território quilombola” (Lacerda; Silva, 2016, p. 240).

Por sua vez, em estudo realizado por Almeida (2019), há atravessadores que são quilombolas. No entanto, acabam utilizando dos saberes, identidade e cultura para fazer a mais valia em relação aos recursos naturais, obtidos pelos seus pares, intensificando as relações desiguais no arranjo territorial quilombola.

Nesse contexto, é notório que os atravessadores usurpam os próprios sujeitos sociais da comunidade pela compra do pescado e/ou mariscos por um preço estipulado, sobressaindo-se economicamente em relação ao trabalho e produção dos pescadores artesanais e marisqueiras. E, em alguns casos, tais sujeitos ficam submetidos a esse tipo de situação por não procurar alternativas para comercialização.

Ademais, além dos sujeitos sociais detentores de capital, a depender da forma de obtenção dos recursos naturais, as comunidades quilombolas também provocam impactos socioambientais, em alguns casos. Dentre essas práticas insustentáveis, destacam-se: o descarte irregular da rede de pescar no Rio São Francisco quando não está mais em boas condições de uso, desbaste do manguezal, descarte e queima de resíduos sólidos, realização da pesca durante o período do seguro defeso, emissão de efluentes domésticos em lagoas, manguezal, restinga e/ou no rio, descarte do óleo utilizado no motor do barco no curso fluvial, coleta do pescado durante o período de reprodução dos peixes, captura de caranguejo com o uso de redinha.

Embora os membros das comunidades quilombolas pratiquem essas ações, incriminam quem as realiza. Nessa conjuntura, todos os sujeitos sociais que estão no território quilombola provocam impactos socioambientais a partir das atividades que são desenvolvidas.

Em meio aos conflitos desencadeados, as relações desenvolvidas pelas comunidades quilombolas no território, tem como produto a produção de territorialidades, que contribuem para reafirmação de sua identidade, cultura e os saberes tradicionais, comumente utilizados nas mais diversas atividades e se fortalecem entre si para a permanência no espaço em que se encontram.

No território quilombola, as relações estabelecidas pelos diferentes grupos sociais são desiguais, em virtude da dinâmica de cada grupo para atingir os objetivos traçados (expansão da carcinicultura, continuidade da pesca artesanal e cata do marisco). Os membros das comunidades quilombolas resistem, em face as forças externas que tentam se apropriar do território em que se encontram, pela união e luta estabelecidas com os seus membros, como forma de reafirmação da sua identidade construída em épocas passadas e transmitidas pelos seus ancestrais.

A problemática da pesquisa assenta-se nas relações desiguais vivenciadas pelos sujeitos sociais no território, frente as constantes tentativas de apropriação e dominação do espaço para a expansão das atividades econômicas. Embora as comunidades quilombolas tenham conquistado direitos e reafirmando sua identidade, saberes e cultura, na prática, nem sempre são (re)conhecidas, prevalecendo ainda a ideia de invisibilidade em razão da neutralidade da legislação pelos detentores de capital.

Nesse estudo, são abordados dois grupos de sujeitos sociais: de um lado, estão os membros das comunidades quilombolas, representados pelos/as pescadores/as artesanais, marisqueiras e líderes de associação e, do outro, aqueles que detém poder político e econômico, representados por fazendeiros, carcinicultores e empresários ligados ao setor turístico e empresarial.

A Constituição de 1988 representou um marco para as comunidades quilombolas, uma vez que este garantiu os seus direitos, e estas têm reivindicado o reconhecimento das formas de se relacionar com os seus pares e, sobretudo, com a natureza, expondo os seus conhecimentos herdados dos seus antepassados e fortalecendo sua identidade (Lima; Silva, 2019). Assim, as comunidades quilombolas tem na luta e resistência a sua permanência no território como forma de serem “vistas” por determinadas camadas da sociedade, que as consideravam como menos valorizadas e não reconhecidas de seus direitos.

Por sua vez, o artigo 2º do Decreto nº 4.483/2003 estabelece remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins desse decreto, os grupos étnico-raciais, considerando critérios de auto atribuição, que apresentam trajetória histórica própria, com relações territoriais específicas, além de presunção de ancestralidade negra em consonância com a resistência à opressão histórica sofrida.

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, conceitua as comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais perante a sociedade, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, econômica, religiosa e ancestral, a partir de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O conceito elencado acima acerca do que são as comunidades tradicionais traz elementos indispensáveis para a caracterização dos que fazem parte dessas comunidades. A ideia de grupo remete ao aspecto de coletividade, cuja interação entre os sujeitos sociais definem as suas próprias formas de organização no espaço em que estão inseridos.

Ademais, a união dos membros das comunidades contribui para o autorreconhecimento e afirmação dos aspectos culturais e identitários. Portanto, os sujeitos sociais quilombolas tem autonomia para explorar os recursos naturais disponíveis ali existentes pelas práticas de manejo associadas ao conjunto de saberes que possuem.

Ainda esse decreto estabelece no artigo 3º Inciso I que as comunidades tradicionais “ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução social, cultural, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007, p. 1).

O Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Esse instrumento legal contribui de forma significativa para dar “voz” as comunidades quilombolas, reforçando a conquista de direitos perante

membros da sociedade e as asseguram no território para usufruírem dos recursos naturais e garantir o modo de vida.

É imprescindível efetuar estudos que, de fato, proponham dar subsídios para proposição de políticas públicas que protejam essas comunidades, assegurando-as no território em que se encontram, explorando os recursos naturais e se reproduzindo pelas diferentes formas de uso do solo, já que esses recursos são tidos como bens comuns.

Em Brejo Grande/SE, as potencialidades correspondem aos espaços naturais que estão presentes no território. Assim, os usos do solo estão representados pela cata de mariscos, pesca artesanal, frutos da restinga, apicultura, rizicultura e cultivo do coco. Essas atividades formam o quadro de potencialidades brejo-grandense que garantem a permanência e continuidade do modo de vida dos pescadores/as artesanais e marisqueiras, pois utilizam os recursos naturais disponíveis para usufruto.

Em alguns casos, nem sempre os sujeitos sociais podem usufruir desses recursos naturais, em virtude da apropriação dos fazendeiros, carcinicultores e empresários ou até mesmo por práticas internas entre os pescadores artesanais. Nesse cenário, coloca em xeque a história de um povo na construção de sua própria identidade e os laços culturais criados ao longo do tempo.

Nessas circunstâncias, as áreas com recursos naturais tendem a serem reduzidas e, dessa forma, acaba comprometendo a sobrevivência dos membros das comunidades quilombolas, que necessitam do mínimo ofertado pela natureza para continuar se reproduzindo no território em que se encontram.

Essa tese de doutorado teve origem a partir da conclusão da dissertação de Mestrado intitulada “Conflitos territoriais e potencialidades socioambientais em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE” apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 2019. O referido estudo objetivou analisar os conflitos territoriais e potencialidades socioambientais em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE, mais precisamente na comunidade quilombola da Resina e do povoado Saramém.

A motivação para a realização dessa tese se deu mediante a identificação de lacunas relacionadas as comunidades quilombolas. O pesquisador, dentro do campo de discussão das Ciências Ambientais, mostrou as estratégias de (re)existência a partir dos saberes tradicionais, identidade e cultura do ser quilombola, considerando as potencialidades e vulnerabilidades socioambientais (atividades econômicas desenvolvidas e impactos socioambientais) e os constantes conflitos internos e externos no território quilombola.

A tese de doutorado justificou-se pelo aumento do número de famílias que se auto intitulam como quilombola diante das questões identitárias, fruto das constantes lutas e resistências em prol de reconhecimento da legislação e da permanência no território e, que, ao longo do tempo, construíram sua identidade, associada à ancestralidade dos seus antepassados, bem como a utilização dos saberes durante as atividades extrativistas e a manutenção da cultura mediante as relações estabelecidas entre o ser e não ser quilombola.

Como forma de identificar as diferentes abordagens que o objeto de estudo (comunidades quilombolas) foi trabalhado em outras pesquisas, dando-lhe maior visibilidade e dimensão das diferentes áreas do conhecimento, realizou-se o estado da arte, permitindo vislumbrar o ineditismo desse estudo em relação aos demais que enfatizaram o objeto de estudo apresentado e discutido na pesquisa.

O estado da arte consiste em dialogar com os autores a respeito daqueles que abordam mais efetivamente sobre o objeto de estudo a ser trabalhado pelo pesquisador, nesse caso, mais especificamente as comunidades quilombolas. Diante dessa premissa, percebeu-se que esta pesquisa é inédita, uma vez que mediante levantamento de informações no Banco de Dados e Teses e Dissertações (BDTD) da UFS, identificou-se que houve estudos na temática das relações socioambientais envolvendo comunidades quilombolas, porém com enfoques diferentes do que é apresentado nesta pesquisa.

Além da busca na UFS, foram realizados levantamentos também nos repositórios institucionais das outras IES que compõem a Rede PRODEMA, a saber: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Não foram identificados trabalhos defendidos na UESC no recorte temporal estabelecido na pesquisa.

O levantamento de pesquisas relacionadas as comunidades quilombolas nessas instituições possibilitou ao pesquisador identificar o desenvolvimento de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento a respeito do objeto de estudo pesquisado. Para tanto, foram destacados os seguintes elementos: títulos, os(as) autores(as)/ano, programa ao qual o autor estava vinculado, o objetivo central e a principal conclusão do estudo.

Dessa forma, denota-se que esta pesquisa apresenta caráter inovador, considerando que o território está passível de sofrer modificações, no que tange as atividades desenvolvidas com o propósito de atingir os interesses coletivos (comunidades quilombolas) e particulares (fazendeiros, carcinicultores e empresários). Outrossim, essa pesquisa contribuirá para

compreender como ocorre o fortalecimento da identidade quilombola que é identificada e construída de modo coletivo, considerando as dimensões individuais de cada sujeito quilombola e, por sua vez, conservar os aspectos identitários, são desencadeadas relações de cunho social, atribuindo significados aos elementos encontrados no território por meio de símbolos e estes norteiam as relações sociais existentes em determinado território quilombola.

A base da tese assenta-se no trinômio identidade – saberes tradicionais - cultura. Nesses termos, na pesquisa em tela é defendida a hipótese de tese de que a construção das territorialidades do ser quilombola é propiciada pela identidade, saberes e cultura, que permitem o fortalecimento da sua existência e resistência nas relações desiguais no território, frente às tentativas de expropriação pelos sujeitos sociais detentores de capital. Esse trinômio representa as potencialidades dos quilombolas diante das ameaças, entendidas aqui como vulnerabilidades socioambientais.

Quanto a questão principal do estudo, tem-se: De que forma as comunidades quilombolas utilizam estratégias para conservar a identidade, saberes e cultura diante das forças contrárias que tentam expropriá-las do território, dominando-o e inviabilizando as relações entre sujeito e natureza à luz dos instrumentos legais que as protegem?

A pesquisa também responderá os seguintes questionamentos:

- a) De que forma(s) as comunidades quilombolas utilizam seus saberes tradicionais para realização das práticas extrativistas sustentáveis?
- b) Quais os desafios ligados a sobrevivência são vivenciados nas comunidades quilombolas da Resina e do Saramém, em Brejo Grande/SE?
- c) Quais os indicadores de sustentabilidade que refletem a realidade das comunidades quilombolas?
- d) Quais propostas podem fomentar discussões (com metodologias participativas) sobre políticas públicas nas comunidades pesquisadas, a fim de possibilitar práticas extrativistas sustentáveis, conservando sua identidade e produzindo cultura?

Diante do exposto, a pesquisa teve como objetivo geral:

- Analisar as estratégias de (Re)existência das comunidades quilombolas da Resina e do Saramém, em Brejo Grande/SE.

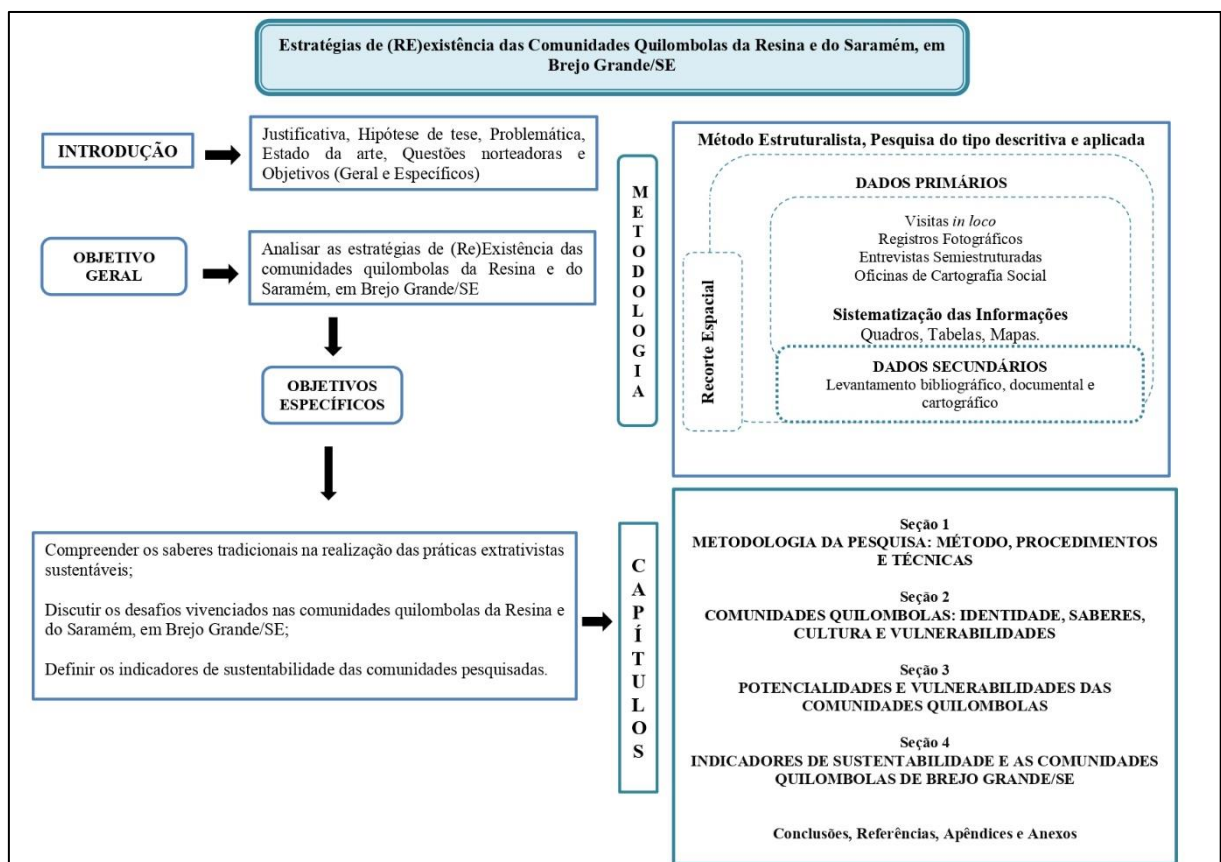
E como objetivos específicos:

- Compreender os saberes tradicionais na realização das práticas extrativistas sustentáveis;

- Discutir os desafios ligados a sobrevivência vivenciados nas comunidades quilombolas da Resina e do Saramém, em Brejo Grande/SE;
- Definir os indicadores de sustentabilidade que refletem a realidade das comunidades quilombolas.

A seguir, é apresentado um esboço simplificado dos elementos constituintes da parte introdutória do estudo e, posteriormente, no parágrafo seguinte, discorre-se de forma geral o que foi discutido em cada seção construída na pesquisa (Figura 1).

Figura 1 - Esboço da Tese.



Fonte: Adaptado de Costa (2019).

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Diante da discussão arrolada, esta tese está configurada da seguinte maneira: uma introdução, destacando uma breve explanação acerca do objeto de estudo, a hipótese de tese, as questões norteadoras, os objetivos da pesquisa e o estado da arte. Ademais, são apresentadas quatro seções.

Na primeira seção, intitulada “**Metodologia da Pesquisa: Método, Procedimentos e Técnicas**” foi apresentada a base filosófica do estudo, os procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa. O método de embasamento é o estruturalismo que parte do princípio de

que o sistema é entendido como uma estrutura e, esta, por sua vez, de partes em que cada uma dessas partes estão conectadas umas às outras mediante as relações estabelecidas.

Os procedimentos metodológicos constituem as etapas para alcançar os objetivos traçados, podendo-se mencionar: levantamento bibliográfico, documental e cartográfico, pesquisa de campo e realização de oficinas da cartografia social em consonância com as técnicas que subsidiam estas etapas.

Por sua vez, na segunda seção intitulada “**Comunidades quilombolas: Identidade, Saberes, Cultura e Vulnerabilidades**” deu-se ênfase a apresentação conceitual dos aspectos inerentes as comunidades quilombolas, da cartografia social, enfatizando as questões que permeiam o território em que as comunidades quilombolas estão inseridas, dos indicadores de sustentabilidade/socioambientais (modelos, aplicação e mensuração) e vulnerabilidade socioambiental.

Já na terceira seção intitulada “**Potencialidades e Vulnerabilidades das Comunidades Quilombolas**” foram apresentadas e discutidas as potencialidades e vulnerabilidades identificadas no âmbito das comunidades quilombolas no recorte espacial estabelecido, além dos desafios enfrentados pelos sujeitos sociais na realização de suas práticas extrativistas e continuidade dos aspectos culturais, identitários e dos saberes tradicionais.

Na última seção intitulada “**Indicadores de Sustentabilidade e as Comunidades Quilombolas de Brejo Grande/SE**” foram apresentados os indicadores de pressão, estado e resposta seguidos de discussão.

Por fim, tem-se as considerações finais, as referências o roteiro de entrevista para os membros das comunidades quilombolas (Apêndice A), roteiro de entrevista para os atravessadores (Apêndice B), Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C), e os anexos – aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) (Anexo A), além das produções científicas durante o curso do Doutorado (Anexo B).

Seção 1

Metodologia da Pesquisa: Método, Procedimentos e Técnicas

Nesta seção, foram feitas considerações a respeito da base filosófica adotada na pesquisa, os procedimentos metodológicos e as técnicas selecionadas para alcançar os objetivos traçados no estudo.

1.1. Método de Abordagem

O estudo tem como método de abordagem o estruturalismo e tem como idealizador Levi-Strauss. O método estruturalista foi largamente difundido, sobretudo, na segunda metade do século XX, sendo utilizado para análise e compreensão da língua, cultura, filosofia e a sociedade.

Em linhas gerais, o termo estruturalismo deriva de estrutura. As estruturas, por sua vez, podem ser definidas como um sistema em que as partes que compõe essa estrutura encontram-se integradas por elementos. A partir do momento em que um elemento apresenta mudanças acaba afetando todos os outros que formam o sistema. Portanto, as partes desempenham relações entre si, que confere e reforça a identidade da estrutura (Sales, 2003). Dessa forma, nenhum elemento existe por si só e não há aquele mais ou menos importante, pois cada elemento na sua individualidade tem sua importância no processo de conexão com os demais para alcançar a totalidade.

Segundo Thiry-Cherques (2006), o estruturalismo não é um método que se coloca “superior” aos demais. O fio condutor dos estruturalistas é que a abordagem metodológica seja condizente a alguns objetos, ao desvelamento de estruturas não superficiais. O que interessa, de fato, não é o padrão de organização dos elementos que formam a estrutura em fluxogramas, organogramas, mas o que é subjacente, como essencial à razão humana. Assim, os elementos não seguem um padrão de disposição quanto ao todo da estrutura, uma vez que a base da estrutura revela o pensamento racional dos indivíduos.

Nas ciências sociais, o estruturalismo encontra-se na base das relações humanas, as quais estão inseridos diversos grupos sociais. É mediante esse método que a cultura humana deve ser entendida em face da sua relação com o sistema ou estrutura maior, mais abrangente. O estruturalismo busca explicar o real a partir de estruturas que o mantém e que se apresentam de forma não explícita dotada de subjetividade.

Para Lévi-Strauss, a estrutura se apresenta como uma totalidade comandada por uma conexão interna e se constitui como um sistema de signos portadores de significações e

sentidos. Nessa perspectiva, a teoria estruturalista propõe o abandono do exame particular dos objetos a que se consagra (Thiry-Cherques, 2006).

Foi na antropologia social, primeira das ciências humanas, que o estruturalismo foi aplicado fora do âmbito da linguística. O método estruturalista rompeu com as teorias evolucionistas do século XIX, segundo as quais as sociedades ditas “primitivas” representavam estágios ultrapassados pelo Ocidente no caminho do progresso. Assim, compararam-se a mais variada sociedade em busca das “invariantes” com aquilo que todas têm em comum (Amaral; Miranda, 2003).

De acordo com a teoria estruturalista dentro de uma mesma cultura os significados são produzidos e reproduzidos mediante práticas sociais. Tais práticas são evidenciadas pelos rituais, adotado por cada sociedade, seja na maneira de preparar e servir os alimentos, seja nos escritos.

O Pensamento Selvagem marcou o apogeu do prestígio do estruturalismo e estabeleceu um espaço para a antropologia entre as ciências sociais mais importantes (Amaral; Miranda, 2003). Lévi-Strauss mostra que os povos ditos como “primitivos” possuem sua identidade própria, sua maneira de pensar e de agir, que parece aos ocidentais ser diferente, mas que na verdade não é. Aliado a identidade, saberes que os conduzem a fomentar suas atividades e fortalecer a cultura.

E, é este fato que chama atenção, já que a lógica de pensar dos “civilizados” baseia-se na experiência – a ciência do concreto, buscando decifrar classificações abstratas como a matemática e biológica; já os “selvagens” são mais práticos, há uma especificidade em seus pensamentos (Amaral; Miranda, 2003). Os conhecimentos intrínsecos dos grupos sociais diferenciam-se pela particularidade dos elementos constituintes de cada cultura.

Dessa forma, os conhecimentos vão além de suas aplicabilidades nas diferentes atividades desenvolvidas pelos seres humanos. “Um conhecimento desenvolvido tão sistematicamente não pode ser em função apenas de sua utilidade prática” (Levi-Strauss, 1989, p. 23). Isso porque os “selvagens” eram tidos como fruto de suas necessidades e, ficou constatado que não é, pois eles somente faziam nomeação daquilo que fosse útil para eles, seja de espécies animais ou vegetais. Diferentemente, de outras culturas que classificam e, posteriormente, selecionam.

A classificação adotada pelos primitivos não detinha um arcabouço científico para a cultura ocidental, como os da biologia, por exemplo, mas sim com um teor simbólico da relação daquilo que é classificado do homem e o meio. Neste sentido, Lévi-Strauss (1989, p. 60) afirma que “as classificações indígenas não são apenas metódicas e baseadas em um saber teórico

solidamente constituído, elas também podem ser comparadas, de um ponto de vista formal, com aquelas que a zoologia e a botânica continuam usar”.

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, uma vez que parte do pressuposto de buscar respostas para as questões levantadas que norteiam os objetivos traçados nessa pesquisa. Segundo Nascimento (2016), a pesquisa do tipo aplicada pressupõe a geração de conhecimento, de modo a apresentar soluções para determinados problemas específicos. Nesse caso, é apontada a busca da verdade para determinada aplicação prática em situação particular.

Nas comunidades da Resina e do Saramém, os conhecimentos produzidos foram aplicados, de modo a auxiliar na efetivação das políticas públicas com vistas a vulnerabilidade socioambiental das comunidades quilombolas no recorte espacial. Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo descritiva, já que há trabalhos de diferentes autores sobre o objeto de estudo elencado e suas múltiplas abordagens nas mais diferentes áreas do conhecimento em que as comunidades quilombolas foram pesquisadas.

A definição do método de abordagem de uma pesquisa é determinada pelas questões de pesquisa, os objetivos e as técnicas que subsidiam esses objetivos. Segundo Almeida (2019), as pesquisas são embasadas por um determinado método de abordagem em consonância com o objeto de estudo a ser pesquisado e a categoria de análise geográfica.

Por sua vez, para Marconi e Lakatos (2003), o método consiste no conjunto de atividades sistemáticas e racionais que possibilita atingir o objetivo determinado, delineando o caminho a ser percorrido e mostrando os erros, além de auxiliar o pesquisador.

Para tanto, quanto a abordagem, a pesquisa é de natureza quali-quantitativa. Na visão de Nascimento (2016), a pesquisa qualitativa é baseada na interpretação dos fenômenos abordados e nos significados que possuem, ou então nos significados atribuídos pelo pesquisador, observando a realidade em que os fenômenos estão inseridos. Já na pesquisa quantitativa, a abordagem emprega medidas padronizadas e sistemáticas, agrupando respostas pré-determinadas, a fim de facilitar a comparação e a análise de medidas estatísticas de dados.

Porém, há estudos que empregam a abordagem quali-quantitativa. Assim, nessa pesquisa, optou-se pela abordagem quali-quantitativa, pois utiliza do detalhamento dos dados a partir da descrição sem a presença de dados estatísticos (não mensuráveis), podendo algumas informações serem representadas por estatística (mensuráveis), acerca da apresentação de informações dos indicadores de sustentabilidade construídos nas comunidades pesquisadas.

No estudo, tomando-se como pressuposto a abordagem quali-quantitativa adotada, faz mister identificar que os objetivos específicos de números 1 e 2 são qualitativos e o 3 é de caráter quali-quantitativo. Na pesquisa, o caráter qualitativo foi representado pelos relatos dos

sujeitos sociais a partir dos dados primários por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, enquanto o quantitativo esteve voltado para a quantificação dos indicadores de sustentabilidade e outras informações do estudo.

No que se refere ao método de embasamento, optou-se pelo estruturalismo a partir do modelo P-E-R (Pressão-Estado-Resposta) proposto por Florissi (2009), onde a Pressão corresponde ao efeito das atividades antrópicas no meio ambiente, provocando alteração na qualidade e quantidade de recursos naturais, refletindo no uso e ocupação do solo, quais os impactos sobre o meio ambiente provocado pelo estado e como resposta são consideradas até que ponto a sociedade se preocupa com essas alterações de forma a minimizar os efeitos negativos das pressões antrópicas, mediante políticas de ordem social, econômica e ambiental.

Nesse estudo, esse modelo foi utilizado para melhor apresentar os indicadores de sustentabilidade, pois o estudo de indicadores acaba não sendo tão efetivo quando não se tem uma boa distribuição dos indicadores de Pressão, Estado e Resposta, contribuindo, dessa forma, para se chegar a uma avaliação da sustentabilidade. Portanto, a técnica P-E-R auxiliou nas análises dos indicadores de sustentabilidade.

A escolha do modelo da matriz P-E-R justifica-se pela importância em aliar o estudo de indicadores de sustentabilidade que agrupam as ações antrópicas frente ao processo de transformação do espaço, ao passo que estabelece relação de causa e efeito, o que permite identificar e, ao mesmo tempo, apresentar os problemas socioambientais decorrentes das atividades no território e, a partir de então, esquematizar ações mitigadoras que possam amenizar os efeitos dos impactos negativos, além da relevância nos estudos das Ciências Ambientais.

1.2 Procedimentos metodológicos

Em linhas gerais, o planejamento representa etapa fundamental para a concretização de qualquer que seja a pesquisa ou trabalho acadêmico. A seleção dos instrumentos a serem utilizados durante o período da pesquisa, favorece que o pesquisador alcance os objetivos elencados na pesquisa de forma organizada, minimizando as chances de ocorrer, ao longo do percurso, possíveis equívocos durante a realização do estudo. Diante dessa perspectiva, esse estudo foi desenvolvido obedecendo as seguintes etapas:

a) Levantamento bibliográfico, documental e cartográfico: primeiramente, foi realizado levantamento bibliográfico. Nesta etapa, enfatizou-se a categoria geográfica de

análise “território”, comumente discutido nos distintos estudos geográficos. Embora os membros das comunidades tradicionais estejam em um determinado território e desenvolva suas práticas nas atividades extrativistas, esta categoria de análise apresenta, nessa pesquisa, uma abordagem acessória.

A construção do levantamento bibliográfico se deu mediante a busca em pesquisas já realizadas, com ênfase nas palavras-chave que norteiam o estudo, a saber: Identidade, Saberes, Cultura, Vulnerabilidade Socioambiental, Indicadores de Sustentabilidade ou socioambientais e Comunidades Quilombolas. Ademais, foi levado em consideração os regimentos legais que norteiam a política de conservação ambiental; a apropriação, controle e uso dos recursos naturais; os impasses vivenciados pelos membros das comunidades quilombolas, além daqueles que tratam das comunidades quilombolas.

Esse levantamento ocorreu por meio de periódicos científicos com Qualis CAPES, mais precisamente os artigos publicados em tais periódicos com estratos A1, A2, A3, A4, B1 e B2, com base na classificação de periódicos do quadriênio 2019-2024, no intervalo temporal dos últimos cinco anos, teses e dissertações da BDTD das diferentes IES da Rede PRODEMA, defendidas no intervalo temporal de 2019-2024 correspondente ao estado da arte, a fim de valorizar as pesquisas mais recentes desenvolvidas acerca do objeto de estudo elencado nessa pesquisa, além de *sites* oficiais, que trataram de questões relacionadas as comunidades quilombolas, além de livros e capítulos impressos e eletrônicos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) acerca das temáticas discutidas.

Os autores escolhidos para a construção e discussão teórica, promoveu um aprofundamento e clareza acerca das palavras-chave, sendo capaz de esclarecer os objetivos construídos nessa pesquisa (Quadro 1). Essa etapa subsidiou todo o estudo.

Quadro 1 – Autores adotados em relação as palavras-chave do estudo.

Autores/Ano	Conceitos
Haesbaert (2005), Raffestein (1993)	Território
Chaves (2017), Silva (2016), Cícero (2019), Silva (2017), Cota <i>et al.</i> (2019), OCDE (1993), Pereira; Curi e Curi (2018), Silva <i>et al.</i> (2013), Silva e Candido (2016), Tostes e Ferreira (2015)	Indicadores
Costa <i>et al.</i> (2020), Santos (2019), Girão; Rabello; Zanella (2018), Gomes (2020), Barbosa; Goncalves; Santana (2019), Santos; Batista (2018), Vasconcelos; Candido; Freire (2019), Silva <i>et al.</i> (2021), Aquino <i>et al.</i> (2017)	Vulnerabilidade
Silva; Baptista (2018), Brasileiro; Santos (2020), Oliveira (2012), Conceição Silva (2020), Souza; Gois; Araújo (2021), Moreira; Carvalho (2018), Oliveira (2017), Oshai (2017), Lacey (2019),	Conhecimentos/ Saberes tradicionais

Diegues (2001), Santos (2001), Ferreira; Souza (2020), Menezes; Mizuk; Campos (2017) e Lacerda (2021)	
Moares <i>et al.</i> (2017), Santos (2006), Gomes (2008), Oliveira (2017), Santos e Batista (2018), Nunes (2019), Leal <i>et al.</i> (2021), Boas (2010), Marconi e Presotto (2009), Silva; Silva (2009)	Cultura
Furtado; Pedroza; Alves (2014), Berger e Luckmann (2004), Moraes <i>et al.</i> (2017), Almeida (2018), Freitas Junior e Perucelli (2019), Ilges (2019)	Identidade

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2021-2022.

E, como forma de fomentar a discussão acerca dos temas relacionados a esta pesquisa, foram utilizados alguns dos teóricos apresentados durante as disciplinas cursadas nos semestres iniciais do Doutorado. Ademais, foram feitos levantamentos no buscador Google Acadêmico e nos bancos de dados Portal de Periódicos da CAPES, *Web of Science* e Scielo.

Neste estudo, houve a seleção dos seguintes critérios de exclusão: recorte temporal (busca de artigos publicados nos últimos cinco anos 2019-2024 e teses e dissertações defendidas também nesse intervalo, exceto os instrumentos legais - Leis e Decretos e aproximação com a temática abordada na pesquisa). Para o critério de inclusão foram considerados os estudos que tiveram como objeto de estudo as comunidades quilombolas, principalmente na vertente socioambiental.

No tocante as análises documentais, foram consultados os instrumentos legais que defendem as comunidades tradicionais e os quilombolas (Decreto nº 4.483/2003, Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 e o Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007), além dos que abrangem a política de conservação ambiental, podendo citar: o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e o Plano Nacional de Áreas Protegidas (Decreto nº 5.758/2006).

As análises destes documentos permitiram desvelar às contradições, em face à política de conservação ambiental em escala nacional/regional/local e suas implicações para os diferentes sujeitos sociais em consonância aos impactos socioambientais que tem sua gênese nas atividades desenvolvidas, sob os locais que resguardam recursos naturais, além da forma de obtenção desses recursos por meio das práticas extrativistas.

Ademais, o que pressupõe o Art. 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4887/2003, que discutem o acesso e direito a terra aos quilombolas de forma a permitir a construção de identidade e produção de cultura no território.

O levantamento cartográfico foi constituído pela confecção de mapas temáticos, a partir da utilização do *software* gratuito Quantum Gis versão 2.18, imagens do *Word Imagery* com

resolução espacial de 2m e dados do Atlas Digital da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) 2017.

b) Pesquisa de campo: esta etapa foi utilizada para alcançar todos os objetivos elencados na pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo consiste na obtenção de informações em relação a um determinado problema e, a partir dessas informações, apontar uma solução para aquele problema em questão. A pesquisa de campo favoreceu ao pesquisador conhecer a realidade das comunidades quilombolas pesquisados mediante a troca de conhecimentos e vivências compartilhadas pelos sujeitos sociais.

O primeiro objetivo intitulado “Compreender os saberes tradicionais na realização das práticas extrativistas sustentáveis” foi alcançado mediante as visitas *in loco*, aplicação de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) e cartografia social. O roteiro de entrevista semiestruturado foi composto por questões abertas e fechadas.

Como forma de organizar as informações inferidas pelos entrevistados, as perguntas presentes nas entrevistas foram elaboradas e distribuídas em sete seções, com destaque para as dimensões social, econômica, cultural e ambiental, além da caracterização do sujeito social, das perspectivas e desafios e da cartografia social, de forma a privilegiar os relatos dos sujeitos sociais em relação as temáticas inerentes em cada capítulo.

Durante os momentos de idas a campo, adotou-se pelo pesquisador em conjunto com os sujeitos sociais entrevistados a aplicação de entrevistas em grupo em função de não comprometer as atividades extrativistas exercidas pelos mesmos e deixá-los mais confortados em relação a sua disponibilidade de tempo em contribuir para a pesquisa. Vale salientar que antes de iniciar a aplicação das entrevistas, o pesquisador leu em voz alta o TCLE como de forma assegurar ao entrevistado o sigilo das informações, além de deixar claro que o sujeito social podia não responder as perguntas feitas pelo pesquisador a qualquer momento.

As informações colhidas pelo pesquisador permitiram identificar o perfil dos integrantes das famílias entrevistadas. Ao mesmo tempo em que houve a aplicação das entrevistas semiestruturadas, aconteceu também as visitas *in loco* nas comunidades pesquisadas. Estas técnicas, por sua vez, possibilitaram avaliar a questão da (in)sustentabilidade pelas práticas extrativistas desenvolvidas pelos membros das comunidades quilombolas.

O segundo objetivo intitulado “Discutir os desafios ligados a sobrevivência vivenciados nas comunidades quilombolas da Resina e do Saramém, em Brejo Grande/SE” foi atingido a partir da cartografia social e visitas *in loco* nas áreas utilizadas para realização das práticas extrativistas. Para a realização da cartografia social foram utilizadas idas a campo exclusivamente para desenvolver as oficinas nas duas comunidades quilombolas pesquisados.

A cartografia social foi realizada em dias diferentes mediante a aplicação de oficinas de mapeamento participativo com os/as pescadores/as artesanais, marisqueiras e presidente de associação, respeitando sempre a disponibilidade dos referidos sujeitos sociais.

No primeiro momento da oficina, ocorreu a exposição do mapa (formato A3) de localização do município de Brejo Grande, destacando os elementos que integram a linguagem cartográfica e que permitem realizar a leitura do mapa. Este mapa foi confeccionado no *software* QGis.

Em seguida, foi explicado o objetivo da cartografia social para que as comunidades quilombolas compreendessem o real sentido do etnomapeamento, que se refere à confecção de uma representação (mapa) feito pelas comunidades do seu território, em que são elencados elementos que contemplam a realidade local, a partir das vivências com os seus pares.

Nesse sentido, segundo a visão de Almeida e Vidal (2020, p. 261), “quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo somente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida e as questões sobre a importância de manutenção das áreas protegidas para a conservação ambiental (...)”. Assim, a cartografia elaborada pelos/as pescadores/as e marisqueiras demonstra a múltipla função difundida entre a identidade, cultura e saberes tradicionais e a exploração dos recursos naturais por meio das práticas extrativistas.

Para Machado (2014, p. 5), “as representações trazidas pelo mapa cultural têm como produto principal o território e suas territorialidades, que são construídos socialmente por meio da percepção e da interpretação dos indivíduos, revelando as práticas sociais presentes no cotidiano desses indivíduos”.

As oficinas foram conduzidas a partir de perguntas relacionadas aos objetivos, tais como: os saberes tradicionais e os locais que utilizam para as práticas extrativistas para obtenção dos recursos naturais e a sua relação com a sustentabilidade, as formas de conservar esses locais, as transformações no espaço a partir das diferentes atividades desenvolvidas, os desafios identificados no território, os elementos que evidenciam a vulnerabilidade socioambiental dessas comunidades, as formas de representação da identidade, cultura e saberes tradicionais e as ações que podem ser adotadas por meio de políticas públicas para garantir a permanência dos sujeitos sociais no território.

Houve repetição das perguntas, caso algum participante desejasse ou para sanar alguma dúvida. À medida que foi feita uma pergunta, todos os participantes responderam e, posteriormente, desenharam no papel sob a mesa e, assim, por diante, até finalizar todas as perguntas elaboradas e lidas em voz alta pelo pesquisador.

Após o término das perguntas, os participantes foram orientados para a construção de uma legenda no próprio desenho para indicar os elementos representados no etnomapeamento, a fim de valorizar o entendimento individual durante a confecção do mapa. Para a construção dos croquis, ocorreu a distribuição de papel A3, variedade de lápis de cor de diferentes espécies (madeira, giz de cera, canetas hidrográficas) (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Confecção do etnomapeamento da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Figura 3 - Confecção do etnomapeamento do Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

O terceiro objetivo intitulado “Definir os indicadores de sustentabilidade que refletem a realidade das comunidades quilombolas” foi alcançado a partir das visitas *in loco* e aplicação de entrevistas semiestruturadas. A partir das respostas obtidas pela aplicação das entrevistas e

do diagnóstico das visitas *in loco* foi possível elencar os indicadores de sustentabilidade acerca da realidade das comunidades quilombolas.

Para fins desse estudo, foram construídos 16 indicadores de sustentabilidade com base nas dimensões social, econômica, ambiental e política, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - Relação das dimensões e os indicadores de sustentabilidade.

Dimensão	Indicadores
Social	Saneamento básico, infraestrutura e coleta de resíduos sólidos
Econômica	Distribuição de renda, dias de pesca, comercialização do pescado, sazonalidade, ter ou não peixe ou marisco, presença do atravessador ou não
Ambiental	Descarte dos efluentes domésticos no rio, desbaste de manguezal, uso inadequado do tamanho da malha da rede de pescar, uso da redinha para a captura do caranguejo, lançamento dos dejetos da carcinicultura no rio e/ou no manguezal, respeito ao período de defeso
Política	Formas de organização (sindicatos, realização de passeatas de mobilização) por meio de articulação no contexto dos movimentos sociais representados pelas associações e/ou colônia de pescadores

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

O anonimato dos relatos dos pescadores artesanais e marisqueiras foram representados no texto por meio de códigos e distribuídos ao longo dos capítulos em observância as suas temáticas. Todos os relatos dos(as) entrevistados(as) foram transcritos a mão com a finalidade de aproveitar na íntegra e, de forma detalhada, as informações fornecidas pelos informantes.

Nesse sentido, a substituição das identidades dos sujeitos sociais entrevistados permitiu identificar com maior frequência a participação de cada um nas atividades extrativistas em que foi diagnosticado funções exercidas pelas mulheres na pesca artesanal e comercialização das espécies de peixe e mariscos. Para tanto, foram utilizados códigos em relação as falas dos entrevistados, distribuídos da seguinte maneira, conforme mostra o Quadro 3:

Quadro 3 - Identificação por códigos de cada sujeito social abordado na pesquisa.

Código	Sujeito social
P	Pescador
Pa	Pescadora
M	Marisqueira
At	Atravessador
Ata	Atravessadora

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

As etapas alusivas ao planejamento, de forma a atender os diferentes objetivos construídos no estudo estão representadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Atividades realizadas pelo pesquisador nas comunidades pesquisadas.

ATUAÇÃO DO PESQUISADOR COM AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	DATA
Apresentação do pesquisador junto as comunidades pesquisadas, a fim de estreitar os laços de confiança e apresentação de elementos da pesquisa	14 de março 2022
Visita <i>in loco</i> nas comunidades da Resina e do Saramém	14 de março 2022
Visita <i>in loco</i> e registros fotográficos dos locais utilizados para as práticas extrativistas nas duas comunidades pesquisadas	15 de março de 2022
Aplicação de entrevistas semiestruturadas com pescadores artesanais e marisqueira	15 de março de 2022
Entrevista com líder de associação da comunidade quilombola da Resina	22 de março de 2022
Aplicação de entrevista com líder da associação do povoado Saramém	22 de março de 2022
Participação no evento “Feira de saberes e sabores tradicionais: cultura e artes quilombolas, em Brejo Grande/SE”	22 e 23 de março de 2022
Aplicação de entrevistas semiestruturadas aos/a atravessadores/a da Resina, em Brejo Grande/SE	18 de maio de 2023
Aplicação de entrevistas semiestruturadas a atravessador do Saramém, em Brejo Grande/SE	18 de maio de 2023
Diálogo com a representante do território quilombola	18 de maio de 2023
Diálogo com pescadores artesanais que desenvolvem a rizicultura na Resina	18 de maio de 2023
Diálogo sobre o TBC com pescadora artesanal da Resina	21 de novembro de 2023
Realização de oficina sobre cartografia social na Resina	12 de dezembro de 2023
Realização de oficina sobre a cartografia social no Saramém	13 de dezembro de 2023

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022-2023.

Na pesquisa de campo, foram obtidos os dados primários mediante os instrumentos de coleta de dados com a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os membros das comunidades quilombolas e líderes de associação. Estabeleceu-se como universo do estudo, duas comunidades do município costeiro de Brejo Grande - Resina e Saramém.

Quanto a escolha da amostragem, esta ocorreu com base na aplicação da técnica denominada de “bola de neve” (*snowball*) que consiste na seleção de algumas pessoas a partir da indicação de uma outra da comunidade que atendem a determinados pré-requisitos

estabelecidos. Para tanto, foram considerados os sujeitos sociais com mais tempo de prática de atividade extrativista.

Os pré-requisitos adotados assentam-se no exercício das atividades extrativistas da pesca artesanal e/ou a mariscagem como principais fontes de renda e sustento, atuação na comunidade em termos de liderança, sobretudo nas associações/colônias de pescadores, pescador/a ou marisqueira mais antigo/a da comunidade e as relações de comercialização do pescado entre os pescadores – atravessadores – consumidor final. Foi mediante essa técnica que os pescadores artesanais indicaram ao pesquisador os atravessadores que atuam nos dois territórios comunitários.

Nesse processo, esses sujeitos sociais tornaram-se informantes e ajudaram na indicação de outros sujeitos a serem incluídos na amostra. Desse modo, a técnica “bola de neve” contribuiu para a construção de uma rede de contatos, onde em cada extremidade tinha um sujeito social que indicava outro a ser entrevistado e, assim, por diante.

No total, foram contabilizadas uma amostra de 55 entrevistas aplicadas de acordo com as indicações dos sujeitos sociais abordados no estudo, às quais abrangeram os pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras, sendo 35 aplicadas no povoado Saramém e 20 na Resina, além de três entrevistas aplicadas aos atravessadores (Apêndice B) que atuam nas duas comunidades pesquisadas. A justificativa desse quantitativo de entrevistas realizadas assenta-se na frequência de respostas iguais inferidas pelos entrevistados.

As entrevistas com os pescadores(as) e marisqueiras ocorreram em grupo em virtude de ser a coletividade desses sujeitos sociais uma característica peculiar. Alguns relatos foram gravados com a permissão dos entrevistados e, em seguida, transcritos seguindo-se a análise de conteúdo de Bardin (2016).

A cada pergunta feita pelo pesquisador todos respondiam coletivamente, contribuindo, assim, para um maior número de informações obtidas. No caso dos atravessadores, como foi um número mínimo que atuam nas duas comunidades, optou-se por entrevistar cada um de modo individual. Ademais, ocorreram visitas *in loco* e registros fotográficos dos ambientes detentores de recursos naturais e dos desafios vivenciados pelas comunidades quilombolas no seu território e a aplicação da metodologia da cartografia social.

A primeira visita *in loco* nas comunidades pesquisadas ocorreu em outubro de 2020, em que foi possível aplicar entrevistas semiestruturas a pescadores artesanais com a finalidade de levantar informações preliminares das realidades vivenciadas por estes sujeitos sociais. Porém, as informações obtidas não foram inseridas no estudo, pois a pesquisa ainda não tinha sido aprovada no Comitê de Ética.

Em virtude da pandemia do COVID-19, foram adotados todos os cuidados necessários, como por exemplo, o uso de máscara e álcool 70 e o distanciamento, a fim de evitar a contaminação pelo coronavírus, já que os primeiros contatos feitos junto as comunidades ocorreram diante dessa realidade. Houve também o fornecimento de algumas informações com a utilização do aplicativo WhatsApp devido ao cenário pandêmico que atingiu o mundo, conforme sugestão dos próprios pescadores artesanais e marisqueiras das localidades pesquisadas.

Para além das questões mencionadas acima, não é fácil adentrar no território quilombola, visto que os sujeitos sociais presentes nesse espaço, sentem-se ameaçados constantemente pelos empresários, fazendeiros e carcinicultores que tentam se apropriar do território pelo uso do poder político e econômico. Nesse sentido, é imprescindível que o pesquisador estabeleça estratégias de comunicação para ganhar a confiança dos membros das comunidades quilombolas, a fim de que estes contribuam de forma consciente e precisa no compartilhamento de informações desejadas pelo pesquisador para atingir os objetivos da pesquisa. O ideal é que o pesquisador estabeleça contato com o (a) líder da associação, a fim de estreitar os laços com as comunidades quilombolas pesquisados para adentrar no seu território.

Diante dessa abordagem, o pesquisador deve estar inserido no contexto local das comunidades quilombolas, com a finalidade de adentrar, conhecer e se aprofundar sobre a realidade enfrentada por tais comunidades e apresentar alternativas que possam minimizar os desafios presentes no território quilombola.

c) Ordenamento e tabulação dos dados obtidos: ao término da aplicação dos instrumentos de coleta utilizados na obtenção dos dados primários, as informações foram agrupadas para posteriores análises. Estas passaram pelo processo de seleção, a fim de evitar erros ou informações incompletas. Em seguida, foi feito a categorização dos dados e, por fim, apresentados em tabelas e/ou quadros para facilitar as relações existentes entre eles (Marconi; Lakatos, 2003).

As respostas das questões presentes nas entrevistas semiestruturadas com os membros das comunidades quilombolas, foram discutidas no texto (relatos dos entrevistados), conferindo e permanecendo a originalidade das falas desses sujeitos sociais, fazendo o cruzamento com informações de outros estudos e outras receberam tratamento estatístico para facilitar a quantificação, a fim de promover melhor compreensão e visualização dos fenômenos abordados na pesquisa.

d) Análise e interpretação das informações: nesta etapa, o pesquisador realizou uma abrangência maior acerca dos dados representados estatisticamente, de modo a atingir respostas aos seus questionamentos, sem perder de vista as relações desencadeadas, em face aos dados obtidos e as questões levantadas. A interpretação, por sua vez, possibilitou ao pesquisador atribuir diferentes significados as informações colhidas, relacionando a outras áreas do conhecimento (Marconi; Lakatos, 2003).

Dessa forma, a análise e interpretação das informações ao longo da pesquisa, suscitaram o entendimento das relações socioambientais, as nuances do território quilombola e as contradições inerentes as relações estabelecidas em que, de um lado, a busca contínua dos membros das comunidades quilombolas em permanecer realizando suas práticas extrativistas na obtenção dos recursos naturais e, do outro, os desafios que permeiam os diferentes usos do território à luz do processo de apropriação e dominação.

e) Definição e modelo de análise dos indicadores de sustentabilidade escolhido para a pesquisa: os indicadores foram definidos de acordo com as dimensões social, econômica, política e ambiental. Posteriormente, foram distribuídos nos elementos da matriz P-E-R mediante conhecimento e análise do recorte espacial do estudo a partir das visitas *in loco* nas duas comunidades pesquisadas e informações obtidas durante as entrevistas semiestruturadas.

f) Demanda Ética: por se trabalhar com seres humanos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em 27 de abril de 2021, tendo aprovação em 7 de março de 2022, de acordo com o CAAE nº 50787021.0.0000.5546.

SEÇÃO 2

Comunidades Quilombolas: Identidade, Saberes, Cultura e Vulnerabilidades

Nesta seção, de cunho teórico, apresenta-se, de forma abrangente, as diferentes abordagens acerca da categoria de análise território, os aspectos conceituais de indicadores socioambientais/sustentabilidade e modelos aplicados em estudos, a fim de tomá-los com base para a construção destes na pesquisa em tela.

Ademais, foram apresentadas abordagens teóricas acerca do termo vulnerabilidade socioambiental, dos aspectos característicos das comunidades quilombolas e a questão da cartografia social no contexto situacional dos sujeitos sociais e, por fim, é apresentado um detalhamento sobre o circuito da pesca, estendendo-se desde a cadeia produtiva da pesca artesanal como dos sujeitos sociais que integram o sistema de comercialização do pescado.

2.1 O Território e suas múltiplas abordagens

As categorias de análise (Espaço-Território-Região-Paisagem-Lugar) subsidiam os estudos geográficos. As referidas categorias assumiram abordagens variadas, sobretudo durante a história do pensamento geográfico, as quais foram e são trabalhadas em diversas perspectivas em consonância com o objeto de estudo traçado pelo pesquisador. Para fins desse estudo, deu-se ênfase a discussão acerca do território.

Na concepção de Dourado (2015), a palavra *territorium* (terra) vem do latim e está associada a ideia de apropriação, onde o uso social constitui seu elemento definidor, anunciando a junção de um povo e de uma porção de terra. O uso social relaciona-se as diferentes formas de apropriação da natureza e a valorização do espaço, abrangendo as questões materiais, funcionais, econômicas e dos aspectos simbólicos.

Ainda nas palavras da autora, o espaço é transformado em território mediante a apropriação dos sujeitos sociais. Sendo assim, essa ação se efetua por e a partir das relações que envolvem as dimensões social, política, econômica e cultural. Assim, o processo de apropriação é evidenciado ao passo que um determinado sujeito tende a se apropriar de um espaço.

Para Haesbaert (2005), o território apresenta duplo sentido: o material e o simbólico, uma vez que etimologicamente encontra-se próximo de *terra-territorium* como de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), isto é, tem relação com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do receio, de modo especial para aqueles que, em virtude desta dominação, ficam vulneráveis a deixar a terra, ou no *territorim* não são autorizados a adentrar. Igualmente, para aqueles que possuem o direito de usufruir, o território inspira causa a identificação (positiva) e a concretização da “apropriação”. A definição de Haesbaert chama à atenção de que quando se fala em território os termos “apropriação” e “dominação” não são

similares, pois nem sempre o sujeito social que domina, ao mesmo tempo, se apropria do território e vice-versa.

Esse autor salienta ainda que nos diferentes contextos em que o território é empregado sempre está ligado a poder, mas não necessariamente ao tradicional poder político, ou seja, o território diz respeito ao poder no sentido mais concreto (dominação) e ao poder no sentido mais simbólico (apropriação). Nem sempre os sujeitos que dominam se apropriam do território, mas, em alguns casos, a depender da dinâmica e das tramas um mesmo sujeito pode dominar e, ao mesmo tempo, se apropriar do território.

De modo geral, por mais diferentes combinações que o território apresente, esta categoria de análise é, antes de tudo, funcional e simbólico, uma vez que se exerce o domínio sobre o espaço para realizar funções e produzir significados. Tanto o funcional quanto o simbólico não se manifesta sozinho, ou seja, no território funcional é identificadas características do território simbólico e vice-versa (Haesbaert, 2005).

No território, o funcional corresponde às funções que o território representa para os sujeitos sociais e, ao mesmo tempo, as funções desses sujeitos para com o território. Já o simbólico remete aos significados atribuídos ao território, as relações aí desenvolvidas em face a dinâmica promovida por essas relações.

O autor mencionado acima, elenca as características do território funcional e do território simbólico. O território funcional está associado aos processos de dominação e parte do pressuposto de que o território é visto como recurso, palco de relações de troca e é comum observar desigualdades nesse tipo de território, já que nem todos que se encontram no espaço usufruem dos recursos disponíveis de forma igualitária e não produz territorialidade.

Em contrapartida, o território simbólico está intimamente vinculado aos processos de apropriação e, neste caso, é tido como símbolo. Nesse território, os símbolos existentes revelam os seus próprios significados. E são esses significados que confere aos sujeitos sociais as múltiplas identidades a partir das relações de afetividade para com os seus pares.

Para tanto, quando se trata de território um aspecto que deve ser levado em consideração para o seu entendimento reside na questão da historicidade. No ponto de vista de Dourado (2015), a historicidade do território implica em movimento e mudança no que tange as relações estabelecidas, uma vez que a tendência é que as relações no decorrer dos processos históricos sofram transformações. Nessa conjuntura, pode-se afirmar que há uma (re)construção das relações.

Os propósitos dos processos de territorialização, isto é, de dominação e apropriação do espaço, apresentam variações ao considerar o tempo e o espaço. Desse modo, as sociedades

tradicionais associavam a construção material do território como amparo e alicerce de recursos dotado de profunda identificação que preenchia o espaço de referentes símbolos essenciais à manutenção da cultura (Haesbaert, 2005). O arranjo de símbolos com seus respectivos significados e representações pelos sujeitos sociais norteiam a cultura e contribui para permanecê-la “viva” e cada vez mais fortalecida.

Na sociedade atualmente predomina a mobilidade, os fluxos (redes) e, conseqüentemente, as conexões (Haesbaert, 2005). O território assume o *status* de território-rede, uma vez que as relações se configuram de um ponto a outro, de um território ao outro, formando redes mediante as conexões estabelecidas. A expansão das redes proporciona a construção e a localização dos fenômenos que estão presentes no território. Dessa forma, os territórios são conectados um com os outros em função dos fluxos.

Quanto a produção do território enquanto recurso, Haesbaert (2005) aponta a seguinte classificação: os dominantes, os quais são privilegiados pelo seu caráter funcional e mercantil e os dominados, estes, por sua vez, caracterizados pela valorização do território no que se refere a garantia da sobrevivência cotidiana. Tomando como base essa distinção, os sujeitos sociais são considerados dominados, pois lutam constantemente para a permanência de usufruto dos recursos naturais disponíveis no território e, assim, continuar se reproduzindo.

Segundo Fuini (2017), a concepção de território parte do princípio da dimensão espacial que se manifesta nos processos de dominação mais concretos, seja pela produção material ou pelos termos jurídicos-políticos. Outrossim, é também um espaço apropriado em termos imateriais no que se refere a produção das questões identitárias, subjetividade e simbolismo com um determinado território.

Ainda nas reflexões do autor acima, o território abrange um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os processos de desterritorialização e reterritorialização à medida que os sujeitos sociais deixam os territórios em que se encontram e adentram em outros territórios, respectivamente. Em alguns casos, os sujeitos sociais são dominados no seu território e acabam se territorializando em outro espaço.

De forma conceitual, o território é definido e enfatizado nos discursos geográficos por autores consagrados, a saber: Claude Raffestein, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Aurélio Saquet e Manuel Correia de Andrade, além de abordagens em outras áreas afins do conhecimento.

Para Souza (1995), o território nada mais é que um espaço demarcado por e a partir das relações de poder. Nesse viés, pode-se mencionar que as relações de poder são caracterizadas

pelo processo de apropriação e pelas constates formas de disputa em face ao poder político. Diante desse cenário, tem-se de um lado, os dominantes e, do outro, os dominados.

Por sua vez, Raffestein (1993) enfatiza que o espaço é antecedente do território. Assim, o território resulta dos modos de apropriação de um espaço concreto ou abstrato, no qual o sujeito social “territorializa” o espaço. Com base nessa definição, o poder e o território são termos indissociáveis um do outro e desempenham inter-relações. A fusão entre esses dois termos permite a construção do conceito de território. Mas, no território além das relações de poder desencadeadas, também são identificadas relações de sobrevivência e reprodução.

É nas relações de sobrevivência e reprodução que perpassa a relação existente entre identidade e território. Nesse sentido, é o sentimento de pertencimento do sujeito ou agrupamento social que lhe confere a sua existência no espaço em que se encontram.

Nas palavras de Saquet (2003), o território corresponde a um determinado lugar, onde é marcado por múltiplas relações, as quais são predominantes as de poder em virtude da apropriação e da produção do espaço. E como resultado do processo de apropriação os conflitos são eclodidos. De forma mais ampla, os conflitos ocorrem em função de pensamentos e/ou objetivos traçados distintos.

A depender do objetivo dos sujeitos sociais envolvidos, os conflitos podem apresentar diferentes graus de intensidade. Por outro lado, o território apresenta significados para os sujeitos sociais que nele habitam e utiliza-o como fonte de renda frente as atividades desenvolvidas para manutenção da reprodução social, econômica, identitária, cultural e política.

Os laços culturais e identitários construídos por meio de lutas são fatores que exprimem a íntima relação de vivência e particularidades do território pelos sujeitos sociais e seus pares contribuem para o reconhecimento e fortalecimento da identidade.

O território, em detrimento das relações que são efetuadas, é definido como uma produção de relações e, portanto, encontra-se inserido no campo do poder. Tal fato evidencia que o território sofreu apropriação por um sujeito social (Strumer, 2017). Assim, fica nítido que o território é margeado pelas relações de poder e configura as relações de dominação pelos sujeitos sociais detentores de poder político e econômico. Ademais, são as relações de poder que elevam a distinção do território em relação as demais categorias de análise geográfica.

2.2 Indicadores e Vulnerabilidades Socioambientais

As interferências da sociedade na natureza não é algo recente. Desde os primórdios, já era perceptível as diferentes formas dos seres humanos sobre a natureza por meio das atividades desencadeadas. Com o passar do tempo, essas interferências proporcionaram constantes debates entre os estudiosos no âmbito da academia (Macedo; Torres, 2018). Essa discussão chama à atenção para o cenário futuro das próximas gerações, pois a expansão desenfreada das atividades econômicas contribui consideravelmente para a diminuição dos recursos naturais.

A forma de desenvolvimento da humanidade e a maneira como o ser humano vem se apropriando do espaço para expansão de suas atividades são questões que vem ganhando destaque e projeta um cenário futuro para as gerações vindouras (Santos, 2019).

As atividades humanas têm provocado impactos socioambientais negativos e, dessa forma, se distanciando de práticas ecologicamente sustentáveis. Diante desse cenário, pode-se inferir que os indicadores surgiram justamente como forma de assegurar as relações harmônicas entre a sociedade e a natureza diante das questões socioambientais que margeiam a sociedade. Em estudos efetuados por Silva (2016, p. 22).

Desde o Clube de Roma em 1968 até o evento Rio +20 no ano de 2012, um dos aspectos de maior relevância dentro da discussão que permeia o equilíbrio harmônico entre o ser humano e o meio natural são as melhores ações em favor da continuidade do Planeta. O despertar de uma consciência crítica acerca da problemática socioambiental e da limitação dos recursos naturais, dando ênfase no modo de vida baseado no consumo desenfreado, trouxe uma profunda inquietação sobre o futuro da humanidade nos mais diversos segmentos da sociedade contemporânea (Silva, 2016, p. 22).

A realização desses eventos e conferências permitiram um olhar crítico acerca da realidade com que a natureza vinha sendo tratada. Assim, constitui um grande desafio para as populações (re)pensar nas atitudes, de modo que as relações socioambientais desenvolvidas no território possam minimizar os impactos negativos e realçar práticas que se aproximam do viés da sustentabilidade. Frente a todas essas questões, pode-se mencionar que os indicadores constituem em instrumentos que servem para alertar os efeitos das atividades implantadas no meio ambiente por meio de dados que trazem à tona uma configuração da realidade e projetar cenários futuros, bem como a efetivação de políticas públicas.

Quanto ao objetivo dos indicadores e as distintas tendências de abordagens, estes surgem na tentativa de acrescentar informações de complexas interpretações em resumos

numéricos que, de fato, sejam de fácil compreensão, possibilitando de forma clara e aparente o entendimento daquilo que foi obtido como resultado (Silva, 2016).

Para Cícero (2019), quando se trata da elaboração e seleção dos indicadores de sustentabilidade é importante levar em consideração as características do local (área pesquisada), pois lhes confere maior veracidade dos efeitos das atividades desenvolvidas pelos sujeitos sociais detentores de capital e comunidades quilombolas. Para elaborar os indicadores, é necessário considerar os índices, pois estes consistem em ferramentas de medição, gerando valores e que traduzam a realidade à luz das dimensões social, ambiental e econômica do recorte espacial da pesquisa. Nesse contexto, assim como os indicadores, os índices também refletem e contribuem para o processo de tomada de decisão (Silva, 2017).

Os indicadores fornecem como produto final diversas informações em consonância com uma dada realidade, proporcionando medidas ilustrativas relacionadas aos fenômenos que se manifestam no ambiente, possibilitando, assim, melhor visualização, compreensão e interpretação, de modo a garantir a aplicação correta dos investimentos e atenuar os recursos financeiros e/ou até mesmo a degradação ambiental (Chaves, 2017).

Cota *et al.* (2019), afirmam que o surgimento dos indicadores não é algo recente. Por conseguinte, o nível tecnológico não era avançado como atualmente para que a sociedade pudesse diagnosticar os problemas socioambientais. Todavia, os indicadores desempenham papel primordial, em face ao modo desenfreado do consumo pela população, podendo ocasionar o esgotamento dos recursos naturais disponíveis no território, caso suas atitudes permaneçam nessa linha de pensamento.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (*Organization for Economic Cooperation and Development*, 1993), os indicadores constituem parâmetros ou valores provenientes desses parâmetros que assinalam e forneçam informações a respeito do estado ou um fenômeno, com uma expressão significativa.

Nos estudos realizados por Pereira, Curi e Curi (2018), o uso de indicadores de sustentabilidade permitiu apresentar um modelo comparativo em municípios quanto em regiões para fins de comparação da gestão em relação a sustentabilidade, tendo em vista que existem lacunas que favorecem ou dificultam a aplicação dos indicadores e, conseqüentemente, a sua avaliação. A comparação é viável no sentido de que traz à tona se a sustentabilidade está sendo alcançada ou não na escala local ou regional. Ademais, o resultado obtido permite um olhar mais atento a problemática da localidade e contribui para vislumbrar os cenários futuros, além de possibilitar a formulação e execução de políticas públicas para atender a realidade.

A pesca artesanal e a mariscagem são atividades extrativistas que carregam história, especificidades, potencialidades e distintas características locais que formam a identidade e a cultura das comunidades quilombolas, tornando-se atividades com desenvolvimentos próprios. Ademais, os desafios são permanentes e dão continuidade as práticas extrativistas e reprodução dos grupos sociais. Assim, alguns estudos empregaram o uso de indicadores, de modo a avaliar a sua aplicação com vistas a se aproximar do viés da sustentabilidade.

Em estudos efetuados por Silva *et al.* (2013), estes autores desenvolveram um modelo de indicadores fundamentado na metodologia de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS) como forma de avaliar a sustentabilidade na atividade extrativista da pesca artesanal. Estatisticamente, foram analisados 100 famílias e os parâmetros mínimos, médios, desejáveis e máximos. O modelo obtido é composto por 14 indicadores, os quais obedecem a alguns atributos, tais como: produtividade; estabilidade, resiliência e confiabilidade; adaptabilidade; equidade; e autogestão (Quadro 5).

Quadro 5 – Relação dos componentes e construção de indicadores na pesca artesanal.

Componente	Indicadores
Produtividade	Variedade de espécies de peixes coletados; Variedade de espécies de mariscos coletados; Variedade de equipamentos/tecnologia empregados.
Estabilidade, resiliência e confiabilidade	Quantidade de grupos familiares de pescadores; Faixa etária da população; Renda por grupo familiar de pescadores; Variedade de fontes de renda familiar.
Adaptabilidade	Alcance máximo da pesca artesanal; Variedade de espécies e derivados no extrativismo vegetal
Equidade	Contribuição da pesca para a renda familiar; Contribuição da piscicultura/carcinicultura para a renda familiar
Autogestão	Vinculação de pescadores às associações e cooperativas; Registro de captação para grupo de pescadores; Registro de visitas técnicas a grupos de pescadores

Fonte: Silva *et al.* (2013).

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2021.

Para cada atributo foi estabelecido indicadores, onde foram mensurados considerando as forças e fraquezas com suas respectivas variáveis. De forma complementar, levantou-se informações dos pescadores artesanais a respeito dos núcleos familiares (quantidade de membros da família, sexo, idade, estado civil, número de filhos, religião, escolaridade, renda e ocupação profissional).

As conclusões do estudo realizado pelos autores inferiram que o Índice Relativo de Sustentabilidade (IRS) foi de 26% e, com isso, esse cenário pode ser melhorado com

intervenções em alguns atributos, principalmente no de Autogestão, pois interfere de forma negativa nos demais.

Já nos estudos de Souza e Montysuma (2019), os indicadores foram construídos com base nas informações coletadas por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos pescadores artesanais, os quais foram selecionados de forma aleatória. No total, foram selecionados 28 pescadores da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa de Cima e 28 pescadores da vila de Marsaxlokk.

Ainda para esses autores, os dados obtidos foram organizados em planilhas no *software* Excel e houve a elaboração de quatro indicadores e respectivos atributos, que variam de “Muito ruim” a “Muito bom” nas duas localidades mencionadas, conforme mostram as Tabelas 1 e 2. Os mesmos atributos atenderam os indicadores elencados nas duas comunidades.

Tabela 1 – Indicadores, atributos e mensuração de Lagoa de Cima.

Indicadores	Atributo	Porcentagem
Coleta de lixo	Muito ruim	64,29%
Abastecimento de água	Muito ruim	71,43%
Coleta de esgoto	Muito ruim	92,86%
Uso dos Recursos hídricos	Pesca subsistência	82,14%

Fonte: Souza; Montysuma, 2019.

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2021.

Tabela 2 - Indicadores, atributos e mensuração de Lagoa de Marsaxlokk.

Indicadores	Atributo	Porcentagem
Coleta de lixo	Muito boa	71,43%
Abastecimento de água	Muito bom	71,43%
Coleta de esgoto	Muito boa	89,29%
Uso dos Recursos hídricos	Pesca subsistência	92,86%

Fonte: Souza; Montysuma, 2019.

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2021.

Por sua vez, Silva e Cândido (2016) desenvolveram um estudo dos indicadores de sustentabilidade, considerando as dimensões da sustentabilidade na atividade turística no município de Areia/PB em três estágios. Houve a seleção de 47 indicadores, os quais receberam tratamento por meio das técnicas estatísticas de média, desvio-padrão e coeficiente de variação. As variáveis que apresentam desvio-padrão até 2 anunciam baixa dispersão, nos intervalos entre 2 e 3, as variáveis indicam moderada dispersão e acima de 3 alta dispersão das respostas em relação à média. Quanto ao coeficiente de variação, as respostas foram organizadas em

categorias quanto a representatividade da média e do grau de dispersão em que coeficiente de variação menor que 0,15% têm-se baixa variação das respostas em relação à média, coeficiente de variação maior ou igual a 0,15% ou menor ou igual a 0,30% as repostas apresentam variação moderada em torno da média e coeficiente de variação acima de 0,30% significa alta variabilidade das respostas, considerando à média.

No segundo estágio, calculou-se a proporção do número de indicadores de sustentabilidade da dimensão pela soma das quantidades de indicadores de sustentabilidade da dimensão, de modo a saber a relação percentual do nível de sustentabilidade de cada dimensão. Posteriormente, com base na variação percentual, as dimensões foram classificadas em insustentável (0-20%), parcialmente insustentável (21-40%), sustentabilidade intermediária (41-60%), potencialmente sustentável (61-80%) e sustentável (81-100%). No terceiro estágio, houve a mensuração do nível de sustentabilidade a partir do somatório dos indicadores de sustentabilidade identificados nas dimensões. Assim, para a quantidade de indicadores sustentáveis de cada dimensão, se chegou ao seguinte cenário: insustentável (0-10), parcialmente sustentável (11-20), sustentabilidade intermediária (21-30), potencialmente sustentável (31-40) e sustentável (acima de 41).

Em estudo desenvolvido por Tostes e Ferreira (2015), foram apresentadas 40 variáveis construídos 23 indicadores, 10 subdimensões e quatro dimensões (político-institucional, econômica, ambiental e sociocultural). Considerou-se a escala do indicador e a escala padrão, onde esta última apresentou variações entre bom, aceitável, intermediário, mau ou péssimo. Ademais, cada uma dessas categorias diferenciou pelos valores atribuídos, a saber: 0-20, 21-40, 41-60, 61-80 e 81-100, respectivamente. O cálculo foi feito a partir da combinação das escalas do indicador e do padrão, expresso por duas fórmulas. As fórmulas foram expressas da seguinte maneira:

Fórmula 1:

$$\frac{\text{Topo banda da escala padrão} - \{[(\text{valor do indicador} - \text{valor base da banda do indicador}) / (\text{valor topo da banda do indicador} - \text{valor base da banda do indicador})] \times 20\}}{1}$$

Fórmula 2:

$$\frac{\{[(\text{valor do indicador} - \text{valor base da banda do indicador}) / (\text{valor topo da banda do indicador} - \text{valor base da banda do indicador})] \times 20\}}{1} + \text{base da banda da escala padrão.}$$

Assim, percebeu-se que uma relação contraditória, pois os problemas complexos podem garantir a sustentabilidade regional, uma vez que não envolve apenas as questões ambientais.

Nos estudos efetuados por Cota *et al.* (2019), os indicadores foram evidenciados mediante a coleta de dados, a qual foi dividida em três etapas. A primeira esteve baseada na realização de oficina de diálogos com os entrevistados, apontando os indicadores presentes na comunidade a partir de exercícios e dinâmicas com base na metodologia do PEIR (Pressão-Estado-Impacto-Resposta) em que os próprios sujeitos pesquisados identificaram, apresentaram e discutiram as pressões encontradas na comunidade.

Para a realização da oficina, a comunidade foi dividida em grupos e houve a elaboração de perguntas pelos pesquisadores para os participantes relacionadas justamente ao PEIR. Cada pergunta tinha um direcionamento para as variáveis do PEIR. Assim, foi possível extrair os indicadores socioambientais contidos na comunidade. A segunda etapa esteve marcada pela aplicação de questionários constituídos por questões relacionadas aos aspectos socioeconômicos. Por fim, na terceira etapa, enfatizou-se os locais mais críticos ou mais importantes com registros fotográficos, a fim de diagnosticar o cenário dos aspectos socioambientais à luz da matriz PEIR.

De acordo com os autores, contabilizou-se 63 indicadores após as três etapas da coleta de dados. Estes, por sua vez, foram distribuídos em três eixos: Uso e Ocupação do Solo e Demanda Hídrica; Ecossistema, Cultura e Economia; e Saneamento Básico e Resíduos Sólidos. Os indicadores de cada eixo foram distribuídos entre as variáveis constituintes da matriz PEIR.

Segundo a OCDE (1993), os indicadores de sustentabilidade constituem instrumentos, que apresentam como propósito apresentar uma avaliação da sustentabilidade, com base no levantamento de informações acerca do meio ambiente, fornecendo a situação real da manifestação dos fenômenos. Geralmente, as informações obtidas são distribuídas na matriz P-E-R como forma de esquematizar os diferentes indicadores identificados a partir dos elementos constituintes dessa matriz.

Os modelos de indicadores até então apresentados aqui serviram de base para a construção dos indicadores de sustentabilidade do estudo em tela com ênfase na matriz Pressão-Estado-Resposta, onde para cada elemento constituinte dessa matriz foi construído, no mínimo, um indicador de sustentabilidade.

Os indicadores possuem relações correlatas com a vulnerabilidade. Essa relação evidencia a situação momentânea do ambiente ao qual está sendo investigado, configurando um verdadeiro retrato das condições ofertadas em um espaço, englobando suas diferentes dimensões.

De forma abrangente, as vulnerabilidades se manifestam não apenas em relação ao meio ambiente, podendo ser trabalhada em outros contextos. Nas análises de Aquino *et al.* (2017), a

vulnerabilidade quase sempre é retratada em aspectos negativos, e aponta o estado de susceptibilidade tomando como base três fatores fundamentais: exposição ao risco, alterações sociais e/ou ambientais e incapacidade de adaptação. Esses fatores denotam que possuem correlações. Nesse caso, qualquer objeto ou ser humano está susceptível quando está exposto a algum evento natural ou ambiental.

E assim está passível de sofrer mudanças no cenário em consoante a dimensão social (moradia, saneamento básico) e ambiental (poluição de cursos fluviais, manguezais, lagoas), mas nem sempre os indivíduos estão aptos a se adaptarem em outro local que não o seu de origem. Portanto, o estudo das vulnerabilidades permite relacionar intimamente os fatores apresentados, a fim de fornecer um panorama geral.

Diante dessa exposição, em estudos realizados, as vulnerabilidades são elencadas em três prismas, a saber: social, ambiental e socioambiental. A vulnerabilidade social está atrelada a análise e mensuração das exposições ao risco em que os sujeitos sociais podem atender ao critério da insegurança decorrente de eventos e mudanças econômicas. Já a vulnerabilidade ambiental remete a exposição do meio ambiente ao risco, podendo ser de ordem natural ou de fatores externos. E a vulnerabilidade socioambiental engloba os princípios que contemplam os outros dois tipos de vulnerabilidade (Aquino *et al.*, 2017).

Assim, cada estudo realizado em torno das vulnerabilidades se aplica a um de seus tipos, a depender do objetivo traçado pelo pesquisador e sua aplicabilidade. Independente, de qual seja o tipo de vulnerabilidade adotado, cada um possui sua importância no âmbito das Ciências Ambientais.

As vulnerabilidades são entendidas como um limite no qual uma pessoa ou sistema é afetado (Santos, 2019). Nesse sentido, os diferentes efeitos das atividades desenvolvidas pela sociedade no território recaem sobre si mesmo e no meio ambiente, onde as comunidades que utilizam os ambientes que resguardam recursos naturais são as mais afetadas. Para Costa *et al.* (2020), as vulnerabilidades socioambientais têm sua gênese na degradação ambiental, em face as atividades antrópicas desencadeadas no espaço, onde os efeitos refletem negativamente no espaço e na conjuntura populacional que aí se encontra.

As atividades desenvolvidas pelo ser humano são responsáveis pelas transformações do espaço físico natural. Assim, faz-se necessário conscientizar atenção especial e controle à medida que é considerado o seu potencial de impacto. Para amenizar os efeitos dos impactos negativos no meio ambiente, de modo especial àqueles classificados de alta capacidade de degradação, chama à atenção para desenvolver ações mitigadoras, a fim de coibir os efeitos dos impactos socioambientais (Girão; Rabello; Zanella, 2018).

Sem dúvidas, atualmente, a degradação ambiental é um tema que vem ganhando discussão, ao passo que provoca alterações na dinâmica dos ambientes naturais, bem como no contexto social das populações e gera desigualdades, já que, em alguns casos, o ser humano se utiliza da obtenção dos recursos naturais presentes nesses ambientes para sua sobrevivência e reprodução.

No que tange a necessidade de averiguar a vulnerabilidade, em algumas situações, está associada a busca de redução de impactos defronte a probabilidade de ocorrência de desastres. Outrossim, tal categoria engloba as particularidades dos indivíduos como também do grupo social que está integrado, ao ponderar os fatores de ordem social e econômica que, por sua vez, reduzem de forma direta sua capacidade na ocorrência de um evento que ocasione danos ou perdas (Gomes, 2020).

A definição do termo vulnerabilidade parte da premissa de que a descreve como a coexistência, cumulatividade ou sobreposição no espaço de casos de pobreza, privação social, assim como de situações de risco ambiental (Barbosa; Gonçalves; Santana, 2019). Nessa conjuntura, as vulnerabilidades atingem diferentes dimensões da sociedade, ao considerar o perfil e a realidade vivenciada pelos indivíduos. Nesse contexto, as vulnerabilidades imprimem o retrato das condições socioeconômicas e ambientais de um determinado território. Assim, o estudo das vulnerabilidades pode ser trabalhado em comunidades, sobretudo nas comunidades quilombolas.

Assim, a problemática socioambiental, presente no território, ocasionada pelas práticas de uso intensivo e das condições do meio ambiente, coloca em evidência a participação da população no processo de gestão dos seus recursos naturais, atuais e potenciais (Santos; Batista, 2018). Com isso, tende a despertar o engajamento da população no processo de conservação dos ambientes detentores de recursos naturais a partir das formas de obtenção desses recursos, de modo a proporcionar relações simbióticas entre o ser humano e o meio ambiente.

A abordagem por pesquisadores nas diferentes áreas de pesquisa acerca das vulnerabilidades coloca em evidência a necessidade de discussões em detrimento aos crescentes índices de desigualdades sociais, da segregação socioespacial e da expansão desordenada dos centros urbanos (Vasconcelos; Candido; Freire, 2019). As discussões ganharam espaço na esfera da sociedade por mostrar a realidade dos problemas enfrentados pela população, principalmente àqueles que estão mais susceptíveis de ser afetado.

A vulnerabilidade constitui um tema complexo e tem sido enfatizado por alguns pesquisadores na efetivação de seus estudos sobre os grupos sociais. Nesse sentido, é necessário levar em consideração fatores que tendem a contribuir para o aumento ou a redução de riscos

em uma determinada localidade e o ser humano que está inserido nessa localidade, o qual de forma individual ou coletiva, se encontra vulnerável em um determinado espaço e recorte temporal (Silva *et al.*, 2021). De certa forma, este ser humano está vulnerável a qualquer situação que ocorra no território em que se encontra, de modo positivo ou negativo, a depender das circunstâncias acarretadas por tal situação.

2.3 Aspectos Característicos das Comunidades Quilombolas

Desde os primórdios, no Brasil, os povos quilombolas são vistos como invisíveis, além de terem seus direitos desassistidos ligados à sobrevivência (Lacerda, 2017). O ser quilombola traz consigo as marcas dos momentos históricos que vivenciou e reforça a identidade daqueles que se auto reconhecem como quilombolas.

Em relação a esse aspecto e diante dessas dificuldades, ainda há carência de valorização e reconhecimento desses povos que utilizam suas práticas extrativistas na obtenção dos recursos naturais e que, em alguns casos, são marginalizadas por determinados integrantes da sociedade. Mesmo diante dos avanços dos instrumentos legais, as comunidades quilombolas e/ou tradicionais ainda enfrentam impasses cotidianamente no território que pode impossibilitar a continuidade das práticas extrativistas na obtenção dos recursos naturais.

Tomando como base o que é apresentado acima, as discussões a respeito das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas é recente em diferentes áreas do conhecimento. A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco importante para essas comunidades que passaram a adquirir direitos e, conseqüentemente, ganhando espaço no âmbito de diferentes dimensões (Silva; Gonçalves, 2020).

Com esses direitos assegurados e conquistando novos espaços, os membros das comunidades quilombolas passaram a assumir novo *status*, agora, já visíveis perante a sociedade. Porém, mesmo com os direitos conquistados ainda promove insatisfação as forças contrárias que tinham como anseio dominar o território quilombola. Assim, o P1 define o ser quilombola da seguinte maneira:

“As comunidades quilombolas são grupos sociais descendentes de negros, que vieram escravizados dos seus países de origem para trabalhar forçado no Brasil, nas fazendas e engenhos, gerando insatisfação entre eles. Com isso, organizaram-se e formaram os quilombos como forma de resistência diante das forças contrárias”. Entrevista concedida em: 05/10/2020.

Embora diante de tantos desafios vivenciados pelas comunidades quilombolas, há uma vasta produção intelectual acerca dos povos quilombolas com abordagens múltiplas nas

diferentes áreas do conhecimento e, de modo particular, em cada uma dessas áreas, surgem outros termos diante do enfoque, tais como: populações nativas, populações tribais e populações indígenas (Reis, 2021).

Independente da denominação que é aferida aos sujeitos sociais, os quilombolas constituem comunidades que tem seu modo de sustento ameaçado, em face as forças que possuem os sujeitos sociais em termos de poder político e econômico, que tentam usurpar os direitos assegurados das comunidades quilombolas. Essa situação tem sido debatida em diferentes pesquisas em que as comunidades quilombolas são objeto de estudo.

As comunidades quilombolas, que também são consideradas comunidades tradicionais, por muito tempo, sofreram, ao longo do tempo, com o processo de exclusão e injustiça ambiental, tendo em vista a fragilidade acerca de quantitativo mínimo de decretos que versam sobre a proteção e os direitos conquistados pelas comunidades. Com base nessa reflexão, o Decreto Federal nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável, representou um avanço para essas comunidades e aponta que são considerados grupos tradicionais:

Como exemplos podem ser citados os indígenas, quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, cipozeiros. Tais grupos sociais vivem em estreita relação com o ambiente natural e cultural, reconhecendo-se como pertencentes ao meio (território) e adotando práticas juridicamente consensuadas pelo grupo social (Brasil, 2007, p. 15).

Há instrumentos legais que reforçam as conquistas das comunidades quilombolas, assim como o decreto mencionado anteriormente, que garante a essas comunidades o direito de reprodução, mediante as relações sociais e de sobrevivência estabelecidas no território, a partir dos conhecimentos tradicionais, aplicados nas atividades extrativistas.

A Lei Estadual nº 8.634/2019, que trata do gerenciamento costeiro, assegura em um de seus princípios a proteção dos povos e comunidades tradicionais situadas nas zonas costeiras, viabilizando a conservação, assim como o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para as gerações atuais e futuras, de modo a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, até mesmo os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, considerando seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas próprias formas de organização e suas instituições.

No entanto, apesar da criação de regimentos legais importantes, as comunidades encontram-se vulneráveis aos efeitos oriundos das atividades desenvolvidas pelos sujeitos sociais detentores de poder político e econômico e/ou da forma inadequada de obtenção dos recursos naturais. Os grupos sociais são amplos e diversificados e utilizam os territórios em que

estão inseridas para garantir seu meio de reprodução social e econômica, utilizando-se dos seus saberes tradicionais na aplicação das atividades extrativistas.

Para Lacey (2019), o saber constitui numa forma de conhecimento, a um corpo estabelecido de conhecimento dessa mesma forma e aos procedimentos e às abordagens metodológicas empregados para a obtenção, avaliação e transmissão do conhecimento e é promovido pelo jeito de viver de um grupo social ou cultural, onde suas práticas sejam informadas por itens do corpo do conhecimento e seja repassado de geração a geração. Diante desse ponto de vista, todo grupo social é detentor de algum tipo de saber que conduz o seu conhecimento na sua forma de enxergar a realidade e o seu modo de vida. A forma com que cada um ver o mundo é uma forma de obter o conhecimento com base nas interpretações individuais.

Segundo Diegues (2001), há um confronto entre o saber tradicional e o saber científico moderno. O saber tradicional é visto como aquele saber acumulado das comunidades tradicionais a respeito dos ciclos naturais, a reprodução e migração das espécies animais, a influência dos astros (lua) nas atividades de desbaste da madeira, da atividade pesqueira, dos sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições de algumas atividades em determinadas épocas do ano ou áreas, com vistas da conservação das espécies. Do outro lado, o saber científico moderno, proveniente das ciências exatas abandona o conhecimento tradicional acumulado pelas comunidades tradicionais.

Cada um dos saberes mencionados tem sua importância. Por mais que o conhecimento científico mostre que a forma de interação dos sujeitos sociais com a natureza nem sempre é simbiótica, para esses sujeitos, o saber tradicional é algo que está cristalizado nos indivíduos oriundo das práticas de experiências, convivências e partilhas com os seus antepassados.

Santos (2001), salienta que, nas formas de conhecimento mais antigas, a busca da verdade e a busca do bem eram variáveis que se convergiam e, portanto, eram aspectos constituintes da problemática. A verdade era alcançada pelos sujeitos sociais com base no conhecimento inato e evolui paralelamente na simplicidade e coletividade, o que geralmente não se verifica quando comparados aos saberes modernos que circundam a era globalizada.

Nessa conjuntura, as gerações que viveram em tempos remotos, detentoras do conhecimento tradicional, tinham como verdade a aplicação desse conhecimento que possuíam em consonância com as diferentes formas de utilização. Ao mesmo tempo, em que esse aspecto alicerçava o modo de vida e a harmonia com os seus pares e, de certa forma, com a natureza. Os conhecimentos tradicionais não se limitam apenas aos saberes da natureza e/ou de

desenvolver atividades, mas também de autodeterminação e forma de se estabelecer no espaço. Ademais, é constituinte da cultura em que os grupos sociais fazem parte.

Para Silva e Baptista (2018), o conhecimento tradicional foi construído em tempos remotos, desde o surgimento do homem, contribuindo para garantir sua sobrevivência prevalecendo até o período moderno, em que as comunidades quilombolas utilizam seus conhecimentos próprios na obtenção dos recursos naturais. Diante disso, as comunidades quilombolas são portadoras de saberes que conduzem a extração dos recursos naturais.

Esse conhecimento é repassado de geração a geração entre os membros das comunidades quilombolas. Em alguns casos, o conhecimento é compartilhado de forma conjunta com todos os familiares durante a realização das atividades extrativistas. E é nas relações estabelecidas entre os sujeitos sociais da comunidade em que há a troca de saberes, uma vez que “os saberes culturais transitam por diferentes perspectivas e são comunicados de forma geracional pelos discursos de pessoas mais experientes para uma geração mais nova” (Ferreira; Souza, 2020, p. 36).

Com base nessa explanação, o aprendizado pelas gerações mais novas dá-se pela participação direta e/ou indireta durante a convivência com as pessoas que carregam consigo toda a experiência adquirida com os ancestrais e, assim, darem sequência com a aplicação dos saberes adquiridos posteriormente.

A troca de saberes, conhecimentos e experiências entre os grupos sociais faz com que ocorra a ampliação do aprendizado mediante os saberes explícitos e a visão de mundo de cada sujeito e sua correlação para a promoção de ações coletivas. A construção do conhecimento ocorre de dentro para fora, ou seja, os sujeitos são responsáveis por apresentar soluções diante dos problemas que eclodem no seu cotidiano (Menezes; Mizuk; Campos, 2017). Ter saber é aprender a lidar com as questões inerentes ao espaço em que estão situados, de modo a prevalecer o senso coletivo não somente durante e após as atividades que desenvolvem, mas em todas as situações vivenciadas.

As aplicações dos conhecimentos tradicionais contribuem de forma significativa para a permanência dos grupos sociais se reproduzirem no território em que se encontram com os seus pares. O contato iminente dessas comunidades com a natureza permite desvelar a importância para o seu contexto de reprodução e, conseqüentemente, de sobrevivência, além de atribuir significados aos fenômenos naturais, como por exemplo, a ocorrência das marés e a quantidade de pescado que são obtidos sazonalmente, pois “os povos e comunidades tradicionais são considerados os guardiões da natureza, incluindo a terra, pois extraem dela, os recursos para suas produções sem degradá-las, pelo contrário” (Brasileiro; Santos, 2020, p. 267).

Corroborando nessa linha de pensamento, Ferreira e Souza (2020) afirmam que os saberes culturais que os seres humanos possuem lhes confere como conhecimento específico, um saber próprio, capaz de inferir conhecimentos acerca dos fenômenos naturais que se manifestam em um determinado espaço. A empregabilidade desses saberes perpetua a realidade dos grupos sociais no manuseio de objetos encontrados na natureza e durante as práticas de trabalho.

Apesar da utilização dos múltiplos saberes tradicionais que os grupos sociais possuem estes são fundamentais na obtenção dos recursos naturais essenciais para a sobrevivência, além do entendimento sobre os fenômenos naturais, aumento e declínio de tipos de pescado, permite inferir o quanto esse aspecto assume importância nos espaços em que residem, mas também contribuem para a insustentabilidade.

Porém, nem sempre a aplicação desses saberes faz-se de modo harmônico na natureza. Sendo assim, é comum que atenda às necessidades a curto prazo e, ao mesmo tempo, desperta preocupações a médio e longo prazo, já que tendem a reduzir a quantidade de recursos naturais disponíveis.

Embora esses conhecimentos herdados dos ancestrais contribuam de forma decisiva para a reprodução dos grupos sociais, nem sempre a forma com que são utilizados na obtenção dos recursos naturais atende ao viés da sustentabilidade. Tal fato gera inquietação, uma vez que as práticas extrativistas quando não são praticadas em observância aos regimentos legais tende a colocar o modo de sustento em risco das comunidades quilombolas.

Quando se trata de comunidades quilombolas ou outra categoria, há termos que a descrevem e podem assumir significados diferentes quanto ao contexto em que são empregadas. Identidade, saberes e cultura são termos indissociáveis e desempenham inter-relações entre si, caracterizando a história das comunidades quilombolas.

É comum que os grupos sociais apresentem vínculos com o espaço em que estão inseridos e, conseqüentemente, sentimento de pertencimento ao território em que se encontram, ou seja, o lugar em que, ao longo do tempo, construíram sua identidade. São dotados de conhecimentos ecológicos tradicionais (saberes) que norteiam as relações estabelecidas com os ambientes detentores de recursos naturais para a sua sobrevivência e ajudam na permanência do modo de vida e no fortalecimento da identidade cultural.

Para Oliveira (2012), a percepção e a vivência são parte deste “saber fazer tradicional” que consolida os seres humanos. Saberes estes transmitidos de geração a geração, fortalecendo, assim, a identidade cultural. Nesse caso, é nas relações de vivência dos sujeitos sociais com os seus pares que a percepção dos indivíduos é colocada em prática, principalmente durante

atividades extrativistas porque é frequente a realização destas em conjunto seja com a sua família ou com os membros de outras famílias que integram a comunidade.

Para Freitas Júnior e Perucelli (2019), quando se fala em identidade cultural faz-se necessário compreender os termos identidade e cultura de forma separada. A identidade traz em sua essência a preferência de gosto do sujeito social e os sentimentos de pertencimento a respeito de um território ou espaço, associados a cultura que se faz presente nesse espaço, mediante as simbologias, crenças e valores, que anunciam a história de um povo.

Por outro lado, a cultura está relacionada diretamente com a definição de identidade, pois em algum momento, é comum os indivíduos estabelecerem contato com o modo de cultura, confiando-se que essa ligação seja influenciada e repassada em seu marco inicial pelos familiares e, assim, sucessivamente para os demais pela socialização.

A identidade acaba influenciando a cultura. Por mais que o sujeito social apresente sentimento de pertencimento a um determinado local, a partir do momento que apresenta conexões com os outros indivíduos de uma cultura diferente da sua acaba conhecendo outras simbologias e crenças, podendo adotar no seu modo de vida como forma de subsidiar a identidade cultural.

Nas percepções de identidade, que o indivíduo nasce em um contexto histórico, em uma cultura, inserido em uma sociedade específica, corroborando assim, para seus primeiros espaços de sociabilização e construção de sua identidade. Contudo, com o seu processo relacional (indivíduo/sociedade ou indivíduo/cultura), ele passa a encontrar diferentes identidades, espaços de convivência, de culturas, e principalmente diversas formas de lutas originando assim, outras oportunidades de remodelar sua identidade (Freitas Junior; Pericelli, 2019, p. 121).

Com base nessa explanação, o indivíduo pode incrementar novos aspectos a sua identidade a partir de vínculos com sujeitos sociais que se identificam por laços identitários/culturais diferenciados. Mas, isso não configura que o indivíduo deixa de possuir sua identidade quando passa a conhecer os elementos integrados da identidade diferente da sua. O que há, de fato, é uma renovação no que tange aos aspectos identitários.

Ilges (2019), classifica a identidade como essencialista. Nessa perspectiva, a identidade é vista possuindo um núcleo essencial, onde os argumentos se fundamentam na biologia, com base nas noções de raça e de parentesco e na história, na reivindicação da herança da ancestralidade, tornando uma verdade constante.

De acordo com essa postura de pensamento, a identidade é tida como uma característica hereditária. Assim, os estudos denotam que a identidade é um tema que passou a ser estudado

em diferentes áreas pela sua relevância, principalmente quando se trata de grupos sociais que se intitulam com certa identidade.

O conceito de identidade é bastante discutido nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como: Antropologia, Sociologia, Filosofia, Geografia, dentre outras e de forma mais ampla na ciência como um todo. Segundo Berger e Luckmann (2004), a identidade tem sua gênese nos processos sociais e parte do princípio da subjetividade inerentes aos sujeitos sociais. A partir do momento que ela é consolidada pode sofrer modificações ou permanecer mantida a depender das relações sociais desempenhadas em face as atividades coletivas entre os indivíduos.

A identidade é uma característica particular de cada indivíduo. E é definida a partir de algo subjetivo, é relativo. Nem sempre quem está no território quilombola se autodeclara com identidade quilombola, mas convive com os quilombolas e há partilha durante as relações desencadeadas. Apesar de alguns integrantes dos grupos sociais deixarem de exercerem alguma atividade de cunho extrativista, tal fato não evidencia a perda de identidade.

As atividades que exercem não são parâmetros para identificar se o sujeito social possui identidade quilombola ou não. Um fator que pode influenciar para que os sujeitos sociais se reconheçam com tal identidade são os processos sociais vivenciados nos distintos períodos históricos, pois esses processos promovem concepções do sujeito para apresentar sua própria definição diante da sociedade.

Os autores ainda enfatizam que as questões identitárias podem apresentar origem da dialética existente entre um indivíduo e a sociedade, tendo em vista que a identidade é algo próprio de cada indivíduo e não deve ser vista de forma generalizada na sociedade, pois “a identidade consiste na somatória de marcas e características que individualizam o indivíduo e o diferenciam de outros” (Moraes *et al.*, 2017, p. 9).

Ainda nas reflexões desses autores, a identidade dos sujeitos sociais pós-modernos é vista como uma característica que está passível de sofrer mutações e, dessa forma, não é fixa ou permanente. Esse momento da história provocou mudanças em diferentes aspectos dos indivíduos, uma vez que estabeleceram contato com outras culturas e modos de vida mais sofisticados proporcionados pelo avanço tecnológico.

Em outra vertente, embora a identidade seja uma característica singular de um indivíduo, nos últimos tempos, vem sendo influenciada pelos efeitos da globalização, podendo acarretar na mudança identitária de um indivíduo (Berger; Luckmann, 2004). A mudança de identidade está atrelada a atração proveniente da era globalizada em que são ofertadas oportunidades de mudança do modo de vida.

Assim, contribui para que os sujeitos sociais absorvam essa ideia, optando por um novo modelo de relações e vivência e adentrando em outra cultura. Quando o sujeito começa a mudar seus antigos hábitos e costumes é um sinal que já está perdendo sua identidade e construindo uma outra em razão das questões de adaptabilidades.

No caso dos sujeitos sociais quilombolas, a oferta de melhores condições de vida promovida pelos sujeitos sociais que possuem capital no desejo de dominar o espaço, pode fazer com que os quilombolas (re)pensem acerca de deixar o território e abandonar toda uma história pautada na construção da identidade. Ademais, a concentração de investimentos para melhorias restritas a determinadas localidades pelo Poder Público pode também ser um ponto de favorecimento de mudança identitária.

Para Almeida (2018), a identidade está pautada nos significados culturais que são materializados na convivência cotidiana, desde as relações de afetividade até as relações de pertencimento que ressaltam o agir coletivo na construção do território pelos sujeitos sociais que residem ali. Nesse caso, os laços culturais que os povos quilombolas estabelecem com os seus antepassados é um sinal de fortalecimento da identidade que possuem.

Ainda para essa autora, o processo de construção de identidade é histórico e relacional. Portanto, pode ser entendida fazendo um resgate ao passado como no presente pelas relações que são vivenciadas no dia a dia e nas relações de trabalho. Dessa forma, esse processo deixa evidente que a identidade dos sujeitos históricos é produzida mediante as relações desencadeadas com aqueles que convivem no território. A identidade é resultante da construção social dos ancestrais que viveram em épocas remotas. Assim, nos primórdios, a identidade teve sua gênese baseada nas tradições étnicas, nas relações estabelecidas no contexto local, bem como a partilha dos saberes tradicionais.

O saber tradicional é algo pré-existente, ou seja, algo que já existia e que está passível de sofrer modificações e/ou inserções pelas gerações presentes e “a transmissão de saberes tradicionais geralmente ocorre no âmbito familiar e assim é repassado entre as gerações” (Conceição Silva, 2020, p. 122). Dessa forma, a disseminação dos saberes tradicionais passados de pai para filho tende a dar continuidade de sua aplicação nas atividades extrativistas a longo prazo, podendo apresentar adaptações a partir do contato estabelecido com outros sujeitos sociais.

Igualmente, os conhecimentos tradicionais são definidos como um conjunto de conhecimentos que seguem uma padronização própria pelos sujeitos sociais e, ao mesmo tempo, são compartilhados por grupos sociais peculiares. A padronização dos saberes tradicionais leva em consideração as formas materiais, os conteúdos e as atribuições simbólicas

e é decorrente das interações sociais efetuadas pelos indivíduos e da experiência em alguns contextos e espaços específicos, os quais estão passíveis de transformações e compartilhados nos mais diversos segmentos sociais (Souza; Gois; Araújo, 2021).

A padronização é definida pelos sujeitos sociais sem interferência daqueles que não se encontram no espaço e sua ocorrência apresenta variações em escala local/regional/nacional/internacional. São estes que estabelecem por si só a uniformidade em relação a utilização dos saberes.

As denominações dos saberes tradicionais partem da convicção de cada sujeito social. Embora estejam no mesmo espaço e utilizando-os não quer dizer que há uma padronização estabelecida. Os saberes tradicionais se diferenciam entre os sujeitos sociais. Na verdade, essas diferenças colocam em evidência a diversidade de saberes que satisfazem as necessidades dos que integram e interagem no território, em detrimento da junção dos conhecimentos tradicionais. Nesse contexto, tais conhecimentos atendem aos propósitos básicos localmente das comunidades nas diferentes atividades desenvolvidas.

Esses saberes partem do princípio da oralidade e na informalidade dos sujeitos sociais e é empregado no desenvolvimento de suas atividades extrativistas. Cada sujeito social possui saberes que lhe são específicos, apresentando variações em relação a outros sujeitos de outros territórios e, portanto, de cada cultura. Essas variações se diferem em detrimento do modo de atribuir suas estratégias para garantir sua reprodução (Moreira; Carvalho, 2018).

A variabilidade desses conhecimentos propicia o modo de sustento e, ao mesmo tempo, produz cultura. O contato com outros sujeitos sociais permite conhecer a cultura do outro, bem como os saberes tradicionais que possuem.

Mas também é universal enquanto modalidade de conhecimento por estar presente em todas as partes do planeta, por ser conhecimento inato a todos os povos. Esta característica é a que mais o legitima enquanto forma de conhecimento válido, pois alguns aspectos da existência, só são observáveis se pudermos usar os óculos dos sujeitos desses mundos (Moreira; Carvalho, 2018, p. 98).

As reflexões mencionadas anteriormente proporcionam adentrar, “viver” e “sentir”, fazer cultura com os sujeitos sociais, submeter-se aos conhecimentos tradicionais, participando ativamente e conferindo na prática a aplicabilidade e importância para a existência dos povos quilombolas. A variabilidade desses conhecimentos propicia o modo de sustento diferenciado em quaisquer que sejam o território em que se encontram.

Na concepção de Oliveira (2017), os saberes tradicionais revelam sentimentos, valores, ações e, sobretudo, vivência no dia a dia das comunidades que a todo momento busca enaltecer

suas origens reafirmando sua identidade e sentimento de pertencimento ao território em que se encontram.

É importante inferir diferenças entre o conhecimento tradicional ou empírico (não-científico) de um determinado povo do conhecimento científico, os quais são alvo de constantes debates no âmbito das pesquisas. Nessa conjuntura, os conhecimentos (saberes tradicionais) que as comunidades quilombolas possuem e utilizam nas suas práticas extrativistas para obtenção dos recursos naturais favorece sua sobrevivência e reprodução.

Em virtude da importância dos saberes tradicionais para as comunidades quilombolas, “os conhecimentos tradicionais (ou locais) são também percebidos como patrimônio, contudo, ao invés de serem guardados, se integram no circuito das trocas e são “vizinhos” (compartilhados) para que se perpetuem” (Oshai, 2017, p. 8).

Nessa concepção, os saberes tradicionais constituem patrimônio à medida que constroem e reconstróem seus laços identitários pelos seus valores adquiridos e herdados das gerações passadas de forma espontânea e é nas relações desempenhadas no território quilombola que são configuradas as trocas, principalmente durante as relações de trabalho. O território, assim, constitui palco de relações de troca e dão sustentação a cultura.

Devido os saberes tradicionais serem passados das gerações anteriores para as posteriores, pode-se enfatizar que esses saberes são cumulativos, ao passo que aquilo que vai sendo aprendido durante as atividades desenvolvidas vão sendo acumulados e não eliminados em relação aos conhecimentos que já possuíam e vice-versa. Não há uma sobreposição e hierarquia de um saber ser mais importante que outro. Cada saber possui sua importância e é colocado em prática de acordo com a necessidade do sujeito social.

Os saberes tradicionais foram herdados dos seus antepassados. O compartilhamento do conhecimento tradicional entre as comunidades quilombolas desencadeia laços de fortalecimento. Nesse viés, um pescador artesanal sabe explicar a ocorrência de determinados fenômenos da natureza (quando e porque ocorre maré alta ou baixa). Por mais que a ciência explique a causa desse fenômeno, o pescador sempre vai ter seu ponto de vista e, assim, de obter a verdade.

Estes saberes correspondem ao poder que os sujeitos sociais apresentam. Diante de tamanho aspecto valioso, a aplicação dos saberes deveria ser incorporada na confecção dos planos de manejo, com vistas a ouvir esses sujeitos e como os conhecimentos que possuem podem ser aplicados, atingindo uma dimensão maior, ou seja, de totalidade do território.

Desse modo, os saberes são instrumentos que possibilitam a participação efetiva e decisiva nos processos de tomada de decisão na transformação da realidade das comunidades,

pois as comunidades têm um panorama da sua realidade local pelo fato de estarem ali exercendo suas atividades e intensificando as relações com a natureza.

Tomando-se como base os saberes tradicionais de uma determinada comunidade, a ciência pode dar credibilidade e inferir que tais particulares dessa comunidade são verdadeiros ou não. O que é correto para as comunidades quilombolas podem ser divergente para os cientistas e vice-versa.

Mas, por outro lado, a ciência pode comprovar que o modo como os conhecimentos aplicados na extração dos recursos naturais, é inadequado e que, a longo prazo, pode comprometer até a sua forma de seu sustento. Diante disso, os seres humanos não conseguem perceber que o modo com que se relacionam com a natureza é equivocado e/ou tem a visão de que esse modo é prejudicial, mas continua exercendo as práticas extrativistas nessa ótica.

Nesse contexto, “a ecologia dos saberes assenta na ideia pragmática de que é necessária uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam” (Santos, 2007, p. 28), pois,

A ecologia dos saberes expande o caráter testemunhal dos conhecimentos de forma a abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e não científico, alargando deste modo o alcance da intersubjetividade como interconhecimento e vice-versa (Santos, 2007, p. 27).

Todo conhecimento, por mais simples que seja, é dotado de credibilidade e não pode ser descartado. O conhecimento é uma particularidade peculiar de um povo ou de uma comunidade e sofre variações de uma comunidade para outra. Nesse contexto, é imprescindível o diálogo com a ciência para que os conhecimentos tradicionais não sejam desvalorizados, pois cada comunidade tem sua forma própria de aplicá-los na busca incessante de atingir seus propósitos.

O contato direto com comunidades de outras localidades mediante a participação em eventos, audiências públicas possibilita novos conhecimentos e formas de utilizá-los em seu território. Os saberes tradicionais que os membros das comunidades quilombolas possuem, de forma geral, constroem cultura, mediante sua propagação para os demais sujeitos e por meio das atividades desenvolvidas de modo individual ou coletivo, fortalecendo assim sua identidade.

No início do século XX, Franz Boas tornou-se conhecido devido as suas posições políticas progressistas, dando visibilidade ao negro e as causas sociais e foi perseguido durante o período de “caça às bruxas”. Estudou também a respeito dos índios americanos, o folclore, dentre outros aspectos da cultura local. Seus estudos pretendiam descobrir leis e a história da sociedade humana.

Em seu livro intitulado “Antropologia Cultural”, Franz Boas critica o evolucionismo social, levando em consideração o método indutivo “denominado nesse texto de método comparativo ou novo método” (Boas, 2010, p. 15). Sobre evolucionismo compreende que homens e cultura são produtos de transformações que acontecem em suas sociedades ao longo do tempo. Essa teoria afirmava que, vários aspectos da sociedade, da cultura são universais ou pelo menos ocorre sucessivamente nos locais isolados.

Quando são interpretados de forma a pensar que os mesmos aspectos se desenvolveram pelas mesmas causas, tem-se a conclusão de que existe um grande sistema pelo qual a sociedade se desenvolve em todos os lugares e que todas as variações observadas não passam de detalhes menores da grande evolução uniforme. No pensamento de Boas (2010), a comparação evolutiva entre os povos seria possível apenas em espaços limitados e estudos individuais. Assim, “ao contrário do método dedutivo dos evolucionistas, o autor defendia o método da indução empírica” (Boas, 2010, p. 16).

O método evolucionista era falho, para o autor em questão, antes de comparar a evolução histórica deve-se analisar o desenvolvimento histórico do determinado objeto e que só a partir desse levantamento e da comprovação de que existem causas históricas comuns, podendo ser ampliados os horizontes da comparação.

Percebe-se que as críticas de Boas eram para o método utilizado. Segundo Boas (2010) não existia como provar que diferentes comunidades em lugares diversos desenvolveriam as mesmas particularidades, afinal cada cultura tem sua própria razão de ser com suas próprias explicações.

Para a Antropologia, compreender uma cultura só é possível após compreender sua própria história. Tal compreensão denominou-se de relativismo cultural. O relativismo cultural enfatizava que “a espécie humana dá respostas distintas para os problemas que encontra, sem que possamos julgar a validade de cada concepção a partir de padrões de outra cultura” (Silva, 2009, p. 351). Na concepção de Boas (2010, p. 18) “cada ser humano vê o mundo sob a perspectiva da cultura em que cresceu”.

Como era adepto aos estudos da Geografia, Boas (2010) criticava vários determinismos, sobretudo o determinismo geográfico, pois acreditava que o meio ambiente exercia um efeito limitado a convivência social. Sobre o determinismo geográfico entende-se que a ideia central residia em que o meio ambiente define ou influencia as práticas cotidianas, de modo que seja possível explicar a cultura em função da interação entre homem/natureza. Outra crítica desse autor era em relação ao método difusionista. Para os defensores desse método, a diversidade cultural era explicada por meio da ideia de “difusão”.

Em vez de supor, como os evolucionistas, que a ocorrência de elementos culturais semelhantes em duas regiões geograficamente afastadas seria prova da existência de um único e mesmo caminho evolutivo, os difusionistas pressupunham que deveria ter ocorrido a difusão de elementos culturais entre esses mesmos lugares (Boas, 2010, p. 17).

O autor afirma que essa difusão não ocorreu e dizia que isso só poderia acontecer se as regiões fossem próximas e por transmissões culturais. Vê-se o termo cultura sendo utilizado como explicação para a vasta diversidade humana. Nesse contexto, “enquanto, anteriormente, identidades ou similaridades culturais eram consideradas provas incontroversas de conexão histórica ou mesmo de origem comum, a nova escola se recusa em considerá-las como tal, interpretando-as como resultado de funcionamento uniforme da mente humana” (Boas, 2010, p. 26). A cultura, portanto, passa a ser um componente explicativo das diversidades humanas, tomando como base as singularidades específicas de cada povo.

De acordo com Nunes (2019), durante as fases evolutivas pelo qual passaram a humanidade, o conhecimento era transmitido sob diferentes formas, a saber: confecção de desenhos nas paredes das cavernas até as formas comumente utilizadas atualmente com forte influência do aparato tecnológico, passando pela tradição oralmente e os manuscritos, os seres humanos aprendia com o passado e, por conseguinte, transferia o conhecimento adquirido para o futuro.

Diante de todos os conhecimentos que os seres humanos possuíam, a escrita se destacou de forma hegemônica em virtude da sua capacidade de registrar e difundir as informações de maneira prática. Nesse contexto, embora o mundo esteja praticamente dominado pelos avanços tecnológicos, a escrita perdura até hoje. Ela não foi totalmente substituída pela rede de computadores e similares, mas não se pode negar que sofreu impacto em consonância com a modernidade.

Para Santos (2006), o processo de evolução da humanidade ocorreu por meio de contatos estabelecidos promovidos, em alguns casos, por itens tecnológicos entre as diferentes comunidades e resultou no desencadeamento de conflitos, em face das diversas formas de organização da vida social do ser humano, do modo de se apropriar dos recursos naturais, os quais estão passíveis de sofrerem transformações em detrimento aos objetivos pretendidos.

Dessa forma, a sociedade concebe a realidade e a expressa por e a partir de suas relações com a natureza. Assim, esse cenário é semelhante com a cultura, o qual é retratado pelos contatos e conflitos constantes, ou seja, a cultura passa por processo de transformação, onde os indivíduos pelos laços de união ou individualidade manifesta a cultura, já que é comum existir relações complexas nos mais distintos agrupamentos humanos.

O autor menciona ainda que as culturas apresentam internamente sua própria lógica e que as transformações obedecem a essa lógica. Portanto, é necessário relacionar os múltiplos procedimentos culturais e o contexto em que são produzidos, uma vez que cada cultura apresenta seus procedimentos de modo a atender as necessidades da época em que estão inseridas.

O desenvolvimento da humanidade favoreceu, sem dúvidas, a comunicação entre as comunidades mediante o elo de comunicação estabelecido várias foram as relações desempenhadas pelos seres humanos para com o meio ambiente. Esse momento foi marcado pelo encontro de culturas diversas caracterizadas pelos costumes, hábitos e modos de viver inerentes a cada povo. Contudo, desde essa época os conflitos já começavam a surgirem em razão do desejo de se apropriar do território e usufruir dos recursos naturais aí encontrados.

A cultura corresponde aos diferentes modos próprios de ser dos seres humanos em conjunto com os seus pares, ou seja, em coletividade, partindo do princípio da consciência e da inconsciência, integrando um sistema mais ou menos correto da forma de pensar, agir e de desenvolver relações e, conseqüentemente, de continuar se reproduzindo no território (Gomes, 2008).

Por sua vez, Santos (2006) conceitua cultura da seguinte forma:

É uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções, como por exemplo se poderia dizer da arte. Não é apenas uma parte da vida social como por exemplo se poderia falar da religião. Não se pode dizer que cultura seja algo independente da vida social, algo que nada tenha a ver com a realidade onde existe. Entendida dessa forma, cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social, e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros (Santos, 2006, p. 44-45).

Diante dessa abordagem, a cultura é algo abrangente e inclui todos os elementos constituintes do processo social de um agrupamento humano e pode ser percebida sempre ao observar o contexto ao qual o ser humano faz parte. Porém, as culturas possuem variações conforme seus costumes, hábitos, uma vez que “o que prevalece igual em relação a outra é a dimensão do processo social” (Santos, 2006, p. 46). Mas, é oportuno frisar que a cultura é passível de mudança em função da sua dinâmica e do contexto em que os seres humanos estão inseridos. Praticamente todos os sujeitos sociais possuem cultura e a manifesta com o seu modo de ser e dos processos sociais que são desencadeados no espaço.

Para Leal *et al.* (2021), a cultura constitui patrimônio da humanidade, a qual geralmente é percebida como arte, ultrapassa os limites do que é produzido pela atividade humana, ao longo do processo de construção nas diferentes partes do mundo. O patrimônio cultural associa-se a

herança dos seus ancestrais que mantinham a cultura por meio dos valores que regiam a vida cotidiana daqueles que estavam inseridos no espaço como forma de manter as tradições sempre vivas e mostrando o real significado expressado pela arte de fazer acontecer.

Assim, ocorria a propagação dos elementos inerentes a cultura para os indivíduos que tinham contato pela primeira vez. Vale ressaltar que cada indivíduo tem sua visão particular do que vem a ser cultura, ou seja, embora na literatura haja conceitos acerca da definição do termo cultura nem sempre corroboram com o pensamento dos sujeitos sociais. Desse modo, a cultura vai se remodelando e adentrando a novos espaços e, mais precisamente, ao íntimo dos grupos sociais.

O ser humano por si só é um ser cultural, o qual é fortemente marcado pelas tradições ao longo do tempo e, acima de tudo, e manutenção dos valores do seu povo. Na ótica de Moraes *et al.* (2017), é por meio da cultura que o homem se encontra a nível de mundo e mais especificamente ao seu lócus, seu habitat, possibilitando fazer interpretações do mundo vivido, atribuindo significados aos elementos naturais por meio de símbolos e códigos.

A partir dessas interpretações, é possível estabelecer comparações entre as diferentes culturas existentes nos territórios de acordo com a bagagem herdada das gerações passadas e reproduzidas nas relações sociais que são desencadeadas no presente.

O indivíduo é parte integrante da cultura. Ele constitui numa variável que compõe o todo. Cada um tem uma parcela de contribuição no que se refere à produção de cultura, somando-se com os demais e fortalecendo os laços de coletividade. No final do processo, todos são independentes um do outro. Assim “o principal meio cultural de reprodução é a transmissão de significados culturais não só de geração a geração, mas no espaço de uma mesma geração, no cotidiano” (Gomes, 2008, p. 40).

Para a definição dos elementos culturais é necessário que a cultura seja analisada como um todo, ou seja, do material ao imaterial, onde as partes devem desempenhar inter-relações mediante as relações sociais vivenciadas diariamente (Oliveira, 2017). Nesse viés, as partes estão conectadas no desencadeamento das relações no território.

No âmbito de discussão de Marconi e Presotto (2009), a cultura pode ser classificada em material, imaterial, real e ideal. A cultura material é aquela originada da criação humana e resultante de algum tipo de tecnologia. A imaterial refere-se a elementos destituídos de substância material (crenças, hábitos, costumes, normas, significados, valores e conhecimentos). Já a cultura real é praticada ou pode ser pensada por cada membro nas mais diversas atividades desencadeadas no seu cotidiano enquanto a cultura ideal se debruça sobre os comportamentos dos indivíduos, mas que nem sempre são praticados com frequência.

Para Santos e Batista (2018), os diferentes povos e, sobretudo, os quilombolas carregam consigo simbologias culturais que se fundem com elementos ligados as crenças religiosas, etnia, raça, história e local. Todos esses atributos são visíveis nas relações cotidianas e/ou durante as práticas extrativistas. Por outro lado, as referidas autoras salientam que o trabalho e as lutas sociais são inerentes para favorecer a união entre os sujeitos sociais que se encontram no território.

A partilha dos recursos naturais e as lutas permanentes são decisivos para garantir a manutenção dos sujeitos ali onde se encontram. Esse ponto é crucial, pois embora haja divergências entre os sujeitos sociais por algo, todos interagem entre si quando a questão é defender a permanência no território por meio das constantes lutas em defesa da cultura e identidade.

Ao discutir cultura é importante considerar as relações de poder existentes na sociedade. A relação da cultura e das relações de poder se materializaram em conjunto com o processo de formação de nações modernas dominadas por uma determinada classe social (Santos, 2006). Nessa conjuntura, as culturas se encontram paralelamente as relações de poder que são desencadeadas nos agrupamentos culturais. Essas relações de poder são evidenciadas pelas culturas dos países que detém poder econômico e, sendo assim, estabelece uma hierarquização acerca da cultura de um povo.

O autor salienta que “as preocupações com cultura surgiram assim associadas tanto ao progresso da sociedade e do conhecimento quanto a novas formas de dominação (Santos, 2006, p. 81). Nesse viés, na sociedade contemporânea, o progresso é desigual e, por isso, tende a contribuir para os conflitos existentes nas culturas e/ou internamente na cultura em que o ser humano está integrado.

Esse progresso atende aos anseios dos sujeitos sociais detentores de capital no desenvolvimento de suas atividades. Por outro lado, os aspectos comuns as comunidades quilombolas refletem no ser quilombola, já que esses sujeitos sociais têm na resistência uma forma de manter viva a luta iniciada pelos seus ancestrais ao considerar a cultura e conservar a identidade.

Nos últimos anos, as comunidades quilombolas vem despertando investigações por parte de teóricos em detrimento das relações íntimas entre as diferentes culturas, sobretudo, levando-se em consideração os territórios em que estão inseridas e dos recursos naturais que exploram para sobrevivência (Tornquist; Antunes; Mombelli, 2015).

Os estudos que enfatizam as comunidades quilombolas contribuem para resgatar, valorizar e considerar os direitos conquistados pelos quilombolas que, há muito tempo, viviam

em condições desfavoráveis em termos de direitos. Atualmente, estão mais visíveis para a sociedade, embora ainda perdure, nos diferentes territórios quilombolas, os conflitos decorrentes das disputas pela dominação do território dos pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras.

Dessa forma, essas investigações buscam compreender o modo de vida das comunidades quilombolas e as relações desempenhadas em função do contato com os seus pares, principalmente no que tange ao relacionamento de um com os seus pares.

Houve avanços, a nível nacional, de instrumentos legais para garantir e reconhecer a reprodução das comunidades quilombolas, embora haja conflitos que emergem de forma lenta a partir das formas coletivas de territorialização entre os mais variados grupos sociais em busca de atingir seus propósitos (Tornquist; Antunes; Mombelli, 2015).

Apesar da existência dos mecanismos legais, as comunidades quilombolas têm seus direitos ameaçados para usufruir dos recursos naturais presentes no território quilombola, tendo em vista que o conteúdo expresso nos instrumentos legais, na realidade dos sujeitos sociais, nem sempre funcionam na prática.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que assegura os direitos e deveres dos cidadãos, os povos quilombolas que até então tiveram seus direitos ameaçados, em face a força hegemônica dos sujeitos sociais detentores de capital no território quilombola na ânsia de desapropriá-los, ganham visibilidade e proteção perante a sociedade, assegurando sua identidade e cultura (Brasil, 1988).

Nesse contexto, os quilombolas permanecem no território usufruindo dos recursos naturais, mas ainda há interesses externos não apenas nas vias da apropriação, mas também de dominação com o propósito de implantar outras atividades e expandir seus negócios.

De certa forma, com o avanço da legislação, as comunidades quilombolas passaram a adquirir direitos de explorar os recursos naturais encontrados no território, assegurando seu modo de vida e produzindo cultura, no entanto, devido ao manejo inadequado de obter esses recursos, em alguns casos, podem provocar impactos socioambientais. Consequentemente, desobedecendo às diretrizes legais, aproximando-se da insustentabilidade do conviver nas comunidades.

Por sua vez, a luta travada pelas comunidades quilombolas para garantir a manutenção do direito à terra e, sobretudo, dos seus territórios nos últimos tempos, tem sido uma questão desafiadora e, ao mesmo tempo, conflituosa. Embora o decreto nº 4887/2003 estabeleça os trâmites necessários para a titulação das terras aos quilombolas encontra-se em risco, considerando o contexto em que o país está inserido (Jesus; Marques, 2017).

De acordo com essas reflexões, no território quilombola, é possível encontrar sujeitos sociais que não se reconhece como quilombola, mas, mesmo assim, se apossam dos recursos naturais ali existentes, gerando insatisfação com os que possuem identidade quilombola. As disputas internas em se apropriar dos recursos naturais provocam conflitos entre os pescadores e pescadoras artesanais, além das marisqueiras.

Outrossim, as comunidades perpassam pelo processo de invisibilidade, as quais são silenciadas, visto que estão sujeitas as influências econômicas, fundiárias, discriminação e, em algumas situações, esquecidas na esfera política e social (Costa Filho, 2011). Essas influências acabam colocando em ameaça a identidade cultural das comunidades quilombolas que aplicam seus conhecimentos nas suas atividades extrativistas, como forma de resistência a força política e econômica dos que almejam desapropriá-los do território.

2.4 A cartografia Social no contexto das Comunidades Quilombolas

De acordo com Pereira *et al.* (2023) os mapas possuem uma história antiga assim como a escrita. Nesse sentido, a história remonta que os mapas são intrinsecamente conectados ao período de ascensão dos Estados nacionais e ao estabelecimento do sistema de colônias, partindo da premissa de que mapear nada mais era que controlar territórios, designar identidades e reconhecer novos domínios, além da força hegemônica exercida nos territórios das comunidades (Assis, 2020).

Esse pensamento coloca em evidência o poder que o Estado apresentava de dominação dos territórios para satisfazer suas necessidades e aumentar a subordinação das comunidades para com o Estado, fazendo uso da cartografia tradicional para a confecção dos mapas.

Quando se constrói um mapa um dos seus objetivos é justamente representar a realidade, com base em uma leitura e com uma certa finalidade. Assim, os mapas podem representar diferentes fenômenos. Confeccionar um mapa nada mais é que a representação com base na visão de mundo de quem o elabora. Essa visão é dotada de significado e significante. Para o P2, um mapa é definido da forma:

“É uma delimitação onde a gente coloca o que temos dentro do nosso território. Colocamos nossas paisagens, nossos percursos, nossas casas e de onde a gente tira o nosso sustento, nossa renda. Então, o mapa tem tudo o que coloquei antes”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Para tanto, os mapas podem ser classificados de acordo com o que foi representado. Essa classificação sofre variações a depender do desejo de representação de quem vai

confeccioná-lo. Nesse contexto, tem-se que os mapas políticos estão voltados para as fronteiras físicas, sem considerar outros atributos importantes que se encontram naquele espaço. Já os mapas pedológicos fazem menção aos tipos de solos, desprezando outros fatores, e os mapas geológicos centram-se na estrutura geológica do espaço em que o fenômeno está sendo representado. Diante desses tipos de mapas em que buscam representar um determinado fenômeno, pode-se inferir, portanto que cada mapa se diferencia um do outro à medida que são levados em consideração aspectos como: contexto, propósito, leitura, discurso e deixa evidente as percepções e objetivos de quem o elabora (Mascarello; Santos; Barbosa, 2018).

Esses aspectos podem fazer com que os leitores concordem ou discordem em partes do autor que confeccionou o mapa, já que os aspectos, quando observados de maneira individual, podem apresentar distintas interpretações acerca do fenômeno abordado no mapa, pois a leitura está atrelada a subjetividade de cada um. Com relação a esse ponto, é comum que haja uma diversidade de olhares quando analisadas forem as informações trazidas nos mapas.

Diante dessa abordagem, é importante destacar as diferenças existentes entre a Cartografia Tradicional e a Cartografia Social, em que ambas procuram representar uma porção do espaço, mas com métodos diferentes em praticamente todas as etapas de confecção, refletindo na realidade de um determinado espaço e tempo (Quadro 6).

Quadro 6 – Diferenças entre a cartografia tradicional e a cartografia social.

Cartografia Tradicional	Cartografia Social
Instrumento monopolizado pelo Estado e outras organizações de cunho internacional de controle	Instrumento de resgate, reforço e fortalecimento dos aspectos identitários
Empregada como forma estratégica de dominação do território, poder e controle social	Processo de construção da representação do território protagonizado pelas comunidades quilombolas, a partir dos depoimentos
Preocupação apenas em localizar pontos e entender os conceitos atribuídos aos elementos cartográficos	Preocupação em fortalecer os aspectos identitários e culturais das comunidades e a organização do território
Utilização de <i>softwares</i>	Forma manual de confecção
A representação é feita de modo individual	A representação é feita de modo coletivo
O produto final da representação (mapa) é carregado de um discurso distante de ser imparcial	Retrato mais verdadeiro da comunidade, valorizando os diferentes olhares e leituras daqueles que, de fato, compreendem a realidade em que estão inseridas

Fonte: Adaptado de Ranck e Bruckmann, 2017.

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

É nesse contexto que Ranck e Bruckmann (2017), afirmam que a cartografia social decorre na contramão da cartografia tradicional, pois é uma nova forma de representar o espaço

com o propósito de enumerar os elementos capazes de evidenciar os fenômenos sociais, culturais, identitários, ambientais e econômicos que são observados pelas comunidades. Diante dessas ponderações, o conjunto de características das dimensões denota que, na prática, se distanciam do objeto da cartografia tradicional.

De modo mais abrangente, o produto final resultante do mapeamento participativo contempla as dimensões social, política, econômica, cultural e ambiental mediante o olhar coletivo dos sujeitos sociais diferentemente da cartografia tradicional (Quadro 7).

Quadro 7 – Relação das dimensões e suas características com base na cartografia social.

Dimensões	Características
Social	Formas de socialização dos sujeitos sociais, coletiva, individual e principais serviços ofertados pelo Poder Público.
Política	Formas de representação por meio de sindicatos, associações, colônia.
Econômica	Atividades desenvolvidas no território pelos sujeitos sociais e os pontos de realização e comercialização.
Cultural	Identificar as simbologias e manifestações culturais que ocorrem no território e as suas realizações.
Ambiental	Apresentação dos impactos socioambientais decorrentes das formas insustentáveis de exploração dos recursos naturais.

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

Comumente quando se elabora um mapa, pelo menos uma dessas dimensões elencadas acima é contemplada. Entretanto, vai depender do olhar e objetivo do que foi representado. Nessa conjuntura, as definições acerca de mapa passam a ser algo subjetivo e apresentam variações em relação aos diferentes pontos de vista de quem o confeccionou.

Para Chaves (2011), de modo geral, um mapa pode ser definido como uma representação de uma porção do espaço. Os elementos contidos nessas representações são expressos por símbolos criados para identificá-los por quem elabora o mapa e pelos leitores. Os símbolos, por sua vez, estão associados ao que está sendo representado, os quais são organizados para compor a legenda e decodificados pelo leitor a partir de sua leitura.

No caso do mapeamento participativo, os símbolos são criados pelos membros das comunidades quilombolas em observância aos saberes tradicionais que apresentam. É um retrato da situação do território naquele determinado momento e com o passar do tempo, o espaço sofre transformações e alguns elementos podem deixar de existir e são substituídos por outros, além do espaço, as relações sociais também se reconfiguram.

Nos estudos realizados por Silva e Silva (2019), na Geografia mapear significa especificar as aparências, isto é, as relações desencadeadas pelos sujeitos sociais com os seus

territórios, os laços de afetividade estabelecidos e o sentimento de pertencimento construído ao longo do tempo. A proximidade de cada sujeito social com o território justifica o sentimento de pertencimento e os laços de afetividade ao considerar os aspectos culturais, identitários e sociais.

Na década de 1990, houve a disseminação mundialmente das distintas iniciativas de mapeamento que conferem as comunidades locais a frente do processo de confecção de mapas. Diante destas práticas pelos sujeitos sociais locais, outras instituições também têm se envolvido como agências governamentais, Organizações Não-Governamentais (ONGs), comunidades indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, dentre outras (Acserald; Coli, 2008).

Nos trabalhos desenvolvidos por Boynard (2010), destacou-se o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) coordenado por Alfredo Wagner a partir da experiência de luta das comunidades quilombolas e que apresentou respaldo nacional. Para Santos (2016), esse projeto viabilizou aos sujeitos sociais participantes confeccionarem sua autcartografia, em que são expressas suas territorialidades peculiares que lhes confere sustentação, em face a identidade coletiva. É no ato de construção da representação de si mesmo que deixa evidente o teor de subjetividade que dinamiza as múltiplas formas de entendimento daquilo que é representado.

Ainda de acordo com Boynard (2010), a equipe integrante do PNCSA realizou oficinas aos finais de semana e discussões junto com as comunidades, pois são levadas em consideração o que é de interesses destas para ser cartografado. Os mapas são confeccionados mediante discussão crítica dos membros das comunidades em relação ao ato de mapear e de ser mapeado, explorando as possibilidades do produto oriundo dessa discussão se é favorável ou não para os sujeitos sociais.

A partir dos resultados finais proporcionados pelas oficinas, são produzidos fascículos em que apresentam textos de denúncias, reivindicações de melhorias para a comunidade e história das comunidades. E, especialmente, a espacialização dos problemas e conflitos desencadeados. É importante considerar também os saberes fundamentados, compartilhados e pautados na ancestralidade que caracterizam as tradições das comunidades, uma vez que a junção de tais características permite enaltecer as lutas e vozes que essas comunidades apresentam no momento de sua construção.

A cartografia social vem se materializando ao longo dos últimos anos como instrumento de ação no que se refere às questões socioambientais e, ao mesmo tempo, do reconhecimento e da construção do conhecimento, sobretudo dos territórios das comunidades. Esse tipo de

mapeamento é comumente utilizado pelas comunidades quilombolas ou tradicionais (Neto; Paulino; Ribeiro, 2016). Assim, tal metodologia traz em seu arcabouço um grande volume de informações de diferentes temáticas.

No Brasil, a metodologia da cartografia social surgiu na região norte, sobretudo no estado do Amazonas. A partir daí, foi se expandindo para outras regiões na tentativa de assegurar direitos territoriais (Costa *et al.*, 2016). O mapeamento participativo constitui em uma forma de fortalecimento e resistência de permanência no território com base nas visões particulares de cada sujeito social aos elementos que traduzem a realidade vivenciada, além de revelar significação social e resgatar as tradições, culturas, saberes e identidade das comunidades que se encontram em um determinado espaço.

A cartografia social “corresponde a uma maneira comum de luta encontrada pelos grupos sociais para que possam ser compreendidos a partir do seu território, uma vez que a identidade sociocultural de um coletivo se encontra sistematicamente, vinculada as particularidades do espaço onde vivem” (Silva; Silva, 2019, p. 9).

A representação por meio do mapeamento social permite a visibilidade dos conflitos evidenciados no território como forma de representá-la e fazer com que as comunidades locais possam lutar em prol de seus direitos e permanecer ali (Silva; Gonçalves, 2019). A luta constante dessas comunidades contribui para o fortalecimento dos aspectos identitários e culturais. Assim, o mapeamento do território para expandir os impasses enfrentados pelas comunidades para outras escalas não fica restrito apenas à escala local.

Segundo Costa *et al.* (2016), a cartografia social, em um mesmo grupo social, apresenta a capacidade de confeccionar diferentes mapas em diferentes épocas históricas sobre um determinado território. Os mapas são dotados de dinamicidade e as constantes lutas dos movimentos sociais seguem essa dinâmica e outros desafios são revelados pelas comunidades, pois os mapas passam pelo processo de construção e reconstrução. Portanto, os sujeitos sociais são protagonistas da sua própria vivência.

A cada momento histórico são enumerados os elementos encontrados pelas comunidades no território e, por sua vez, tem-se um novo cenário. Dessa forma, esses elementos podem representar ou não importância significativa para aqueles que residem no território, principalmente nas questões ligadas a sobrevivência e reprodução.

Segundo Martins *et al.* (2018), os conhecimentos tradicionais que as comunidades possuem que, além de contribuir para a conservação dos ambientes em que se encontram os recursos naturais e o reconhecimento de suas culturas de modo sustentável, é primordial no

mapeamento do território, uma vez que atrelado ao planejamento participativo as comunidades locais compreendam e percebam seus ambientes.

A cartografia social parte do princípio da valorização do conhecimento tradicional dos membros das comunidades tradicionais acerca dos elementos que circundam o espaço em que habitam, sem perder de vista o contexto social ao qual estão inseridos.

A visão empírica dos sujeitos sociais revela o enriquecimento de detalhes das mais diferentes visões e vivências com a natureza e do modo como ela sofre interferências para fins de apropriação a partir das atividades desenvolvidas pelos diferentes sujeitos sociais. Diante desse cenário, a cartografia social vai mais além da cartografia hegemônica que preza o uso de *softwares*, uma vez que a visão de cada sujeito social ultrapassa os limites diante daqueles afirmados pela cartografia tradicional.

No entanto, a cartografia tradicional e a cartografia social dialogam entre si, mas ambas apresentam interdependência. Essa interdependência se dá pelo fato da identificação das coordenadas geográficas de um ponto do território das comunidades. Com a obtenção das coordenadas, é possível confeccionar o mapa de localização a nível de país, estado ou município. Em contrapartida, na cartografia social não são definidas coordenadas pelos sujeitos locais. É levado em consideração a escala local do território em que fazem parte.

O ato de mapear não se restringe apenas ao produto gerado pela utilização de *softwares* e realização do mapeamento participativo (Costa *et al.*, 2016). Uma descrição dos aspectos territoriais por meio da discussão e diálogo faz com que os sujeitos sociais caracterizem a experiência de vida, com sua própria linguagem, sua forma de enxergar o mundo e a realidade.

Embora todos os sujeitos sociais estejam inseridos nas relações e dinâmica do território, os significados atribuídos aos elementos é algo subjetivo, portanto, a tendência é que se tenha um maior número de denominações/interpretações atribuídas para estes elementos. Assim, tem-se uma diversidade de interpretações e seus significados, considerando a subjetividade de cada sujeito social a partir dos saberes tradicionais que possuem.

A cartografia social produz uma “teia” de saberes tradicionais, os quais são expostos de forma coletiva pelos membros das comunidades quilombolas. Por conseguinte, são apontados de forma minuciosa a presença de cada elemento que integra o território e suas inter-relações. Além disso, é um processo que traz à tona as potencialidades e fragilidades presentes no espaço.

Isso é justificado pelo aprofundamento, riqueza de detalhes e, sobretudo, pela rede de conhecimentos que cada integrante da comunidade possui. Nesses termos, os saberes tradicionais sempre se encontram em reprodução nas diferentes relações desencadeadas no espaço e se diferenciam de uma comunidade a outra.

A técnica da cartografia social representa de forma significativa a (re)afirmação dos sujeitos sociais detentores de capital acerca do processo identitário, dos aspectos culturais e dos saberes tradicionais. Essas características são comuns para os povos tradicionais e desencadeiam relações entre si.

No entanto, há situações em que as comunidades quilombolas acabam sofrendo impasses (disputas internas entre os pescadores e marisqueiras na obtenção do pescado e as relações entre os quilombolas e não-quilombolas e as tentativas de dominação do território quilombola) em detrimento ao desejo de apropriação dos fazendeiros, carcinicultores e empresários do setor turístico, resultando em conflitos, como por exemplo, entre Pescadores X Pescadores, Pescadores X Fazendeiros e Marisqueiras X Carcinicultor.

Assim, o território quilombola sempre foi e é alvo dos distintos interesses daqueles que se intitulam “superiores” àqueles que, ao longo do tempo, tiveram a luta como principal forma de resistência e permanência no território, se repetindo por meio do usufruto dos recursos naturais e também produzindo cultura.

Segundo Silva e Gonçalves (2019), a cartografia participativa surgiu como um instrumento de caráter técnico e que vislumbra a confecção de documentos cartográficos, enaltecendo as visões particulares de cada sujeito social diante do contexto local. Essa visão particular contribui para entender a realidade dos sujeitos sociais que fazem parte do território quilombola em questão, bem como suas lutas e desafios diários para assegurar seu modo de sobrevivência e reprodução e, acima de tudo, do fortalecimento de sua identidade.

Nesses termos, os mapas mentais procuram diagnosticar a percepção e as relações desencadeadas no território, considerando o conhecimento do espaço e as atividades desenvolvidas sobre esse espaço a partir dos saberes tradicionais (Oliveira; Carvalho; Fernandes, 2020). Nesse sentido, é evidenciado o (re)arranjo dos usos do espaço, destacando as atividades que são desenvolvidas e, ao longo do tempo, como estas foram sendo substituídas por outras.

Para Silva *et al.* (2016), a construção do mapeamento participativo aborda questões amplas e coletivas que podem se encontrar em condições de vulnerabilidade em decorrência dos interesses externos. Nessa conjuntura, os etnomapeamentos produzidos pelas comunidades oferecem uma gama de informações, mediante os saberes tradicionais que possuem partilhados no decorrer das relações diárias com os seus pares.

Os elementos dos etnomapeamentos são identificados pelos pescadores artesanais e marisqueiras durante os momentos de obtenção dos recursos naturais a partir do entendimento que possuem acerca das condições plausíveis de alcançar êxito nas atividades extrativistas, cuja

dinâmica se diferencia entre uma atividade e outra. Assim, é possível afirmar que os saberes tradicionais auxiliam os sujeitos sociais à medida que compreendem, por exemplo, no funcionamento da maré. Segundo os relatos dos pescadores artesanais, o aumento da maré é favorável no rio em virtude da coleta de diferentes espécies de peixe, situação esta não verificada pelas catadoras de marisco.

Já para Pelegrina (2020), o produto resultante da cartografia social consiste não apenas na representação do território, mas no conteúdo ilustrativo e escrito pelos sujeitos sociais que confeccionaram o mapa. As informações representadas no mapa são geradas pelos conhecimentos coletivos em consonância com as dinâmicas e vivências de tais sujeitos e denotam as territorialidades construídas no território, onde são enfatizados os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

Portanto, a técnica da cartografia social é feita pelos próprios moradores que residem no território, cujas particularidades são listadas pela relação íntima que os sujeitos sociais possuem em um determinado espaço. As leituras dos mapas da cartografia social são carregadas de múltiplos significados acerca de cada elemento representado.

Por mais que haja uma legenda, identificando o que é cada elemento ali representado, é comum para as comunidades que esses elementos estejam associados a outros fenômenos e que nem sempre é visível pelo acesso dos leitores que debruçam dessa produção. Esse conjunto de informações são imprescindíveis para melhorar a gestão do território por meio de políticas públicas, bem como para denunciar os conflitos e como estes se manifestam diante do jogo de interesses na apropriação do território.

Em meio às disputas existentes no território, o mapeamento participativo traz à tona as áreas em que são desenvolvidas as práticas extrativistas, bem como as tramas por meio das relações desencadeadas pelos sujeitos sociais. Outrossim, é um instrumento de identificação e caracterização dos conflitos territoriais e de que forma se manifestam, podendo atingir patamares maiores pelos diferentes usos do território. A cartografia social foi descrita da seguinte maneira pelo P3:

“Nós fizemos um mapa da Resina com o pessoal da Universidade Federal da Bahia. Quando eles vieram fizeram um levantamento de onde a comunidade buscava o alimento, os espaços onde era feito o trabalho por nós, como a gente vivia, quais eram as casas que existiam aqui e a delimitação da área da comunidade, onde começava e onde terminava o nosso território”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Todo o conhecimento inferido pelos sujeitos sociais na construção do mapa do seu território constitui uma forma de luta e resistência a partir das diferentes “vozes coletivas” que

soam como sinal de visibilidade. É o momento de compartilhamento dos saberes tradicionais, mas também de mostrar toda a força que possuem para garantir as suas permanências e usufruto dos recursos naturais.

Embora a representação feita pelas comunidades tragam visibilidade sobre o que está representado, promove também a invisibilidade de fenômenos que não estão transcritos no papel, pois depende do objetivo ao qual se pretende, onde é priorizado uma particularidade da realidade daquele espaço.

Com base nessa linha de pensamento, o que é listado no papel pelos sujeitos sociais não é semelhante aos elementos pertencentes a outro território, ou seja, cada território se diferencia do outro por algum elemento específico. A priori, cada território por si só possui sua dinâmica, relações, potencialidades, fragilidades e conflitos. Portanto, é imprescindível extrair as especificidades de cada espaço pelos seus povos com a prática da cartografia social. Nesse contexto, “cada mapa, na cartografia social, tem suas características, seus traços próprios, delineados de experiências” (Dalmolin; Passos; Ribeiro, 2020, p. 174).

Diante do exposto, a aplicação da cartografia social nas comunidades ganha cada vez mais espaço pela riqueza de detalhes que o etnomapeamento revela e denota a importância dos saberes tradicionais nas relações cotidianas e nas práticas extrativistas, assim como também para externar a realidade vivenciada pelos sujeitos sociais. Desta forma, o P4 denota que a cartografia social é importante porque:

“Conseguimos identificar ponto a ponto, onde começa e onde termina a comunidade. Sabemos as áreas que temos que conservar e também conseguimos ver as áreas que estão sendo desmatadas. Conseguimos identificar o extrativismo como fonte de renda a partir da pesca artesanal”.
Entrevista concedida em: 23/03/2022.

São as experiências vividas de cada integrante da comunidade que configuram o verdadeiro diagnóstico de um determinado espaço e afirmação de toda a sua história marcada por desigualdades de direitos e subordinação aos donos das grandes propriedades de terra. Ademais, a afirmação dos laços identitários e culturais são aspectos relevantes adquiridos e construídos durante o trilhar da vida.

O produto final, proposto por Alfred Wagner na Nova Cartografia Social da Amazônia, pode ser representado por fascículos, os quais são compostos pelas falas dos sujeitos sociais (conteúdo escrito), fotografias e o mapa situacional. A construção desse mapa situacional decorre de reuniões coletivas em consonância com a disponibilidade dos protagonistas, por meio de recursos audiovisuais ocorre o registro das práticas de vivências e do cotidiano para a forma impressa (papel).

A contribuição individual dos sujeitos sociais da comunidade permite a retroalimentação dos aspectos inerentes do território quilombola. Uma vez em que a transcrição é feita pelos participantes, estes são convocados para fazer a revisão acerca das informações mencionadas pelos mesmos, a fim de diagnosticar o maior número de detalhes possível do que está sendo representado (Lima; Costa, 2012).

O que mais importa na construção do croqui de um território é a percepção dos protagonistas em relação a representação. São mapas que, apesar de não apresentarem convenções cartográficas e escala, exprimem o objetivo desejado pelo pesquisador e, sobretudo, pelos sujeitos sociais. Nesse viés, Silva e Verbicaro (2016, p. 5) salientam que:

Os mapas feitos à mão são bastante utilizados para representar os problemas relacionados ao uso da terra. Eles ajudam a promover uma ampla representatividade dos problemas e eventos que competem à área mapeada, podendo ser úteis para familiarizar a comunidade ao uso do mapa e fornecer aos participantes a oportunidade de apresentar a cartografia como ferramenta de planejamento (Silva; Verbicaro, 2016, p. 5).

O conteúdo desses mapas está centralizado no uso da terra em virtude das formas utilizadas na obtenção dos recursos naturais, principalmente pelos sujeitos sociais que necessitam para garantir o sustento da família e a delimitação do seu território com os circunvizinhos. Por outro lado, tem-se as atividades desenvolvidas pelos sujeitos sociais detentores capital que, por sua vez, apresentam outra dimensão, que é o lucro.

Para tanto, pode-se afirmar que a implantação dessas atividades desencadeia conflitos em detrimento aos impactos socioambientais que tendem a atingir os ambientes utilizados para realização das práticas extrativistas. Nesse cenário, são destacadas, no papel, as potencialidades e fragilidades existentes no espaço, considerando o ponto de vista de cada um.

Assim, os membros das comunidades podem fazer ajustes ou até mesmo complementar algo que passou por despercebido, a fim de melhor apresentar a configuração geral dos elementos constituintes daquele território. Contudo, normalmente pode ser que haja opiniões divergentes sobre a localização exata desses elementos, pois apesar de apresentarem um conhecimento íntimo do espaço em que vivem, nem sempre a forma de enxergar condiz com a opinião do outro. Portanto, a manifestação dos elementos está a todo momento em construção e respeito a dinâmica do território de acordo com a visão de mundo de cada um.

O domínio dos saberes que as comunidades apresentam sobre o território em que se encontram configura uma forma de poder, uma vez que as decisões são tomadas em conjunto, ou seja, não há uma hierarquia estabelecida. Cada sujeito social constitui peça fundamental na participação dos diálogos estabelecidos na comunidade e nos processos de tomadas de decisão.

Por mais que seja comum na comunidade existir um(a) líder, todos que integram a comunidade tem autonomia para expressar suas opiniões. E é assim que há o fortalecimento, resistência e defesa no que tange a permanência no território. Outrora, o mapeamento feito pelas comunidades tem importância significativa quando é utilizado para realizar debates acerca da realidade local, já que estão intimamente envolvidos nas relações e atividades desenvolvidas.

Os debates servem justamente para promover a mobilização dos sujeitos sociais (liderança da associação, pescadores/as artesanais e marisqueiras) na defesa e permanência do território, além de tratar aspectos da comunidade, reivindicando melhorias não apenas pelo Poder Público nas esferas municipal, estadual e federal, mas também as ações desencadeadas desses sujeitos em prol da continuidade da exploração dos recursos naturais de modo coletivo, uma vez que cada rabisco do que é transpassado para o papel fornece um panorama geral do espaço em que a comunidade está inserida.

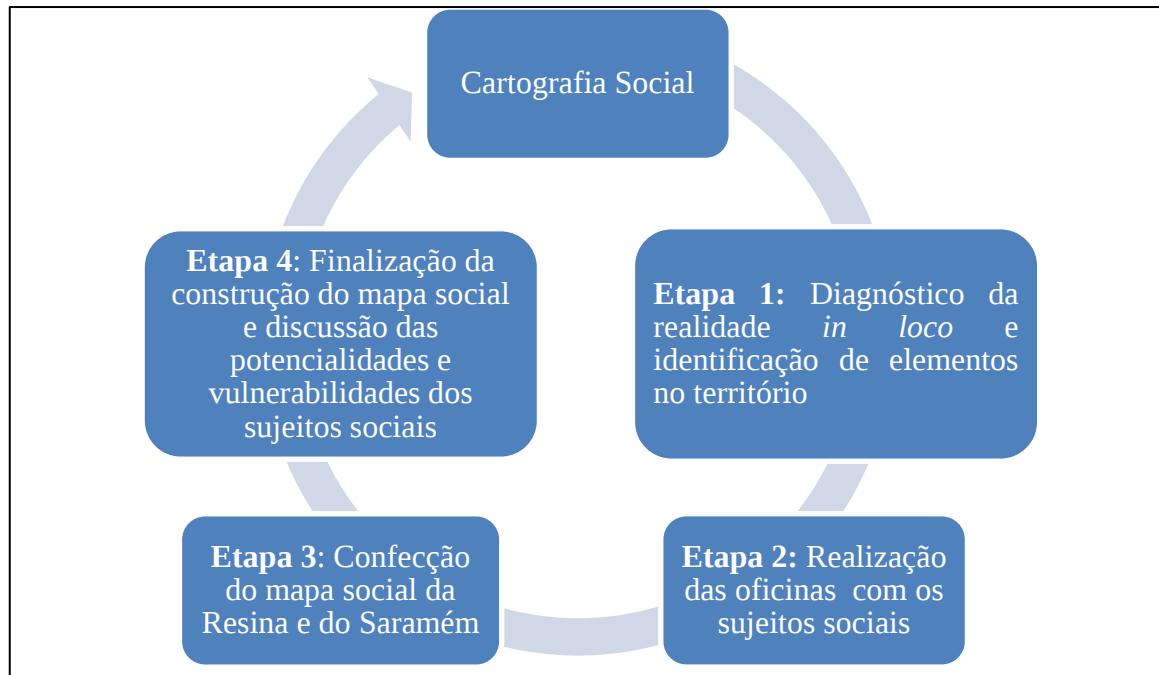
Na visão de Almeida (2018), os etnomapeamentos resultantes da cartografia social constituem em instrumentos contemporâneos e tem a finalidade de mobilização social por apresentar uma diversidade de elementos que denuncia a realidade vivenciada pelos sujeitos sociais, da representação do território e de condutas propositivas para o espaço.

Além disso, o conteúdo exposto nesses mapas, ao mesmo tempo em que aponta os problemas elencados pelos participantes, também evidencia as possíveis formas de atenuá-los os seus efeitos, sobretudo para os sujeitos sociais que mais são afetados.

É importante que o diálogo em detrimento às melhorias para as comunidades seja elaborado mediante a participação dos sujeitos sociais, pois enquanto protagonistas do processo de construção dos mapas dos seus territórios são indispensáveis para inferir o que pode ser melhorado e de que forma pode-se chegar a esse melhoramento.

A realização da cartografia social envolve diferentes etapas e são consideradas fundamentais, uma vez que mostram o procedimento referente a cada etapa. Nesse sentido, a cartografia social pode ser descrita com base em quatro etapas, conforme aponta a Figura 4.

Figura 4 – Esboço das etapas componentes da cartografia social.



Fonte: Adaptado de Almeida (2018).

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

As etapas que compõem a cartografia social obedecem em consonância com a pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas e oficinas, além das visitas *in loco*. Na primeira etapa, é necessário reconhecer o território em que os sujeitos sociais estão inseridos e é possível identificar os elementos que fazem parte do espaço, além de estabelecer contato com os membros das comunidades e lideranças. À medida que os contatos são estabelecidos é que ocorre a relação de confiança.

A segunda etapa é caracterizada pela confecção das oficinas. Inicialmente, é pertinente apresentar um mapa de localização aos sujeitos sociais que irão participar na construção do mapa das comunidades com a finalidade de entender a noção de localização. Ademais, os elementos que um mapa possui e seus significados.

É na terceira etapa que ocorre a construção do mapa por meio de questionamentos feitos aos participantes em que, a partir das respostas dadas, estes têm livre arbítrio para desenhar no papel e assim por diante, de modo que possa ser listados o maior número de elementos no território e seus respectivos significados para a comunidade.

Na quarta e última etapa, após a confecção do mapa, os participantes expõem a discussão dos elementos que foram listados, apontando as potencialidades existentes em cada um dos territórios pesquisados e utilizados para exploração dos recursos naturais, além do quadro de vulnerabilidades que os sujeitos sociais são acometidos. Para tanto, pode-se fazer uso da legenda acerca do que foi explanado no papel construída pelos próprios participantes.

O etnomapeamento realizado pelos pescadores, pescadoras artesanais e líder da associação da Resina foi elaborado em dezembro de 2023, representado na Figura 5. Nesse etnomapeamento foram mencionados avanços na comunidade em termos de infraestrutura com a construção de uma nova estrada que dá acesso a comunidade e pavimentação paralelepípedo parcial de uma rua. Foram destacados a presença de turistas na localidade em datas festivas (carnaval, festas de fim de ano). As residências são de alvenaria e taipa e a comunidade se reúne no espaço da associação para debater questões coletivas acerca de melhorias em prol de todos os associados.

O Rio São Francisco é o principal local utilizado pelos pescadores artesanais na obtenção dos recursos naturais pela pesca artesanal. A pesca é desenvolvida de modo familiar ou em grupo com outros pescadores. No caso da família, a esposa acompanha o esposo e é encarregada de retirar a água do barco, passar a rede e tratar o pescado quando chega em casa.

Há a existência de lagoas onde estão sendo novamente desenvolvido o cultivo de arroz, além de coqueiros e plantações nos quintais de culturas como macaxeira, bananeira e mangueira. Ainda foi destacado a fabricação de óleo de coco pelas mulheres que até então a produção está parada (março de 2024) e pequenos viveiros de camarão, os quais não foi autorizado o acesso do pesquisador pelos capangas, que são pessoas contratadas pelos donos de viveiros para cuidar e impedir o acesso dos pescadores artesanais em suas áreas.

O etnomapeamento realizado pelas marisqueiras e pescadoras artesanais do Saramém também foi realizado em dezembro de 2023 (Figura 6). As mulheres participantes mencionaram a existência de um prédio da igreja católica e suas residências. As áreas utilizadas para as práticas extrativistas são manguezal, Rio São Francisco e o Oceano Atlântico.

O Saramém é cortado por uma estrada sem pavimentação que dá acesso a foz do Rio São Francisco. Na foz desse curso fluvial é realizada a feira de artesanato entre Brejo Grande e Piaçabuçu. As mudanças climáticas justificam a destruição do povoado Cabeço, que era conhecido pelo farol – principal elemento de identificação - pelo avanço da água do mar. O Rio São Francisco, o mar e o manguezal representam as fontes de sustento dos pescadores e marisqueiras que residem nesta localidade mediante a realização da pesca artesanal e à cata de marisco.

Os pescadores artesanais utilizam o barco como meio de transporte durante a pescaria, a tarrafa e o anzol na captura do pescado. A fiscalização no Rio São Francisco é feita pelo IBAMA durante o período de reprodução.

Os problemas ambientais ressaltados no etnomapeamento foram a devastação do manguezal para implantação dos viveiros de camarão. Os viveiros são construídos estrategicamente nas adjacências dos manguezais e do Rio São Francisco para o lançamento dos resíduos produzidos pela atividade. Os donos de viveiros contratam pessoas denominadas de capangas para impossibilitar a entrada dos sujeitos sociais e o descarte de resíduos sólidos no rio por visitantes e moradores locais.

Os saberes tradicionais foram evidenciados na distinção entre as espécies fêmeas e machos dos mariscos pelo rastro e pelas fezes destes. Já a cultura, pelo maracatu, principal manifestação cultural da comunidade. A identidade foi justificada pela representação dos elementos do território.

Os pescadores artesanais utilizam o barco como meio de transporte durante a pescaria, a tarrafa e o anzol na captura do pescado. A fiscalização no Rio São Francisco é feita pelo IBAMA durante o período de reprodução justamente para evitar que os pescadores artesanais durante esse período vão para o rio pescar. Essa situação gera insatisfação para alguns pescadores, pois há desobediência por um grupo pequeno de sujeitos sociais que realizam a pesca noturna, tornando as relações desiguais internamente no território quilombola.

Os problemas socioambientais ressaltados no etnomapeamento centraram-se na devastação do manguezal para implantação dos viveiros de camarão. Os viveiros são construídos estrategicamente nas adjacências dos manguezais e do Rio São Francisco para o lançamento dos resíduos produzidos pela atividade, cujo descarte irregular prejudica

diretamente as formas de sustento dos pescadores artesanais e marisqueiras, já que se reproduzem no território mediante a pesca e à cata de marisco.

Os donos de viveiros contratam pessoas denominadas de capangas que funcionam como vigias para impossibilitar a entrada dos sujeitos sociais na área, além da presença de resíduos sólidos no entorno do rio, os quais são descartados por visitantes e moradores locais, podendo serem transportados para o interior do curso fluvial pela ação da água da chuva, vento ou até mesmo por pessoas que frequentam o espaço.

As comunidades quilombolas destacaram a importância dos saberes tradicionais, identidade e cultura na permanência do território. A identidade foi expressada pelas relações sociais estabelecidas com os seus pares, bem como durante a exploração dos recursos naturais e a cultura mediante à participação efetiva dos pescadores/as e catadoras de marisco nas manifestações culturais que ocorrem no âmbito das duas comunidades pesquisadas.

Figura 6 – Etnomapeamento do Povoado Saramém.



Fonte: Trabalho de Campo, 2023.

2.5 Circuito da pesca: As múltiplas relações dos sujeitos sociais na cadeia produtiva da pesca artesanal

As evidências mostram que as distintas atividades econômicas desenvolvidas pelos seres humanos em um determinado espaço são movidas naturalmente pelas relações comerciais. Em particular, o desenvolvimento de cada atividade resulta da sua dinâmica a partir dos elementos e dos sujeitos sociais envolvidos.

A depender da atividade a ser desenvolvida, a forma capitalista se manifesta com maior intensidade que em outras. Em comparação com outras atividades econômicas, na pesca artesanal essa forma é inferior ao cultivo do camarão, uma vez que a condução ocorre mediante as práticas extrativistas dos sujeitos sociais destituídos de capital. A variação de maior ou menor lucro das atividades econômicas promovem desigualdades socioeconômicas, ou seja, alguns sujeitos sociais se sobrepõem a outros.

Para Campos, Almeida e Timóteo (2021), a atividade extrativista da pesca artesanal constitui em um segmento importante, principalmente nas regiões costeiras. Com base nessa afirmação, pode-se mencionar que as comunidades que se encontram nessas regiões tendem a praticar a pesca artesanal, de caráter familiar, tendo em vista que as condições dos ambientes contribuem para a disponibilidade de recursos naturais e, conseqüentemente, de exploração pelas práticas extrativistas. Nesse sentido, as relações entre os sujeitos sociais são intensificadas tanto no que se refere à coleta dos recursos naturais quanto às formas de negociação e comercialização.

Diversos estudos tem demonstrado a presença do atravessador, o qual também recebe as denominações de intermediário, cambista ou até mesmo marchante nas relações comerciais da pesca artesanal. Nas comunidades pesquisadas, as denominações inferidas aos(as) compradores(as) de peixe dos pescadores é atravessador(a) ou cambista.

A terminologia do sujeito social que compra a produção dos pescadores nem sempre recebe o nome de atravessador. Segundo Freitas (2022) na comunidade de Emboaca, os compradores de peixe são denominados de marchantes, que são os donos das peixarias locais e são quem atribuem o preço do pescado em relação ao valor que é comercializado no mercado regional, ou seja, há um comparativo de preços.

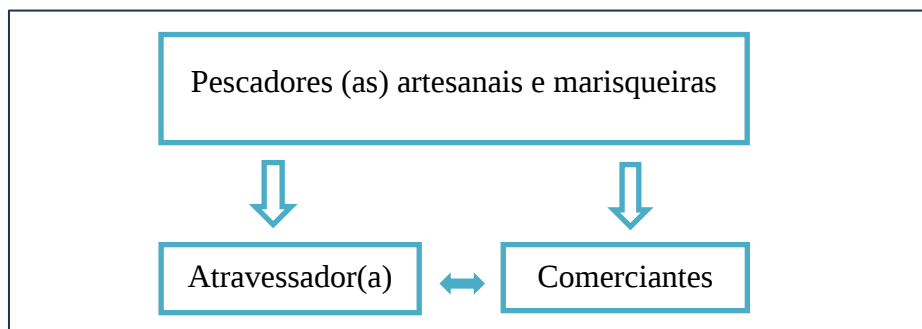
Ainda nas considerações da autora, a presença do marchante não anula a existência do atravessador na comercialização. Neste contexto, os marchantes integram também a cadeia produtiva da pesca, uma vez que direcionam o pescado para os atravessadores ou até mesmo diretamente para os comerciantes e, por conseguinte, os atravessadores destinam para os donos

de estabelecimentos comerciais. Nessa conjuntura, os marchantes acabam assumindo o papel de intermediários entre os pescadores e o/a atravessador(a).

Por sua vez, Sales *et al.* (2022) afirmam que os atravessadores também denominados de marreteiros, assumem diferentes papéis na atividade pesqueira. Ora representa o agente que se dedica apenas a efetuar a compra do pescado, ora a pessoa que financia o pescador para fazer seu deslocamento de pesca. Neste sentido, é fato que independente da função desempenhada há relação intrínseca entre o atravessador e o pescador.

Ao mesmo tempo, apontam a problemática existente na cadeia produtiva no que se refere às relações comerciais das atividades extrativistas exercidas pelos pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras (que também realizam a pesca, principalmente quando se deslocam as áreas de manguezal e não obtém êxito na captura do caranguejo) e atravessadores. No cenário da pesca artesanal, em Brejo Grande, os sujeitos sociais estão representados na Figura 7.

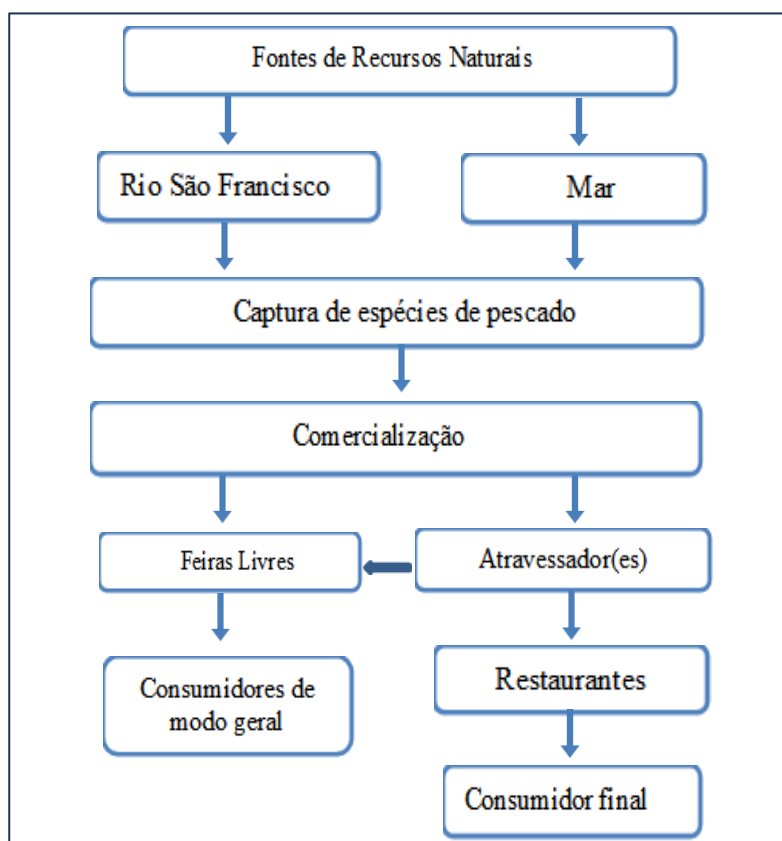
Figura 7 - Sujeitos sociais envolvidos na pesca artesanal, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Considerando as informações postas anteriormente, cada atividade, seja de caráter extrativista ou não, é regida por uma cadeia produtiva. Entende-se por cadeia produtiva o conjunto de atividades em que são estabelecidas conexões entre as etapas envolvidas, estendendo-se desde a extração de matéria prima, insumos, transformações dos insumos de produção, composição do produto final, distribuição e destinação do produto aos sujeitos sociais finais (Álvaro; Martin, 2020). Quanto à atividade extrativista da pesca artesanal nas comunidades pesquisadas, a cadeia produtiva está representada na Figura 8:

Figura 8 – Cadeia produtiva da pesca artesanal na Resina e no Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Na comunidade da Resina e no povoado Saramém, os recursos naturais são obtidos no Rio São Francisco e no mar pelos pescadores(as) e marisqueiras por meio de suas práticas extrativistas, os quais resultam em diferentes espécies de pescado. A produção das diferentes espécies que é destinada ao atravessador é entregue diretamente a ele em sua residência. Para facilitar essa relação, o atravessador quando não possui residência própria nas proximidades do Rio São Francisco, acaba alugando uma com o intuito de dar mais comodidade para os pescadores.

A comercialização é feita em menor proporção nas feiras livres do município de Brejo Grande, estendendo-se a outros municípios e estados e justifica-se pelo fato dos pescadores não possuírem transporte, tornando inviável a atividade. No entanto, praticamente a maior parte da produção é repassada para os atravessadores que se apropriam dos pescadores ao adquirir o pescado por preços baixos, contribuindo para a desvalorização da jornada de trabalho que o pescador exerce na atividade da pesca. Nesse sentido, o sujeito P5 afirma que:

“Não vamos vender nas feiras porque é arriscado não vendermos nossa mercadoria. Nessas feiras já tem muito peixe. E também não temos como conservar por muito tempo. Só quem tem transporte são os atravessadores.

Entregamos a produção a ele porque já chegamos da pesca cansado e só queremos adquirir o nosso dinheiro”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Segundo *Dores et al.* (2018), a discussão das relações dos sujeitos sociais que desempenham relações intrínsecas na cadeia produtiva assenta-se na subordinação dos membros das comunidades quilombolas àqueles que expropriam todo o trabalho realizado pelos pescadores artesanais e marisqueiras durante a pesca não somente em relação à produção obtida, mas também acerca dos apetrechos de pesca.

Essas condições acabam desvalorizando a atuação do ser pescador, pois é uma atividade que, além de garantir o sustento de diversas famílias, reflete os laços culturais e a sabedoria daqueles que transmitiram o conhecimento que possuíam e se perpetua até os dias atuais.

Para *Dores et al.* (2018) o atravessador é a figura mais atuante no que se refere a comercialização da cadeia produtiva da pesca e que se apropria do trabalho árduo do pescador para obter lucro sob a produção. No ciclo comercial, o atravessador não representa o ponto final de entrega da produção. Ele funciona como um intermediário entre o pescador e o consumidor final ao qual destina a produção adquirida dos pescadores. A participação da mulher também se evidencia como atravessadora, uma vez que é uma função que vem de berço da ancestralidade.

Assim, as relações de comercialização do pescado com os/as atravessadores(as) são desiguais, pois estes atribuem o menor valor possível as diferentes espécies de peixes e, por conseguinte, destinam para comerciantes que possuem estabelecimentos comerciais com valor superior àquele negociado com os pescadores.

Apesar dos atravessadores residirem, geralmente, na comunidade em que são firmados os contatos, e a compra do pescado com os pescadores artesanais ser uma relação de lucratividade sob aqueles que se arriscam nas águas para obter o produto, *Souza e colaboradores* (2021) contextualizam que a preocupação diante desta relação é o fato das espécies mais sofisticadas e que apresentam maiores preços no mercado são destinados para venda em municípios diferentes daquele que o atravessador reside. Desta forma, desvaloriza a economia do seu município e fortalece as receitas econômicas ao qual foi direcionado o pescado. O esforço do pescador artesanal é desvalorizado, pois todo o esforço que é realizado durante a atividade não é recompensado da forma que deveria ser feita.

Os autores acima acrescentam ainda que, diante deste quadro, as demandas do município em que o pescado é obtido, embora haja mercado em condições de funcionamento e comercialização do pescado, assim como realização de feira livre uma vez por semana. No entanto, a problemática evidenciada tende a se agravar à medida que os atravessadores

financiam expedições pesqueiras, predominando a compra do pescado por valores inferiores a outros locais mediante consultas de preços, pois, em alguns casos, há apenas um atravessador somente naquele espaço, fato este não evidenciado nas comunidades estudadas. Diante da ausência de outros compradores, os pescadores artesanais acabam entregando quase ou totalmente a produção ao atravessador.

Campos, Almeida e Timóteo (2021) salientam que, mesmo antes dos pescadores artesanais realizarem a pesca, já há uma espécie de “primeira venda”, “combinação”, “trato”, “acerto”, ou seja, o atravessador assegura um determinado valor sobre a produção via acordo de custeio. Em alguns casos, é comum o atravessador ceder instrumentos de coleta (rede de pescar) e até de locomoção (barco), caso o pescador não possua ou quando não está em boas condições de uso. Essas condições aferidas pelo atravessador mostram a dependência que possui para fornecer o pescado para outros sujeitos e obter lucro.

Nas comunidades pesquisadas, a dinâmica da comercialização das espécies de peixes ocorre com base no que foi pontuado pelos autores acima. O At1 expõe que a compra do pescado ocorre da seguinte forma:

“O pescador tem seu preço. Mas esse preço é para todos eles. O que eu pago a um, pago ao outro. Por exemplo, se compro o Kg de carapeba por R\$ 28,00 reais esse preço serve para os outros pescadores também. Há um padrão. É variado de tamanho. O Kg de robalo é um preço, o robalo médio é outro e o valor do robalo pequeno é menor ainda assim como é para a carapeba. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Estudos sobre a pesca apontam que nem sempre o atravessador reside na comunidade em que os pescadores fazem parte. Independente da localidade em que reside estabelece contato com os pescadores com a finalidade de firmar negociação. Assim “a maioria dos atravessadores vem com caminhão de fora para levar o peixe” (Veiverberg; Pires; Bergamin, 2021, p. 11).

Para Gomes (2022), a comercialização do pescado tem início quando os pescadores desembarcam nos portos com a produção obtida em que, a princípio, é repassada para o atravessador. Nem sempre as localidades possuem mais de um atravessador e, assim, muitos pescadores não veem outra alternativa a não ser entregar a produção. O At3 destaca o seguinte:

“O pescador chega e compro o peixe por quilo e o tipo de peixe que ele pegou. Já temos um preço certo e é acertado entre mim e ele”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Nesse caso, os pescadores realizam negociação com aquele que se encontra no circuito da pesca, pois não há concorrência com outros atravessadores e inviabiliza negociações com preços mais vantajosos para os ribeirinhos. Esse é um fator importante, tendo em vista que se

houvesse concorrência, o preço do pescado tenderia a ser mais rentável para aqueles que coletam em decorrência das propostas de preços apresentadas. Desse modo tem-se que a Ata2:

“Embora haja mais de um atravessador aqui na Resina, não existe competição entre nós. Cada um tem seu grupo e valorizamos os pescadores que entregam a produção a nós durante muito tempo”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Ainda na ótica de Gomes (2022), fatores como a ausência de transporte adequado, a distância e a falta de tempo do pescador, a falta de local adequado e itens essenciais (caixas de isopor, gelo, freezers, geladeiras) para armazenamento e refrigeração do pescado, as relações de amizade construídas ao longo dos anos, o repasse da produção pelos membros anteriores da família contribuem efetivamente para a dependência da produção do pescador ser destinada ao atravessador, o qual acaba atribuindo o valor conforme o tipo ou não das espécies obtidas, uma vez que o pescador não detém de recurso financeiro para custear esses itens.

Para Souza (2019), o destino do pescado é repassado para os atravessadores e uma pequena quantidade é comercializada em uma banca da feira livre pelos pescadores ou quando estes procuram antigos clientes de porta em porta para oferecer o produto e, em outra situação, quando veranistas se deslocam até as canoas (em alguns casos não são donos desse tipo de apetrecho) no momento em que os sujeitos sociais estão voltando da atividade pesqueira.

Nesse contexto, é necessário salientar que o pescador tem a pesca artesanal como principal atividade, mas nem sempre possuem os meios necessários para execução e essas ponderações colocam em evidência a problemática dos pescadores em ficarem, na maioria das vezes, submissos a oferta dos/as atravessadores(as).

Uma alternativa viável no que tange a obtenção de lucro e valorização de todo esforço e dos saberes tradicionais durante a pesca é comercializar em feiras livres, uma vez que como afirmam, as feiras livres consistem em espaços de exposição de produtos variados, geralmente com preços mais acessíveis, exceto nos períodos em que há variação nos preços em virtude da época de cada cultura e as questões climáticas (Silva; Borges, 2020).

O sujeito social P6 expõe o seu pensamento da seguinte maneira:

“Se for vender em feira tem que juntar o peixe a semana toda para levar a feira de Ilha das Flores que acontece na segunda-feira que é a mais viável para nós. Nossa grande dificuldade é o local para armazenar o pescado depois de ter sido tratado porque, às vezes, se tiver freezer em casa gasta energia para manter. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

As relações de dependência entre pescadores e atravessadores são justificadas, em sua grande maioria, devido ao poder econômico de absorver toda a produção local em relação as condições que os pescadores não apresentam (Leal, 2021). Com base nessa explanação, é nítido

observar que acaba se sobressaindo aquele que não realiza a captura do pescado, realizando a mais valia em razão das condições financeiras que apresentam.

Quando o atravessador adquire o pescado e comercializa para localidades circunvizinhas, acaba prejudicando a economia local, já que a destinação para o abastecimento da demanda local não é efetivada, contribuindo para fomentar a economia em que a produção é destinada (Souza *et al.*, 2021).

Para Oliveira *et al.* (2019), a relação de dependência dos pescadores aos atravessadores está ligada a dois fatores: o primeiro é a falta de opção de compradores da própria comunidade e deficiência de local com condições adequadas para fins de estocagem do pescado desembarcado e, por fim, a comercialização.

Ao mesmo tempo, os atravessadores dependem diretamente dos pescadores, uma vez que são estes que capturam as espécies de pescado. Desse modo, há uma relação de dependência mútua entre os sujeitos sociais que integram a comercialização do pescado. O que diferencia um do outro é a condição financeira que o/a atravessador(a) apresenta sobre o pescador.

As relações de dependência entre esses sujeitos sociais ocorrem, além dos fatores apresentados anteriormente, ao tempo despendido na realização do beneficiamento e aos meios de locomoção necessários para transportar o pescado à zona urbana da cidade ou para municípios circunvizinhos contribuem para a desmotivação do pescador (Oliveira *et al.*, 2019).

Em estudo realizado na foz do Amazonas, mais precisamente no arquipélago do Bailique, no estado do Amapá, por Prestes *et al.* (2021), os autores chegaram à conclusão de que não há interferência dos atravessadores nas relações comerciais do pescado, pois a produção é vendida diretamente aos moradores que residem nessa localidade. Com base nessa explanação, os pescadores são protagonistas não apenas na obtenção do pescado, mas também em inferir os preços dos produtos e, assim, obtém maior rentabilidade e independência própria nas relações comerciais.

Cialdella *et al.* (2022) afirmam que é imprescindível os pescadores estabelecerem uma rede de contatos, com o propósito de consultar e ampliar questões de preços com outros sujeitos sociais que realizam a pesca e a atravessadores que não atuam em outras áreas, a fim de identificar como são feitas a comercialização. A falta de mais de um atravessador que atua na localidade dificulta que os pescadores recebam outro tipo de oferta e, assim, não obtendo lucratividade maior advinda da atividade. Em relação a esse pensamento, o P7 afirma que:

A questão dos atravessadores já foi questionada muito. De um lado, o pescador sabe que se fosse vender em feira livre, conseguia vender o peixe mais caro. Mas também a questão do atravessador é que o pescador vai para a atividade, está sem nada em casa, só pega aquela quantidade de peixe ou

muita, vendeu ali ao atravessador, recebeu seu dinheiro e vai para casa com o dinheiro no bolso e também o atravessador vive aqui na comunidade. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

O atravessador “não é apenas o comprador do produto, mas uma pessoa próxima ao produtor e em quem ele confia” (Cialdella *et al.*, 2022, p. 12). A relação de confiança se dá pela fidelidade e relações de parentesco e/ou de amizade que os pescadores apresentam junto ao atravessador, cujo acordo continua sendo firmado desde os antepassados. Nesse contexto, de acordo com o At1:

“A confiança e a sinceridade são palavras que devem predominar na minha relação do atravessador com o pescador. Eu trabalho com eles na sinceridade, o que faço para um faço para o outro. Eu não pago o peixe de fulano mais caro que o de beltrano. Aqui é um povoado pequeno e qualquer coisa que você fizer todo mundo sabe. Até eles mesmos. Se eu pagar o peixe mais caro, ele mesmo chega mais na frente e diz fulano pagou o meu peixe mais caro. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Diante desse relato, pode ocorrer rivalidades entre os pescadores que compõem o grupo do atravessador, no sentido de não estabelecer propostas de preço de forma igualitária e/ou privilegiar um ou outro. Caso este fato ocorra não é possível atribuir confiança e sinceridade para com o comprador de peixe. Nessa conjuntura o At1 reforça que:

“Isso cria um certo tipo de desavença entre os pescadores. Ah não, porque ele está pagando o seu mais caro não vou entregar a ele não. Aí fica tipo uma briga e eu não quero isso. De vez em quando chamo um, dois e a gente conversa numa boa, o que eu tenho para falar, falo mesmo. Se der bem, se não, seremos amigos. Se não der para trabalhar a amizade é a mesma. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Em determinadas situações, nem sempre o pescador honra com o compromisso assumido com o atravessador de entregar a produção. Esse fator predomina quando outro atravessador que atua fora do território da comunidade por este apresentar oferta de preço superior à do atravessador que possui acordo com o pescador do seu grupo.

A Figura 9 retrata a importância da existência de um grupo, pois “garante” que os pescadores façam a entrega em grande quantidade ao atravessador que comanda esse grupo. Geralmente, o atravessador deixa o pescado no gelo durante três semanas, a fim de receber mais quantidades e transportar de uma única vez para os seus compradores em Aracaju.

Figura 9 – Entrega do pescado ao atravessador no Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Neste sentido, o At1 explana que:

“Eu trabalho com eles na sinceridade. Tem vezes que chega uma pessoa de fora. Eles não negam pra mim. Vendi o peixe ali a um amigo. Só não acho certo esse outro atravessador de fora ficar aqui todos os dias. Aí chega uma pessoa que nunca veio aqui e oferece um real a mais e ele deixa de entregar a mercadoria aqui que já temos um trato certo para entregar a outra pessoa. Não acho isso certo. Tem vezes pago por fora para me ajudarem a separar o peixe no isopor para valorizar eles, mas também não expulso ele do grupo”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

É comum os atravessadores possuírem os itens necessários para a alocação e acondicionamento do pescado em detrimento de apresentarem condições financeiras que favorecem a sua aquisição. Esses itens são representados por caixas de isopor, gelo, balança para pesagem, caixotes, baldes e bacias (Figura 10).

Figura 10 – Itens indispensáveis para alocação e conservação do pescado nas comunidades pesquisadas.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

À medida que os pescadores vendem sua produção ao atravessador, o pescado é direcionado para pesagem e, em seguida, armazenado em caixotes obedecendo o tipo de cada espécie. O momento de pesagem (Figura 11) é uma etapa em que não é de responsabilidade apenas do atravessador. Nesse momento, o pescador também a realiza para conferir e, por fim, é anotado no papel o peso individual de cada espécie pelos dois sujeitos sociais para fins de comparação, reforçando a relação de confiança.

Figura 11 – Pesagem do pescado no Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Tomando-se como base essa ideia, Silva (2019) afirma que a partir da anotação por ambos, os compradores realizam a conferência das diferentes espécies de pescado e da pesagem e registram em suas cadernetas. Em seguida, a produção é direcionada para as caixas de isopor com gelo, permanecendo armazenadas até que o pescado seja vendido para outros compradores.

Ainda segundo a autora, a importância da utilização de caderneta pelo atravessador para registrar a quantidade de espécies, consiste basicamente em fazer comparações com os preços de mercado e ter um controle no que se refere a movimentação das vendas, seja na condição de à vista ou ao crédito.

Por sua vez, o pescado é armazenado em caixas de isopor que variam de tamanho, conforme a quantidade de espécies que são obtidas pelo atravessador do pescador, visto que o quantitativo do pescado varia de um dia de pesca para o outro e, assim, portanto, é incerto atribuir uma quantidade exata da produção obtida, pois nem sempre o pescador que se desloca ao rio ou mar tem sucesso na captura do pescado. Em determinados momentos, quando a quantidade é pequena destina-se para o consumo da própria família.

Nestas caixas, é introduzido gelo para conservar o peixe e garantir boas condições de manutenção para o consumo. Posteriormente, são negociados e direcionados para os donos de bares e restaurantes de diferentes localidades. Os atravessadores afirmaram que é mais vantajoso conservar o pescado com a utilização de gelo (Figura 12) e isopor ao invés de freezer.

Figura 12 – Utilização de gelo para conservação do pescado no Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Nas análises de Zacardi, Passos e Silva (2021) o gelo empregado pelos pescadores na conservação do pescado não é originário de fábricas. Portanto, é comprado a outros moradores da comunidade ou de seu entorno ou até mesmo os atravessadores fabricam em casa o próprio gelo, já que detém dos meios para obtenção.

Assim, o At3 elucida que:

“Não utilizo o freezer para conservar porque resseca, deixando o peixe com aspecto de velho e sem gosto (sabor) quando chega nos pratos dos consumidores”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Em contrapartida, de acordo com as visitas *in loco*, o local utilizado pelo atravessador para armazenar o pescado não oferece condições sanitárias adequadas, podendo haver contaminação, desde que haja contato efetivo do produto com materiais inadequados encontrados nesse ambiente. Este acontecimento torna-se menos frequente quando é identificada a presença da mulher na função de atravessadora.

Nas comunidades pesquisadas, há atravessadores quilombolas e não-quilombolas, sendo estes últimos aquele que é pescador e o que reside em outro município. Cada atravessador tem um grupo específico de pescadores para negociar a produção e este, por sua vez, recepciona os pescadores no porto ou em sua residência à medida que os sujeitos sociais finalizam a pesca no rio assim como pontua a Ata2.

“Eu já tenho meu grupo de pescadores certos que me entregam a produção. A construção desse grupo se deu pelas relações de confiança estabelecida entre eles. É por essas relações que desde que estou aqui, cada vez mais vai chegando pescador para trabalhar com a gente”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Os dados levantados com os atravessadores que atuam nas comunidades pesquisadas permitiram identificar o quantitativo de pescadores que formam cada grupo, os quais são “acertados” com os cambistas, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Quantitativo de pescadores por grupo de atravessadores nas comunidades pesquisadas.

Atravessador	Localidade de atuação	Tempo de atuação (em anos)	Quantitativo de pescadores por grupo
1	Comunidade Quilombola da Resina	3	5-6
2	Comunidade Quilombola da Resina	25	3-4
3	Povoado Saramém	17	8

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

De acordo com as informações acima, há três atravessadores atuantes, sendo dois na Resina (um homem e uma mulher) e um no Saramém. Em relação ao tempo que desempenha a função de atravessador, o recorte temporal apresenta variação de um(a) atravessador(a) para o(a) outro(a). Assim, o At1 enaltece que:

“Quando cheguei aqui na Resina, não conhecia ninguém e não tinha onde repousar, mas “minha tia” me deu o barraco dela na beira do rio que pertencia a ela e ao marido dela. Como ele é uma pessoa boa, foi ele que foi meu braço forte quando meu marido adoeceu. Depois que meu marido faleceu, não coloquei ele para fora do barraco porque foi ele que me ajudou muito e por consideração é como se fosse um filho para mim. Considero ele, a esposa e o filho como pessoas da minha família. É nesse “baraco” que ele recepciona os pescadores. Foi eu quem apresentou ele aos pescadores e com isso tomou conhecimento dele e começaram a fazer entrega de peixe a ele e assim foi se formando um grupo de pescadores que entrega a produção a ele. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Ainda de acordo com esse atravessador, além do peixe que compra na Resina, atua também no município de São Cristóvão, pois já morou lá por um bom tempo e firmou parceria com os pescadores. A Ata2 complementa que a compra não se concentra somente na Resina, expandindo-se no município de Piaçabuçu, em Alagoas, há 25 anos de atividade. O At3 afirma que:

“Atuo aqui no Saramém há 17 anos. Desempenho a função de atravessador graças a meu pai que foi atravessador durante 50 anos aqui nessa localidade. Ele sempre me chama para participar do processo de compra. Assim, consegui aprender e entender como funciona a compra do pescado e dar continuidade na atividade que ele se dedicou durante a sua vida”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Ainda que os atravessadores trabalhem com os pescadores em grupo, a compra ocorre diariamente e de forma individual, pois é observada a tábua de maré. Os At1 e Ata2 explanam que:

“Compro peixe dos pescadores todo dia, podendo variar na quantidade, pois tem vezes que chega mais, outras vezes chega pouco. O pescador sai para pegar, mas não é certo por conta da maré. É difícil chegar os pescadores todos juntos para entregar a depender do horário da maré que eles vêm. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Nesse sentido, ao estudar o papel do atravessador na pesca, Álvaro e Martin (2020) concluíram que o atravessador é a pessoa que desempenha exclusivamente a função de compra do pescado diretamente do pescador no final da atividade pesqueira, sendo visto como o canal de distribuição, pois a prática da pesca tem início quando o pescador se desloca de sua residência até o curso fluvial ou mar.

É comum o atravessador ceder o barco, em alguns casos, como forma de aumentar a confiança diante do pescador e, no caso do arroz, fornece o carro para transportar o produto. Assim, o que predomina na relação entre esses sujeitos sociais é a parceria, mas o prejuízo recai sempre para o pescador. Esse sistema de parceria é justificado pelos At1 e At3 como:

“Nós trabalhamos com a humildade, o que a gente faz por um faz pelo outro. Não adianta querer fazer demais para um e para o outro não. O que um ganha, o outro também ganha. Chego para ajudar quando eles precisam fazer uma rede. Dependendo da produção dele, nós vamos descontando aos poucos, mas os materiais são todos deles. Eu contribuo com gasolina para ajudar eles. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Assim como toda atividade pode oferecer riscos aos apetrechos utilizados, pois eles podem apresentar danificações durante a realização, na pesca artesanal não é diferente. Nesse sentido, a Ata2 afirma que:

“No caso de defeito nos equipamentos, se eu puder ajudar, eu ajudo, mas graças a Deus não anda acontecendo isso. Se caso aconteça nós chegamos para dar uma ajuda”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Os pescadores apontam a seguinte questão em relação ao atravessador: existe o lado ruim, o qual é expresso pela venda do peixe mais barato, e o lado bom é caracterizado pelo “livramento” de repassar para o cambista. Esse sentimento pode ser evidenciado no depoimento do sujeito social P8:

“Pescador quando chega da pescaria não quer nem saber do peixe, quer entregar, receber o dinheiro e ir para casa. Não quer saber de feira, de estocar o pescado, de levar para a cidade para arriscar e ganhar um dinheiro melhor, ele só quer saber de entregar”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

O sentimento exposto por esse sujeito social reflete a ausência de um bom trabalho de assistência técnica juntos aos pescadores artesanais desta comunidade e ainda revela que está difícil dos atravessadores se desinstalam das localidades, porque o pescador já vive cansado da pescaria e não quer ter mais o trabalho de relar, limpar, colocar para gelar e transportar o pescado. Essas dificuldades enfrentadas pelos pescadores contribuem para que entreguem sua produção ao cambista e retorne a sua residência para dormir/descansar.

Esse pensamento chama à atenção para que os pescadores não fiquem submissos as ofertas que são feitas pelos atravessadores, uma vez que os preços que são oferecidos para a aquisição do pescado são inversamente proporcionais as práticas extrativistas que lhes conferem sobrevivência e reprodução mediante os recursos naturais disponíveis. Ademais, coloca em xeque a história construída ao longo do tempo com marcos significativos no que tange aos aspectos identitários, culturais e dos saberes tradicionais.

Apesar de alguns pescadores reclamarem dos preços baratos impostos pelos atravessadores, as comunidades dispõem de freezers e balança. A grande questão reside na falta de transporte para conduzir o pescado até as feiras livres realizadas nos municípios circunvizinhos, pois as distâncias são de aproximadamente 25 a 30 Km ou até com valores superiores aos mencionados anteriormente a depender do município ao qual o pescador tem pretensão de comercializar o produto.

O fator mencionado acima reflete que a ausência de transporte acaba inviabilizando a destinação da produção do pescado para as feiras realizadas em municípios de outros territórios, como por exemplo, de outras localidades do Agreste e Sertão sergipanos, estendendo-se para os demais municípios que fazem parte do território do Baixo São Francisco na tentativa de adquirir um preço melhor.

O interessante é que os pescadores assim como se reúnem para pescar, optem por alternativas mais viáveis para que, de fato, sua produção seja valorizada e atribuídos preços mais justos e variáveis, conforme cada tipo de espécie obtida. Para a delimitação do preço são observados dois atributos: o tipo e o tamanho da espécie.

As espécies mais obtidas pelos pescadores com seus respectivos valores definidos pelo atravessador e próximo consumidor são apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4 – Tipos de ertspécies de pescado e seus respectivos valores de comercialização, em Brejo Grande/SE.

Nome popular	Nome científico	Sazonalidade	Preço adquirido pelo/(a) atravessador(a) (Kg)	Preço para os comerciantes de feira livre e/ou donos de bares (Kg)
Robalo	<i>Centropomus undecimalis</i>	Inverno	R\$ 28,00	R\$ 30,00 – 33,00
Carapeba	<i>Eugerres brasiliensis</i>	Inverno	R\$ 28,00	R\$ 30,00 – 33,00
Pescada	<i>Cynoscion acoupa</i>	Verão	R\$ 26,00	R\$ 28,00 -30,00

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

O tipo de espécie varia de acordo com a sazonalidade. Isso significa dizer que não falta peixe, pois quando não tem de uma espécie tem de outra e é destinado para o atravessador. A diferença entre o preço do atravessador como os comerciantes gira em torno de R\$ 3,00 a 2,00 reais por quilo vendido. O At1 estabelece que:

“Quando adquiro o peixe do pescador, faço revenda (entrega) para Aracaju, pois já é certo para as pessoas que vendem nas feiras dos bairros América e

Santo Antônio e mercado central. Cada um tem o seu meio de se virar. O meu é mais para as feiras. Já cheguei a comprar aproximadamente 840 Kg de peixe. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Por sua vez, quanto ao valor da espécie definido pelo atravessador, o At1 destaca que:

“Eu já tenho meus preços com os clientes para quem repasso a produção. Com o pescador é um preço. Com os meus clientes já é um preço diferente porque tenho que trabalhar para ganhar. O preço é igual para todo mundo, é algo tabelado e vale para qualquer um cliente. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Ao observar essas questões ponderadas acima pelo atravessador, Padilha Júnior (2022) afirma que há um certo período do ano no qual as espécies de peixe podem ser obtidas em maior (inverno) ou menor quantidade (verão). Nessa conjuntura, o autor apresenta a distinção entre os conceitos de safra e entressafra, respectivamente.

O autor acima salienta que o primeiro está relacionado a obtenção do pescado em maiores quantidades e, conseqüentemente, há redução dos preços, possibilitando que todas as pessoas tem acesso de compra do produto, enquanto que o segundo se remete a quantidade mínima disponível e os preços tendem a aumentar consideravelmente, inviabilizando o acesso de compra, principalmente para as famílias que não exercem a atividade pesqueira.

De acordo com Leal (2021), ao desenvolver pesquisas acerca do circuito espacial de produção da pesca artesanal no norte do Rio de Janeiro, durante o processo de comercialização, a primeira venda (maio a junho – período de safra), o valor pago ao pescador pelo atravessador é de R\$10,00 kg, por outro lado, o comerciante revende o mesmo produto adquirido em seu estabelecimento por R\$18,00 o quilo e R\$30,00 reais o pescado beneficiado. Quando o pescador vende em casa, o valor é de R\$28,00 reais.

As relações de safra e entressafra são enfatizadas pelo At3:

“Nem sempre quando colocamos o preço, o pescador aceita. Vai depender da época. Quando tem muito peixe há uma queda de preço porque ele dar em todo canto. Quando tem pouco peixe, o preço é o normal (R\$ 27,00-28,00) porque o preço diminui. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Em tempos anteriores na Resina, a junção do trabalho árduo e a negociação não eram aspectos valorizados. No que tange a comercialização, os preços eram considerados mais baixos quando comparados com os de atualmente. Segundo alguns pescadores artesanais que desenvolvem a atividade pesqueira desde sua adolescência, salientam que os preços atualmente são mais rentáveis e recebem o valor assim que entregam ao atravessador.

Tomando como base a visão de pensamento acima, o At1 destaca o seguinte:

“Eu valorizo o peixe deles aqui. Na época que eu cheguei aqui o preço do robalo não passava de R\$22,00 reais. Desde que me fixei aqui esse preço subiu variando de R\$27,00 a R\$28,00 reais porque muitos aqui não valorizava o peixe deles e quando dava muito caia o preço, ficando a “preço de banana” porque ninguém queria. Hoje, quando dá muito o preço fica entre R\$24,00 e R\$25,00 reais não passa disso mais. A tendência é ir só aumentando. Aí peço a eles a sinceridade, pois se não der, prefiro não contar com vocês do que tá nessa: entrega aqui, amanhã ali. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

A Ata2 acrescenta que:

“Eu já aumentei o preço de vocês e porque vocês estão dando prioridade a uma pessoa que vem de fora se estou aqui todos os dias na comunidade, que faça chuva ou faça sol, se der pouco ou muito peixe estou aqui. O preço melhor é o meu. Se outro que fica no porto quer comprar, eu aumento R\$2,00 reais no quilo para segurar meus pescadores. Sempre trabalho com um preço acima do atravessador do porto. Trabalho com um peixe a mais, então tenho possibilidade de aumentar um real de todo tipo de peixe para deixar meus pescadores alegres”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Os relatos acima exprimem a questão da valorização do atravessador em relação aos pescadores que tem compromisso com o mesmo e que, para tanto, se faz necessário apontar os pontos positivos e negativos da relação existente esses sujeitos sociais, conforme mostra o Quadro 8.

Quadro 8 – Pontos positivos e negativos entre o atravessador e o pescador artesanal nas comunidades pesquisadas.

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Entrega em pequena, média ou em grande quantidade de pescado	O não cumprimento de algum pescador de não entregar a produção ao atravessador ao qual tem compromisso
Não há competição entre os atravessadores que atuam nas duas comunidades, além dos contatos com os seus pescadores	O desvio da produção para outro atravessador que não reside na comunidade, ou seja, de fora
O pagamento da produção é realizado imediatamente após a pesagem do produto	A ideia de que um pescador está sendo favorecido que o outro em relação ao valor do pescado, podendo gerar conflitos de interesse internamente
A sinceridade é a característica mais importante na relação com o seu grupo de pescadores	A inexistência de um horário fixo de entrega da produção pelo pescador
Adiantamento de dinheiro para o conserto ou aquisição de algum apetrecho de pesca e o valor é abatido durante a entrega do pescado ou para outra finalidade	A penetração de atravessadores de outros territórios circunvizinhos ou distantes no território das comunidades no sentido de atrair o pescador para a venda da sua produção por um preço maior que aquele aferido pelo seu atravessador

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Diante desses pontos em tela, pode-se perceber que as pesquisas que envolvem a relação entre atravessador e pescador são permeadas por essas questões, assim como toda relações de convivência e comercialização tendem a oferecer. Além da pesca artesanal, a figura do atravessador também foi perceptível na comercialização do camarão e do arroz.

Segundo Nascimento, Córdula e Silva (2019) a predominância dos donos de rede negocia a venda do camarão e o fazem repassando para o “pombeiro” ou “atravessador”. Situações como a ausência de freezer para armazenar e conservar o camarão, a acomodação e as formas de manejo em sua residência geram incômodo aos moradores do espaço pelo mau cheiro.

Ainda nas considerações acima, é possível estabelecer um comparativo de preços entre o peixe e o camarão. Diferentemente do pescado, em que a variação de preço imposto pelo atravessador e os de mercado são próximos, como forma de assegurar os pescadores a entregarem a produção, o camarão apresenta preços mais consideráveis no mercado, porém os consumidores pagam caro quando aprecia a culinária que contenha este ingrediente. Desse modo, assim como na pesca artesanal, os atravessadores também ficam com a maior parte dos lucros, tendo em vista que os pescadores não possuem condições suficientes de armazená-los.

Na comunidade da Resina é realizado o cultivo de arroz agroecológico (Figura 13) e é perceptível a presença do atravessador. A figura do atravessador é dominante em distintas cadeias produtivas. Para tanto, mostra a dependência e a desigualdade de lucro entre os sujeitos sociais envolvidos, tendo, em alguns casos, o atravessador ser pescador e quilombola, mas que expropria a produção de peixe.

Figura 13 – Comercialização de arroz agroecológico na Feira dos Saberes e Sabores, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

Quem produz o arroz, quer vendê-lo de uma única vez, tendo em vista que não dispõe de estrutura adequada para estocar o produto e/ou comercializar em pequenas quantidades. O que acontece é que algumas famílias não acham vantajoso realizar a venda diante dessa condição. Como na pesca, na rizicultura o produtor entrega a produção e recebe um valor imposto pelo atravessador.

Diante do quadro de relações estabelecidas entre pescador – rizicultor – atravessador, na percepção dos pescadores, a proposta mais vantajosa se remete ao fato de já conhecerem o atravessador, uma vez que este reside no território da comunidade mesmo e não é de fora. Esse aspecto é imprescindível nas relações de negociação, pois a confiança estabelecida entre os sujeitos sociais contribui para a segurança do pescador acerca da comercialização, pois o valor da mercadoria é pago imediatamente após a entrega.

Diferentemente do arroz, em que os parceiros de longos tempos demoram um certo tempo para efetuar o pagamento e, em alguns casos, são desconhecidos. Inclusive os pescadores já tiveram prejuízos em relação ao não comprometimento de pagamento por parte do atravessador. Como resultado de estudo realizado por Silva (2020) tem-se que os atravessadores são tidos como o “mal necessário”, “seres dotados de esperteza e que o único objetivo destes é lucrar cada vez mais sob os rizicultores.

De acordo com Ndava, Cunha e Wander (2022) quando se observa a presença dos comerciantes ou atravessadores na cadeia produtiva do arroz, se intensificam as relações comerciais e aponta a existência de cambistas informais e formais (Quadro 9), predominando os informais quanto a compra do produto.

Quadro 9 – Classificação dos atravessadores na cadeia produtiva do arroz.

Classificação do Atravessador	Definição
Informais	São aqueles que, no processo de comercialização, desempenham participação fundamental em função da precariedade das estradas e demais vias de acesso, uma vez que conseguem chegar as localidades próximas e estabelecer contato com os pequenos produtores e consumidores
Formais	Os atravessadores formais diferenciam-se dos informais pelo fato de que adquirem grande parte do arroz e de produtores que transportam o produto as vilas. Os atravessadores estão situados nas pequenas vilas e cidades em função de serem detentores de meios de transporte apropriados, realizam o plantio em grandes lotes e destinam para as fábricas de processamento ou para as fábricas que compram o produto com casca

Fonte: Ndava, Cunha e Wander (2022).

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Sob a ótica dessa classificação, nas comunidades pesquisadas em Brejo Grande, independente da atividade econômica, ocorre o predomínio de atravessadores do tipo informais, seja quanto a produção do arroz ou no pescado, uma vez que os pequenos produtores de arroz não dispõem de transporte para se deslocar até outras localidades para comercializar o produto. A falta de transporte não é a única dificuldade enfrentada pelos pequenos rizicultores. A outra dificuldade assenta-se em não possuírem local apropriado para o armazenamento, principalmente no período de safra da cultura do arroz.

Segundo Viana (2021) afirma que os pequenos rizicultores enfrentam dificuldades, como por exemplo, a aquisição de maquinário, desde o processo produtivo até o momento em que o produto chega no mercado industrializado. Essa situação decorre pelo fato de não possuírem as mesmas capacidades e ausência de apoio do Estado quanto os médios e grandes produtores, permanecendo assim cada vez mais submissos aos atravessadores.

Nesse campo de discussão, assim como ocorre com a pesca artesanal em que os pescadores são assistidos com a política pública do seguro defeso, na produção de arroz é primordial a disposição deste tipo de recurso, já que é uma atividade praticada pelas comunidades quilombolas como forma de reafirmar suas práticas extrativistas somado aos saberes tradicionais e a permanência do modo de vida.

Seção 3

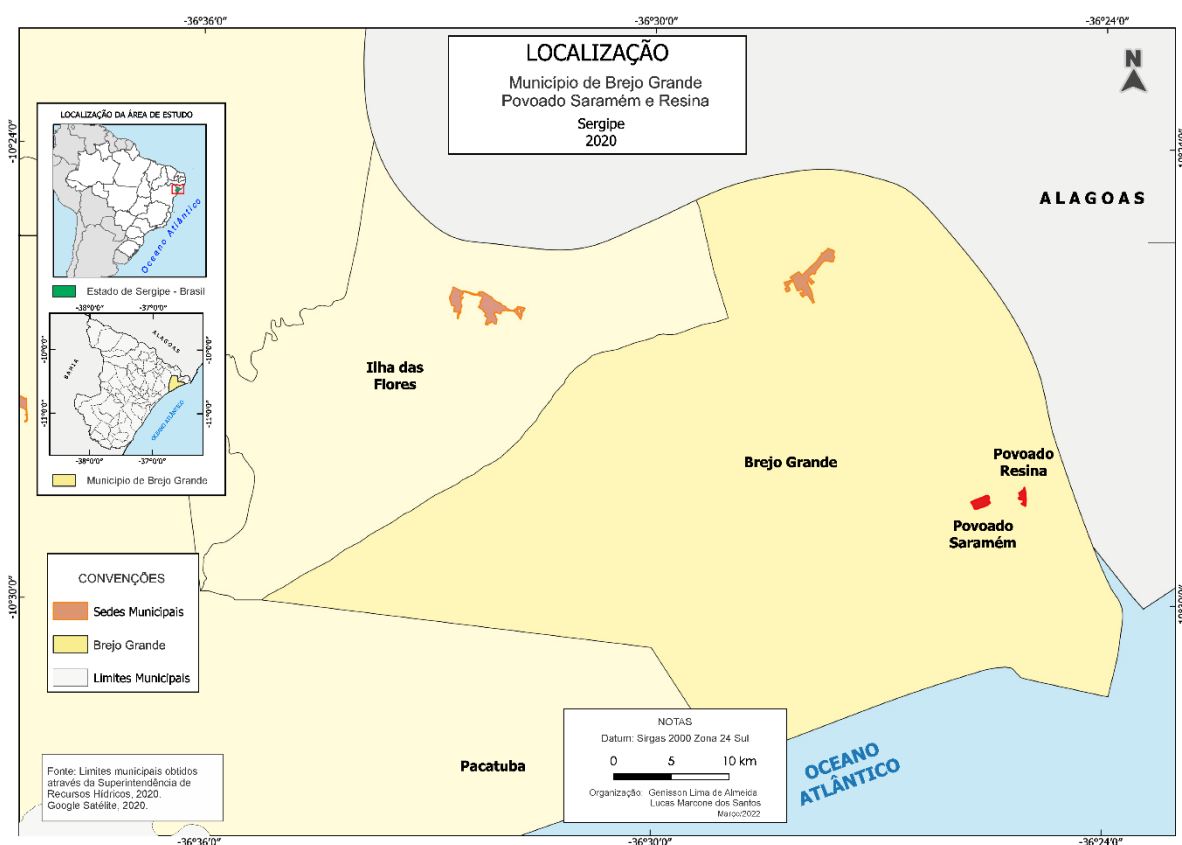
Potencialidades e Vulnerabilidades das Comunidades Quilombolas

Nesta seção, apresentou-se a caracterização da área de estudo, os desafios que diariamente são vivenciados pelas comunidades quilombolas da Resina e do Saramém, em Brejo Grande/SE e as potencialidades presentes no recorte espacial e que são utilizadas para obtenção dos recursos naturais por meio das práticas extrativistas pelos quilombolas e as vulnerabilidades socioambientais que acometem os seus modos de vida.

3.1 Caracterização da área de estudo

O Território do Baixo São Francisco é composto por 14 municípios, sendo eles: Canhoba, Amparo de São Francisco, Telha, Malhada dos Bois, Muribeca, Cedro de São João, Propriá, São Francisco, Japoatã, Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores, Pacatuba e Brejo Grande (IBGE, 2022). Dentre esses municípios, a pesquisa tem como recorte espacial Brejo Grande/SE (Figura 14). Esse município integra o litoral norte do estado e considerando os pontos cardeais, Brejo Grande limita-se ao norte com o estado de Alagoas, ao sul com o Oceano Atlântico, ao leste com o Rio São Francisco e ao oeste com Pacatuba (Santana *et al.*, 2016).

Figura 14 – Localização do recorte espacial.



Em 2021, a população estimada para o município de Brejo Grande era de 8.396 habitantes. De acordo com os dados divulgados pelo censo demográfico de 2022, Brejo Grande possui 7.841 habitantes. Territorialmente, apresenta área de 141,464 km², densidade demográfica de 55, 43 hab/km² e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,54, o qual é considerado baixo (IBGE, 2022).

No recorte espacial da pesquisa, a paisagem é (re)configurada por meio da interação entre as dinâmicas de ordem fluvial e marinha, uma vez que seu território é limitado pelos cursos fluviais e o oceano atlântico. Assim, esse cenário foi o estopim para implantação de portos durante o período colonial para facilitar o escoamento da produção de cana-de-açúcar (Alves *et al.*, 2017).

Em se tratando de atividades econômicas e levando-se em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), estas, por sua vez, versam sobre as relações entre as atividades da pesca e aquicultura como temas primordiais no que se refere a segurança alimentar e nutricional, sobretudo para os países que se encontram em desenvolvimento (Oliveira, Almeida; Costa, 2021). A ONU apresenta 17 ODS, dentre os quais destacam, para fins deste estudo, os de números 5 e 14 que tratam da “Igualdade de Gênero” e “Vida na Água”, respectivamente (ONU, 2015).

A escolha dos dois ODS mencionados acima justificam-se por estarem diretamente relacionados com o objeto de estudo discutido na pesquisa, uma vez que os sujeitos sociais apresentam vínculo direto com os ambientes das águas e as funções desempenhadas pelos integrantes do núcleo familiar durante as atividades extrativistas a partir da interação entre terra e água.

De acordo com Diniz *et al.* (2019), a hidrografia brejo-grandense é composta por lagoas e canais fluviais, lhe conferindo a grande disponibilidade de recursos hídricos, devido à presença do Rio São Francisco e dos Rios Paraúna e Parapuca como seus afluentes e constituem potencialidades naturais, assim como as lagoas, o manguezal, o mar. As potencialidades referem-se à capacidade que os ambientes naturais tendem a oferecer a humanidade para fins de exploração de forma sustentável ou não mediante as práticas de manejo e desenvolvimento com que as atividades são realizadas.

Levando-se em consideração o quadro natural correspondente às potencialidades, fazem mister mencionar que o território de Brejo Grande pode ser denominado território das águas por concentrar importantes recursos hídricos, que contempla não somente o cenário natural da

localidade, mas que possibilita o usufruto dos recursos naturais pela população para diferentes finalidades de uso.

No estudo realizado por Almeida (2019), o uso da terra em Brejo Grande é diversificado e está representado pela cocoicultura, manguezais, cultivos de subsistência, mata secundária, pastagem e viveiros de camarão, cuja extração dos recursos naturais pelos(as) pescadores(as) artesanais e marisqueiras garantem a continuidade e permanência da reprodução social e econômica no território quilombola, com exceção da carcinicultura.

De acordo com Conceição Silva (2020), Brejo Grande situa-se na porção nordeste do estado de Sergipe, o qual é banhado pelo Rio São Francisco (Figura 15). Por estar localizado às margens da foz desse curso fluvial, há uma interação entre os afluentes e o Rio São Francisco, formando o sistema estuarino lagunar. Estas condições de localização privilegiada favorecem aos brejo-grandenses a exploração dos recursos naturais pelos membros das comunidades quilombolas mediante as práticas extrativistas da pesca artesanal, da mariscagem e da rizicultura nas áreas de lagoas.

Figura 15 – Trecho do Rio São Francisco na Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2021.

Em outras linhas, a presença desse curso fluvial estimula a prática da pesca artesanal, assegurando a forma de sustento dos pescadores e pescadoras artesanais, além de contribuir para a economia municipal quando a produção é comercializada no território brejo-grandense. Nas considerações feitas por Araújo *et al.* (2023), a atividade pesqueira, desde o seu início no período do paleolítico, avançou no que se refere a incorporação de técnicas e instrumentos de

trabalho mais aprimoradas, o que possibilitou diferentes modalidades na parte pesqueira, como por exemplo, a pesca artesanal que é uma atividade de cunho extrativista e dotada de características singulares, lhe conferindo precisão nos âmbitos comerciais e subsistência, cujos aspectos a classifica como de pequena escala.

Segundo Santos e Monteiro (2020), a pesca artesanal é considerada uma das atividades produtivas mais ancestrais e desenvolvidas pelos seres humanos e, ao lado da agricultura, permite o acesso a alimentos por grande parte da população mundial, as quais são regidas pelos ensinamentos das gerações antepassadas. É comum na comunidade, os sujeitos sociais convidarem as pessoas conhecidas que visitam a área para ensinar a pescar.

A característica ancestral denota que estas atividades econômicas já vinham sendo desenvolvidas desde os primórdios. Nestes termos, o depoimento do P9 corrobora com esta concepção à medida que:

“Comecei a pescar com 10 anos de idade no antigo povoado Cabeço. Pescava em lambuda, que era composta por seis pescadores. O dono era quem ganhava mais, pois o que era obtido era dividido em duas partes iguais. Uma parte era destinada para o dono e a outra era repartida entre os cinco pescadores. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Tanto a pesca artesanal quanto a agricultura são instrumentos de transformação para a sobrevivência de determinadas famílias que prezam pela sua execução em diferentes territórios, constituindo em importantes meios de reprodução social e econômica para os sujeitos sociais que aplicam suas técnicas por meio de conhecimentos pautados na ancestralidade.

Quando se estabelece uma comparação entre estas duas atividades econômicas, percebe-se que a pesca artesanal ganhou destaque com o passar do tempo, sobrepondo-se à agricultura nas comunidades pesquisadas. Apesar da pesca artesanal predominar, as famílias desenvolvem plantações, geralmente, nos quintais de suas residências para incrementar na alimentação diária.

Com a predominância da pesca artesanal no território quilombola, os pescadores artesanais foram adquirindo apetrechos essenciais para desenvolver a atividade. No espaço em que os sujeitos sociais estão inseridos como forma de permanecer independente nas idas ao rio São Francisco ou ao mar. O P10 destaca que:

“Quando adquirir a canoa, comecei a pescar com dois pescadores e o que pegávamos no rio era dividido entre nós três. Depois vim morar no Saramém, onde tenho um barco e uma rede e comecei a pescar para mim mesmo. Ser pescador é encarar a ida a pesca mesmo sabendo que é incerta porque uma semana dá bom e a outra não dá. Assim, nem sempre quando vamos pescar temos sucesso”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Nos estudos realizados por Monteiro (2019) acerca da pesca artesanal *versus* aquicultura empresarial, traz à tona questões acerca dessas duas atividades, apontando as diferenças existentes entre ambas (Quadro 10).

Quadro 10 – Diferenças entre a pesca extrativista artesanal e a aquicultura.

Atividade	Características
Pesca Extrativista Artesanal	É uma atividade dotada de importância social, econômica e histórica no país. É constituída por uma heterogeneidade de sujeitos sociais, os quais estabelecem relações, possuem trajetórias e modos de vida próprios, tipos de apetrechos, espécies obtidas, locais de obtenção, dinâmicas espaciais, as formas de uso e, conseqüentemente, de conflitos que permeiam seus territórios
Aquicultura	Assenta-se a partir da intervenção humana no processo de criação, produção, alimentação, reprodução, proteção <i>versus</i> predadores, dentre outros. É um tipo de atividade que é controlada e planejada pelo ser humano para fins de exploração produtiva, econômica e financeira. A aquicultura, diferentemente da pesca extrativista artesanal, tem se destacando quanto ao aumento da produção de pescado em função de investimento econômico e aporte tecnológico empregado durante a atividade

Fonte: Monteiro, 2019.

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Observando a classificação e distinção acima entre as atividades, nota-se que, nas comunidades pesquisadas, a pesca artesanal constitui a principal atividade exercida pelos pescadores e pescadoras artesanais da Resina, enquanto no Saramém, a mariscagem se destaca como atividade mais expressiva que a pesca, ambas caracterizadas pelo caráter extrativista e de composição familiar, sendo que a primeira é realizada predominantemente na foz do Rio São Francisco, enquanto a segunda é realizada no ecossistema de manguezal.

Nas comunidades pesquisadas, a pesca artesanal é uma atividade que depende da sazonalidade e das condições da maré. No caso da sazonalidade, há variação do pescado e os locais em que são obtidos. No verão, a pesca se concentra no mar enquanto e no inverno geralmente é a época em que as espécies estão em reprodução (piracema), período em que é proibido a prática da pesca. Outro fator a ser considerado é a condição da maré. Nesse sentido, quando a maré está alta não oferece condições de pescar e os pescadores se deslocam para o rio.

O Rio São Francisco, enquanto meio de obtenção de recursos naturais, representa o local de protagonismo das práticas extrativistas pelos pescadores e pescadoras artesanais na atividade pesqueira, principalmente para aqueles que residem na comunidade quilombola da Resina, pois

é uma comunidade situada na margem esquerda desse curso fluvial. Dentre as espécies mais obtidas, destacam-se: a Carapeba e o Robalo (inverno), as quais são capturadas no rio por um determinado tipo de rede, geralmente de 50 mm, chamadas rede de Carapeba e rede de Robalo, respectivamente. Já no mar a rede de pescar é denominada quarentinha, de 40 mm, e é utilizada no verão. Diante dessa reflexão, o sujeito social P11 salienta que esse curso fluvial:

“É o nosso chão de sobrevivência para ir pescar em qualquer época do ano. Aqui só fica com fome quem quiser. Tem épocas que os peixes que pegamos diminuí, mas sempre temos o peixe para comer e vender”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

A promulgação de regimentos legais ligados as atividades extrativistas desenvolvidas pelos pescadores(as) artesanais e a relação com as águas foram de grande valia para o reconhecimento desses sujeitos sociais frente a atividade pesqueira ao enaltecer a sua independência econômica, uma vez que a organização socioeconômica reflete na reduzida acumulação de capital. Mas, na prática, não satisfaz os anseios dos(as) pescadores(as).

Acerca das Leis criadas relacionadas ao pescador, o P12 esclarece que:

“Os caras que criam a Lei não sabem de pesca. Eles não levam em consideração o modo de vida do pescador. Escrevem lá e para eles está tudo bonito, enquanto que na nossa realidade do dia a dia, precisamos de muitas coisas para a pesca”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, define a pesca como toda operação, ação ou ato tendente, a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. A definição apresentada se aplica parcialmente a alguns pescadores que dispõem de uso livre dos locais que resguardam recursos naturais passíveis de obtenção. Naturalmente, o sujeito social que desenvolve a pesca artesanal é o pescador e, para isso, se utiliza de instrumentos de coleta (apetrechos), os quais são representados principalmente pelo barco e rede de pescar.

Este regimento também apresenta a definição de pescador profissional, o qual desempenha a pesca para fins de comercialização com base na legislação específica. Nesse sentido, há todo um protocolo de reconhecimento mediante cadastramento na colônia de pescadores para que o sujeito social possa usufruir dos direitos da atividade pesqueira e tenha livre arbítrio ao se deslocar para o rio ou mar e não ser intitulado como um sujeito social “estranho” diante daqueles que são cadastrados, o que pode provocar conflitos internos em relação a coleta dos recursos naturais.

Para o reconhecimento do pescador artesanal enquanto sujeito que realiza a arte da pesca, é exigido que este possua o Registro Geral do Pescador (RGP) como principal documento, além de outros exigidos para o cadastramento. No entanto, há muita discussão sobre

o RGP que não é suficiente para o reconhecimento do ser quilombola enquanto pescador artesanal. Diante dessa vertente de pensamento, o P13 afirma que:

“Os documentos que exigem ajudam e também dificultam. Aqui tem pessoas que não apresentam tudo o que eles pedem e acabam pescando como a gente também”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

De Paula (2021) define os pescadores artesanais como sujeitos sociais que apresentam direitos individuais e coletivos. Integram as diferentes atividades relacionadas a pesca artesanal, a partir do tecido relacional e vínculos familiares e comunitários estabelecidos. São sujeitos sociais que se diferenciam entre si pelos costumes e tradições herdados dos seus antepassados e que a pesca é considerada elemento principal para o seu modo de viver. O P14 expressa o sentimento de ser pescador:

“Ser pescador é pertencer à natureza. É poder acordar todos os dias e desfrutar do rio para pescar. Nós temos a natureza e esse rio para viver. É daqui que tiramos o nosso sustento da família e outras famílias aqui da comunidade também sobrevive dele”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

O autor pondera ainda que não é fácil apresentar uma definição a respeito de comunidades pesqueiras, uma vez que são comunidades detentoras de direito de autoidentificação, ou seja, são elas próprias que se apresentam na condição de povos e comunidades tradicionais mediante autonomia. A autoidentificação está relacionada com a afirmação do sujeito em ser pescador(a), a partir do engajamento com os seus pares no desencadeamento das relações comunitárias extrativistas.

Além das relações de convivência e de atividade extrativista desempenhadas pelos pescadores artesanais no território quilombola, as territorialidades são produzidas pelas singularidades que cada um dos seus pares possui. Essa singularidade assenta-se, principalmente quando são observados os aspectos identitários e culturais. Dessa forma, cada sujeito social tem uma visão acerca do ser pescador e a importância que as águas representam para si e a comunidade. O P15 infere que:

“Entrei na pesca na forma de todos pelo convívio no cotidiano com eles aqui na comunidade. Sempre acompanhava meus pais na pesca e fui ganhando gosto para continuar na atividade aqui no Rio São Francisco”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Para Ramalho e Santos (2018), o que permite as formas de apropriação do espaço aquático é o conhecimento sofisticado dos pescadores artesanais, permitindo-lhes navegar nas águas durante horas e até mesmo dias para encontrar os melhores locais de pesca. Nesse sentido, os autores ainda complementam que o saber fazer está centralizado no sentimento de pertencimento entre os pescadores e seus pares embarcados e destes, por sua vez, com o

ambiente aquático, na objetivação do trabalho, nas representações e significados sobre as águas, os seres que aí habitam e a vida neste espaço, cujo núcleo é a pescaria.

A pesca artesanal na Resina e no Saramém têm uma característica em comum que é a coletividade. O aspecto de coletividade é expresso quando os pescadores não vão pescar com integrantes da família, mas vão com outros companheiros da comunidade e predomina a partilha do pescado em partes iguais, exceto com o dono da rede.

O grau de coletividade implica no relacionamento entre os sujeitos sociais das comunidades pesquisadas. No entanto, a convivência no território quilombola nem sempre é pacífica, uma vez que, em alguns casos, predominam as relações individuais, principalmente no que tange ao usufruto dos recursos naturais, embora todos sejam detentores dos mesmos saberes tradicionais.

Uma outra questão associada à convivência se remete às diferenças de identidade dos sujeitos sociais. Nem sempre o senso de coletivismo ocorre de forma igualitária com os seus pares. Embora a identidade e a cultura sejam características específicas das comunidades quilombolas, os sujeitos sociais que se intitulam com identidade quilombola, em alguns casos, não desempenham relações harmônicas com os demais. Um exemplo disso refere-se aos direitos no território quilombola.

Como afirma Freitas Júnior e Perucelli (2019), no ponto de vista do senso comum, no momento em que se menciona a definição de identidade, observa-se as características inatas de determinado indivíduo, distinguindo-o de outro indivíduo. Essa definição geral de identidade, implica no ser do indivíduo, já que a identidade não é algo posto e sim um aspecto de reconhecimento com essa identidade.

Para o P16 ser quilombola e se autor reconhecer com esta identidade significa:

“Possuir identidade quilombola é saber que você não era aquela pessoa de antes. Você é visto de outra forma. A pessoa tem mais direito do que pensava que tinha. Quando realmente você percebe que tem essa identidade começa a pensar e perceber que os direitos que possuem são reconhecidos. Você vai viver em uma sociedade que todos irão ter os mesmos benefícios como saúde, educação, transporte. É isso que a gente luta e quando se reconhece a gente muda a mentalidade deixa de pensar da forma que pensava antes e começa a ter uma outra visão de mundo”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Os autores acrescentam ainda que durante o processo de seleção de uma identidade um dos aspectos mais levados em consideração prepondera-se entre os valores, crenças e os significados que aquela cultura revela para que indivíduo e também por interferências externas, como por exemplo, familiares, trabalho e estudos.

Segundo Ilges (2019), a identidade não é vista como um dado ou um fato, seja da natureza, seja das manifestações culturais, não é algo fixo nem duradouro, muito menos homogênea. Dessa forma, em um espaço é perceptível identificar grupos sociais que se diferenciam entre si quanto a identidade que possuem, mas podem ser detentores dos mesmos saberes tradicionais.

Para Oshai (2017), as trocas de conhecimentos tradicionais pelas comunidades quilombolas compõem os hábitos culturais e, dessa forma, instigam a melhoria de práticas culturais, já que esses conhecimentos não são padronizados em hierarquia em que o saber de uma comunidade é mais importante que a de outra. Nesse contexto, é que ocorre a troca de saberes um com os outros, os quais não estabelecem entre si uma hierarquia em termos de maior ou menor tempo em que se dedica a pesca. Assim, o P17 destaca a seguinte assertiva:

“Comecei a pescar com 10 anos de idade no Cabeço. Pescava em lambuda, que era composta por seis pescadores. O dono da rede era quem ganhava mais, pois o que era obtido nós dividíamos em duas partes iguais: uma era destinada para o proprietário da rede e a outra parte era dividida entre os outros cinco pescadores”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Diante desse pressuposto, não se pode falar em pesca artesanal sem mencionar os saberes tradicionais das comunidades pesqueiras. A condução dessa atividade extrativista se dá também com a aplicabilidade dos saberes tradicionais, pois o pescador utiliza-os caso os apetrechos de pesca ou o barco sejam danificados. No entanto, os saberes vão além da pesca, conforme destaca o P18:

“O nosso saber tradicional foi passado de geração a geração, que não está somente no livro. Nós vamos passando para quem não mora aqui na comunidade. Temos vários elementos da natureza. Um deles são a diversidade de plantas medicinais que usamos como medicamentos no tratamento de algumas doenças”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

O domínio desses conhecimentos faz com que o pescador tenha êxito no transcurso da pesca no caso de algum apetrecho apresentar defeito, mas não em relação a quantidade de peixe capturado, uma vez que nem sempre é certeza que o pescador terá saldo satisfatório quanto à obtenção de espécies de peixe.

Segundo Ferreira e Souza (2020), os saberes tradicionais circundam o contexto local de uma determinada comunidade e correspondem aos modos de vida, as distintas maneiras de vivência estabelecida pelos sujeitos sociais com à natureza e são expressos mediante transmissão verbal, pela incumbência do trabalho, pela vinculação com o território, sendo outorgados às práticas familiares, uma maneira de socialização e contato entre pessoas e natureza.

Assim, o P19 enfatiza que:

“Os ensinamentos que os nossos pais deixaram para nós, usamos em muitos aspectos da pesca. Mas não temos como saber se toda ida ao rio conseguimos pegar uma grande quantidade de peixe”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Nas análises de Souza e Silva (2021), os sujeitos sociais que integram as comunidades tradicionais ensinam e, ao mesmo tempo, aprendem, seja praticando ou apenas observando. O modo de ensino se dá no cotidiano comunitário e essencialmente durante o tempo dedicado as atividades extrativistas em virtude do contato direto estabelecido com os seus companheiros de pesca. É nesse momento que o pescador artesanal ensina, mas também aprende com os seus pares. Assim, de acordo com o depoimento do P20:

“Tenho esse conhecimento hoje graças a meu pai. É a ele que devo toda a sabedoria que me passou e hoje utilizo na atividade da pesca com os meus colegas de pescaria. Às vezes, ensino o que sei a outras pessoas que chegam aqui na comunidade. E é a partir deles que consigo sustentar a minha família pescando no rio”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

De acordo com as vivências do pesquisador junto às comunidades pesquisadas, os saberes tradicionais que os pescadores artesanais detêm estão representados pelo tipo de espécie que pode ser encontrada no rio ou mar, o horário mais propício para ir pescar por conta da maré, ajustes/reparos nos diferentes apetrechos utilizados na pesca, conscientização por alguns pescadores de devolver as espécies menores de peixe de volta ao rio ou mar quando são obtidas (Figura 16), e entendimento dos ciclos naturais associados as fases da Lua.

Figura 16 – Realização de reparos na rede de pescar por pescador no Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

Acerca dos saberes tradicionais e os apetrechos utilizados na pesca artesanal, o P21 destaca que:

“Os saberes tradicionais é um conhecimento até fácil de passar. Até sem praticar, só vendo no dia a dia aquela ação que o pescador está fazendo, você já consegue aprender. Umas são mais difíceis, outras são mais fáceis. Aprendi a remendar uma rede de pescar sem ninguém em ensinar, só de ver os outros pescadores fazendo eu aprendi. Tem gente que só observando consegue fazer. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Por mais que os saberes tradicionais sejam importantes nas atividades realizadas pelos pescadores artesanais, nem sempre são introduzidos de forma correta quanto à execução das atividades extrativistas e, dessa forma, não proporcionam relações harmônicas com o meio ambiente. O descarte irregular da rede de pescar, prática comum por alguns pescadores, quando não está em boas condições de uso são descartadas no rio. Tal ação desencadeia impacto socioambiental, revertendo negativamente para o próprio pescador.

Em discordância com essa abordagem, Lacerda (2021) afirma que as comunidades quilombolas conservam uma relação demasiada com a natureza, diferenciando-se do pensamento ocidental que vê a natureza como algo que vem sendo dominado e explorado pelos seres humanos para fins de lucratividade, em que os saberes tradicionais das comunidades extrativistas são, em alguns casos, desconsiderados.

Quanto à percepção dos pescadores artesanais em relação a prejuízos ocasionados à natureza por esses saberes, o P22 afirma que:

“O saber tradicional não vai prejudicar o meio ambiente. O ambiente vai ficar mais rico, mais conservado porque não vai trazer impactos. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Aliado aos saberes tradicionais, a cultura e a identidade quilombolas, em 22 de março de 2022 houve pela primeira vez, em Brejo Grande, a primeira edição da “Feira de Sabores e Saberes Tradicionais: Cultura e Artes Quilombolas”. Tal evento foi um marco para as comunidades quilombolas que se engajaram mediante participação com a exposição de seus produtos, favorecendo o modo de conservação da identidade e cultura dos quilombolas (Figura 17). O evento foi organizado em parceria com o território do Brejão dos Negros e a Cáritas Brasileira.

Figura 17 - Exposição de produtos pelas comunidades quilombolas na Feira de Saberes e Sabores, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

A realização do evento contou com a participação de diversas lideranças e membros das comunidades locais, assim como dos municípios circunvizinhos. As apresentações que estavam na pauta do evento ocorreram levando-se em consideração os seguintes elementos: povo - terra – água – rio, ao passo que enalteceu a articulação que há entre os quilombolas com a terra e os corpos hídricos que contemplam seus territórios. Esses elementos com suas respectivas características estão descritos no Quadro 11.

Quadro 11 – Elementos discutidos no evento Feira dos Saberes e Sabores Tradicionais, em Brejo Grande/SE.

Elemento	Características
Povo	Representa aqueles(as) que exercem cotidianamente as atividades extrativistas ou não e que permanecem lutando e resistindo junto com os seus pares, de modo a assegurar sua permanência no território e continuidade do modo de vida nas comunidades
Terra	Remete-se ao local em que as comunidades quilombolas estão situadas e, por sua vez, desenvolvem suas atividades ao passo que reflete o sentimento de pertencimento com o território e o contato direto com a natureza em prol da sobrevivência e reprodução social.
Água	Recurso natural presente no território comunitário e encontrada nos locais de potencialidades, representadas pelas áreas de lagoa e rio, consideradas cruciais para a manutenção do sustento das famílias ribeirinhas.
Rio	Principal fonte de obtenção dos recursos naturais e de extrema relevância para todos que integram a comunidade e de diferentes utilidades e significados, principalmente para os sujeitos sociais que exercem suas atividades sob as águas fluviais. Ao mesmo tempo, é um recurso que desencadeia disputa entre os pescadores artesanais em determinados trechos para a prática da pesca como forma individual de obtenção do pescado.

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

A diversificação dos elementos mencionados anteriormente, possibilitou reunir os membros das comunidades quilombolas para expressarem como se manifestam em suas comunidades as junções e os significados desses elementos atribuídos por cada um dos sujeitos sociais da comunidade, configurando em múltiplas interpretações e diversificações por serem simbólicos para as comunidades ribeirinhas. Os elementos identificados nos territórios pelos sujeitos sociais e o seu usufruto norteiam o modo de viver das comunidades, assim como fomentam a cultura, os saberes e identidade do ser quilombola.

Além de fortalecer os laços com os seus pares, a iniciativa da Feira possibilitou a ressignificação da ancestralidade, com base nas tradições vivenciadas pelas gerações passadas. Por outro lado, enalteceu a representatividade com base na história de luta e resistência das comunidades iniciada pelos antepassados e que os descendentes dão continuidade até os dias atuais, mesmo diante das tentativas de desapropriação dos quilombolas dos seus territórios.

A importância e o reconhecimento desse evento são assim expressos pela Pa1:

“Essa feira é muito importante para nós quilombolas. As pessoas que vieram de fora puderam ver o que temos para oferecer da nossa comunidade e que nós mesmos fabricamos. Isso ajuda a termos um dinheiro a mais com a venda de nossos produtos”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Manifestações culturais como o artesanato (Figura 18) tiveram destaque como belezas culturais do Baixo São Francisco, além da exposição de produtos alimentícios que foram apresentados ao público que se fez presente naquele espaço.

Figura 18 – Exposição de produtos artesanais pelas comunidades quilombolas na Feira de Saberes e Sabores, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

Ademais, contou também com a participação de figuras importantes para a comunidade, como por exemplo, o padre Isaías e outras lideranças que se fizeram presente durante todo o evento. Os produtos produzidos nas comunidades pesquisadas e de outros municípios foram expostos e comercializados, já que foi uma oportunidade de concentração de pessoas interna e externamente do território quilombola.

O artesanato é uma atividade que também é desenvolvida pelas comunidades quilombolas em Brejo Grande, embora ainda seja pouco expressiva. Neste recorte, destacam-se os seguintes produtos: bolsas, cestas, itens decorativos de barro (porta retrato, vasos). A penetração da atividade no território brejo-grandense se deu a partir de cursos de capacitação para as mulheres ofertados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como forma de incentivar o público feminino a complementar sua fonte de renda com desenvolvendo outras atividades.

A prática do artesanato é uma atividade conduzida pelos saberes culturais que as comunidades quilombolas detém. Os produtos fabricados artesanalmente variam de uma localidade para outra. Na comunidade tradicional da Amazônia Bragantina, no Pará, destacam-se os seguintes produtos: confecção de abano, utensílios de barro, principalmente panela de barro, utensílio utilizado no preparo de alimentos como peixes, além de outros pratos que fazem parte da culinária dessa região (Ferreira; Souza, 2020).

A parceria com o SEBRAE representou um momento significativo em que as mulheres colocaram os saberes em prática durante a atividade, além da aquisição de outros conhecimentos. As territorialidades são construídas mediante o saber que as comunidades já possuem ou quando adquirem, fortalecendo a identidade e a cultura do seu povo.

Yoshida e Penna (2021) vinculam o direito ao meio ambiente que se traduz em ecologicamente equilibrado, pois além de ser considerado um direito de todos é neste ambiente que são materializadas as manifestações e práticas culturais. O território em que as comunidades quilombolas estão situadas exercem diferentes funções, principalmente em relação as atividades desenvolvidas. O P23 destaca que:

“A cultura vai abranger a nossa identidade da nossa raiz e também do que os antepassados faziam. Eles mostravam a cultura por meio do trabalho na forma de dança, composição de músicas e teatro”. Entrevista concedida em: 22/03/2023.

Apesar do espaço ser entendido como algo coletivo e de comunhão na comunidade, as desigualdades em termos de direitos são comuns. A partir disso, é possível enquadrar que as relações territoriais são complexas em decorrência da postura adotada por cada sujeito social, já que são comunidades que tem na cultura uma forma de explicar o que é decorrente das

tradições culturais dos seus antepassados e que dão sequência na atualidade e para as gerações futuras, resistindo as pressões de dominação dos detentores de capital.

Nesse contexto, o P24 enfatiza que ser quilombola também é uma forma de resgatar a cultura, pois:

“Esse resgate da cultura é uma forma de reconhecer o nosso povo negro que sofreu com a escravidão. Nos dias atuais, é lutar pelos direitos que foram negados lá no passado agora no presente e pensando nas gerações futuras”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

O resgate cultural das comunidades quilombolas acompanha a história de luta construída junto com a comunidade. Alguns integrantes da comunidade quilombola da Resina iniciaram esse movimento em 2005. A partir desse recorte temporal, o reconhecimento da história dessa comunidade vem se expandindo devido aos mecanismos criados pelos seus membros, como por exemplo, as festividades culturais e religiosas organizadas e divulgadas por lideranças e comunidade em geral. Quanto à importância de participação dos sujeitos sociais nesses eventos, o P25 afirma que:

“A nossa participação é uma forma de fazer valer a nossa existência enquanto comunidade. E trazemos também para participar as pessoas que residem com a gente porque no futuro eles darão continuidade ao nosso trabalho, perpetuar nossas tradições. As nossas crianças que participam das atividades culturais mesmo só observando-as terão um papel importante de passar para os demais quando não estivermos mais aqui”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Para Leal e colaboradores (2021), a cultura é concebida, muitas das vezes, como arte, é muito mais do que resultado das ações provenientes da atividade humana, ao longo da sua construção e diversificação pelo mundo. Nesse contexto, as culturas se diferenciam entre si entre os povos e sua variação reflete as atividades de cunho cultural que são desenvolvidas pelos sujeitos sociais. Uma mesma atividade cultural, por exemplo, pode ser igual a de outros povos, mas nem sempre são similares na forma como é realizada, como por exemplo, o maracatu.

Segundo Lima (2020), o maracatu representa uma manifestação cultural, cuja composição se dá por elementos diversos. Tal manifestação cultural é uma combinação de danças, cantos, vestimentas e estilo musical exclusivo. É possível classificar o maracatu em dois grupos: o maracatu nação ou “baque virado” e o maracatu de orquestra. O maracatu nação é caracterizado pela distribuição dos personagens em uma corte fantasiados, enquanto que no maracatu de orquestra, tem-se um personagem principal, que é o caboclo de lança.

Em relação ao quadro de manifestações culturais existentes nas comunidades pesquisadas destaca-se o Maracatu, que é considerado a principal e mais antiga manifestação cultural exercida pelos sujeitos sociais nestes espaços, além da capoeira. No calendário, há duas datas específicas em que são realizadas apresentações. A primeira é 03 de maio que é comemorado o dia de Santa Cruz e 20 de novembro, onde é celebrado o dia da Consciência Negra, respectivamente. A conservação das práticas culturais nas comunidades pesquisadas ocorre à medida que os sujeitos sociais as colocam em prática consoante as datas comemorativas.

O maracatu não se adaptou somente como uma formação cultural decorrente da fusão entre as culturas africana e portuguesa, mas sim em uma multiplicação cultural que instituiu um novo significado mediante interferência também da cultura indígena (Bacelete, 2022). Assim, percebe-se que nesse tipo de manifestação cultural há uma mistura de elementos característicos de diferentes culturas.

As identidades são consideradas um ponto chave do maracatu. Segundo Bacelete (2022), o maracatu, enquanto manifestação cultural, decorre de questões ligadas a religiosidade, identitária e cultural, cujos indivíduos possuem identidade específica. A identidade pode ser vista desde as dimensões políticas, devido a sua multiplicidade e diversidade.

Em meio as diferentes identidades que os seres humanos podem apresentar e os distintos contatos firmados e para que haja relações harmoniosas pelo convívio social com os demais, é necessário garantir a proteção de direitos daqueles que se intitulam com essas identidades e que predomine o respeito em relação no que se refere as diferenças identitárias e culturais.

Dessa forma, Lacerda (2021) afirma que a identidade vem sofrendo o processo de ressignificação, de forma a encarar qualquer forma de preconceito efetuado pela classe dominante contra as comunidades quilombolas. Estas relações são evidenciadas no território quilombola pelo não auto reconhecimento de alguns membros da comunidade se reconhecer como quilombola. Diante desse cenário, há relações de estranhamento com alguns de seus pares. Outro aspecto que merece destaque é a religiosidade.

De acordo com os diálogos nas comunidades pesquisadas, o P26 atribui que os problemas naturais estão relacionados com a força espiritual ou religiosa. Nesse sentido, esses sujeitos sociais enalteceram que:

“A nossa existência já é de Deus e não é só isso. Os elementos da natureza têm uma ligação com Deus. E se a gente faz algo errado também vai atingir esse lado espiritual. Quando a gente mexe com o ambiente estamos mexendo também com a religiosidade. A matriz africana tem muito esse lado de dominação da natureza, da questão ambiental com a questão da divindade. Na religião de matriz africana não se pode tirar uma coisa assim sem pedir

permissão, então todos os elementos estão interligados”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Tomando-se como base o pensamento expresso nesse relato, é evidente notar que os sujeitos sociais associam às questões ligadas ao ambiente em que estão inseridos aos elementos que contemplam a religiosidade e utilizam-se dessas associações e dos saberes tradicionais durante as práticas extrativistas exercidas no cotidiano, como por exemplo, inferir se a fase da lua está boa para ir pescar.

Nas concepções de Ferreira e Souza (2020), a religiosidade dos membros das comunidades quilombolas está associada aos saberes míticos consoante à natureza e os fenômenos naturais. O conjunto desses elementos naturais denotam a identidade cultural dessas comunidades, afirmando o sentimento de pertencimento das territorialidades produzidas localmente aos modos de vida dos pescadores artesanais.

A cultura das comunidades quilombolas é um aspecto que vai além de condições financeiras que outros sujeitos sociais apresentam. Dessa forma, os pescadores artesanais relataram que independente se possuíssem melhores condições financeiras não deixariam a sua cultura. Esse fragmento pode ser comprovado na fala do P27:

“O que seria de nós se não reconhecesse nossas raízes. A gente tem que reconhecer. Quando nós negamos a nossa cultura estamos negando também a nossa existência e o que os nossos antepassados sofreram. Então, a luta que eles tiveram na época era para que as gerações atuais pudessem ter uma vida melhor. Mesmo que a gente não tenha agora, mas que a gente possa lutar para que todos possam ter e adquirir resistência que os antepassados tiveram”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Segundo Romano e colaboradores (2020), ao estudarem as manifestações culturais em mercados municipais de diferentes regiões brasileiras, mostram que a exposição e comercialização dos produtos confeccionados artesanalmente a partir dos saberes que as comunidades possuem intensifica a prática do turismo local e, automaticamente, é um meio de divulgação do quadro cultural dessas comunidades.

Assim, o saber tradicional constitui no poder que as comunidades detêm para aplicar nas práticas extrativistas. Nessa conjuntura, De Paula (2018) destaca que o poder se manifesta no saber, que é partilhado no âmbito da comunidade pelos conhecimentos tradicionais que fomentam as práticas de uso no território.

É nesse contexto que De Paula (2021) afirma que as territorialidades da pesca artesanal se manifestam no território das comunidades e abrangem os locais de realização da pesca e de recursos indispensáveis nas pescarias. Assim, envolvem pesqueiros, matas, áreas de manguezal, ranchos de pesca, além dos locais que ocorre o beneficiamento, já que possuem contato

intrínseco com a terra e o mar, sobretudo na execução das práticas extrativistas. Diante dessas colocações, o P28 evidencia que:

“Viver aqui na Resina é fazer parte da natureza. Nós acordamos e dormimos ouvindo o barulho das águas do rio e é nele que vamos buscar o peixe para comermos e vender”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Embora haja uma legislação voltada para a atividade pesqueira, que assegura visibilidade do pescador e pescadora artesanais e se auto reconhecem como pescador(a), exerce a atividade e é vinculado a associação ou colônia e, portanto, são assistidos pelo benefício do seguro defeso durante a piracema, o mesmo não acontece com as marisqueiras.

Para Oliveira (2023) há uma distinção entre ser marisqueira e/ou pescadora, embora as duas façam parte da natureza da pesca artesanal. As marisqueiras são mulheres que se destinam predominantemente para a captura de mariscos e até moluscos, já a pescadora está voltada para obtenção do pescado. Independentemente dessas duas atividades ser praticadas ou não por todos os sujeitos sociais quilombolas são enquadradas como pesca. O que diferencia uma da outra são os tipos de espécies obtidas e os respectivos instrumentos de coleta empregados na captura dos recursos naturais.

Corroborando com essa linha de pensamento, Cidreira Neto, Rodrigues e Candeia (2020) apontam que há um paradigma na cadeia produtiva da pesca artesanal entre a participação da mulher na pesca. Estas, por sua vez, não são menos importantes que os homens, pois desenvolvem a atividade como forma de manter o sustento da família. Para eles, a pescadora ou pescadeira se refere a participação da mulher na pesca, com rede ou com embarcações de pequeno porte, porém o termo não se limita apenas a esta tipologia de pescaria.

Ainda na visão desses autores, o termo marisqueira está intimamente embutido na pesca artesanal do marisco, que considerando a história é realizada, sobretudo por mulheres. No entanto, o termo adquiriu um novo sentido, estendendo-se a todas as mulheres que exercem a pesca artesanal, sendo assim, marisqueira é toda a mulher que pesca independente do ambiente natural.

De certa forma, o seio da pesca artesanal é de acordo com a história machista, intitular as mulheres de marisqueiras é uma forma de invalidação da mulher na pesca artesanal, eclodindo, diante desse cenário, dois grupos. O primeiro é composto pelos pescadores, amplamente reconhecidos como mestres da atividade e o segundo representado pelas marisqueiras, formado por mulheres que realizam pescarias consideradas de menor prestígio (Cidreira Neto; Rodrigues; Candeia, 2020).

Porém, nas comunidades pesquisadas, a maioria das mulheres que coletam o marisco estão dedicando-se à pesca pelo fato de não serem reconhecidas e assistidas pelo benefício em que os pescadores são contemplados, embora as mulheres da comunidade reconheçam que há diferenças entre ambas as atividades extrativistas. A questão central é que há uma forte tendência das mulheres marisqueiras se dedicarem exclusivamente à obtenção do pescado em função da ausência de benefício assegurado em Lei durante o período em que as espécies fêmeas de marisco estão em reprodução como acontece na pesca.

Somado a isso, à cata do marisco ainda é considerada uma atividade inviabilizada pelo fato de ser exercida pelas mulheres negras, o que faz com que as marisqueiras se cadastrem nas associações como pescadoras artesanais, a fim de serem beneficiadas com o benefício do seguro defeso. E, portanto, é nítida a fragilidade da legislação para com esses sujeitos sociais.

Dentro dessa discussão, Silva *et al.* (2021), afirmam que a mariscagem é uma atividade invisibilizada, cujo reconhecimento destas mulheres ocorreu mediante sua percepção como sujeito social, econômicos e políticos na afirmação de sua identidade e igualdade de direitos. Huguenin (2023) destaca que o aspecto da invisibilidade se manifesta internamente dentro da cadeia produtiva da pesca artesanal quanto às legislações existentes, uma vez que não há regimentos legais voltados para aqueles que se dedicam à cata de mariscos como ocorre na pesca artesanal.

Para Rangel e Pinho (2022), a falta de reconhecimento das marisqueiras pela legislação reforça a questão da desigualdade de direitos, sendo consideradas menos importantes e que as funções desempenhadas nas atividades extrativistas não são relevantes, constituindo-se em acessórias. Fato este não evidenciado na prática da pesca artesanal nas comunidades pesquisadas. Assim, pode-se afirmar que a mariscagem é uma atividade que se caracteriza pela informalidade, mas não é vista como uma profissão.

O estado de Sergipe, mais especificamente, em Brejo Grande, à cata do marisco não é visto como uma atividade econômica reconhecida, apesar das mulheres desenvolverem-na diferentemente, por exemplo, da carcinicultura. Dessa forma, deve-se despertar o olhar voltado para valorização e sensibilização sobre as comunidades quilombolas, visto que contribuem para a economia local com a exploração dos recursos naturais aliado a dinâmica histórica pautada nos saberes tradicionais que auxiliam na manutenção dos seus modos de vida.

Na comunidade quilombola da Resina, a pesca artesanal é desenvolvida por pescadores e pescadoras. Essa atividade extrativista, em sua grande parte, é realizada de modo coletivo, em que um grupo de pescadores delimita uma área do Rio São Francisco com o apetrecho (rede de

pescar) e a quantidade obtida de pescado é dividida em partes iguais entre todos do grupo, ou seja, a produção é socializada, fato esse não identificado na mariscagem.

Segundo o P29, temos que:

“Nós colocamos uma rede de pescar identificada com o nome do nosso barco para ir pescar no dia seguinte. Como todos aqui na comunidade se conhecem, essa ação é respeitada pelos demais assim como outros colegas colocam e nós respeitamos”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Assim como em outras atividades, as mulheres assumem papel de destaque também na atividade extrativista da pesca artesanal. A questão de gênero nessa atividade vem ganhando ênfase em distintas áreas do conhecimento. Huguenin e Martinez (2021), afirmam que a participação da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal é diversificada e, ao mesmo tempo, invisibilizada.

Dentre as tarefas desempenhadas pelas mulheres na pesca, cabe mencionar: obtenção das espécies de pescado, bem como a realização de reparos nos apetrechos utilizados na pesca, limpar o pescado (Figura 19) e, em alguns casos, na comercialização da produção. Na Resina, a função da mulher na pesca centra-se na limpeza do pescado e, no momento da pesca, tirar a água do barco e passar a rede.

Figura 19 – Limpeza do peixe por pescadora na Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

Cezar e Theis (2020) ao estudarem a relação de gênero na pesca destacaram que o trabalho do homem resulta na captura e matança do pescado, enquanto que as mulheres são vistas como simples ajudantes, deixando evidente o sentimento de subordinação quanto as dimensões financeira, social, jurídica e política. Tomando-se como base essas colocações, a Pa2 reforça o seguinte:

“Ajudo meu marido há muito tempo na pesca. Vou com ele na maioria das vezes pescar. Durante a pesca, tiro a água do barco, ajudo a tirar o peixe da rede e quando chegamos em casa com o que pescamos, trato o peixe para colocar na nossa alimentação”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

O trabalho feminino é algo que está oculto e, em segundo plano, internamente mediante a desvalorização das comunidades pesqueiras, podendo em determinadas situações, registrar-se a ausência de identidade coletiva das mulheres, ou externamente especialmente na inclusão desses grupos em políticas sociais assegurados pela legislação proposta ao seu reconhecimento profissional. Quanto a este aspecto, Pa3 destaca que:

“Quando nós mulheres tivemos a pretensão de ir com nossos companheiros pescar, no primeiro momento, não fomos aceitas por quem via a gente passando para o rio ajudar e olhavam torto pra gente. Depois, com o tempo, essa questão por parte de outras mulheres e pescadores foi diminuindo e hoje mais mulheres participam da pesca”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Por mais que haja a participação das mulheres na pesca ainda há invisibilidade, pois não são amparadas pelas políticas sociais e tampouco reconhecidas e, com isso, minimiza-se o reconhecimento da mulher enquanto pescadora, colocando em xeque a identidade que possuem. É importante um olhar atento para esses sujeitos sociais tendo em vista os espaços conquistados e partilhados com as/os demais.

Santos e Monteiro (2020) corroboram com a questão da invisibilidade e ausência de reconhecimento da mulher enquanto pescadora. A presença masculina na pesca sobrepõe a feminina. A disponibilidade de tempo na jornada de trabalho e os afazeres domésticos são considerados os principais fatores que contribuem para a predominância de pescadores se dedicarem a pesca artesanal. A Pa4 informa que:

“Nosso tempo é muito pouco e só dar para cuidar da casa e da comida para o esposo e os nossos filhos. Quando se vai pescar não tem hora para voltar e acaba não dando certo eu ir. Das vezes que fui era para ajudar meu esposo no barco quando ele disse que ia pescar um pouco de peixe e voltar aqui perto de nossa casa”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Assim, pode-se observar que há companheiras de pescadores que se destinam ao cuidado diário de seus lares e permanecem, nesse sentido, com os laços tradicionais voltados as atividades domésticas e se limitam a realização da prática da pesca artesanal, atuando como ajudantes quando decidem desenvolver funções juntamente com o pescador nas idas ao rio.

Seguindo o quadro de potencialidades no território das comunidades pesquisadas, a rizicultura é uma atividade praticada por pescadores na comunidade quilombola da Resina, exclusivamente nas áreas de lagoas. Esses sujeitos sociais desenvolvem o cultivo de arroz agroecológico (Figura 20) no território comunitário.

As áreas de lagoas na comunidade quilombola da Resina passaram um tempo desativadas, pelo fato dessas áreas serem atingidas pela sobreposição da água salgada do mar sob a água doce oriunda da precipitação pluviométrica, além de outras atividades que contribuíram para a redução da vazão do Rio São Francisco e, conseqüentemente, da ocorrência de enchentes que atingiam as áreas de lagoas.

Figura 20 – Cultura do arroz agroecológico na Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Durante esse período, os pescadores rizicultores discutiram entre si uma forma de reaproveitar esses espaços e desenvolver alguma outra atividade. Nesse caso, optou-se pelo cultivo de arroz em virtude de atender as condições essenciais para o desenvolvimento deste tipo de cultura. A Pa5 infere que:

“As lagoas estão todas plantadas aqui na Resina. A mais nova tem oito dias hoje. Então, todas as áreas de lagoas estão ocupadas com arroz, graças a Deus. Voltamos ao normal, choveu, a água adoçou e, graças a Deus, estamos na atividade do arroz”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

De acordo com o P30, na comunidade quilombola da Resina, a preparação das lagoas para o plantio do arroz ocorre da seguinte maneira:

“A gente aproveita ainda no verão a área da lagoa, gradea a terra, e passamos o trator com a grade. Depois deixamos o mato morrer. Em seguida, enchemos a lagoa com água. Depois corta a terra com a rotativa do trator que já é outro implemento, dar um corte. Enche a lagoa de novo e dependendo da altura do mato que tiver, deixa de 10 a 15 dias. Depois dá um segundo corte com a rotativa, passa um outro equipamento que tem chamado pranchão

no trator para alisar a terra para tirar os altos e baixos e os rastros do trator que ali fica”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Por sua vez, o P31 complementa que, além dessas condições iniciais, é necessário considerar que:

“Depois do pranchão, colocamos a semente do arroz de molho que a gente chama de colocar para grelar, coloca de molho por 24 horas (um dia). Em seguida, tira da água e bota para escorrer ela coberta em cima do muro por mais 24 horas. Depois pega a lagoa lisa do pranchão e joga a semente. Daí, a gente vai só controlando a questão de pragas com a utilização de álcool e castanha, os defensivos naturais ou agroecológicos. Aí vai fazer a adubação com 15 a 20 dias com esterco de galinha”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

A plantação do arroz é feita pelos pescadores e pescadoras. No entanto, o processo de colheita é realizado com a utilização de máquina fornecida pelo comprador que tem interesse em adquirir o produto e os acordos são fechados. O arroz é comercializado por alqueire. Um alqueire de arroz equivale a 240 Kg e o valor do arroz foi de R\$ 380,00 o alqueire, que os produtores passam para o atravessador.

Nas análises de Braga (2022), o arroz é considerado uma cultura de cunho alimentar em diversos países que se encontram em desenvolvimento, sobretudo na Ásia e Oceania em que estão 70% da população total dos países que seguem em desenvolvimento e aproximadamente dois terços da população que se encontra em situação de desnutrição mundial. É tido como alimento básico de cerca de 2,4 bilhões de pessoas e, de acordo com estimativas, até 2050, existirá uma demanda para atender praticamente o dobro desse quantitativo de pessoas. Assim, pode-se inferir que a produção de arroz é um tipo de cultura que se encontra em ascensão e que traz um resultado positivo para a economia.

De acordo com Silva (2019), o início da construção da barragem do Sobradinho entre os anos de 1973 e 1977, culminou em alterações no regime de escoamento natural do Rio São Francisco, inviabilizando a ocorrência de enchentes e vazantes, que favoreciam o plantio de arroz irrigado em diferentes municípios do território do Baixo São Francisco, inclusive de Brejo Grande. Dessa forma, este fato gerou inquietudes aos pequenos rizicultores, uma vez que as condições não favoreciam o desenvolvimento da atividade e contribuiu para agravar o quadro econômico dos pescadores artesanais.

Diante do não desenvolvimento da atividade, os pescadores rizicultores tiveram uma redução não apenas em mais uma das atividades que desenvolviam, mas também numa outra fonte de renda que complementava o sustento das famílias que se dedicavam ao plantio do

arroz, além da pesca artesanal, já que é característica das comunidades quilombolas os usos múltiplos do território para fins de atividades econômicas.

Outra atividade que é potencialidade e vem se destacando em Brejo Grande é a prática do TBC. Para Albuquerque, Nascimento e Nóbrega (2023), a expressão TBC não é sinônima de Turismo de Base Local (TBL). A primeira expressão é marcada pela autonomia dos membros da comunidade a partir de suas narrativas, cujo modelo de gestão decorre internamente, enquanto que o TBL as decisões são tomadas por outros sujeitos sociais como os órgãos gestores, o qual promove capacitação e formação a comunidade. Nesta perspectiva de pensamento, nessa modalidade de turismo, os sujeitos sociais não assumem papel de protagonistas no que seja fazer turismo.

O P32 afirma que esta potencialidade:

“Aqui na comunidade o TBC vem crescendo muito. É uma proposta interessante para nós porque também vamos ganhar dinheiro e de uma forma que não agride à natureza”. Entrevista concedida em: 21/11/2023.

Após estabelecer estas diferenças entre o TBC e o TBL, Lima, Irving e Oliveira (2022) afirmam que o TBC vem sendo entendido como um meio transformador, sobretudo no que concerne as dinâmicas socioeconômicas das comunidades locais, mas, ao mesmo tempo, é uma forma de restaurar e intensificar as tradições celebradas pelos antepassados e que os sujeitos sociais dão seguimento nos dias atuais.

Nas comunidades pesquisadas, o início do TBC foi pautado na luta que um grupo de mulheres já haviam pensado na ideia de desenvolver esta atividade na comunidade e os homens também a trabalhar com o TBC, mas a princípio os sujeitos sociais não sabiam qual denominação atribuir a atividade com o turismo.

Porém, esta atividade somente foi colocada em prática em 2022 e contou com a participação de um grupo de pescadores/as artesanais da comunidade, no entanto, não é um grupo fechado. Isso significa dizer que quando novos integrantes se somam ao TBC vão aprendendo, na prática, o que grupo iniciante aprendeu, conforme salienta a Pa6:

“Estamos completando um ano desde o início do primeiro evento que a gente fez. A partir daí, tomamos conhecimento do turismo de base comunitária tendo muito o que oferecer, além da nossa história, da nossa luta, nós temos os manguezais, as lagoas que hoje são agroecológicas, peixes nativos e outras variedades de produtividade e temos também a foz do Rio São Francisco, passeio de barco, quantidade de pessoas certas para fazer este passeio, colete. Entrevista concedida em: 21/11/2023.

Com o passar do tempo, mediante o amadurecimento das ideias, os sujeitos sociais chegaram à conclusão e intitularam esta modalidade de turismo como TBC. Segundo relatos

das comunidades, houve a tentativa de parceria com o projeto Dom Távora para construção de uma cozinha comunitária como forma de oferecer refeições, principalmente almoço a grupos de universidades e a turistas quando estivessem visitando a comunidade, mas não foi viabilizado via o projeto mencionado.

Para o desenvolvimento do TBC nas comunidades pesquisadas, houve a realização de atividades e oficinas de manipulação de alimentos, além de ter sido realizada uma apresentação acerca do que vinha a ser esta modalidade de turismo e o curso de primeiros socorros, cuja execução se deu no intervalo temporal de um ano.

Segundo Lima e Anjos (2020), geralmente essa modalidade de proposta de turismo visa ser uma atividade implantada no espaço em que estão inseridas comunidades quilombolas e seja desenvolvida de forma sustentável. Para alcançar o viés da sustentabilidade, deve-se levar em consideração as diretrizes cumprindo de modo racional, de forma a não afetar a cultura, identidade e saberes tradicionais em âmbito local, concebendo a geração de emprego e envolvendo os membros das comunidades ligados a atividade.

De forma que, a consolidação da comunidade contribua para que a economia local não se caracterize como fragilizada. O depoimento do P33 demonstra que a sustentabilidade com o TBC:

“Nós pensamos na conservação do meio ambiente, da comunidade, da história construída pela nossa comunidade, pois respeitamos a todos e quando encontramos lixo em algum local, recolhemos e jogamos no local adequado, mesmo sem ter sido nós que jogamos ali”. Entrevista concedida em: 21/11/2023.

Os autores acrescentam ainda que o TBC promove uma rentabilidade nas dimensões econômica e social, deixando o cenário da exclusão em que todos os integrantes da comunidade participam coletivamente sem desejar o lucro de forma individual. Assim, essa rentabilidade é primordial para as comunidades quilombolas terem outra fonte de renda e contribuíssem para a economia local.

Quanto ao aspecto de coletividade, o P34 ressalta que:

“A nossa proposta de TBC resumia que era direito coletivo desde que houvesse o engajamento na atividade. O nosso coletivo ia além da renda obtida por esta atividade, pensamos também na melhoria com o meio ambiente”. Entrevista concedida em: 21/11/2023.

O TBC constitui em uma forma de inclusão social, reforçando o papel mais participativo dos sujeitos sociais nas questões econômicas, fomentando a geração de receitas mediante o progresso turístico da comunidade e tornando os sujeitos sociais como protagonistas da sustentabilidade. O prisma do TBC está alicerçado na conservação ambiental, possibilitando

aos visitantes dinâmicas ao identificar novidades acerca da cultura e costumes inerentes a comunidade (Lima; Anjos, 2020).

Os autores Almeida e Emmendoerfer (2023) salientam que para a compreensão do TBC é importante considerar as dimensões com suas respectivas características para fins de implantação no território e retorno de renda para as comunidades (Quadro 12).

Quadro 12 – Dimensões do TBC e suas características.

Dimensão	Características
Econômica	Desenvolvimento de renda para os sujeitos sociais locais da comunidade
Política	Os sujeitos sociais são os protagonistas diante do processo de tomada de decisões da comunidade
Ambiental	Postura de conscientização e conservação dos ambientes constituintes as potencialidades locais existentes na comunidade
Social	Cenário desfavorável de exclusão social, tornando as relações igualitárias entre todos os membros da comunidade
Cultural	Reafirmar as manifestações culturais desenvolvidas pelos sujeitos sociais na comunidade

Fonte: Almeida e Emmendoerfer (2023).

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

De acordo as dimensões mencionadas pelos autores acima, a dimensão econômica baseia-se na distribuição de renda em partes iguais entre todos os sujeitos sociais envolvidos. Dessa forma, o que antes ocorria pelo turismo de massa era o seguinte: as comunidades locais não eram beneficiadas financeiramente, apenas os empresários, o que gerava descontentamento destas comunidades em função do faturamento pelos empresários. Na dimensão política, os sujeitos sociais são responsáveis por decidir aquilo que consideram mais conveniente naquele momento diante da realidade em que estão inseridos.

A dimensão ambiental caracteriza-se pela utilização das práticas extrativistas de forma mais sustentável possível, de modo a não comprometer as áreas detentoras de recursos naturais (simbiose). Por sua vez, na dimensão social evidencia-se as questões sociais. Uma delas é a inclusão social, pois quando comparado com o TBC o turismo de massa gera exclusão e promove impactos socioambientais. E, por último, a dimensão cultural remete os símbolos atribuídos aos elementos naturais, além de suas associações e implementação nas manifestações culturais.

É necessário ações conjuntas em regime de parceria entre os membros das comunidades, órgãos e ONGs, principalmente nas esferas estadual e municipal para que haja integração de forças a promover a sensibilização e fortaleça as dimensões sociais, econômicas, culturais e

ambientais para que, de fato, o TBC caracterize-se como sustentável, consciente e produtivo economicamente, considerando que as potencialidades encontradas no território não sejam alvo de impactos socioambientais (Lima; Anjos, 2020).

Dialogando com estes autores, a Pa7 que faz parte do grupo de mulheres do TBC indagou que:

“As pessoas que fazem parte do TBC têm a preocupação de conservar o meio ambiente, a comunidade, respeitando a história da comunidade e não apenas para ser uma renda, mas ser um extra dentro das famílias que queiram se envolver nas atividades ligadas ao TBC”. Entrevista concedida em: 21/11/2023.

Quando a atividade turística promove a exclusão social de determinados grupos sociais e, ao mesmo tempo, a transformação no espaço, acaba gerando impactos socioambientais pela especulação imobiliária, e tem como consequência o afastamento dos componentes das comunidades aí residentes. Esse tipo de turismo se distancia dos pressupostos do TBC, pois com a provável saída dos sujeitos sociais altera os hábitos culturais e identitário dos pescadores e das pescadoras artesanais.

Embora toda atividade econômica apresente pontos positivos e negativos, os sujeitos sociais entrevistados no recorte espacial, denotaram que o TBC não apresenta impactos negativos. A Pa8 declarou o seguinte quanto à esta menção:

“Na minha visão o TBC não tem nenhum ponto negativo porque ajudou a ter cuidado com a comunidade e o meio ambiente. O TBC nos ajudou a enxergar coisas que a gente não enxergava em relação à natureza e são por estes motivos que dizemos que somente houve pontos positivos. Estes pontos positivos estão relacionados à conservação da natureza, mais esperança, mais vontade de viver aqui na comunidade e continuar lutando pelo nosso povo, pelo território, pelo nosso lugar porque descobrimos que não temos somente a pesca artesanal e à agricultura, temos também o TBC para os jovens e as pessoas idosas que chegam e contam uma história melhor que eu a história da luta. Entrevista concedida em: 21/11/2023.

Para Lima, Irving e Oliveira (2022), a participação dos sujeitos sociais da comunidade no TBC fortalece o movimento social firmado pelos membros das comunidades quilombolas (re)afirmando o compromisso com os direitos conquistados no fortalecimento dos aspectos de origem – identidade, saberes e cultura – paralelo aos cuidados com o meio ambiente como forma de desenvolver o TBC à luz das relações harmônicas estabelecidas pelos pescadores artesanais e também ao valorizar e desenvolver estratégias de atração de mais pessoas no engajamento de membros da comunidade sem utilizar algum critério específico.

Associado a esta discussão, cabe destacar que o TBC, para as comunidades pesquisadas, não representa apenas uma atividade como fonte secundária de renda, pois em comparação com

outras atividades extrativistas até então praticadas pelos pescadores artesanais, estes sujeitos sociais tem uma preocupação menor em relação ao meio ambiente (recolhendo resíduos sólidos caso seja identificado no solo independentemente se foi alguém da comunidade ou não que descartou), visto que levam em consideração o aspecto visual do território, a fim de agradar o máximo aos turistas que visitam a área.

3.2 Desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas na Resina e no Saramém, em Brejo Grande/SE

Na conjuntura atual, os desafios têm sido cada vez mais frequentes pela dinâmica e consequências que, na maioria das vezes, são de cunho negativo consoante as distintas formas de interação com o meio ambiente em detrimento as atividades econômicas desenvolvidas pelos seres humanos, de modo a atingir aquilo que foi traçado enquanto objetivo.

Cada atividade se diferencia uma da outra pela dinâmica em que é desenvolvida pelos sujeitos sociais. Observando a vertente da sustentabilidade, é difícil mencionar uma atividade seja de qual natureza for que não atinja os recursos naturais e interfira no modo de vida de outros grupos sociais, pois todas estas desencadeiam impactos socioambientais negativos independente do sujeito social que as desenvolvem.

Diversos são os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas. Estes, por sua vez, assentam-se aos conflitos (Pescadores *versus* Pescadores, Quilombolas e Não Quilombolas, Pescadores artesanais *versus* órgãos ambientais, pescadores artesanais *versus* empresa multinacional de exploração de petróleo, pescadores *versus* liderança de associação) decorrentes do arcabouço de atividades desenvolvidas por cada sujeito social no território em que estão situados, em razão de que os conflitos estão associados as disputas estabelecidas no território, atingindo em menor ou maior proporção todos os sujeitos sociais que integram o espaço ou adjacências.

De forma genérica, quando se faz uso da terminologia conflito, associa-se à questão de disputa por algo e, portanto, constituem nos desafios enfrentados pelos indivíduos. Para Oliveira e Pizzoni (2021), os conflitos fazem parte das relações cotidianas e praticamente são impossíveis de não acontecer, mas podem ser amenizados quando é possível monitorar os indícios que apontam a sua existência. As relações de disputa são complexas e refletem a problemática global de diferentes sujeitos sociais que buscam a realização e expansão de suas atividades.

Esta disputa é evidenciada à medida que um determinado sujeito ou grupo social almeja conquistar ou alcançar um determinado objetivo traçado. Nesse contexto, o conflito tem início quando o que é almejado por um grupo ou sujeito social ultrapassa os limites territoriais adjacentes, atingindo o espaço em que outros sujeitos sociais desenvolvem suas atividades.

Segundo Souza e Melo (2023), mesmo diante do quadro de diversidade cultural que as comunidades quilombolas possuem, entretanto estas podem ocasionar conflitos internos entre os seus membros, cuja coexistência de direitos conquistados por esses sujeitos sociais deve ser resguardada a partir da interferência do Poder Judiciário como forma de restabelecer a convivência normal internamente.

O espaço ou território é caracterizado pelas relações de poder que são estabelecidas em detrimento a ânsia de dominação por alguns sujeitos sociais que se diferenciam dos demais por possuírem poder político e econômico. Esta condição confere, portanto, vantagem para aqueles que detém, mas não se pode afirmar que é suficiente para saírem vitoriosos.

Assim, a questão da desigualdade é um fator que prevalece no espaço em relação as formas de uso e obtenção dos recursos naturais, mas nem sempre é definitivo para que os grupos detentores de todo esse poder alcancem êxito. I

Isso se justifica pela resistência daqueles que já estão no território desenvolvendo suas atividades extrativistas na promoção de continuidade do modo de vida. A resistência caracteriza-se pela história que as comunidades quilombolas apresentam em relação ao espaço e a contribuição de seus antepassados e que prevalecem até os dias atuais como forma de poder frente aos detentores de poder político e econômico.

Florit (2019), aborda que no conflito o que está em jogo é a sobreposição de territorialidade de grupos detentores de poder em território de grupos sociais subordinados, de modo que não consigam continuar se reproduzindo mediante as relações socioambientais. Assim, é nítido afirmar que a relação conflituosa é marcada por sujeitos sociais dominantes e dominados.

É fato que aqueles que detém poder, de certo modo, acabam se sobressaindo com mais chances de ter um cenário favorável e atingir seu objetivo, mas, em alguns casos, nem sempre aqueles que tendem a ser dominados, no final do conflito, são desfavoráveis, pois se apropriam da resistência para permanência no território juntos com os seus pares e os detentores de poder acabam recuando.

Os conflitos se constituem com base na percepção dos sujeitos sociais como pescadores (artesanais, comerciais, ornamentais e de subsistência), além de fazendeiros, carcinicultores e empresários de que os impactos socioambientais advindos das diversas atividades podem

interferir nas questões ligadas ao uso e apropriação de seu território ou nos territórios adjacentes. No entanto, a primeira categoria de sujeitos sociais age mediante articulação no intuito de impedir esses impactos ou atenuá-los a partir da luta e resistência (Choueri; Nascimento, 2019).

Em meio às tentativas de sobrevivência, os sujeitos sociais enfrentam dificuldades voltadas aos impactos socioambientais desencadeados pelas atividades do turismo de massa e da carcinicultura. Nesse contexto, a permanência nas comunidades da Resina e do Saramém representa um verdadeiro desafio para aqueles que necessitam dos recursos naturais ali disponíveis e continuar exercendo suas práticas extrativistas.

O Relatório de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil aponta o cenário conflituoso em três comunidades, com destaque para a Resina, em Brejo Grande/SE. Os conflitos estão atrelados a degradação e cruel dos projetos econômicos que atendem os interesses do Estado ao oferecer condições legais e fiscais de instalação de empreendimento, colocando em xeque o meio de sobrevivência das comunidades quilombolas até mesmo quando os conflitos ocorrem internamente entre os pescadores(as).

O território que abrange a Resina e o Saramém é margeado por conflitos em meio aos distintos interesses dos envolvidos, englobando diferentes sujeitos sociais, tais como: pescadores artesanais, empresários, além de órgãos institucionais responsáveis pela fiscalização e liberação de licenças para o cultivo de camarão.

Ademais, é apresentado as possíveis causas e consequências dos conflitos e os impactos socioeconômicos decorrentes das disputas identificadas no território quilombola mediante o nível de relacionamento com os seus pares e interesses individuais (Quadro 13). Esses três aspectos mencionados se diferenciam entre si e são justificados pela dinâmica do cenário conflituoso e dos sujeitos sociais envolvidos.

Quadro 13 – Tipos de conflitos na Resina e no Saramém, em Brejo Grande/SE.

Conflitos	Causas	Consequências	Impactos socioeconômicos
Pescadores Artesanais X Pescadores Artesanais	Demarcação de determinado setor no Rio São Francisco para a pesca	Usufruto desigual das espécies de pescado e inviabilidade de permanência no território	Impedimento da continuidade de reprodução no território
Pescadores Artesanais X Empresários do setor turístico	Venda de áreas próprias e inclusão das áreas de lagoas dos quilombolas	Agressões com perdas de áreas detentoras de recursos naturais, inibindo as práticas extrativistas dos quilombolas	Diminuição na quantidade e diversidade do pescado, mariscos e crustáceos
Pescadores Artesanais X ADEMA	Liberação de licenças para construção de muros nas áreas de lagoas para o cultivo de camarão no inverno	Inviabilidade de desenvolver a criação de camarão e perda do território em virtude do desuso	Desenvolvimento de atividades que afetam o modo de vida dos pescadores
Quilombolas X Não-quilombolas	Sentimento de pertencimento ao território e usufruto dos recursos naturais	Diminuição dos recursos naturais para os sujeitos sociais que possuem identidade quilombola	Restrição de uso aos recursos naturais disponíveis no território
Líder de associação X Pescadores Artesanais	Autoritarismo e busca de interesses individuais	Desvinculação de algumas famílias da Associação e criação de uma outra no mesmo território	Impossibilidade de desenvolver atividades na comunidade

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

Além dos conflitos apresentados pelo Relatório de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil e do quadro acima, foi mencionado, durante a Feira de Saberes e Sabores Tradicionais: Cultura e Artes Quilombolas, por uma liderança quilombola, um novo tipo de conflito desencadeado por uma empresa denominada Exxon Mobil (Figura 21), que pretendia perfurar o solo brejo-grandense para explorar petróleo. No entanto, despertou na comunidade o sentimento de ameaça ao território quilombola e toda a sua história construída com os seus descendentes e pares e entre os pescadores artesanais e fazendeiros.

Figura 21 – Ameaça de instalação da Exxon Mobil no território quilombola, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

Dada à disputa do território quilombola pela Exxon Mobil, as comunidades quilombolas juntamente com o Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe elaboraram, carta de repúdio e carta para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Além dessas ações, as comunidades foram ao Ministério Público Federal (MPF) e contou ainda com a realização de reportagens como forma de denunciar o novo conflito que estava eclodindo no território quilombola.

De acordo com o P35, foi possível identificar o principal motivo que contribuíram para a Exxon Mobil deixar o território quilombola. Assim, tem-se que:

“Uns companheiros aqui do nosso território acreditam que eles deixaram o nosso território porque não encontraram petróleo e, por isso, foram embora”.
Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Os conflitos entre os pescadores artesanais e fazendeiros estão relacionados com a não delimitação da terra para as famílias quilombolas e tendem a intensificar o acirramento desse tipo de conflito. Em tempos pretéritos, alguns membros dessas famílias vendiam sua força de trabalho para os fazendeiros como uma forma de garantir renda, já que, com o passar do tempo, os recursos naturais estavam sendo reduzidos. Porém, mesmo os sujeitos sociais prestando serviço nas propriedades dos fazendeiros, estes não eram vistos com “bons olhos” pelos detentores de poder.

Quanto à relação dessas famílias com os fazendeiros, o P36 comenta que:

“Os fazendeiros não se dão com nós quilombolas pelo fato de reivindicarmos nossos direitos, principalmente em relação à terra, por isso que existe o conflito aqui na comunidade da Resina entre os pescadores e eles”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

A disputa pelas terras em Brejo Grande é histórica. Com a publicação da Portaria nº 234, de 14 de novembro de 2023, no Diário Oficial da União, o Governo Federal reconheceu as terras quilombolas do território de Brejão dos Negros, em Brejo Grande, bem como vem

destacado no art. 1 desta portaria o reconhecimento e declara como a área de 8,5 hectares de terra da Comunidade Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros (Brasil, 2023). De todos os conflitos existentes na Resina e no Saramém, a partir da publicação desta portaria, os conflitos entre os pescadores artesanais e fazendeiros tendem a serem intensificados.

O texto expresso no regimento assegura o pertencimento as terras já ocupadas pelas comunidades, sendo que as ameaças as comunidades são provenientes dos conflitos que envolvem diferentes sujeitos sociais (construtoras, carcinicultores e fazendeiros das adjacências ao território quilombola).

Nessa perspectiva, evidencia-se que a terra é tida pelas famílias quilombolas como algo inerente à sua resistência e existência em função do sentimento de pertencimento e do significado que a terra apresenta em detrimento à história de luta dos quilombolas, além do exercício das práticas extrativistas para obtenção dos recursos naturais.

Seguindo as tramas dos conflitos que envolvem os quilombolas, identifica-se também um conflito com os carcinicultores. O cultivo de camarão é uma atividade que vem se alastrando consideravelmente sob o território quilombola, especialmente nas áreas em que se encontra manguezal. Para implantação dos viveiros de camarão, os carcinicultores desmatam as espécies vegetais que formam o manguezal na tentativa de expulsar as comunidades que extraem os recursos naturais encontrados nesse ecossistema. Com base no discurso do P37:

“A carcinicultura é uma atividade predatória. A gente não fica calado quando acontece a derrubada do manguezal e aí a comunidade se mobiliza para fazer denúncias como forma de barrar a ação deles. Não podemos nem passar por perto dos viveiros”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Geralmente, os donos de viveiros não residem em Brejo Grande. Esse é um fator que dificulta as relações de conhecimento destes e dos pescadores artesanais. Além do desmatamento, outro mecanismo utilizado pelos carcinicultores na manutenção dos viveiros é o uso de substâncias tóxicas, cujo descarte dos resíduos produzidos por essa atividade é lançado no Rio São Francisco e no manguezal, comprometendo o modo de vida das comunidades quilombolas, já que as espécies encontradas nesses ambientes não atingem o estágio de crescimento e acabam morrendo.

Apesar de existirem pesquisas em que houve conflitos em relação a participação da mulher na pesca e que se intitulam como quilombolas, isto é, enquanto pescadora, não é o caso das duas comunidades pesquisadas. Na concepção de Neto, Silva e Amaral (2021), a questão central deste conflito é que as atividades pesqueiras, na maioria das vezes, são subdivididas entre os afazeres produtivos e reprodutivos em detrimento das incumbências produtivas voltadas ao pescado e das tarefas domésticas, respectivamente.

Esta subdivisão de atividades implica em conflitos socioambientais, uma vez que são configuradas disputas entre os sujeitos sociais que realizam as práticas extrativistas e os grupos voltados ao viés econômico, político e social pela não identificação da mulher pescadora no espaço em que desenvolve a atividade. Quando este fato é concretizado significa afirmar a negação de direitos de ordem trabalhista (seguro defeso e aposentadoria) ou de outra natureza das pescadoras artesanais, pois os afazeres diários necessitam de um intervalo temporal considerável e, por isso, dificulta a ida a coleta do pescado.

Por sua vez, ainda foram identificados outros tipos de conflitos no território do quilombo Resina e no Saramém. Os conflitos entre pescadores artesanais na Resina residem na delimitação de determinado trecho do Rio São Francisco para uso, gerando insatisfação para os seus pares da comunidade.

A insatisfação dos pescadores artesanais parte da premissa de que embora o território seja live, mas alguns “privatizam” o bem comum de usufruto de todos. O uso relaciona-se com a extração dos recursos naturais e o acesso por outros pescadores são proibidos, tendo que se deslocar para outro setor desse curso fluvial, a fim de obter espécies de pescados.

Segundo alguns pescadores da Resina, tem pescador que fica sem pescar ou arriar a rede na frente do outro, para não gerar confusão. Há relatos que um pescador marcar um ponto no rio meio dia e chegou outro pescador em cima da hora e arriou a rede por cima da dele e acabaram brigando. Esse tipo de situação acontece com frequência entre os pescadores da Resina. Desse modo, é nítido destacar que há injustiça por determinados pescadores que optam por delimitar pontos no Rio São Francisco e impedir o acesso a esses pontos.

Para Souza Filho e Mendes (2022), quando são evidenciadas situações que se assemelham a esse tipo de conflito, o aspecto “respeito” pelos outros companheiros nem sempre é levado em consideração, uma vez que as relações individuais são decisivas e prevalecem, em alguns casos, na exploração dos recursos naturais, negando os direitos dos seus pares.

Os autores acima sublinham ainda que a disponibilidade de recursos naturais é um fator que tende a intensificar ou diminuir os conflitos. De acordo com essa assertiva significa dizer que se os recursos naturais identificados no espaço forem abundantes, as discussões são latentes, por outro lado, se a quantidade desses recursos for escassa, a vontade de obtenção pelos sujeitos sociais aumenta e, dessa forma, o acirramento atinge proporções maiores.

Conforme apontam Borges, Freitas e Melo (2021), os conflitos mais intensos estão relacionados às fiscalizações ineficientes que caracterizam práticas ilegais e estão relacionadas com os locais impróprios para realização da pesca a partir da demarcação de apetrechos de

pesca no curso fluvial e, além disso, às disputas internas entre os pescadores artesanais que selecionam um trecho do rio e o demarcam com um de seus apetrechos utilizados na pesca.

Uma outra consideração feita pelos autores acima é que os conflitos são intensificados à medida que os sujeitos sociais limitam um trecho do rio para pescar e se intitulam como “proprietário” e, portanto, estes tendem a ter magnitude maior nessas áreas com outros pescadores artesanais da comunidade ou ainda aqueles que não pertencem à comunidade.

Para Souza Filho e Mendes (2022), as lagoas também são palco de conflitos. Nesse caso, um membro da família coloca uma espécie de bandeira como forma de sinalizar que naquele local há criadouro de peixes por uma família e os recursos naturais são limitados para os integrantes dessa família que se intitulam como “donos” da área, restringindo ao acesso de outros sujeitos sociais. O uso dos recursos naturais caracteriza como propriedade privada familiar em que esse uso é de bem comum da família, mas não de toda a coletividade residente no espaço, já que o compartilhamento restringe ao grupo familiar que delimita as lagoas.

Embora os recursos naturais estejam disponíveis na natureza para usufruto nem sempre todos os sujeitos sociais conseguem se apropriar, comprometendo a manutenção do seu modo de vida e acaba satisfazendo uma minoria no que concerne a aquisição destes e reduzindo as práticas extrativistas de um quantitativo maior de pescadores artesanais.

Na comunidade da Resina, os pescadores artesanais estão na tentativa de recuperar antigas áreas de lagoas (Figura 22) para uma determinada finalidade, a saber: plantar arroz, criar peixe ou camarão.

Figura 22 – Lagoa sem uso na Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2021.

Figura 23 – Porta d' água em lagoa na Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2021.

É comum nas lagoas serem construídas portas d'água (Figura 23) com a finalidade de encher e também secar a lagoa de água na época do inverno. O material para construção dessa porta é obtido pelos pescadores artesanais a partir da compra no comércio e é construído pelos próprios sujeitos sociais, com auxílio de ferramentas simples que já possuem e dominam o seu manejo.

A condição natural que favorece a plantação de arroz depende basicamente da precipitação pluviométrica no leito do rio que traz consigo água doce, favorecendo, dessa forma, o cultivo do arroz. Esse tipo de cultura, em épocas anteriores, era abundante e constituía a principal atividade desenvolvida pelos sujeitos sociais destituídos de poder político e econômico. Ao longo dos anos, a cultura do arroz foi perdendo espaço devido ao avanço da água do mar nas áreas de lagoas. Tal passagem é justificada pelo P38 da seguinte forma:

“O forte daqui é o arroz, mas como ficamos sem opção com a água salgada, não podemos ficar com as lagoas paradas esse tempo todo não, esperar de ano em ano o inverno para plantar o arroz. A safra do arroz dá de 4 a 5 meses. Já investimos muito, fizemos empréstimo no banco, colocamos o defeso da pesca para plantar arroz. Aí não pode deixar parada não”. Entrevista concedida em 22/03/2022.

Diante de tanto investimento e na tentativa de aproveitar as lagoas nas diferentes estações do ano, os pescadores artesanais rizicultores estão na busca da liberação de licenças pela Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) para a criação de camarão no verão e arroz no inverno. Caso as licenças sejam liberadas, há a possibilidade de criar peixe ou camarão na época do verão, já que se as lagoas não forem utilizadas para algum tipo de criadouro/cultivo os pescadores artesanais podem perder o direito de usufruir da terra em função

do desuso (março de 2021). Atualmente, as lagoas estão colonizadas pelo cultivo de arroz (maio de 2023).

Nesse contexto, os pescadores se tornam criadores. No caso do cultivo de camarão pelos pescadores(as), essa é uma atividade que gera resíduos, os quais normalmente são descartados em locais inadequados, podendo atingir os ambientes detentores de recursos naturais e acaba comprometendo o modo de sustento pelas práticas extrativistas.

Os estudos realizados por Silva Júnior, Nicácio e Rodrigues (2020), colocam em evidência que os pescadores artesanais e marisqueiras são expostos às problemáticas de cunho social, econômico e ambiental, principalmente pelos carcinicultores em virtude de colaborarem para a degradação ambiental pelo despejo dos dejetos nos ambientes de manguezal e nos cursos fluviais, diminuindo a quantidade de recursos naturais disponíveis para obtenção.

Outra atividade que demonstrou preocupação aos pescadores artesanais e as marisqueiras foi a instalação de empreendimentos turísticos nos locais utilizados para as práticas extrativistas com a proposta de instalação de *resort* na margem do Rio São Francisco. Nessa conjuntura, pode-se afirmar que os conflitos tendem a se intensificarem entre os sujeitos sociais quanto aos usos do solo.

Em estudo realizado por De Paula (2020) sobre os conflitos por território na pesca artesanal, estes foram identificados em todas as regiões brasileiras. Nessas regiões, os conflitos decorrem de diferentes modalidades de acontecimentos, conforme aponta o quadro 14.

Quadro 14 - Causas dos conflitos territoriais na pesca artesanal por região brasileira.

Região Brasileira	Atividades impactantes
Norte	Aquicultura, fundiário, pesca comercial pesca artesanal
Nordeste	Pesca industrial, pesca amadora, fundiário, urbanização, especulação imobiliária, industrialização, turismo, geração de energia
Sul	Pesca industrial, aquicultura, pesca comercial, fundiário, especulação imobiliária, turismo
Sudeste	Aquicultura, fundiário, urbanização, especulação imobiliária
Centro-Oeste	Pesca amadora e fundiário

Fonte: De Paula (2020).

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Segundo as informações mencionadas acima, percebe-se que, no Brasil, há uma diversidade de atividades que geram impactos socioambientais e, conseqüentemente, tendem a provocar conflitos nos espaços em decorrência da insatisfação das atividades extrativistas que

os sujeitos sociais desenvolvem em que prevalece o adentramento dos efeitos negativos destas atividades no espaço em que outro sujeito social desenvolve seu modo de vida. Nesse cenário, o que vai diferenciar uma atividade da outra quanto a geração destes impactos é a frequência e intensidade em que são desenvolvidas pelos sujeitos sociais.

De Paula (2020) ainda destaca que os conflitos fundiários estão presentes em todas as regiões brasileiras, sendo mais expressivos no Nordeste e Norte. Nesse tipo de conflito, os interesses decorrem da posse de terra pelos detentores de capital, representados pelos grandes fazendeiros frente ao uso da terra e da água pelos pescadores artesanais, refletindo na desigualdade de direitos no que se refere a exploração dos recursos naturais e na concentração de terras, sendo mais intenso na região Nordeste, superando o Norte. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, embora as atividades sejam desenvolvidas em patamares menores, geram impactos socioambientais e acabam afetando o modo de vida das comunidades quilombolas.

Quanto a ocorrência deste tipo de conflito, o P39 pontua que, embora as áreas das fazendas possuam recursos naturais, os pescadores artesanais não tem acesso para obtê-los.

“Nossa relação com os donos das fazendas não é boa. Eles mal vêm aqui, mas contratam pessoas para impedir que ninguém entre em suas propriedades. Não podemos nem se aproximar delas porque já olham diferentes pra gente. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Para o autor em questão, na região Nordeste, a principal atividade que acarreta os conflitos é o turismo de massa. Desse modo, esse tipo de conflito ocorre quando há a instalação de empreendimentos no espaço em que as comunidades quilombolas estão situadas, já que as áreas litorâneas por possuírem belezas naturais, é um fator de atração para os investidores expandirem suas atividades. A consequência desse desfecho é a desapropriação de comunidades quilombolas que venham a não resistir a penetração do capital nos seus territórios.

Ao observar informações divulgadas pela Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), no município de Brejo Grande, a questão da especulação imobiliária está centrada na implantação de *resort* à margem do Rio São Francisco, a qual provoca mudanças significativas no regime tradicional quanto ao uso e ocupação do espaço e inexistência de demarcação de terras (Fiocruz, 2023).

Diante da iniciativa de implantação deste tipo de empreendimento, sobretudo nas áreas naturais utilizadas pelas comunidades quilombolas para realização de suas práticas extrativistas, acaba contribuindo para inviabilizar as práticas contínuas de reprodução social e econômicas destas comunidades, devido a redução dos recursos naturais disponíveis pela sobreposição de atividades no território.

Apesar da implantação desta atividade provocar impactos socioambientais negativos (redução de recursos naturais e “privatização” da área para uso) e é perceptível pelos pescadores artesanais da comunidade quilombola da Resina, por outro lado, pode intensificar a comercialização dos produtos extraídos por estes sujeitos sociais com a visita de turistas no território quilombola em determinados períodos do ano. Com vistas a essa passagem, o P40 afirma que:

“Nós aqui da Resina sabemos que o turismo desenvolvido pelos empresários é ruim para a gente porque não poderemos pescar na área deles, mas com a visita de turistas aqui na região a partir deles, nosso pescado pode ter mais saída e ganharmos mais”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

O que desperta inquietações nos pescadores artesanais é que os empresários podem não obter o pescado mediante a comercialização com esses sujeitos sociais. Somado a esta realidade, pode ocorrer o fornecimento do pescado pelos atravessadores atuantes no território quilombola, acentuando ainda mais o conflito entre os sujeitos sociais mencionados.

Celestino, Alencar e Villela (2021) afirmam que a especulação imobiliária e o turismo são consideradas as duas principais atividades que mais crescem sobre os espaços em que os pescadores artesanais desenvolvem suas práticas extrativistas e, portanto, são responsáveis pela perda de identidade, mas quando são consideradas as faixas etárias mais jovens, cujo nível de escolaridade e capacitação que possuem, a saída da atividade ocorre devido ao recrutamento de mão de obra na pesca industrial ou em atividades relacionadas ao turismo.

Por outro lado, Marcondes e Raimundo (2019) ressaltam que o reconhecimento do espaço pelas comunidades quilombolas é um fator primordial para o seu fortalecimento, tendo em vista que, historicamente no território em que se encontram, são susceptíveis aos efeitos econômicos de determinados sujeitos sociais. Diante dessa abordagem, os sujeitos sociais desprovidos de capital resistem a força dos que possuem mediante as lutas que são travadas e respeito à história construída pelos antepassados e que permanece em ascensão pelos que integram e propagam a tradição quilombola.

É fato que, atualmente, os pescadores artesanais estão enfrentando impasses em virtude da inclusão das áreas de lagoa por uma empresa ligada ao setor turístico que vendeu as áreas que possuíam a pessoas de um município circunvizinho. Esse impasse pode ser evidenciado pelo depoimento do P41:

“Nossa área numa disputa, inclusive já houve audiência e ficou de o oficial de justiça ir na área para olhar onde é a área dos pescadores e a da empresa. Eles ficam argumentando que se os pescadores não trabalham dizem que não querem a terra para usar. Se trabalham argumentam que estamos irregulares que precisa de licença, não pode criar camarão e peixe, não pode colocar máquina para esbulhar a terra sem licença. Estamos correndo atrás dessas

licenças para poder criar camarão, peixe ou arroz o que der. Tirar o que temos que a natureza oferecer”. Entrevista concedida em 23/03/2022.

Nesse fragmento, percebe-se que os empresários tentaram tirar os pescadores artesanais do território, mas não obtiveram êxito. Para os pescadores, eles estão vendendo as áreas justamente para outras pessoas desenvolverem o cultivo de camarão. Como no território da Resina não é área de mangue e, segundo os pescadores artesanais, para a justiça é mais fácil de liberação das licenças para criar camarão.

Ademais, de acordo com os pescadores da localidade, é uma área considerada muito boa, mas os empresários não aceitam que os pescadores saiam vitoriosos porque nas margens das lagoas, além do arroz, os sujeitos sociais colocam também roça. A questão não consiste propriamente em criar camarão, mas sim plantar diferentes culturas como *Manihot esculenta* (macaxeira), *Ipomoea batatas* (batata doce), *Abelmoschus esculents* (quiabo), *Cucumis anguria* (maxixe), dentre outras, para fins exclusivamente de subsistência.

Algumas lagoas ficaram muito tempo sem apresentar utilidade para os pescadores e pescadoras artesanais, enquanto outras foram arrendadas para pessoas que não residem na comunidade quilombola da Resina. Segundo os pescadores artesanais dessa comunidade, em 2015 houve um levante de camarão marinho.

Porém, desde 2023, devido à chuva, o Rio São Francisco recebeu água “nova”, ou seja, a água ficou doce, condição que desfavorece o cultivo de camarão. Diante desse cenário, por conta dos prejuízos, houve a devolução das lagoas, mas um pequeno número resistiu a esses prejuízos e como alternativa para recuperar os investimentos aplicados, optou-se em plantar arroz.

Os conflitos internos existentes entre a líder da associação e os pescadores artesanais da Resina se deu pelo fato de a ex-presidente não trilhar o caminho que já havia sido programado no passado, ou seja, as ações estavam saindo do contexto esperado pelos pescadores(as). De acordo com os pescadores, a pessoa que estava à frente acabou perdendo o foco do que é coletividade, utilizando de discursos ditatórios, do eu mando, eu estou aqui, a presidente sou e tal, culminando na perda do consenso coletivo.

Diante dessa postura adotada, começou a desencadear brigas internas, gerando um clima tenso. Assim, o sujeito social P42 afirmou que:

Nós enquanto pescadores decidimos que não dava para continuar. Houve a adesão de outros companheiros para se chegar a um denominador comum. A ideia não era destituir a coordenação, mas sim continuar com as mesmas pessoas para fins coletivos. A ex-presidente começou a perseguir umas pessoas em razão de não concordar com as coisas que estavam acontecendo.

Ela chegou a afirmar que se algum fazendeiro apresentasse qualquer documento, assinava-o. Achamos arriscado porque quando uma pessoa está representando a associação, o documento quando assinado a consequência recai para a comunidade, podendo ser grave. Cada decisão tomada reflete diretamente na vida dos pescadores, uma vez que pode elevar a comunidade como também “diminuir” as ações em benefício dos seus parceiros de atividade. Entrevista concedida em: 26/03/2022.

Mesmo com a insatisfação de grande número de pescadores, a representante da comunidade continuou tomando decisões que iam de encontro aos interesses do coletivo, não voltou atrás, chegando ao ponto de bater na mesa e apontar o dedo para as pessoas. Como o clima de insatisfação aumentava, os pescadores se reuniram e viram que o melhor era substituí-la por outra pessoa, não pela pessoa dela, mas pelo modo como estava agindo.

Assim, ocorreu a destituição da coordenação, assumindo a liderança da associação um pescador que também já tinha sido representante da comunidade em outro momento. O motivo da escolha foi o peso de liderança, participando de audiências públicas em vários setores do governo, reivindicando melhorais e apresentando as dificuldades encontradas na comunidade. Diferentemente da outra liderança que não tinha jogo de cintura para procurar ajuda na busca de minimizar esses problemas.

O papel da liderança na comunidade é amenizar ou acelerar o conflito a depender de qual seja a sua intenção. Aproximadamente 80% das famílias insatisfeitas e outras com receio de tomar posicionamento para não perder a amizade se revoltaram e fizeram uma nova coordenação, a fim de resgatar os acordos firmados em virtude de não terem conhecimento de como estava a associação. Em determinados momentos, pescadores relataram que não tinham mais ânimo de frequentar e participar das atividades desenvolvidas em parceria com a associação relacionada ao coletivo.

O cenário pacífico na comunidade voltou com o novo presidente a frente da Associação da Comunidade Tradicional dos Pescadores Artesanais da Resina. A partir de então, as famílias que antes tinham deixado de participar das atividades, voltaram a participar das reuniões promovidas pelo líder. A frequência nas reuniões e a participação no desenvolvimento das atividades é registrada na lista de presença. Quando o pescador possui três faltas é penalizado em relação aos benefícios oriundos da associação. Os benefícios são prioridade para aqueles que frequentam e exercem atividade coletiva. Esse é um acordo firmado entre os associados.

O que fortalece a associação é a presença do pescador e a correlação de forças durante o trabalho coletivo (limpar e construir cerca, limpar o espaço para realizar algum evento). Insatisfeitas com a sua saída da presidência, a ex-presidente e outras famílias formaram uma nova associação no mesmo território.

Em se tratando de infraestrutura, o povoado Saramém (Figura 24) apresenta melhores condições que a comunidade quilombola da Resina (Figura 25). Ruas pavimentadas a paralelepípedo, unidades de saúde, escolas são alguns dos benefícios disponíveis para a população usufruir. Entretanto, após inúmeros questionamentos dos moradores da comunidade quilombola da Resina, essa população já foi assistida com água potável própria para consumo, embora ainda esse serviço de fornecimento de água seja ofertado de maneira precária (Rocha, 2020).

Figura 24 – Rua pavimentada no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2021.

Figura 25 – Parte do território da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

As diferenças existentes entre essas duas localidades quanto a infraestrutura justifica-se pela especulação do Poder Público Municipal e de empresários para que os moradores da comunidade quilombola da Resina vão para o Saramém, inclusive já foram feitos programas para construção de *resorts*. Em uma das tentativas, 26 famílias deixaram a comunidade quilombola da Resina em troca de casas mobiliadas no povoado Saramém. Esse quantitativo de

famílias acabou aceitando a proposta imposta pelos empresários, esquecendo-se da história de conquista e resistência em relação aos demais que não se renderam ao desejo dos sujeitos sociais detentores de poder político e econômico e permaneceram na comunidade.

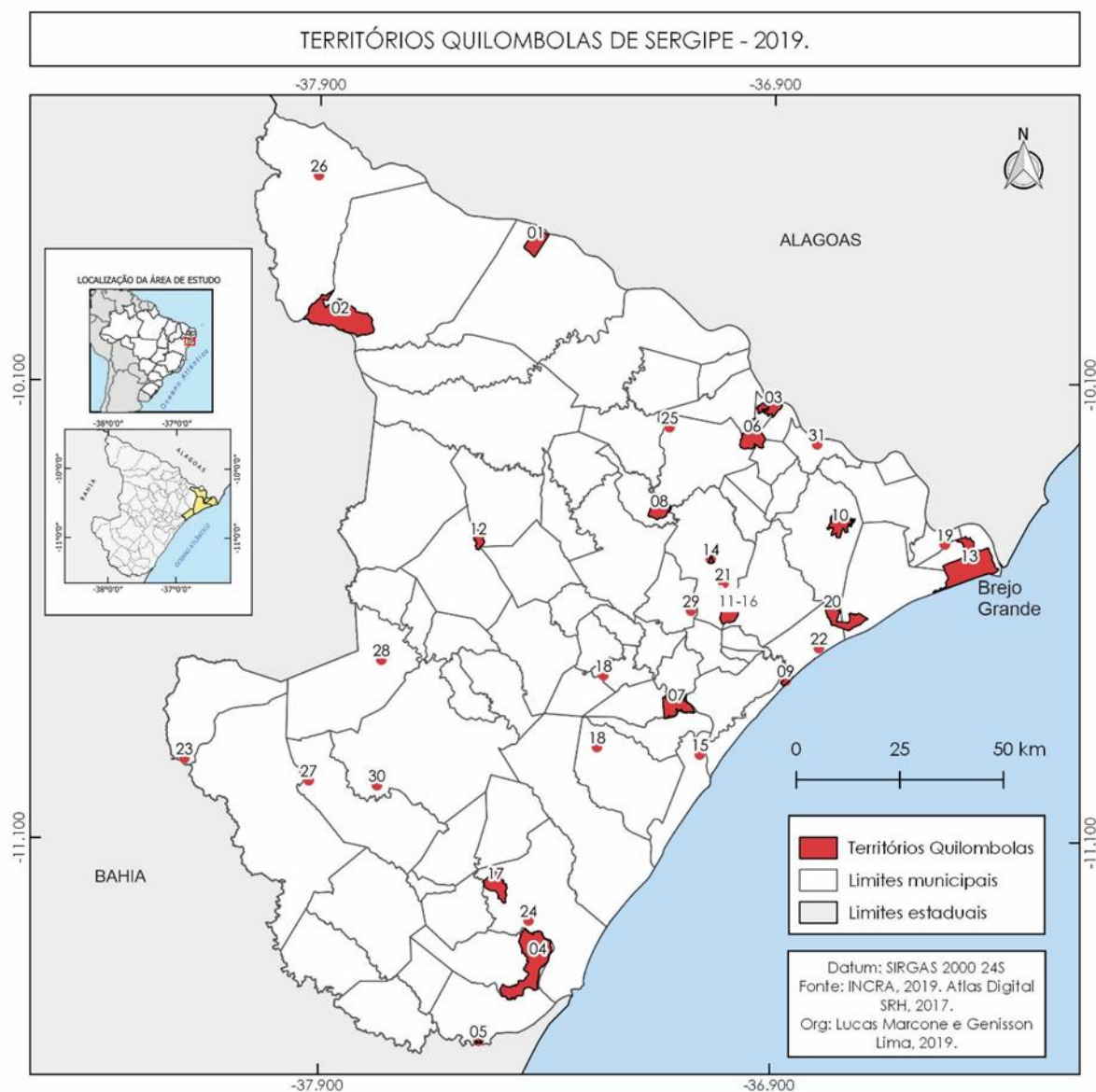
Nesse contexto, as questões de infraestrutura não chegam de maneira igualitária nos territórios quilombolas. Esse fato foi evidenciado pelos moradores da comunidade quilombola da Resina, a fim de que os moradores acabassem recuando e adentrando mais ao território e saíssem dessa faixa litorânea.

Quanto as comunidades quilombolas, na maioria dos municípios que compõem Sergipe, mais precisamente os do litoral norte, há a presença de comunidades quilombolas (Figura 26). De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são 31 comunidades certificadas com a identidade que possuem e sua distribuição socioespacial resulta da concessão de posse da terra por tal órgão para usufruto igualitário da exploração dos recursos naturais ali existentes.

De acordo com esse Instituto, os territórios quilombolas são caracterizados pelas atividades realizadas pelos sujeitos sociais que se encontram no território a partir das diferentes formas de uso e exploração dos recursos naturais disponíveis no território, os quais são considerados de usufruto coletivo.

Embora os direitos de usufruto das riquezas naturais sejam iguais, na prática, nem sempre essa condição é concretizada, pois é comum existirem conflitos entre os sujeitos sociais que se auto reconhecem como quilombolas e aqueles que desconsideram possuir tal identidade. Nesse sentido, o que predomina são as relações desiguais em função da delimitação de um determinado setor dentro do território para exploração dos recursos naturais pelo sujeito quilombola.

Figura 26 - Territórios das comunidades quilombolas em Sergipe.



Fonte: INCRA, 2019.

Nesse teor de discussão, por exemplo, pode-se mencionar como algumas das atividades extrativistas, a pesca artesanal e a mariscagem (Figura 27), ambas desenvolvidas pelas comunidades quilombolas presentes no território, em que estão situados os pescadores, pescadoras artesanais e marisqueiras, que extraem os recursos naturais essenciais à sua sobrevivência.

Figura 27 – Fragmentos de manguezal no povoado Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2021.

A coleta de caranguejo ocorre nas áreas de manguezal, principalmente no povoado Saramém pelo fato de apresentar maiores áreas com a presença desse ecossistema. A técnica tradicionalmente utilizada pelas marisqueiras na obtenção dos mariscos e crustáceos é a redinha. Esse instrumento de coleta é feito artesanalmente pelas próprias marisqueiras, utilizando-se sacos de nylon, em que são desfiados e, posteriormente, confeccionada a redinha. Um saco de nilon custa, em média, R\$ 2,50. A partir de um saco é possível confeccionar cerca de 80 a 90 redinhas.

Na mariscagem, cada marisqueira possui sua redinha. Para a captura das espécies, esta é colocada na “boca do buraco” sob pedaços de madeira. Quando os mariscos saem do buraco acabam ficando presos. É nesse momento que a marisqueira vai lá e retira-o. À medida que vai tirando-os da redinha armazena a produção em baldes ou sacos. Diferentemente da pesca artesanal, na mariscagem cada um se desloca ao manguezal individualmente, ficando com toda a produção obtida.

A grande preocupação de utilizar a redinha reside no fato de que não é possível mensurar se a espécie a ser obtida é macho ou fêmea. Nem sempre as espécies fêmeas quando capturadas são devolvidas ao ambiente do manguezal, contribuindo para a redução de novas espécies. Quanto a esta colocação, a Ma1 afirma que:

*“Tem algumas marisqueiras que tem consciência, outras não. Sabemos dessa preocupação, mas nem todas tem esse pensamento de soltar as fêmeas. Com isso, a tendência é diminuir a quantidade de mariscos cada vez mais”.
Entrevista concedida em 22/03/2022.*

Na maioria dos casos, a forma de obtenção dos recursos naturais pelas marisqueiras está de acordo com os instrumentos legais que norteiam a política de conservação ambiental. Do ponto de vista da sustentabilidade, a forma inadequada de obter esses recursos viabiliza o sustento a curto prazo, mas, por outro lado, a médio e longo prazo, inviabiliza a reprodução das gerações futuras no sentido de dar continuidade à cata do marisco.

Para Leff (2016), as ações sociais dos seres humanos voltadas para a racionalidade ambiental abrem caminho para a sustentabilidade da vida. A sustentabilidade das diferentes comunidades é alcançada mediante a dependência de estratégias desenvolvidas pelos sujeitos sociais, de modo a enaltecer os modos de sobrevivência em consonância com as distintas culturas frente aos constantes desafios presenciados de destruição dos seus meios de vida.

De forma parcial, os sujeitos sociais são responsáveis pela continuidade e existência dos seus meios de sobrevivência no território. A conduta individual de cada um é de fundamental importância para a manutenção de reprodução no espaço. Essa conduta está relacionada a visão sustentável para com o meio ambiente e, mais precisamente, das formas de obtenção dos recursos naturais e como ocorre essa obtenção. Obviamente, nem todos que usufruem dos recursos naturais exploram estes da forma mais consciente e sustentável. Portanto, a forma diferenciada de pensar e agir é um elemento que interfere no sustento das comunidades.

Por sua vez, os sujeitos sociais tem seu meio de vida ameaçado pelas atividades implantadas no território pelos carcinicultores e empresários do setor turístico, sobretudo nas áreas que dispõem de recursos naturais, em que os dejetos produzidos no cultivo do camarão são lançados de forma indiscriminada no Rio São Francisco e nos manguezais, interrompendo o ciclo de vida dos peixes e mariscos, respectivamente. E no tocante aos empresários, a desapropriação dos sujeitos mediante a especulação imobiliária.

Leff (2021) chama à atenção para a interpretação que os riscos ambientais apresentam na contemporaneidade. Na visão desse autor, os riscos ambientais são decorrentes do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e estão intimamente relacionados ao processo de globalização que, por sua vez, estes riscos estão atrelados a penetração do capital nas atividades econômicas implementadas no espaço.

Com base nessa explanação, é preocupante pensar em um cenário para as gerações futuras, já que os efeitos adversos do sistema capitalista aliado a globalização promovem debates inerentes a sustentabilidade. Esses efeitos, por sua vez, acarretam na postura inadequada do ser humano em desenvolver suas atividades, em que busca atender seus interesses particulares sem a devida preocupação com o meio ambiente, criando uma realidade

obscura em termos de disponibilidade de recursos naturais, pois estes são finitos e que podem sofrer diminuição e, portanto, se tornar esgotáveis.

Paralelamente às reflexões mencionadas anteriormente, Capra (2006) afirma que a cada século vivido as preocupações em torno da natureza adquiriram novos olhares. Os problemas ambientais têm aumentado, comprometendo a biosfera e a vida do ser humano de maneira alarmante em que os desafios podem ser tornar irreversíveis. Nesse caso, os problemas ambientais oriundos das atividades exercidas pelos seres humanos configuram uma teia de extensões de impactos negativos e que afetam e/ou colocam em risco a sobrevivência no Planeta.

De acordo com esse autor, os problemas ambientais são classificados como sistêmicos em virtude de desempenharem relações intrínsecas e de interdependência. Desse modo, o desencadeamento de um determinado problema não é algo que se manifesta sozinho, de forma isolada. Para a sua existência, é preciso a junção de outros elementos que, somados entre si, as ações são concretizadas.

Essa passagem pode ser justificada pelas ações desempenhadas pelo ser humano no meio ambiente, as quais acabam refletindo e alterando a conservação do referido meio. Ao mesmo tempo em que, no território, os diferentes sujeitos sociais exercem pressão nos espaços detentores de recursos naturais, suprimindo-os.

A supressão é realizada principalmente pelos sujeitos sociais detentores de capital que se utilizam do poder econômico para se favorecer cada vez mais na apropriação e dominação dos espaços naturais para expansão de suas atividades, contribuindo para a extensão da degradação ambiental.

3.3 Vulnerabilidades Socioambientais nas Comunidades Pesquisadas

A expressão “vulnerabilidade” vem sendo discutida nas mais diferentes dimensões da sociedade e sua complexidade fundamenta-se nos processos de tomada de decisões entre as esferas dos governos e os grupos sociais mais afetados. As ações conjuntas entre os envolvidos contribuem efetivamente para a busca de soluções favoráveis em relação a este cenário de condições vulneráveis em que os grupos sociais estão susceptíveis.

Etimologicamente quando se analisa o termo vulnerabilidade cabe destacar que sua formação advém de dois termos latinos: *vulnerare*, que designa prejudicar ou ferir e *bilis*, que denota ser suscetível a algo. Dessa forma, é vulnerável todo e qualquer grupo social que está

propício de ser prejudicado de algum modo seja de forma direta ou indireta. É importante salientar que o número de indivíduos não é fator predominante para classificar os grupos sociais em maior ou menor vulneráveis, pois nem sempre os grupos sociais mais vulneráveis encontrados na sociedade são os menores.

De acordo com Souza e Melo (2023) os grupos vulneráveis podem constituir-se de elevados contingentes numéricos e, por sua vez, não estão situados em grau hierárquico dominante no país em que residem e são violentados em relação aos direitos que detêm, pois muitos desconhecem e/ou aqueles que estão patamares superiores acabam desrespeitando-os, além de serem destituídos de poder.

Ainda nas considerações ponderadas por esses autores, nos grupos vulneráveis os indivíduos diferenciam-se entre si e, portanto, não há identidade ou aspectos normais que os unam, devido à diversidade de cidadãos que integram à sociedade com características individuais que lhes são intrínsecas.

Para Yoshida e Penna (2021) a vulnerabilidade é uma característica peculiar à natureza humana, atuando em diferentes graus, e depende da capacidade de resistência diante das adversidades enfrentadas. Diante do exposto, a ideia de vulnerabilidade condiz com as relações de igualdade, já que a concepção de resistência é relativa entre todos os seres humanos e não deve ser entendida de forma generalizada. Percebe-se que a discussão está centralizada na capacidade do indivíduo ser diferente, cuja forma de tratamento deve ser diferenciada dos demais.

As vulnerabilidades têm suas gêneses decorrentes dos efeitos naturais ou decorrentes de ações antrópicas e que, de alguma forma, acarretam o modo de vida da população, principalmente daquelas que mantém relações diretas com a natureza mediante utilização dos recursos naturais. Neste caso, o termo tem sido empregado nas pesquisas com abordagens diferentes, a fim de identificar os fatores que corroboram com os efeitos para os integrantes da sociedade. Há abordagens que enfatizam as vulnerabilidades relacionadas aos aspectos históricos das comunidades quilombolas. Portanto, há variação de abordagem do termo em questão a depender do objeto de estudo estabelecido pelo pesquisador.

Tomando-se como base ao que foi explanado anteriormente, o termo em questão assume o caráter de polissêmico, uma vez que é empregado em distintas situações acerca de uma dada realidade que os sujeitos sociais estão inseridos. Nesse caso, esse emprego pode abranger as dimensões ambiental, social, cultural, política e econômica. A seguir, foi apresentado para cada dimensão sua definição relacionada com a vulnerabilidade (Quadro 15).

Quadro 15 - Dimensões e ocorrência das vulnerabilidades.

Dimensão	Ocorrência da vulnerabilidade
Ambiental	Efeitos das atividades decorrentes das distintas ações antrópicas e/ou dos eventos naturais que ocorrem em um determinado local
Social	Ausência de serviços básicos ofertados pelo Poder Público, principalmente nas esferas estadual e municipal (saneamento básico, pavimentação, acesso a água potável, coleta regular de lixo)
Cultural	Ausência de políticas públicas que assegurem ou fomentem as manifestações culturais praticadas pelos sujeitos sociais e seus pares nos espaços integrantes de suas comunidades
Política	Ausência de participação dos sujeitos sociais nos movimentos e/ou nas ações organizadas pelos sindicatos, associações e colônias
Econômica	Desigualdade de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis no espaço para exploração, configurando em uma redução da renda dos sujeitos sociais

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Por sua vez, além dos aspectos relacionados às dimensões mencionadas acima, as comunidades quilombolas, no mínimo, enquadram-se em uma dessas abordagens. O P43, afirma que já ouviu falar no termo vulnerabilidade e as identifica, as quais são entendidas da seguinte forma:

“As condições de benefícios pra gente ou é escasso ou é colocado no mínimo, aí deixa nós da comunidade vulnerável. Aqui nós somos vulneráveis porque a gente não tem o abastecimento de água de qualidade. A água chega e é distribuída por carro pipa. Moramos tão próximo do rio, mas não temos um abastecimento correto como é para ser e estamos vulneráveis a isso”.
Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Borges, Freitas e Melo (2021) acrescentam que a questão da vulnerabilidade, sobretudo em comunidades ribeirinhas, pode ser analisada considerando as singularidades como a localização geográfica, quadro social, forma de apropriação dos recursos pesqueiros, o fato de ser negro e variação de renda observada mediante as alterações nos modos de vidas das comunidades.

Para Torres e Giannella (2020), remonta-se na história que o fato de ser negro no Brasil significa afirmar que os indivíduos que se enquadram nessa etnia, encontram-se em condições de vulnerabilidade, sendo considerado um dos traços comumente identificados na maioria dos pescadores artesanais e que defendem por meio das lutas a permanência no território pesqueiro (Figura 28). Dessa forma, faz-se necessário não apenas formular, mas também executar políticas públicas que sejam direcionadas a minimizar a ocorrência deste caso de vulnerabilidade nas comunidades quilombolas pesqueiros.

Além dos casos de vulnerabilidades socioambientais mencionados anteriormente, no território quilombola da Resina são identificadas também o não reconhecimento de alguns sujeitos sociais como quilombolas. O fato deste não reconhecimento culmina no descontentamento entre os quilombolas e não quilombolas em termos do usufruto dos recursos naturais disponíveis no espaço. Por via de regra, o direito de exploração do solo é dos quilombolas em função do reconhecimento identitário.

Em relação a esta colocação, o P44 conclui que:

“A gente não é muito reconhecido. Tem um certo preconceito, mas só que esta realidade já vem mudando. Para ser quilombola não basta querer ser. Tem que dizer que se considera com a identidade quilombola que é difícil porque tem gente que não se reconhece como negro. Tem que ser um trabalho de conversa para as pessoas começarem a amadurecer também”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Figura 28 – Cartaz em defesa do território pesqueiro da Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

O P45 enquanto ser quilombola pescador artesanal denota que:

“Ser quilombola é tudo de bom. É reviver tudo aquilo que foi feito com o negro, com o pobre. É hoje uma forma de estar reavendo toda a injustiça feita no passado e de dar continuidade as nossas atividades aqui na comunidade da Resina”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Nesse sentido, percebe-se que as vulnerabilidades não estão limitadas as atividades exercidas pelos seres humanos e dos eventos naturais, mas abrange as condições reais que os sujeitos sociais são deflagrados em seus cotidianos. No entanto, as comunidades pesqueiras se diferenciam de acordo com o contexto em que estão situadas, já que as condições de realização das atividades acompanhadas de suas intensidades associadas a dinâmica do espaço e história das comunidades variam de um espaço para outro.

Diante dessa discussão, os seres humanos representam o protagonismo de provocar mudanças na paisagem, em face as atividades antrópicas implantadas no espaço. Assim, tem se observado que o desbaste do manguezal tem sido considerado a principal interferência no espaço em que são desempenhadas as práticas extrativistas pelas marisqueiras. A substituição do manguezal justifica-se pela expansão desenfreada do cultivo do camarão nessas áreas. No entanto, interfere diretamente na redução de renda de diferentes famílias que se dedicam a coleta de marisco como fonte de renda.

Os sujeitos sociais afirmaram que, sem dúvidas, essas mudanças na configuração da paisagem pela substituição de uma atividade pela outra afetam as práticas extrativistas, auferindo vantagem aos proprietários de viveiros de camarão que se preocupam apenas em obter lucro com sua atividade, enquanto o meio ambiente fica em segundo plano. Nessas circunstâncias, a Ma2 aponta que:

“Quando se retira uma árvore do manguezal vai diminuindo a sobrevivência dele e, com isso, acaba retirando a oportunidade das pessoas que vivem do extrativismo como renda, pois além do caranguejo também há a obtenção de siri. Então, todas as espécies que são encontradas no manguezal e pegamos para sobreviver são afetadas quando destruído”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Embora as interferências à natureza sejam predominantemente desencadeadas pelos sujeitos sociais detentores de poder político e econômico, estas não se restringem apenas a este público. Nem sempre a(s) forma(s) em que os pescadores artesanais se relacionam com o meio ambiente é correta. A forma incorreta de exploração dos recursos naturais por parte destes sujeitos sociais implica negativamente nos seus próprios modos de sobrevivência, uma vez que suas ações instigam impactos socioambientais. Um exemplo é o desmatamento do manguezal para uso da madeira em outras atividade.

Quando este tipo de ação é concretizado pelos pescadores e pescadoras artesanais, as espécies animais existentes no ecossistema do manguezal são reduzidas, conferindo-lhes a inexistência de não ter mais este meio de sobrevivência garantido e dado continuidade pelas

gerações vindouras. Este tipo de conduta insustentável é considerado um fator preponderante para que as marisqueiras se dediquem a pesca artesanal.

Nessa perspectiva, o P46 esclarece que:

“De vez em quando também contribuo para o desmatamento das árvores aqui na comunidade. Às vezes, precisamos retirar uma árvore lá no mato e vamos lá e cortamos. Quando isso acontece estamos contribuindo para aumentar o desmatamento, embora passe na televisão que não se deve derrubar árvore. Eu tenho uma marcenaria aqui mesmo e trabalhava somente com madeira morta, mas depois comecei a comprar madeira viva”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Nas abordagens de Torres e Giannella (2020), as situações de degradação ambiental, sobrepesca intensiva exercida especialmente pela pesca industrial, mudanças climáticas, urbanização, especulação imobiliária, industrialização da zona costeira, transporte marítimo de substâncias nocivas, implantação de viveiros de camarão, turismo de massa, além de outros fatores caracterizam a vulnerabilidade socioambiental em diferentes partes do mundo, as quais acabam adentrando em espaços adjacentes e atingindo patamares em que outros sujeitos sociais desenvolvem suas atividades e que tem seus modos de vida alterados.

As atividades extrativistas podem ser comprometidas por fatores ambientais, razões antrópicas ou até mesmo de outra natureza. No caso da pesca artesanal e da mariscagem, podem ter menor ou maior frequência de serem realizadas em virtude de questões naturais, como por exemplo, o aparecimento de macrófitas aquáticas nas margens dos cursos fluviais, a contaminação das águas e do manguezal por substâncias tóxicas, causando a mortandade de espécies que habitam estas duas fontes de recursos naturais.

Diante dessa discussão, o P47 expõe o seguinte quanto à diminuição das espécies no Rio São Francisco e no manguezal:

“Aqui no manguezal já encontramos muito caranguejo morto, assim como no rio os peixes acabam não crescendo (morrendo) devido ao veneno que é jogado pelos donos de viveiros, reduzindo a quantidade de peixes que antes tinha aqui e o caranguejo”. Geralmente, no caso do caranguejo o mesmo só permanece vivo até dois dias. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Nas áreas pesquisadas, as vulnerabilidades na comunidade da Resina e do Saramém resultam dos impactos socioambientais decorrentes das atividades antrópicas que são desenvolvidas no território quilombola e/ou por eventos naturais, que, de modo direto ou indireto, interferem negativamente no modo de vida das comunidades quilombolas. O quadro 16 apresenta as vulnerabilidades e seus impactos socioambientais identificadas no recorte espacial.

Quadro 16 – Impactos e vulnerabilidades socioambientais na Resina, em Brejo Grande/SE.

Impacto Socioambiental	Vulnerabilidade Socioambiental
Derramamento de petróleo e a pandemia da COVID-19	Mortandade de diversas espécies de pescado e quase nenhuma procura do produto por visitantes/atravessador/comerciantes
Surgimento de macrófitas aquáticas	Inviabilidade de deslocamento com o uso de barco em locais do Rio São Francisco para realizar a pesca artesanal
Usufruto dos recursos naturais pelos que não se intitulam como quilombolas	Desigualdade interna entre os pescadores artesanais quanto à obtenção dos recursos naturais
Fragmentação de trechos do Rio São Francisco	Restrição de acesso aos recursos naturais por outros pescadores da comunidade ou adjacentes
Desrespeito durante a piracema por alguns pescadores artesanais assistidos pelo seguro defeso	Privilégio individual de alguns pescadores artesanais que driblam as regras de fiscalização
Uso inadequado do tamanho da malha da rede de pescar	Captura de espécies com tamanhos variados e que estão em fase de desenvolvimento

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Os dois primeiros impactos e vulnerabilidades socioambientais foram comuns nas duas comunidades pesquisadas. Os pescadores artesanais foram afetados por dois eventos transitórios: a pandemia da COVID-19 e o derramamento de óleo. Nas análises de Ramalho e Antunes (2023), embora o aparecimento de óleo nas águas dos recursos hídricos ao longo do litoral brasileiro tenha sido eclodido primeiro que a pandemia da COVID-19 e que provocou alterações no modo de vida das comunidades quilombolas, o aparecimento de casos registrados de COVID-19 despertou preocupações mais sérias aos sujeitos sociais.

As preocupações dos pescadores artesanais durante o período da pandemia deram-se em decorrência da restrição do contato com os seus pares e visitantes que frequentavam o território das comunidades para evitar a proliferação do vírus e, conseqüentemente, aumento do número de casos.

Ao mesmo tempo em que o distanciamento obrigatório enquanto medida preventiva era fundamental para a redução do número de casos, por outro lado, proporcionou a estagnação da cadeia produtiva do pescado e das relações comerciais, pois a pesca não estava sendo realizada e/ou em pequena escala à medida que o cenário pandêmico começava a apresentar sinais de menos contaminação, e quando acontecia era voltada para o consumo familiar, comprometendo a principal fonte de renda desses sujeitos sociais e a aquisição de outros alimentos indispensáveis para sobrevivência.

O P48 caracteriza esse cenário da seguinte maneira:

“Ficamos sem saber o que fazer quando tivemos que ficar sem ter contato com os outros companheiros. Tivemos muito prejuízo porque mesmo se fosse pescar, não tinha como vender. As pessoas ficaram com medo de até sair de casa para comprar o pescado e perdemos de ganhar nosso dinheiro por meio da nossa pesca. Depois quando a vacina chegou melhorou um pouco e fomos voltando ao normal aos poucos”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Para Araújo, Ramalho e Melo (2020) pontuam que a estagnação na comercialização do pescado pode ser caracterizado a partir de três efeitos rápidos nas comunidades ribeirinhas: o primeiro está relacionado sobre a destinação da produção de pescado obtida está voltado para as famílias locais; o segundo alicerçou-se na dificuldade das comunidades adquirirem outros produtos essenciais para a sobrevivência; e o terceiro assenta-se na ausência de pagamento de contas mensais, como por exemplo, energia e água, além de roupas e eletrodomésticos.

Em meio a dúvidas geradas por essa situação para os pescadores artesanais, Araújo, Ramalho e Melo (2020) inferem que a pesca é uma atividade que vai mais além de um mero emprego para o pescador como fonte de renda e alimento, constitui, na verdade, em um projeto de vida, é algo intrínseco a sua própria existência, dotada de laços afetivos, representando um tipo peculiar de trabalho. Os laços afetivos, na maioria das vezes, são construídos mediante as relações extrativistas com os familiares e companheiros pescadores.

No ponto de vista de Cavalcanti e Wanderley (2020) a falta de sociabilidade presente no cotidiano e no trabalho pesqueiro fez com que sentimentos como a tristeza e a solidão fossem identificados como predominantes não apenas aos pescadores artesanais como também aos atravessadores, mas principalmente àqueles que dependem diretamente do pescado para garantir sua permanência no espaço. O contexto no qual os pescadores artesanais se encontravam causou um momento de incertezas e dúvidas, já que não tinha como estabelecer uma previsão de total normalidade.

Outrossim, o derramamento de óleo no litoral brasileiro que atingiu toda a costa brasileira e sergipana, que não se sabe ao certo, na época, as causas da ocorrência de determinado fato, gerou preocupação aos sujeitos sociais que dependem diretamente dos ambientes que resguardam recursos naturais e, em especial, do Rio São Francisco, local comumente utilizado para realização das práticas extrativistas e aplicação dos saberes, de modo a garantir o modo de vida, sustento e reprodução desses sujeitos.

O derramamento de óleo os pescadores provocaram a exacerbação da vulnerabilidade dos pescadores artesanais situados na zona costeira, uma vez que foram interditados de pescar

em razão da contaminação química das espécies de pescado (Torres; Giannella, 2020). Diante desse quadro de contaminação das espécies, o depoimento do P49 enaltece que:

“Acompanhei de perto as dificuldades que nós passamos diante daquele desastre ambiental do derramamento de óleo que atingiu aqui a foz do Rio São Francisco. Muitas vezes, saíamos para pescar e voltávamos com a rede manchada de óleo e não tínhamos como recuperá-las”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

O impacto do derramamento de petróleo afetou toda a cadeia produtiva da pesca artesanal, desde o local de origem que é obtido o pescado até o consumidor final. Vale ressaltar ainda também a perda do principal apetrecho utilizado pelo pescador artesanal para subtração do pescado que é a rede de pescar.

Em notícia publicada pelo G1 em 22/10/2019 aproximadamente 60 mil pescadores artesanais que tiveram seu modo de vida alterados em reflexo ao derramamento de óleo receberam parcela extra do seguro defeso, desde que estivessem cadastrados na colônia e possuíssem o RGP e, em algumas localidades, o pagamento foi antecipado.

De acordo com Freitas, Machado e Silva (2023) como o quantitativo de espécies de pescado diminuíram, nesse período, de forma generalizada, a função dos atravessadores na cadeia produtiva também sofreu diretamente com esse impacto socioambiental, já que estes não recebiam na mesma proporção que antes o número de pedidos diariamente. Este cenário despertou preocupações nas condições sanitárias do pescado, contribuindo, dessa forma, para o declínio consideravelmente da comercialização durante esse momento de incerteza.

Os autores acima identificaram em seus estudos que, apesar do cenário de comprometimento de renda por parte dos pescadores artesanais, os atravessadores se aproveitaram dessa situação de instabilidade para comprar o pescado mesmo contaminado por preços bastante reduzidos. Estes, além de possuírem condições financeiras superiores a dos pescadores, são detentores também de locais com maior capacidade de acondicionamento, congelavam e revendiam o pescado em momentos posteriores por valores elevados.

O P50 justifica que a comercialização no período do derramamento de óleo:

“Outra dificuldade que nós enfrentamos foi quanto a comercialização do pescado porque as pessoas ficaram com medo de comer os peixes e mariscos dessa região atingida. Os compradores de peixe daqui tiveram que passar alguns dias sem comprar os pescados porque o comércio estava em queda por conta desse episódio”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Um notável prejuízo se deu com o armazenamento das espécies de pescado nos freezers, principalmente pelos atravessadores, uma vez que possuem poder aquisitivo para adquirirem. Em discussão apresentada por Araújo, Ramalho e Melo (2020), esse tipo de compartimento

ficou com capacidade elevadas de espécies de peixe, pois não estava tendo saída para os mercados, bares e restaurantes não estavam priorizando esse tipo de produto por receio de que os clientes rejeitassem durante o momento de optar pelo pescado em alguma refeição.

Para tanto, de acordo com o At3 que atua no povoado Saramém, mas que reside em Piaçabuçu, o derramamento de óleo não atingiu o litoral alagoano ao afirmar que:

“Aqui não afetou muito não porque trabalhamos com pescadores que vão pescar no mar ou no rio. Às vezes, o pescador não pegava nada e ficava tudo parado mesmo. Afetou mais na costa na região de Recife”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Para Nascimento e Rodrigues (2022), consideram que o derramamento de petróleo, ocorrido em 2019, constituiu um dos maiores crimes ambientais que já ocorreu no Brasil, uma vez que gerou impactos em diferentes dimensões especialmente para as comunidades ribeirinhas. Dentre estas dimensões, cabe mencionar a social, econômica e ambiental. Na dimensão social, acentuou-se ainda mais as diferenças de renda existentes entre pescadores artesanais e atravessadores, já que os atravessadores se apossaram da situação de dificuldade dos pescadores e compravam a produção por preços muito baixos e destinavam para estocagem.

A dimensão econômica foi caracterizada, nesse período, pela diminuição considerável das relações de comercialização, pois os recursos naturais também sofreram redução. Somado a isso, houve a contaminação das águas do Rio São Francisco, o que causou a mortandade das espécies de pescado e a desconfiança dos compradores aumentou no que concerne à procura do produto, principalmente pelos visitantes que procuravam a região para lazer e pela população que frequentava as feiras livres.

Analizando essa conjuntura, os impactos socioambientais oriundos desse evento afetaram os pescadores artesanais, os quais ficaram impossibilitados de exercerem suas práticas extrativistas, comprometendo, dessa forma, sua principal fonte de renda. Como forma de atenuar os efeitos na renda das comunidades, os sujeitos sociais utilizaram-se das parcelas do seguro defeso como subsídio de sobrevivência. O P51 afirma que foi um período:

“Aqui na Resina e no Saramém fomos impactados diretamente com o óleo que apareceu em nosso rio. Nesse período utilizamos para sobreviver o recurso do seguro defeso porque deixamos de realizar a pesca por dois motivos: o primeiro é que apareceu muito peixe morto no rio e o segundo foi que as pessoas que viam passear aqui na região não queriam consumir o peixe daqui. Ainda alguns pescadores se arriscaram no rio para pegar peixe e repassar para o atravessador porque ele ainda estava comprando o produto”. Entrevista concedida em 18/05/2023.

Diante do exposto, é evidente que as comunidades ribeirinhas tiveram seus modos de sobrevivência ameaçados. Mesmo quando o pescado era obtido por pequeno número de pescadores artesanais, a quantidade era incipiente comparado a épocas outrora. Frente a esse fato, as espécies obtidas geravam insatisfação aos consumidores que normalmente visitavam a região em virtude de estarem contaminados, podendo causar doenças a partir da ingestão. Esse nível de desconfiança também foi observado pelos moradores durante a exposição do pescado nas feiras livres, o qual corrobora com o estudo realizado por Nascimento e Rodrigues (2022) ao abordar o impacto do derramamento de óleo nas comunidades pesqueiras em Goiânia.

Outro ponto de discussão entre os pescadores artesanais centrou-se nos atrasos constantes das parcelas referentes ao seguro defeso que nem sempre são pagas nas datas fixadas no calendário pelo governo do Estado. Embora seja uma política pública conquistada por meio de reivindicações dos sujeitos sociais e assegurada em regimento legal, representou um avanço para as comunidades ribeirinhas que desenvolve a pesca e atende a todos os pré-requisitos estabelecidos em Lei para o ingresso do pescador artesanal.

Criado pela Lei nº 10.799, de 25 de novembro de 2003, o benefício do seguro defeso assegura que, de acordo com o Art. 1 desse regimento, o pescador artesanal desenvolva sua atividade profissional de forma ininterrupta, artesanalmente e individualmente ou em regime economicamente familiar, fará jus a esse benefício no valor de um salário-mínimo mensal, de modo a conservação das espécies de peixes.

Porém, este benefício apresenta determinadas restrições e nem todos os sujeitos sociais conseguem serem assistidos, tendo em vista a documentação burocrática que é exigida para que o mesmo apresente na colônia de pescadores, a qual o pescador artesanal esteja vinculado. Mesmo diante do cenário de constantes atrasos das parcelas do benefício do seguro defeso, o P52 comenta a importância dessa política pública e infere que:

“O seguro defeso foi algo que veio e muito a melhorar a vida do pescador porque os pescadores mais antigos relatam que os pescadores na época que não tinham seguro defeso não conseguiam comprar os materiais para confeccionar o barco ou até mesmo pagar uma parcela quando o pescador decidisse comprar outro”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Embora este benefício seja considerado uma política pública que assegura ao pescador artesanal a vedação da pesca durante o período da piracema (época de reprodução dos peixes), na prática, não é obedecida por alguns pescadores artesanais. Nesse cenário, cria-se um acirramento por parte daqueles que obedecem ao período de proibição do pescado, uma vez que uma pequena parcela de sujeitos sociais se beneficia dos recursos naturais. Outro ponto

destacado é que nas comunidades pesquisadas, caso haja o atraso do pagamento referente as parcelas do seguro defeso, os pescadores artesanais realizam a pesca.

Torres e Giannella (2020) asseguram nas suas discussões que as políticas públicas voltadas para os pescadores artesanais, dentre elas o seguro defeso é voltado para atender a dimensão econômica, sendo insuficiente para atender as necessidades que estes sujeitos sociais apresentam. É considerado um benefício pontual e não contempla a realidade, já que o pagamento das parcelas é efetuado apenas durante o período de reprodução dos peixes e nem sempre está disponível em conta nas datas previstas para os beneficiários.

As políticas públicas quando efetuadas devem ser pensadas estrategicamente para atender as demandas que os sujeitos sociais venham a apresentar nos períodos que não envolvam o período do pagamento do seguro defeso. Nesses termos, é fundamental que as parcelas sejam estendidas ou que o valor seja revisado com valores superiores como forma de atenuar as vulnerabilidades inerentes aos eventos que venham a acontecer nos territórios das comunidades quilombolas.

Segundo Celestino, Alencar e Villela (2021), a ausência de políticas públicas com eficiência no seu planejamento e voltadas para à categoria dos pescadores artesanais, sobretudo os de menor escala, favoreceu para agravar sua condição de vulnerabilidade, caracterizando uma situação de injustiça que representou fortemente seu modo de vida, persistindo nos dias atuais. Diante desse quadro, a redução de políticas públicas dificulta a reprodução social e econômica dos sujeitos sociais quanto aos recursos naturais rotineiramente obtidos nos momentos de pesca.

Quanto ao seguro defeso, é válido mencionar duas situações comumente identificadas quando o generaliza em relação a obtenção das espécies. Para tanto, faz-se necessário distinguir as espécies que são obtidas no rio e no mar. Enquanto no rio há a proibição de todas as espécies, no mar ocorre apenas a proibição das espécies descritas na Figura 29. Portanto, é um cenário que contribui para uma forte tendência daquele pescador que só desenvolvia a pesca no rio, realizá-la também no mar, expandindo suas práticas extrativistas em outro ambiente que resguarda recursos naturais.

Figura 29 – Espécies proibidas durante o período do seguro defeso, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Os cartazes com as espécies proibidas de serem capturadas pelos pescadores artesanais, durante o período de reprodução das espécies de pescado, são divulgados pelos órgãos ambientais, como por exemplo, o IBAMA e fixados na colônia como forma de reforçar aos pescadores artesanais a importância de respeitar de não ir pescar. Acerca disso, o P53 indaga o seguinte:

“Estão proibidas algumas espécies como o mero, algumas espécies de arraia, casão. São expostos em um cartaz em Piaçabuçu e, por isso, são restritas de compra e comercialização”. Entrevista concedida em: 18/05/2023.

Embora o seguro defeso seja um benefício significativo para esses sujeitos sociais acaba não contemplando as marisqueiras, ou seja, limitando a um público específico e não abrangendo

aqueles/as que desempenham as mesmas práticas extrativistas no território quilombola como sua principal fonte de renda.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o não recebimento do benefício do seguro defeso para as marisqueiras constitui em um caso de vulnerabilidade, já que são mulheres que desenvolvem a atividade da cata do marisco, mas não são reconhecidas como pescadoras, haja vista que não há legislação voltada para o reconhecimento da profissão de marisqueira, permanecendo inviabilizadas quanto a pesca do marisco.

Essa situação chama a atenção pelo fato de que assim como os pescadores artesanais, esse benefício é de fundamental importância para as marisqueiras, a fim de serem assistidas pelo governo do Estado e dar continuidade ao seu sustento quando a obtenção dos mariscos estiver proibida durante o período de reprodução das espécies.

De modo geral, consistiria em uma conquista para esses sujeitos sociais, ao passo que estabeleceria uma relação de igualdade no território quilombola por se tratar de atividades extrativistas realizadas pelos sujeitos sociais que se identificam como catador de marisco.

As comunidades quilombolas da Resina e do Saramém enfrentaram dificuldades de realizar a pesca artesanal devido ao aumento da vazão do Rio São Francisco. Informações divulgadas pelo G1 da Globo dão conta que no dia 12/01/2022 a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) anunciou que as precipitações do começo do ano comportaram completamente os reservatórios das usinas da região e houve a necessidade de começar a aumentar a liberação de água pelos vertedouros. Sabe-se que até hoje o dia 27/01/2022 a vazão desse curso fluvial é de 4.000m³/s.

Diante desse quantitativo elevado, o aumento da vazão gerou preocupações aos ribeirinhos que dependem exclusivamente da pesca artesanal para garantir o sustento da família, pois com esse aumento do nível das águas houve o transporte elevado de macrófitas aquáticas, popularmente denominada de baçeiros pelos pescadores artesanais, pelas águas do velho chico ao longo do seu percurso até a jusante (Figuras 30 e 31).

Figura 30 – Presença de macrófitas aquáticas na Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

Figura 31 – Presença de macrófitas aquáticas no Saramém, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2022.

Segundo os pescadores artesanais das comunidades pesquisadas, as macrófitas aquáticas, tipo de vegetação da restinga, dificulta a realização da pesca artesanal, uma vez que acaba ficando presa na rede de pescar e esta, por sua vez, fica suja, gerado desconforto aos sujeitos sociais. Quanto a essa reflexão, o P54 acrescenta que:

“O baçeiro prejudicou muito também as embarcações que ficavam presas, dificultando a saída e chegada dos barcos quando alguns pescadores conseguiam sair. Outra questão é que também a grande quantidade de baçeiros encostavam em alguns pesqueiros, ou seja,

local onde a pesca seria realizada". Entrevista concedida em: 22/03/2023.

O evento da ocorrência das macrófitas aquáticas culminou em um cenário de vulnerabilidade para os pescadores artesanais, pois inviabilizou o deslocamento do pescador com o uso do barco para os setores mais adentro do Rio São Francisco e pescar. Ademais, oferecia riscos para os pescadores à medida que a rede era lançada para captura do pescado, podendo danificá-la.

Por outro lado, as espécies de peixe diminuíram, o que deixou os pescadores preocupados em termos de obtenção dos recursos naturais para o seu sustento. A expectativa é que essa situação não perdure por muito tempo e que as atividades desenvolvidas no Rio São Francisco sejam normalizadas. Quanto a esta questão, o P55 informa que:

"Às vezes, a pesca artesanal fica inviável por conta da sujeira do rio (baçeiro). Esse ano a pesca ficou proibida de ser realizada pela grande quantidade de baçeiro na margem do Rio São Francisco". Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Houve uma reestruturação do número de pescadores artesanais quanto as atividades desenvolvidas. Em entrevista com o presidente da associação da Resina, alguns pescadores deixaram de exercer a pesca em função de outros benefícios garantidos em Lei, como por exemplo, aposentadoria e/ou dedicação a outras atividades. No entanto, a mudança de atividade desenvolvida não faz com que os sujeitos sociais perdessem sua identidade, pois a identidade está na essência, é algo internalizado e construído ao longo dos anos com os seus antepassados por meio das lutas na busca de seus direitos.

Outra questão relacionada a vulnerabilidade no território quilombola é em relação a subtração dos recursos naturais pelos sujeitos sociais que se auto reconhecem como quilombolas e aqueles que não se consideram enquanto possuidor dessa identidade. Nesse caso, os pescadores artesanais salientam que ficam no prejuízo à medida que os não-quilombolas usufruem dos ambientes para extração dos recursos naturais. Quanto a esse aspecto, o depoimento do P56 esclarece que:

"Aqui no nosso território é complicado conviver com aqueles que não se reconhecem como quilombolas porque eles praticamente têm os mesmos direitos de usar o que temos aqui". Entrevista concedida em: 22/03/2023.

Por conseguinte, a delimitação de setores do Rio São Francisco para uso individual foi observada nas comunidades pesquisadas. De acordo com os pescadores artesanais, esse tipo de ação por parte de alguns gerou descontentamento, uma vez que os recursos naturais disponíveis no território são de exploração coletiva. Nesse caso, todos que se situam no espaço tem o direito

de utilizar as áreas livremente, exceto quando estas áreas pertencem aos sujeitos sociais detentores de poder político e econômico. Ao mesmo tempo que se configura a situação mencionada, é um cenário favorável para intensificar as vulnerabilidades internas entre os próprios pescadores.

A proibição da pesca artesanal durante o período da piracema nem sempre é respeitada por todos os pescadores artesanais. Segundo os pescadores artesanais entrevistados, a piracema é proibida somente no rio e autorizada no mar. Dentro deste contexto, as questões de injustiça socioeconômica prevalecem consideravelmente entre esses sujeitos sociais devido ao beneficiamento do pescado por uma quantidade mínima de pescadores que desrespeitam a legislação e realizam a pesca ilegal no período noturno como forma de driblar os órgãos fiscalizadores, já que estes transitam pelas áreas que resguardam recursos naturais durante o dia, conforme o excerto do P57.

“No período da piracema aqui na comunidade tem fiscalização durante o dia. Mas à noite não tem. Há pescadores artesanais que vão pescar, mas alguns já foram pegos pelo IBAMA. As penalidades giram em torno de tirarem os instrumentos de pesca (rede, barco) e fiança de dois anos”. Entrevista concedida em: 23/03/2022.

Além das situações de vulnerabilidades mencionadas anteriormente, os pescadores artesanais utilizam malhas de rede de pescar inadequadas para a captura do pescado. O problema central é que quando não são utilizados os tamanhos adequados durante o processo de confecção da rede de pescar, as espécies de peixes com tamanhos médios e pequenos acabam sendo capturadas, o que reflete na diminuição do número de pescado em condições ideais de obtenção e comercialização em função do estágio de reprodução dessas espécies serem comprometidos.

Por sua vez, no povoado Saramém, as ocorrências de vulnerabilidades socioambientais não são totalmente similares as da Resina em função das atividades que são desenvolvidas em cada um destes espaços e que desencadeiam impactos socioambientais diferentes, conforme aponta o quadro 17.

Os manguezais constituem ecossistemas naturais que estão localizados na faixa litorânea e fazem parte do bioma Mata Atlântica e teve sua gênese nas áreas dos oceanos Pacífico e Índico (Lima; Silva; Carvalho, 2019). Os ambientes que abrigam mangue são importantes justamente pela ciclagem, processamento e manutenção do pacto sedimentar que integram as dinâmicas dos espaços terrestres e marinhos (Silva Júnior; Nicácio; Rodrigues, 2020).

Quadro 17 – Impactos e vulnerabilidades socioambientais no Saramém, em Brejo Grande/SE.

Impacto socioambiental	Vulnerabilidade Socioambiental
Desbaste das espécies vegetais do manguezal	Redução de crustáceos e mariscos
Contaminação das águas do Rio São Francisco e do mar, além das áreas de manguezal pelo lançamento indiscriminado dos resíduos produzidos pela criação de camarão	Mortandade em grande escala das espécies de pescado, mariscos e crustáceos, interrompendo o modo de vida das marisqueiras
Captura de espécies de marisco com a utilização de redinha	Interferência na reprodução de mariscos mediante captura das espécies fêmeas
Ausência de seguro defeso para as marisqueiras	Migração de atividade extrativista
Ausência de legislação que reconheça as marisqueiras	Reconhecimento delas próprias como pescadoras

Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

O manguezal é um ecossistema comumente encontrado nas áreas litorâneas, devido aos encontros das águas dos rios com a do mar, em que tal mistura proporciona o caráter de água salobra. Na visão dos autores anteriormente citados, as comunidades pesqueiras tem seu modo de sobrevivência e reprodução cada vez mais limitado, uma vez que as atividades antrópicas tem avançado sobre esse ecossistema de modo acelerado quanto aos usos do solo. Consequentemente, os pescadores artesanais são expostos a problemática econômica advinda das atividades implantadas principalmente pelos carcinicultores.

Considerando o panorama de impactos socioambientais originados das atividades praticadas pelos detentores de poder político e econômico no povoado Saramém, este espaço tem sofrido com o desmatamento do ecossistema manguezal em detrimento ao avanço da implantação de viveiros de camarão.

Quanto mais este cenário ganha força no território quilombola, mais os recursos naturais são reduzidos (crustáceos e mariscos), deixando as famílias quilombolas em condições econômicas desfavoráveis por esta atividade ser vista como a principal fonte de renda para estes sujeitos sociais, tendo em vista que a carcinicultura acarreta impactos socioambientais a partir do momento que é implantada (início), uma vez que sobrepõe as áreas utilizadas para as práticas extrativistas e mais adiante com o despejo de resíduos gerados (final).

Segundo Silva Júnior, Nicácio e Rodrigues (2020), a instalação dos viveiros de camarão tem início quando as áreas de manguezal são suprimidas, causando à erosão dos solos, acarretando no assoreamento dos cursos fluviais e de maré que estabelecem conexão com os manguezais. Ademais, outro impacto socioambiental está relacionado com a navegabilidade dos leitos fluviais utilizados pelas comunidades ribeirinhas quanto à sua subsistência.

A instalação dos viveiros de camarão depende da emissão de licenças emitidas pelo órgão ambiental ADEMA, em que avalia as condições da área para posteriormente aplicar a emissão das licenças necessárias para a liberação do empreendimento, desde que esteja, dentro do que é apontado na norma (Silva *et al.*, 2023). A Lei Estadual nº 8.327, de 4 de dezembro de dezembro complementa que as licenças necessárias para este tipo de atividade são: Licença Prévia (LP), Licença de Implantação (LI) e Licença de Operação (LO), as quais se diferenciam quanto ao intervalo temporal de aplicação em anos, sendo um, dois e cinco, respectivamente.

A principal atividade de caráter não extrativista que mais se destaca no Saramém é, sem dúvidas, a carcinicultura com o cultivo do camarão em cativeiro. Segundo Lima, Silva e Carvalho (2019), a ascensão desta atividade está atrelada a reformulação da Lei nº 12.651/2012 do Novo Código Florestal, que respeita e institui as práticas de caráter conservacionista e exploratória de florestas nos biomas encontrados no Brasil e desconsidera de forma explícita os apicuns e salgados.

Os autores mencionados anteriormente ainda pontuam que a carcinicultura, além de contribuir para alterar a dinâmica e equilíbrio ambiental interfere no modo de vida das comunidades locais que tem a continuidade de reprodução social e econômica ameaçada, podendo deixar o local de origem para desenvolver suas práticas extrativistas em outra área que não ofereça este tipo de ameaça. Neste sentido, o P58 coloca que:

“Teve um tempo que os donos de viveiros estavam prejudicando nós pescadores porque estavam jogando uma água contaminada no rio. Mas depois que eles foram denunciados nunca mais jogaram essa água suja no rio”. Entrevista concedida em: 22/03/2022.

Nas análises de Lima, Silva e Carvalho (2019) as consequências advindas da carcinicultura são as mais severas e reflete diretamente na dinâmica das atividades extrativistas realizadas pelas comunidades locais. Se, por um lado, a comercialização do camarão ajuda no aquecimento da economia, por outro, desfavorece a condição mínima de sobrevivência das famílias marisqueiras que necessitam usufruir dos recursos naturais para permanência no espaço. Ademais, um outro fator a ser mencionado é a perda de patrimônio cultural, já que há relação direta dos saberes tradicionais com os elementos naturais (manguezais) que contempla a paisagem no recorte espacial.

A problemática socioambiental na mariscagem reside na forma de obtenção dos crustáceos pelas marisqueiras. Em observações e diálogos durante as entrevistas, foi identificado que as marisqueiras coletam os mariscos utilizando a “redinha” como principal instrumento de coleta. O impacto socioambiental advindo deste tipo de técnica é a captura das

espécies macho e fêmea. Neste sentido, à medida que as fêmeas são capturadas há uma redução no quantitativo de indivíduos, pois o processo de reprodução das fêmeas é interrompido.

Não há como selecionar se é macho ou fêmea que vai ser capturada. A redinha é inserida na abertura do buraco e quando a espécie se desloca de dentro da abertura para fora fica presa na redinha. Dificilmente o marisco consegue sair e retornar ao buraco. Tal ocorrência sinaliza para um enfraquecimento na continuidade do modo de sustento das marisqueiras, culminando negativamente no quadro econômico da atividade em questão e minimizando a conservação da biodiversidade, quando há ocorrências em que as fêmeas não são devolvidas ao seu habitat.

Os pescadores artesanais que vão ao manguezal no período da piracema também são detentores de saberes tradicionais inerentes a diferenciação das espécies fêmeas e machos de mariscos. O reconhecimento das espécies fêmeas e machos é feito levando-se em consideração o rastro, tamanho do buraco e formato das fezes. As espécies de caranguejo uça são identificadas pelo rastro. Assim, o macho é reconhecido pelo risco em formato de traço, enquanto a fêmea por pontos separados.

Já o guaiamum é pelas fezes. No caso do macho, as fezes apresentam formato comprido e, no caso, da fêmea esse formato das fezes é arredondado. No tocante a dimensão do buraco, o da fêmea é pequeno e o do macho grande. Um fato observado foi que os atravessadores como forma de assegurar a continuidade de compra, prioriza a negociação somente das espécies, excluindo as fêmeas de comercialização como forma de conservar as espécies reprodutoras e garantir a existência do seu modo de vida e comercialização.

Embora à cata do marisco seja uma atividade presente nas áreas de manguezal e exercida principalmente por mulheres, não é de reconhecimento por nenhuma legislação vigente que institua as marisqueiras enquanto profissão assim como acontece na pesca artesanal. A falta de um documento legal que as reconheça no exercício da mariscagem contribui definitivamente para o ingresso na pesca artesanal.

Ademais, as marisqueiras são destituídas do benefício do seguro defeso e não apresentam espaços para a realização de reuniões e apontar suas reivindicações. Estes fatores somados a ausência de uma legislação que atenda os interesses destes sujeitos sociais impulsionam na perda da identidade do sujeito social em ser marisqueira e se intitulem como pescadoras devidamente registradas na colônia como forma de terem acesso aos benefícios oferecidos àqueles(as) que se dedicam a atividade pesqueira.

Segundo Pinho e Rangel (2022), as marisqueiras são destituídas de reconhecimento apesar de desenvolverem papéis relevantes na cadeia produtiva da pesca artesanal. Este não reconhecimento ascende ainda mais às questões de gênero nas atividades extrativistas, ao passo

que suas funções são desprestigiadas, caracterizando uma situação de vulnerabilidade socioambiental, mais efetivamente no modo como se relacionam na ótica do mundo do trabalho e que o Estado desenvolva políticas públicas para assegurar os direitos sociais, em face ao que é estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

É importante que as legislações em vigor ou as que estão por vir garantam os direitos igualitários quanto ao gênero e os benefícios para as comunidades quilombolas que sobrevivem do extrativismo independentemente de qual seja a atividade desenvolvida, tornando-se justo e não privilegiando um determinado grupo específico, uma vez que todos fazem parte da luta como forma de resistir mediante os saberes tradicionais, a identidade e a cultura.

SEÇÃO 4

***Indicadores de Sustentabilidade e as
Comunidades Quilombolas de Brejo Grande/SE***

Nesta última seção, houve a apresentação e discussão dos indicadores de sustentabilidade do estudo, os quais foram possíveis serem classificados como de pressão, estado e resposta.

4.1 Indicadores de Pressão

Os indicadores de pressão são representados pelas atividades exercidas no meio ambiente para atingir uma determinada finalidade específica dos seres humanos que as desenvolvem. A emergência da ação humana direta e/ou indireta na natureza tem contribuído para estudos voltados as Ciências Ambientais, uma vez que esta ação reflete negativamente sobre o meio ambiente, mediante os impactos socioambientais.

Há autores, por exemplo, que ao desenvolverem seus estudos, definem os indicadores de sustentabilidade e adotam o modelo P-E-R como forma de melhor avaliar o diagnóstico local de um determinado fenômeno no espaço, e formular ações e/ou políticas públicas que venham a contribuir significativamente para a sustentabilidade das localidades pesquisadas.

Nesse viés de pensamento, Macedo e Torres (2018) destacam que os indicadores de pressão anunciam o uso inadequado de apropriação dos recursos naturais, culminando na insustentabilidade. Nas comunidades pesquisadas em Brejo Grande, os indicadores de pressão são os seguintes: saneamento básico, coleta de resíduos sólidos, infraestrutura e distribuição de renda.

• Saneamento básico e Coleta de resíduos sólidos

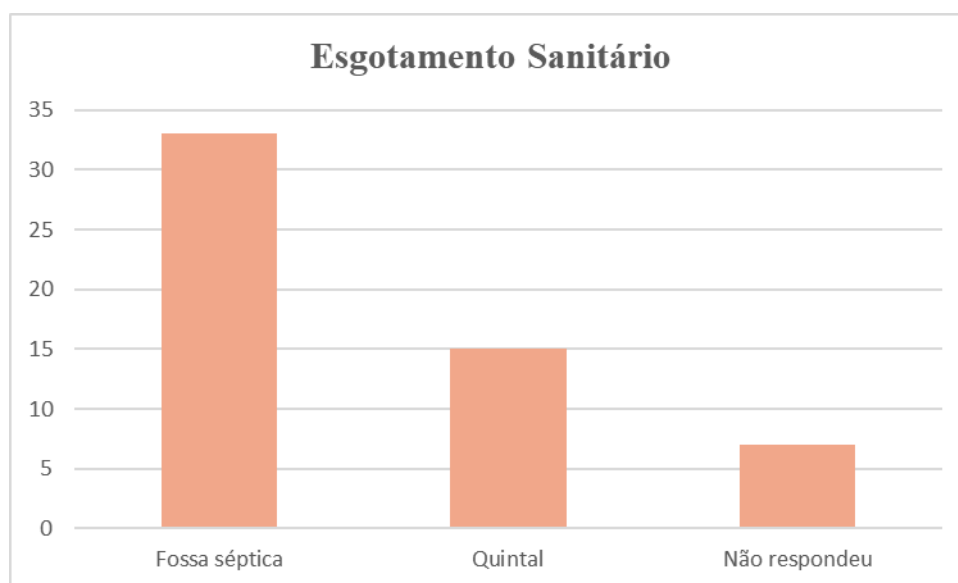
Em relação ao indicador saneamento básico, identificou-se que a situação é parcialmente crítica, apresentando resultados diferentes quando comparado com a destinação correta dos resíduos sólidos. O município de Brejo Grande não dispõe de aterro sanitário e estação de tratamento de esgoto. A promulgação da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, representou um marco significativo acerca do saneamento básico no Brasil e expõe a necessidade de promover a erradicação da falta de saneamento básico nos mais diferentes municípios brasileiros, porém o município supracitado não cumpre a lei.

Aproximadamente, a nível de Brasil, há esgotamento sanitário em 4.774 municípios. Desse quantitativo, a região Nordeste ocupa a quarta posição com 76,4% (1317) de municípios que possuem esgotamento sanitário (SNIS, 2022). Nas duas comunidades pesquisadas, o esgotamento sanitário das residências dos moradores recebe dois destinos: fossas sépticas e nos quintais.

Em estudo desenvolvido por Boing, Trevizan e Morales (2021) na comunidade ribeirinha da Lagoa Encantada em Vila de Areias, Ilhéus/BA, quando foi analisado o indicador saneamento básico, os dados revelaram uma realidade favorável, pois cerca de 77,4% do esgotamento sanitário das residências dessa área estudada é lançado em fossas negras, seguido de residências que não possuem banheiro (17,4%) e ainda há casos em que os dejetos são despejados em corpos d'água (5,2%). Por mais que este último percentual seja baixo, coloca em risco os espaços naturais, já que é comum a prática de extração dos recursos naturais pelas comunidades ribeirinhas como fonte de renda mediante a prática da pesca artesanal.

Na Resina e no Saramém, de acordo com as informações mencionadas pelos entrevistados, a questão do esgotamento sanitário comporta-se mediante os dados apresentados na Figura 32.

Figura 32 – Formas de esgotamento sanitário nas comunidades estudadas.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

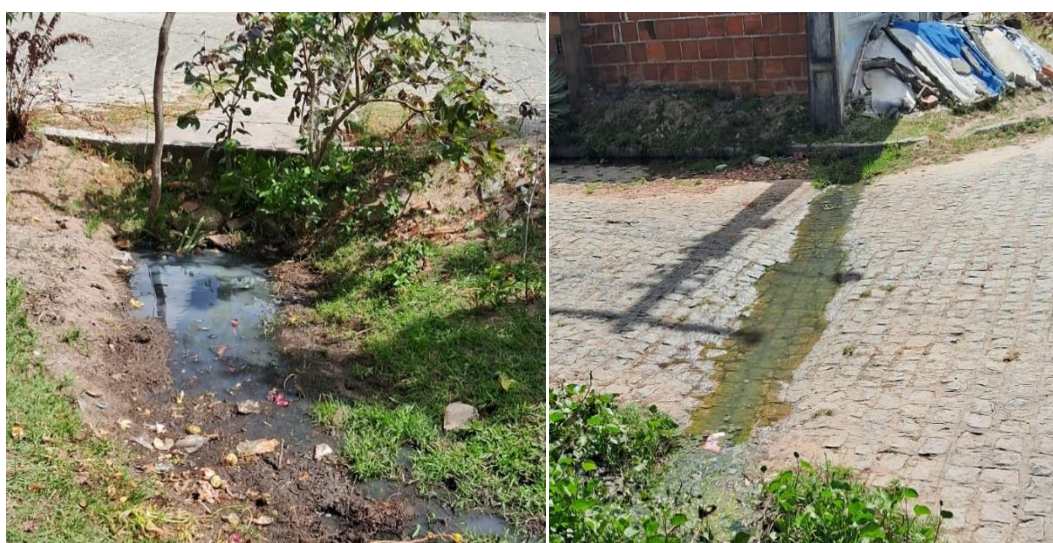
Os resultados mostram que 60% dos entrevistados possuem fossas sépticas, sendo que os dejetos líquidos produzidos pelos moradores em suas residências são lançados diretamente para esses locais. As residências que são destituídas de fossas sépticas (27%), lançam seus dejetos líquidos nos quintais, contaminando o ambiente.

Em paralelo com essa discussão apontada anteriormente, Cota *et al.* (2019) denota que a falta de saneamento básico é tida como um indicador de pressão, uma vez que é um problema não somente para o meio ambiente como também à população. Dessa forma, as comunidades possuem em suas residências a presença de fossas negras. A grande preocupação reside no fato de estarem localizadas próximas aos poços utilizados para armazenamento de água para o

consumo humano, podendo ocorrer a contaminação do lençol freático e a proliferação de doenças de ordem hídrica caso haja ingestão de água contaminada.

De acordo com as visitas *in loco* no recorte espacial e relatos dos entrevistados, depois das fossas sépticas não se sabe para onde os dejetos são direcionados. Embora algumas residências estejam inseridas nessa realidade, outras não possuem e os dejetos líquidos resultantes das atividades diárias são lançados diretamente nas áreas de restinga ou nos quintais, respectivamente (Figuras 33 e 34).

Figura 33 – Ausência de saneamento básico no Saramém, em Brejo Grande/SE



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Figura 34 – Lançamento de dejetos líquidos de residência em quintal na Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

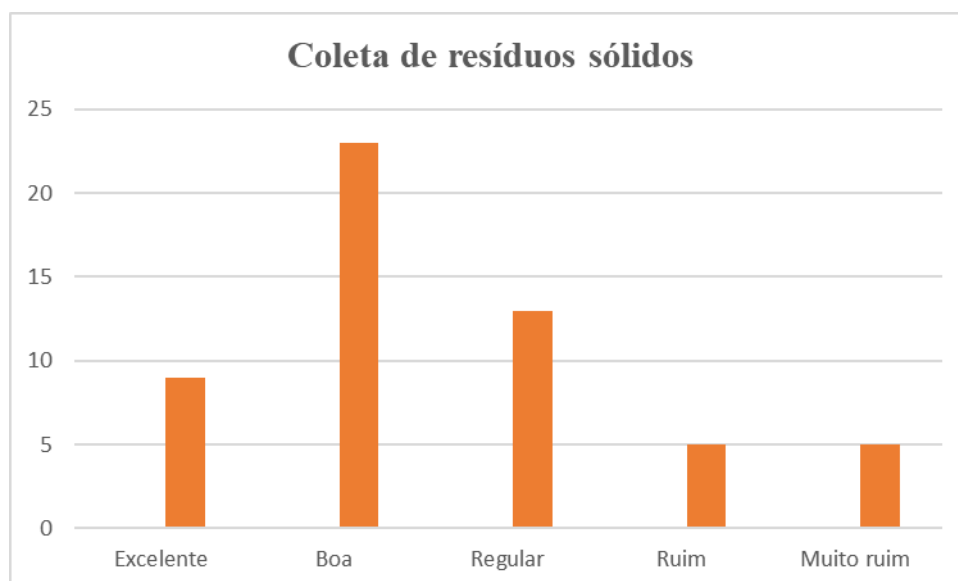
Outro indicador analisado foi a coleta de resíduos sólidos. Para Cota *et al.* (2019) ao estudar a comunidade de Rolim de Moura do Guaporé/RO, menciona que a geração de resíduos sólidos constitui em um problema global, refletindo também na escala local e está associado ao padrão de consumo das pessoas. Isto significa dizer que quanto maior for o grau de consumo das pessoas, maior é a geração de resíduos sólidos, podendo ser descartados de forma correta ou não.

Segundo os entrevistados, a coleta de resíduos sólidos é realizada em três dias da semana (segunda, quarta e sexta-feira) pela Prefeitura Municipal de Brejo Grande, depois encaminhados para o aterro sanitário em Rosário do Catete, responsável em receber os resíduos sólidos de todos os municípios do Baixo São Francisco.

Dessa forma, quando questionados sobre o sistema de coleta de resíduos sólidos no município de Brejo Grande, constatou-se o grau de satisfação, sendo que 41,81% dos entrevistados, que residem com suas famílias nas comunidades pesquisadas, afirmam que a coleta de resíduos sólidos é boa (Figura 35). Quanto aos atributos Ruim (9,09%) e Muito Ruim (9,09%), pode estar associado as práticas de queima e/ou descarte na própria comunidade que alguns moradores optam por essas duas formas.

Para Souza e Montysuma (2019), no que tange à destinação dos resíduos sólidos, a maior parte dos moradores da comunidade não se preocupa ou não tem conhecimento dos possíveis problemas que os resíduos sólidos podem ocasionar à saúde humana. Quando esse tipo de situação acontece, os moradores da localidade ficam expostos a adquirirem doença.

Figura 35 – Indicadores de coleta de resíduos sólidos.

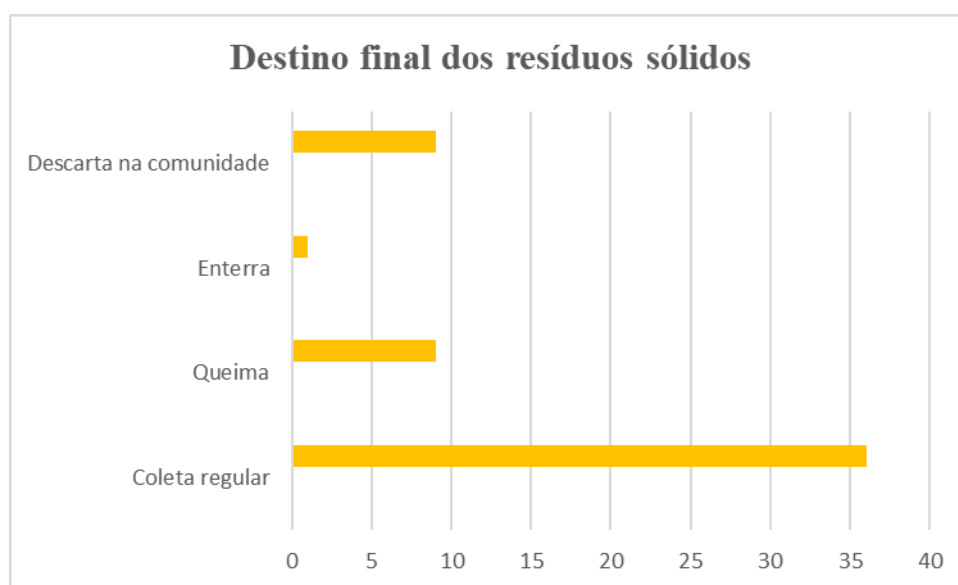


Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

As coletas de resíduos sólidos variam de um local para outro. Nesse sentido, na comunidade de Vila de Areias, em Ilhéus/BA, a coleta de resíduos sólidos é bastante irregular e insuficiente, pois só há coleta duas vezes no mês (Boing; Trevizan; Morales, 2021). Essa situação é crítica porque a população pode aderir a outras formas inadequadas de destino final (queimada, descarte nos cursos d'água) ou até mesmo depositarem em determinado ponto da comunidade, contaminando o solo.

Nas comunidades pesquisadas, os entrevistados informaram que o destino final dos resíduos sólidos ocorre de quatro formas diferentes: coleta regular pela prefeitura, aterrando, queimando e descartando em qualquer ponto na comunidade. De todas essas formas mencionadas pelos sujeitos sociais, predominou a coleta regular com 65,45% (Figura 36).

Figura 36 – Formas de destinação final dos resíduos sólidos nas comunidades pesquisadas.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Cota *et al.* (2021) chamam atenção pelo fato de nos períodos em que a pesca está em ascensão, acaba atraindo turistas e os visitantes descartam embalagens de produtos consumidos no ambiente. Essa situação tende a se agravar à medida que não há uma destinação consciente dos resíduos sólidos no espaço. Quando o descarte irregular de resíduos sólidos é constante, vai gerando um acúmulo e tende a formar um lixão a céu aberto como foi evidenciado na Resina (Figura 37).

Embora haja coleta regular de resíduos, a população local descarta em locais próximos as vias de acesso que delimitam uma comunidade da outra. Para o Secretário de Agricultura de Brejo Grande, o descarte de resíduos sólidos é algo cultural dos moradores das comunidades,

pois é rotineiro presenciar acúmulo destes resíduos em diferentes pontos da comunidade, principalmente na nova entrada para a Resina. A destinação incorreta dos resíduos sólidos contribui para a poluição dos recursos naturais como também acarreta impacto visual negativo ao não atrair turistas e fomentar a economia local.

Figura 37 – Descarte irregular de resíduos sólidos na Resina, em Brejo Grande/SE.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Em entrevista concedida pelo presidente do Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco (CONBASF), ele destacou o fim dos lixões a céu aberto nesse território, porém em municípios do Alto Sertão Sergipano ainda é possível visualizar a existência desses espaços que ainda se encontram atrasados a questão mencionada.

Outra situação identificada nas comunidades pesquisadas foi a queima de resíduos sólidos. Segundo moradores da comunidade, este tipo de prática é realizado nos quintais das residências e é intensificada quando não há coleta em algum dos dias da semana, definidos pela Prefeitura, ou ainda diante da ausência do carro coletor nos dias divulgados a população, uma vez que gera mal cheiro pelo chorume, podendo atrair vetores de doença.

• Infraestrutura

Outro indicador estudado foi a infraestrutura. Para Boeing, Trevizan e Morales (2021), ao analisar esse indicador diagnosticou que a comunidade de estudo possuía uma unidade básica de ensino, com aulas voltadas para o ensino fundamental menor, uma unidade básica de saúde, que se encontra desativada, duas igrejas (Católica e Evangélica), Associação de Moradores, campo de futebol, energia elétrica, abastecimento de água, acesso rodoviário e hidroviário, transporte público durante quatro vezes na semana e coleta de resíduos, duas vezes por mês.

Diante do que foi apresentado pelos autores acima, as duas comunidades pesquisadas apresentam diferenças entre si, visto que uma apresentou em relação a outra ritmo de desenvolvimento diferenciado. Nesse sentido, em termos de infraestrutura, o Saramém é mais desenvolvido que a Resina.

No Saramém, apesar da falta de saneamento básico, todas as ruas do povoado possuem pavimentação a paralelepípedo, diferentemente da Resina, que recebeu pavimentação apenas de um trecho que dá acesso as residências “novas” ao centro da comunidade. Os serviços estão concentrados no Saramém, deixando os moradores da Resina na dependência de alguns desses serviços disponíveis. Igreja, escola e posto de saúde são as principais repartições identificadas e que oferecem serviços à população e moradores do entorno, além de um campo de futebol utilizado para as práticas esportivas.

As duas escolas existentes no povoado Saramém pertencem ao município de Brejo Grande. Vale ressaltar que uma delas era da rede estadual, porém foi cedida para o município, as quais são ofertadas turmas do ensino fundamental e ensino integral para as crianças. O quadro de profissionais de saúde existentes nesta localidade é composto por um dentista, que atende três dias na semana, um médico, que atende um dia na semana, uma fisioterapeuta e enfermeira.

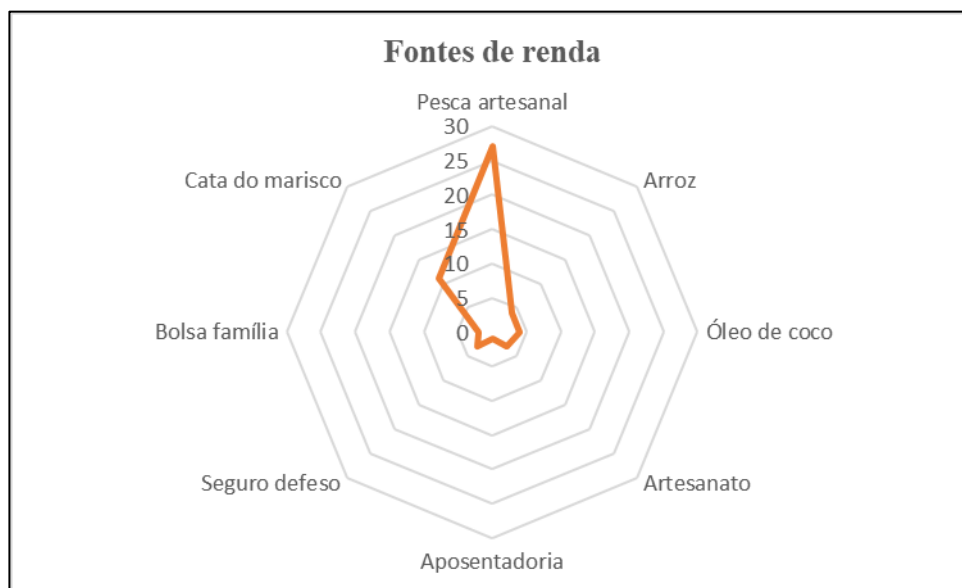
• Distribuição de renda

Na sociedade, várias são as formas de renda, conforme as atividades econômicas que as pessoas desenvolvem e variam de um local para outro. Algumas são desenvolvidas com mais frequência que outras em função das condições que o local oferece. Nas áreas litorâneas, por exemplo, possuem potencialidades naturais que favorecem a pesca artesanal pela disponibilidade de recursos hídricos.

Partindo dessa premissa, Costa *et al.* (2023) destacam que é imprescindível entender como ocorre as fontes de renda dos sujeitos sociais, já que estas tendem a garantir a qualidade de vida daqueles que integram a comunidade. Na comunidade estudada pelos autores, do entorno do Lago do Rei, a prática da pesca constitui a principal atividade econômica dos residentes desta localidade. Além da pesca, a pecuária, agricultura e os benefícios do seguro defeso, bolsa família, auxílio doença e aposentadoria compõem a renda da comunidade.

No tocante ao indicador distribuição de renda, considerou-se as principais fontes de renda informadas pelos entrevistados estão representadas na Figura 38.

Figura 38 – Principais fontes de renda nas comunidades estudadas.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

De acordo com os resultados apresentados, as fontes de renda do recorte espacial são diversificadas e contribuem significativamente para as receitas do município. Observa-se que 49% dos entrevistados afirmaram ter a pesca artesanal como uma das principais fonte de renda, seguido da cata de marisco com 21%. Os dados revelam a predominância das atividades extrativistas pelos sujeitos sociais. O percentual da pesca apresentado aqui se assemelha com a realidade dos entrevistados (48,71%) da comunidade Passarinho do Delta do Parnaíba no Maranhão, ao afirmar que a atividade pesqueira é predominante em pesquisa desenvolvida por Meireles *et al.* (2017).

Nos estudos realizados pelos autores mencionados anteriormente, a pesca é a única alternativa em termos de atividade econômica, realizada pelos pescadores artesanais, pela ausência de outras oportunidades de trabalho e pela dificuldade de acesso, já que os moradores da comunidade Passarinho residem em uma ilha.

Em relação ao quadro de atividades que contribuem para a renda dos entrevistados, o arroz aparece somente com 7%. A Resina já se destacou com a produção de arroz em épocas anteriores, quando havia o predomínio da água doce nas áreas das lagoas. A fabricação do óleo de coco aparece com 7% pelos entrevistados e caracteriza-se por ser uma atividade recente assim como o artesanato que corresponde a 5%.

Os benefícios sociais que foram mencionados pelos entrevistados estão voltados as atividades cadastradas que exercem como o seguro defeso (5%) e aposentadoria (2%), exceto o Bolsa Família (4%). Esses benefícios foram menos citados porque, no caso, do seguro defeso nem todos os pescadores artesanais são contemplados em função de não apresentarem toda a

documentação exigida e alguns pescadores das duas comunidades se encontram na condição de aposentados pelo tempo de atividade enquanto pescador, o qual é desintegrado da colônia de pescadores.

O Bolsa Família, programa criado em 2003 pelo governo federal, consiste em promover a renda dos entrevistados, cuja objetivo é assegurar as famílias que se encontram em estado de vulnerabilidade social. A aposentadoria assim como o seguro defeso foram os benefícios sociais menos citados, ambos com 2%, mas não deixa de ajudar na complementação da renda dos que atingiram a idade e se afastaram da pesca como profissionais (Costa *et al.*, 2023).

Na Resina e no Saramém, o seguro defeso auxilia os pescadores artesanais no momento da piracema. Os pescadores, mesmo na condição de aposentados, ainda vão pescar, mas não são vinculados a colônia, vão por conta própria, todavia não deixa de ser um complemento de renda e esse complemento também se estende ao bolsa família.

Para Guedes, Barros e Sousa (2023), as fontes de renda que caracterizam os ribeirinhos do município de Cametá são pesca/agricultura, emprego formal, aposentadoria, seguro defeso e bolsa família. Assim como em outros estudos, a pesca é a atividade mais praticada pelos moradores do município com 41,93%. Porém, 22,6% dos entrevistados relataram ser aposentados, o que não foi evidenciado esse quantitativo em outras pesquisas.

- Dias de pesca, comercialização do pescado, sazonalidade, disponibilidade de peixe ou marisco, presença de atravessador

O conjunto desses indicadores apresentam relações um com os outros. Os dias de pesca são estabelecidos pelos próprios pescadores artesanais, assim como os horários de ida. Nesse contexto, os dias de pesca variam de um pescador para outro. Segundo os pescadores das duas comunidades, há variação nos dias, turno do dia e horários de pesca, inclusive nos finais de semana e feriados. Para ir à pesca, os pescadores avaliam as condições do tempo mais favoráveis, cuja influência é resultante dos saberes tradicionais e, consequentemente, na sazonalidade, já que as espécies de peixes obtidas se diferenciam quanto a época do ano.

Para Pinto Filho, Nobre e Mariano Neto (2020), os resultados demonstraram que a frequência dos pescadores na lagoa do Apodi/RN apresenta variações, desde dias à semana. No estudo em questão, 44,20% dos entrevistados vão a lagoa de 3 a 4 dias, seguido dos que se deslocam todos os dias, correspondendo a 23,10%. Os dados permitem inferir a dependência dos recursos pesqueiros para subsistência dos que utilizam os corpos hídricos.

Em estudo efetuado por Meireles *et al.* (2017), foi identificado pelos entrevistados que a maioria prefere realizar a pesca no turno da noite com 20,51%. Mas, por outro lado, 28,20% afirmaram que a saída para a pesca depende das condições de maré. A condição da maré está relacionada com a lua cheia e é nessa fase da lua que ocorre a maré alta, trazendo uma grande quantidade de pescado. Geralmente, diante dessa condição, é que os pescadores artesanais capturam um grande quantitativo e diversidade de espécies de peixes.

A maioria dos pescadores artesanais da Resina e do Saramém se deslocam para a prática da pesca, observando a tábua da maré. Assim, é durante a fase de lua cheia que os sujeitos sociais intensificam as idas para obtenção do pescado, condição similar ao estudo feito por Meireles *et al.* (2017). A preferência do turno da pesca é um aspecto subjetivo de cada pescador, pois suas rotinas diárias são marcadas por afazeres diferentes.

Os autores acima acrescentam ainda que a ocorrência de ventos fortes é um fator negativo para a pesca. Assim, durante momentos de ventos fortes inviabilizam a ida do pescador, principalmente aqueles que pescam em alto mar em função do agitação da água em forma de ondas. As condições atmosféricas contribuem para que alguns decidam ir em grupo, a fim de que haja segurança, caso aconteça alguma eventualidade.

A sazonalidade também influencia na quantidade de pescado, pois a obtenção das espécies de peixes varia conforme a época do ano. Nessa perspectiva, para cada tipo de espécie de peixe, há uma época do ano em que é obtida. Os pescadores artesanais relataram que, devido as mudanças climáticas, algumas espécies de água doce que até então não estavam sendo capturadas, voltaram a ser identificadas, como foi o caso da pilombeta.

Segundo Serrão *et al.* (2022), a pesca realizada pelos pescadores artesanais em Lagos do Baixo Amazonas obedece a sazonalidade do rio, a qual é condicionada a dinâmica do curso fluvial, sendo que a maior quantidade de pescado, período de safra, é obtida nas épocas de vazante e verão de julho a novembro, respectivamente.

No caso da cata do marisco nas áreas de manguezal, as menores ocorrências de captura de mariscos são justificadas pelas marisqueiras nos períodos de maré alta, tendo em vista que os buracos feitos pelo caranguejo ficam totalmente submersos pela água. Nos momentos em que o nível da água da maré vai baixando, é que há êxito na captura de um maior número de mariscos com o auxílio da redinha.

Na Resina e no Saramém, a pesca é realizada de maneira individual ou em grupo. De acordo com os entrevistados, os grupos são formados por pescadores das comunidades ou com membros da família. Normalmente, a pesca em grupo é justificada pela ausência de algum pescador não possuir apetrecho essencial para a atividade. Nesse sentido, o barco foi

considerado o apetrecho que nem todos os sujeitos sociais detém. Há um acordo firmado entre todos que participam da atividade pesqueira, cuja parte da produção obtida vai para o dono do barco e a outra parte é dividida entre os seus pares.

Nas discussões construídas por Silva e Miller (2019), foi apontado que em Patané e Camocim do município de Arez, no Rio Grande do Norte os pescadores preferem praticar a pesca de forma individual com 63% e 47%, respectivamente nas duas comunidades. O registro desses dados, permite concluir a independência do pescador local, já que possui apetrechos próprios, não precisando mais partilhar o pescado e ficando com todo o lucro obtido.

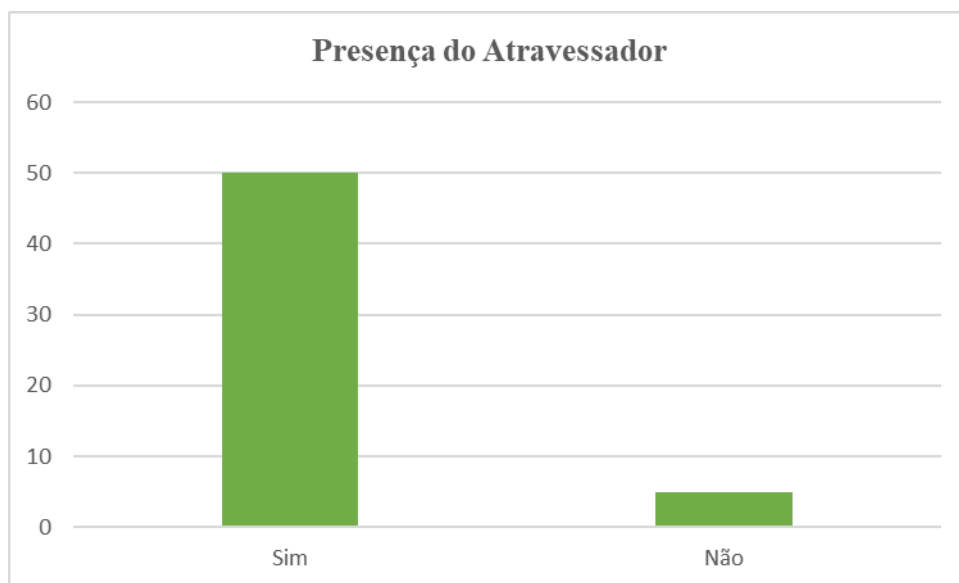
Quanto à comercialização do pescado, é feita nas comunidades aos consumidores e atravessadores ou marchantes. Registrou-se que em Patané, 73% dos pescadores negociam o peixe no âmbito da própria comunidade e em 27% ocorre a transação com os atravessadores. Em Camocim, segue a mesma linha de comercialização, ou seja, 68% repassam para a comunidade e 32% para os atravessadores.

Diante do exposto, os pescadores artesanais, além de valorizar todos os esforços que a pesca exige, acabam sendo protagonistas das relações de comercialização direto com os consumidores, colocando o preço do pescado e sendo beneficiados com todo o valor arrecadado. Em grande parte dos estudos analisados, há uma predominância em que a figura dos atravessadores se perpetua na cadeia de comercialização do pescado. Alguns estudos mostram a ausência dos atravessadores nas relações de comercialização do pescado como é o caso dos pescadores da Lagoa do Apodi, no Rio Grande do Norte.

Nas comunidades pesqueiras pesquisadas, a maior parte do pescado é entregue aos atravessadores e uma pequena quantidade é destinada para o consumo familiar (Figura 39).

As relações comerciais são conduzidas mediante acordo entre os pescadores artesanais e os(as) atravessadores(as). Os preços, na maior parte das situações, são determinados pelo(a) atravessador(a). Os pontos de comercialização ocorrem no interior da comunidade. Constatou-se que os pescadores, à medida que retornam da pesca, entregam a maior parte da produção na casa do atravessador ou o atravessador os recebe no porto.

Figura 39 – Entrega da produção ao atravessador nas comunidades pesquisadas.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

As justificativas apresentadas pelos pescadores artesanais para entregar grande parte da produção aos atravessadores, assentam-se no cansaço que os sujeitos sociais apresentam quando retornam da pesca e a falta de pessoas interessadas em adquirir o produto. Ademais, não há em suas residências locais para armazenar e conservar o pescado.

O número de atravessadores varia de uma localidade para outra. Segundo Silva e Miller (2019), a disponibilidade de recursos naturais pode ser um fator para atrair novos compradores de pescado e promover o dinamismo da concorrência, fazendo com que os pescadores tenham a alternativa de vender sua produção aquele que oferecer maior preço.

4.2 Indicadores de Estado

Os indicadores de estado resultam dos indicadores de pressão, tendo em vista que os efeitos das atividades humanas provocam mudanças, principalmente no que tange a qualidade e limitação dos recursos naturais mediante os impactos socioambientais decorrentes das interferências dos seres humanos no espaço, nas áreas dotadas de potencialidades.

Para fins desse estudo, os indicadores de estado foram representados pelo descarte de efluentes domésticos no rio, desbaste de manguezal, uso inadequado do tamanho da malha da rede de pescar, uso da redinha e lançamento dos dejetos da carcinicultura no rio e/ou no mar.

- Descarte de efluentes domésticos no rio

Esse indicador é identificado em várias comunidades, principalmente naquelas em que não há saneamento básico ou que possui, mas de forma precária. Essa realidade é comum em várias localidades brasileiras. Nas comunidades estudadas, foi identificado durante as visitas *in loco* e menções dos entrevistados que há residências sem rede esgoto e os efluentes domésticos são despejados diretamente nos quintais.

Porém, não foi identificada durante as idas a campo, residências com o despejo de efluentes domésticos voltados direta ou indiretamente para o Rio São Francisco. A presença parcial de rede de esgoto é um problema que as comunidades quilombolas enfrentam em Brejo Grande.

Quando os efluentes domésticos atingem o solo, acaba gerando contaminação dele e do lençol freático, à medida que há infiltração da água contaminada. Nas épocas de maior precipitação pluviométrica, a água da chuva transporta a água contaminada, alcançando o Rio São Francisco.

A água contaminada que atinge esse curso fluvial pode contribuir para a mortandade das espécies de pescado que aí são coletadas pelos pescadores artesanais, tendo em vista que as espécies de peixes têm seu tempo de vida afetado e também na qualidade do recurso natural, pois muitas pessoas podem utilizar a água do rio para diferentes finalidades, como por exemplo, para o consumo humano e contrair doenças por veiculação hídrica.

Oliveira (2020) aponta em seu estudo sobre o Rio Poxim, em Aracaju, que ocorre o lançamento de efluentes domésticos nesse curso fluvial, o que pode comprometer a saúde da população ribeirinha que utiliza para suas práticas extrativistas na cata do caranguejo, inviabilizando, dessa forma, o seu sustento. Uma observação se remete a obtenção do peixe, pois, diante desse cenário, é considerado um produto contaminado e que pode trazer malefícios à saúde humana, contribuindo para a insegurança de compradores locais (atravessadores).

Alguns estudos demonstram que a contaminação dos recursos hídricos por efluentes líquidos domésticos não é tão perceptível pelos moradores. Na comunidade da Lagoa do Apodi/RN, apenas 2,60% dos entrevistados relataram a presença de efluentes domésticos na comunidade (Pinto Filho; Nobre; Mariano Neto, 2020). Apesar de ser um quantitativo pequeno, contribui para a degradação ambiental, já que altera a qualidade da água e do solo.

Nas visões de Braga *et al.* (2023), diferentes convenções e acordos internacionais foram e são fundamentais para direcionar políticas públicas no que tange ao tratamento correto dos efluentes domésticos, com vistas a alcançar a sustentabilidade. É importante a apresentação desses documentos junto ao poder público municipal e a comunidade, como forma de orientar

a forma mais correta de destinação dos efluentes domésticos, principalmente para aqueles que não dispõem de rede de esgoto em suas residências.

- Desbaste de manguezal e lançamento dos dejetos da carcinicultura no rio e/ou no manguezal

As áreas litorâneas estão, cada vez mais, sendo utilizadas como forma estratégica para o desenvolvimento de determinadas atividades. Uma delas e que já há distintas discussões é a carcinicultura. Por ser uma atividade, assim como outras, que gera impactos socioambientais considerados alarmantes, tem despertado estudos, a fim de identificar a complexidade de relações que as comunidades ribeirinhas residentes nessas áreas vivenciam.

Os manguezais fazem parte das Áreas de Proteção Permanente (APPs). A Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, conceitua as Apps como áreas protegidas, colonizada ou não por cobertura vegetal nativa, com a função de conservar os recursos hídricos, as diversas paisagens, a estabilidade geológica e a biodiversidade, possibilitar o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo e propiciar o bem-estar das populações humanas. Mas nem sempre é observado o que está previsto em Lei, já que nas áreas que concentram APPs são desenvolvidas atividades que culminam em impactos socioambientais.

Segundo Silva, Santos e Loureiro (2021), os impactos socioambientais advindos da carcinicultura assentam-se no desmatamento dos mangues para implantação dos viveiros e mortandade das espécies de mariscos e crustáceos que compõem a fauna dos manguezais. A mortandade dessas espécies está relacionada com os resíduos produzidos pelo cultivo do camarão e lançados em ambientes inadequados, acentuando os processos de degradação ambiental.

Nos estudos desenvolvidos por Silva e Miller (2019), os entrevistados apontaram diferentes problemas socioambientais em decorrência da ação antrópica. Os problemas socioambientais identificados foram o desmatamento, proibição do acesso às áreas de pesca, poluição dos corpos hídricos, extração predatória dos mariscos e conflitos entre pescadores e empresas de passeios turísticos.

Os autores supracitados reforçam que o desmatamento é desencadeado para a construção de viveiros de camarão. Os donos de viveiros tendem a impedir o acesso as áreas detentoras de recursos naturais, já que os viveiros construídos estão situados na parte central do Litoral Sul Potiguar, entre as áreas que é praticada a pesca.

Apesar da atividade da carcinicultura seguir se expandindo em outras áreas, nas comunidades pesquisadas, sua existência é mais perceptível no Saramém. Levando-se em

consideração as informações mencionadas pelos(as) pescadores(as) e marisqueiras, não houve a construção de novos viveiros de camarão. Dessa forma, os manguezais não sofreram mais derrubada e, de certa forma, estão sendo “conservados”. Mesmo não havendo mais desmatamento por parte dos carcinicultores, ocorre a contaminação do manguezal, mediante lançamento de substâncias tóxicas presentes nas águas dos viveiros, quando eliminadas para o meio ambiente.

Segundo relatos de pescadores artesanais e marisqueiras, em épocas anteriores, era comum os donos de viveiros adicionar no manguezal determinado tipo de substância esbranquiçada como forma de “matar” as espécies vegetais do manguezal, ameaçando a fonte de renda, principalmente das marisqueiras que se destinam à cata de marisco. Somado a isso, os pescadores artesanais e as marisqueiras desmatam o manguezal, retirando a madeira para a fabricação da redinha.

Por sua vez, no estudo realizado por Fernandes *et al.* (2018), sobre os impactos da carcinicultura no manguezal do rio das Conchas, Porto do mangue, Rio Grande do Norte, os resultados demonstraram que não houve retirada de lenha pela população para nenhuma finalidade.

Os autores afirmam que a principal causa da ausência da vegetação de mangue está associada a construção de tanques destinados a criação de camarão, onde os canais de maré sofreram aterramentos, o que além de contribuir para a redução das áreas com esse tipo de vegetação, provoca também alterações nos processos hidrodinâmicos.

Além dos impactos socioambientais apresentados acima, Silva Júnior, Nicácio e Rodrigues (2020) acrescentam que a supressão da vegetação do manguezal deve ser levada em consideração quando se trata da carcinicultura, pois afeta praticamente toda a dinâmica do ecossistema.

- Uso inadequado do tamanho da malha da rede de pescar e uso da redinha para a captura do caranguejo

A rede de pescar e a redinha são instrumentos de coleta de recursos naturais, fundamentais nas atividades extrativistas da pesca artesanal e da cata do marisco. Embora sejam bastante utilizadas pelos pescadores, pescadoras e marisqueiras, nem sempre atendem as normas legais previstas na legislação, como é o caso da rede de pescar.

Os estudos têm demonstrado que há uma diversidade de rede de pescar. Geralmente cada tipo de rede de pescar tem um tipo específico de espécie a ser obtida. Com base nessa

explanação, a seguir é apresentada alguns tipos de rede de pescar identificadas por Serrão *et al.* (2022). Os autores apontaram a existência de 11 tipos de rede de pescar utilizadas pelos pescadores, das quais nove são redes fixas, uma é utilizada à deriva e a outra apresenta formato circular, conforme são descritas no Quadro 18.

Observando os tipos de rede de pescar apontadas no quadro, nas comunidades pesquisadas em Brejo Grande, a tarrafa foi o tipo de rede mais utilizado pelos pescadores artesanais. Segundo eles, esse tipo de rede é o mais usado pelas vantagens de capturar qualquer espécie de pescado em qualquer período do ano. Ademais, contribui para que o pescador não necessite possuir diferentes tipos de rede.

Quadro 18 – Tipos de rede de pescar e suas características.

Tipo de Rede	Características
Malhadeira fixa (rede de espera ou emalhar)	São caracterizadas por uma extensa rede tecida com linhas de nylon ou algodão no formato retangular. Ela pode ser adquirida em lojas ou feitas pelos pescadores. É considerada um tipo de rede proibida na época do seguro defeso
Rede malhadeira à deriva	Assemelha-se as primeiras características da rede de espera. São usadas à deriva no rio ou anexadas às embarcações como canoa a remo ou canoa com motor por uma de suas extremidades
Tarrafa	Possuem formato circular e podem ser usadas em quaisquer ambientes. É bastante útil, tendo em vista que é própria para capturar qualquer espécie de peixe independente do período do ano

Fonte: Serrão *et al.* (2022).

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2024.

É o próprio pescador que confecciona a rede, mediante a aquisição dos materiais necessários e reparos quando apresenta alguma danificação. O uso apenas da tarrafa é um fato que deve ter um olhar mais atento, tendo em vista que diante da frequência de uso tende a ficar em condições impróprias de utilização. Quando não servem mais, em alguns casos, os pescadores descartam dentro do próprio rio.

A legislação prevê que as redes de pescar devem ser confeccionadas com malhas que variam de 70 mm a 140mm (Brasil, 2017). Essa é uma forma dos pescadores artesanais ajudar na conservação dos recursos naturais, já que tendem a não capturar as espécies de tamanhos menores.

Alguns pescadores quando questionados, afirmaram que já utilizaram malha inferior (50 mm) para fazer a rede, discordando do que é estabelecido em Lei, por alegarem ser mais acessível em função de ser comercializada a baixo custo, causando impacto socioambiental.

Seguindo nessa mesma linha de pensamento, as marisqueiras fazem uso da redinha e de ratoeira para coleta de mariscos no manguezal.

O uso da redinha interfere negativamente na conservação dos mariscos, uma vez que nem sempre quando as fêmeas ficam presas na redinha são devolvidas ao seu hábitat natural. A distinção entre fêmeas e machos é feita pelas marisqueiras, considerando elementos do ambiente do manguezal e dos mariscos.

Segundo relatos das marisqueiras, as mesmas optam pela redinha em função de não atrapalhar a realização de outras atividades, já que residem próximo ao manguezal e é mais cômodo do que a pesca de braço, pois este tipo de pesca oferece riscos, como por exemplo, de cortar o braço, situação já evidenciada na comunidade.

No entanto, nem sempre a quantidade de marisco é resultado satisfatório para as marisqueiras. São distribuídas várias redinhas nas aberturas dos buracos feitas pelos caranguejos e, após esse procedimento, espera-se um determinado intervalo de tempo estabelecido pelas marisqueiras e saem recolhendo as redinhas. Notou-se que é desigual o grau de consciência dos sujeitos sociais, já que umas soltam e outras não as espécies fêmeas, contribuindo para o desequilíbrio da fauna que aí vivem, por isso é comum fiscalização pelo IBAMA para minimizar o uso de redinha.

4.3 Indicadores de Resposta

Os indicadores de respostas trazem à tona as mudanças provocadas pelos seres humanos e as estratégias políticas, que podem ser utilizadas pela sociedade de modo geral, como forma de minimizar os impactos socioambientais no espaço em que se encontram. De acordo com Macedo e Torres (2020), é possível anular esses impactos socioambientais negativos e, dessa forma, não afetar os distintos patamares formadores da sociedade. Os indicadores de resposta foram representados no estudo pelas associações e colônia de pescadores.

Um dos indicadores de resposta analisado foi a vinculação dos pescadores(as) artesanais e marisqueiras na associação e colônia. As associações e colônias são as principais entidades imprescindíveis para os sujeitos sociais. São nelas, de fato, que se identifica os(as) pescadores(as) artesanais que tem a pesca como profissão, mediante o cadastro realizado como forma de assegurar o reconhecimento e garantir direitos específicos a atividade pesqueira.

Para Silva *et al.* (2013), ao analisar o indicador vinculação de pescadores às associações e cooperativas na Floresta Nacional do Ibura, Nordeste do Brasil, verificou-se que as comunidades não participam de nenhum tipo de organização comunitária (associação ou

cooperativa) nem tampouco os pescadores ou algum membro de sua família recebeu algum tipo de capacitação ofertada pelos gestores locais e estaduais.

Freitas e Barros (2022) afirmam que geralmente as associações ou colônias, voltadas a pescadores artesanais, concentram um grande quantitativo de associados. Na maioria das vezes, o registro é feito mediante assinatura no livro de ata disponível na associação pela liderança que está à frente desse espaço. O registro oficial dos pescadores vinculados as organizações comunitárias garantem mais facilidade de acesso a programas sociais do governo.

Há associações no estado de Pernambuco que são beneficiadas com recursos do Banco Mundial como forma de melhorar a situação dos seus associados, tais como: colônia de pescadores do Rio Formoso Z7, colônia de pescadores Z8 do Cabo de Santo Agostinho, colônia de pescadores Z9 de São José da Coroa Grande, colônia de pescadores da cidade de Igarassu e colônia de pescadores Z17 de Tejucupapo. A distribuição dos recursos era feita com base na quantidade de pescadores nas associações e espécies de peixe coletadas anualmente. Nesse sentido, havia variação de recursos financeiros entre as associações. Por sua vez, os recursos destinados para cada associação são voltados para atender as necessidades dos pescadores na aquisição de apetrechos de pesca como forma de incentivar e valorizar o trabalho do pescador no mar para subsidiar à obtenção do peixe (Freitas; Barros, 2022).

Em Brejo Grande, segundo relatos dos pescadores artesanais, não houve beneficiamento de recursos oriundos do Banco Mundial. Na área de estudo, foram identificadas duas associações de pescadoras. A primeira delas e mais antiga denominada “Associação da Comunidade Tradicional dos Pescadores Artesanais da Resina” é composta por 47 famílias, incluindo pescadores e pescadoras artesanais e tem a frente um pescador como líder, com o predomínio de homens, e a segunda intitulada “Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Ribeirinhas dos povoados Saramém e da Resina”, com 166 mulheres que, além de exercerem a pesca artesanal, desenvolvem artesanato, crochê e produzem óleo de coco como forma de complementar sua renda da Resina e do Saramém.

As associações identificadas no recorte espacial caracterizam-se por não receberem repasses financeiros dos gestores municipais e estaduais. A única contribuição simbólica que é dada por cada pescador(a) integrante é destinada para atender suas necessidades básicas. Essas necessidades são representadas por viagens a Aracaju para consultas médicas ou para outras finalidades de serviços geralmente não encontradas em Brejo Grande.

Nas comunidades pesquisadas, o papel das associações é, mediante as reuniões estabelecidas com os pescadores artesanais, discutir as melhorias para os associados a partir das colocações feitas por cada um(a) associado(a). As reuniões ocorrem na própria sede da

associação, que fica localizada na parte central da Resina. Durante cada reunião, é registrada a presença dos(as) pescadores/as e marisqueiras mediante assinatura no livro, a fim de manter o controle dos que se fizeram presentes.

Em comparação com outros dados, há situações em que as marisqueiras representam o maior percentual entre as associadas, conforme apontam os estudos realizados por Freitas e Barros (2022) em Igarassu/PE, ao identificar que os sujeitos sociais em questão totalizam 1.222, ou seja, 60% de 1.870 cadastradas nas cinco associações analisadas.

Esse dado chama atenção pelo fato de que as mulheres se tornam protagonistas da atividade, deixando para trás o papel secundário desempenhado na pesca como ajudante do pescador, lhes conferindo autonomia e independência diante do quadro funcional nas atividades extrativistas que desenvolvem. Outra situação que merece destaque é a presença de mulheres como líder da associação. No entanto, poucos estudos sobre comunidades tradicionais ou quilombolas tem demonstrado a presença da mulher enquanto liderança. Embora a presença feminina venha ganhando espaço, ainda é necessário o reconhecimento, conforme aponta o estudo acerca das políticas públicas na colônia Z1 em Pernambuco por Monteiro e Leitão (2023).

Outra forma de organização dos pescadores(as) artesanais é mediante o cadastramento nas colônias. Para Monteiro e Leitão (2023), foram criadas no intuito de garantir a defesa e os interesses dos pescadores(as) em melhores condições de trabalho, assim como dando suporte às questões legais e burocráticas que são exigidas nos regimentos legais.

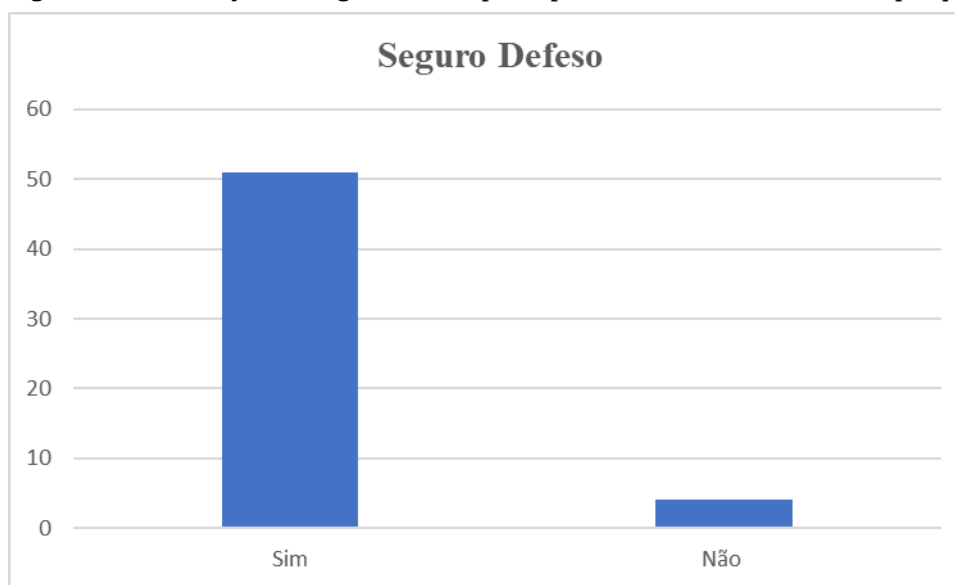
Na visão de Santos Júnior, Poletto e Batista (2022), as colônias vão mais além da organização dos pescadores artesanais. Elas constituem formas de representação da categoria que tendem a se agruparem a níveis estadual e nacional. É nas colônias que são realizados, de fato, todos os trâmites necessários para que os(as) pescadores(as) sejam reconhecidos como profissionais na atividade pesqueira.

Os autores mencionados acima acrescentam que, embora as colônias tenham representatividade para os cadastrados, apresentam dificuldades relacionadas a autogestão, as quais pode-se destacar: reposição de material, manutenção do prédio, contratação de pessoas, acondicionamento do pescado e inserção de tecnologias modernas e suas aplicabilidades no trabalho. Obviamente, que diante desses fatores, as colônias apresentam suas peculiaridades inerentes a sua realidade individual. Assim, pode ser que estejam inseridas a essa realidade ou que estejam inseridas em outra realidade. Tais dificuldades não forma mencionadas pelos pescadores artesanais.

É nas colônias que os(as) pescadores(as) são cadastrados mediante a apresentação da documentação necessária para obtenção do RGP. A aquisição desse registro é importante para

que os(as) pescadores(as) consigam ter acesso aos benefícios pelos governos estaduais e federais. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro contribuem significativamente para manutenção e continuidade da atividade pesqueira, visto que os recursos devem servir para a compra de apetrechos de pesca, mas também são utilizados para outras despesas. A principal política pública mencionada pelos entrevistados foi o seguro defeso (Figura 40).

Figura 40 – Utilização do seguro defeso pelos pescadores nas comunidades pesquisadas.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

De acordo com os entrevistados, 93% que recebem o seguro defeso priorizam-no para as questões ligadas à pesca artesanal. Em segundo plano, utilizam-no para outras despesas que a família necessite, enquanto apenas 7% destinam para aquisição de mantimentos e contas mensais da família. Em virtude de ser um benefício temporário e que é pago apenas no período de reprodução das espécies de peixes, supre as necessidades básicas durante os meses de novembro a fevereiro. É válido ressaltar que nesse intervalo mensal, diante da proibição da pesca, não há comercialização do pescado.

O respeito ao período do seguro defeso é relativo, apesar de ser obrigatório para todos(as) pescadores(as), como é o caso da pesca praticada no Rio São Francisco, diferenciando-se do mar, onde o defeso é por espécie. De acordo com os(as) pescadores(as) artesanais da Resina, a regra é válida para todas as espécies de peixes, com exceção da pilombeta, pois é uma espécie vinda do mar. Para Monteiro e Leitão (2023), para que o(a) pescador(a) seja contemplado(a) com o seguro defeso, deve ser segurado especial enquanto pescador(a) artesanal e ter

contribuído no último ano como contribuinte previdenciário e antes de ter solicitado o requerimento para fins de preenchimento.

Os autores acima pontuam que valor do seguro defeso é incipiente para atender as demandas de uma família, pois limita-se a um salário-mínimo, o qual é repassado para o pescador em quatro parcelas iguais, sendo incipiente para atender todas as necessidades que as pessoas carecem.

Apesar do valor ser pequeno e que não há reajuste há muito tempo, os pescadores procuram desenvolver outras atividades para sobrepor a renda obtida pela pesca artesanal, como por exemplo, a cata de caranguejo no manguezal ou ainda fazem economias durante o período em que a pesca é liberada, somadas com as parcelas do seguro defeso para subsidiar suas despesas e de seus dependentes. O depoimento do P59 exprime que:

“Nós sempre tivemos isso em mente de guardar um pouco do que arrecadamos durante o momento em que a pesca está autorizada e podemos ir livremente para o rio pescar porque ficamos um tempo sem poder pescar e recebemos o seguro defeso para nos ajudar”. Entrevista concedida em: 12/12/2023.

A pausa da atividade pesqueira constitui para a maioria dos(as) pescadores(as) artesanais uma ausência no acesso às espécies de peixes, considerada a proteína animal predominante desses sujeitos sociais. Logo, o seguro defeso representa um tipo de política que surge para assegurar a segurança alimentar do público-alvo em questão, apontando uma sociedade com mais igualdade (Torres, 2021).

Com relação a essa situação, os(as) pescadores(as) artesanais relataram que nem todos(as) cumprem o que está exposto na Lei. Assim, desenvolvem a pesca durante à noite de forma clandestina, caracterizando, portanto, a pesca ilegal e sendo injustos com os seus pares que obedecem aos regimentos legais (Figura 41).

Figura 41 – Obediência dos pescadores artesanais ao período do seguro defeso nas comunidades pesquisadas.



Fonte: Gênisson Lima de Almeida, 2023.

Conforme os dados apresentados acima, percebe-se que 87% dos pescadores artesanais tem a consciência de conservar os recursos pesqueiros para que haja a continuidade das práticas extrativistas na aquisição do pescado, enquanto 13% realizam a pesca de forma insustentável comprometendo o ciclo de reprodução das espécies de peixes. Monteiro e Leitão (2023) destacam que a pesca ilegal tem sido combatida, nesse sentido por meio de fiscalizações. O problema é que as fiscalizações se concentram durante o dia e não garantem o flagrante da minoria de pescadores que infringe o conteúdo fixado em Lei, prevalecendo o senso de injustiça para com os seus pares.

A proposta do seguro defeso, além de contribuir financeiramente com os pescadores artesanais, ajuda na conservação dos recursos naturais e, consequentemente, na sustentabilidade dos recursos pesqueiros para que todos os sujeitos sociais exerçam suas práticas extrativistas nos corpos hídricos da forma e período apropriado (Monteiro; Leitão, 2023). Nessa conjuntura, o seguro defeso é visto como um benefício que visa as dimensões social e ambiental.

Torres (2021) corrobora com esse pensamento e acrescenta que a conservação dos recursos pesqueiros garante a reprodução social dos sujeitos sociais, que tem a pesca sua principal fonte de sustento, principalmente nos momentos em que essa atividade extrativista é proibida de ser realizada. Pode-se inferir que, na dimensão ambiental, a política pública do seguro defeso assume sucesso parcial, tendo em vista a obediência da maioria dos pescadores artesanais.

CONCLUSÕES

As constantes interferências dos seres humanos na natureza, em busca de suas formas de reprodução social e econômica, principalmente, têm despertado preocupações quanto aos objetivos almejados pelos diferentes grupos sociais e a preocupação com as gerações futuras. As ações desenvolvidas no território, de caráter individual ou coletivo, se diferenciam entre os sujeitos sociais integrantes de cada grupo e tendem a se afastar da ótica da sustentabilidade, quando exercidas de modo inadequado à natureza.

As relações estabelecidas no território quilombola pelos sujeitos sociais são configuradas mediante a necessidade de cada sujeito. Os laços que as comunidades quilombolas possuem com o território em que estão situados, revela a dependência que os sujeitos sociais possuem com o espaço. É no território que há a efetivação das práticas extrativistas para obtenção dos recursos naturais e, com o passar do tempo, esta categoria de análise vai passando por transformações com base nos seus elementos constituintes.

As práticas extrativistas que as comunidades quilombolas possuem norteiam as atividades econômicas. Para os quilombolas, o território representa não apenas o local de continuidade para sua reprodução social, econômica, cultural (pesca artesanal, mariscagem, cultivo do arroz), mas também o sentimento de pertencimento pela sua identidade, cultura e saberes tradicionais, das lutas e constantes desafios vivenciados com os seus pares.

Os saberes permeiam as relações cotidianas dos sujeitos sociais na realização das práticas extrativistas, enaltecendo a cultura que possuem. Assim como os saberes tradicionais, a identidade e a cultura são aspectos dos sujeitos sociais quilombolas que lhes conferem a resistência pautada na construção da história de luta de seus antepassados e que se perpetua nos dias atuais.

Os saberes tradicionais auxiliam os pescadores artesanais e marisqueiras na obtenção dos recursos naturais e no conserto dos apetrechos de pesca quando são danificados durante ou depois das atividades extrativistas. Estes, por sua vez, regem toda a condução dos sujeitos sociais na execução destas atividades. No entanto, nem sempre a conduta destes sujeitos sociais em relação ao meio ambiente ocorre de forma sustentável.

No território quilombola, as diferentes formas de usos do solo por todos os sujeitos sociais, em face as atividades desenvolvidas, interferem negativamente na natureza e repercutem no modo de vida dos que utilizam de suas práticas extrativistas para continuar se reproduzindo social e economicamente no espaço.

Todas as atividades econômicas desenvolvidas no território quilombola desencadeiam impactos socioambientais. De um lado, tem-se os pescadores artesanais e marisqueiras que causam prejuízos ao meio ambiente, a partir do momento em que utilizam tamanhos das malhas

de rede de pescar, que não estão de acordo com a legislação, o descarte desta no rio quando não apresenta mais condições de uso, além da utilização da redinha pelas marisqueiras que capturam as espécies de mariscos, independentemente se é fêmea ou macho, ou ainda quando coletam os mariscos em período ilegal.

Por outro lado, tem-se os detentores de poder político e econômico (fazendeiros, carcinicultores e empresários ligados ao setor turístico) que tentam fazer com que os pescadores artesanais/as e marisqueiras desapropriem o território mediante as consequências advindas de suas atividades. Estas atividades são representadas pela criação de camarão e a tentativa de implantação de um *resort* na margem do Rio São Francisco. Os impactos socioambientais decorrentes das atividades desenvolvidas pelos referidos sujeitos sociais refletem diretamente no modo de vida das comunidades quilombolas.

Os conflitos são gerados quando por algum motivo há insatisfação de um sujeito social com o outro. Os conflitos nas comunidades estudadas são caracterizados por situações diferentes. Assim, a maioria dos conflitos ocorrem internamente entre pescadores artesanais, empresários do setor turístico, líder de associação e órgão gestor (ADEMA), mas houve atualização no quadro de conflitos mediante a chegada de uma empresa estadunidense no território quilombola para exploração de petróleo.

Entre os pescadores artesanais, os conflitos assentam-se na “privatização” de um segmento do rio e que aí ninguém mais pode pescar enquanto o pescador que delimitou estiver no local. Por sua vez, os conflitos entre pescadores artesanais e empresários decorre da ideia de implantação de um *resort* com o intuito de desapropriar os moradores da Resina.

Alguns pescadores artesanais ficaram insatisfeitos com a ADEMA, pois não houve a liberação de licenças para desenvolverem o criatório de camarão nas antigas lagoas que anteriormente era cultivado o arroz. Uma outra situação conflituosa verificada é em relação aos quilombolas e não quilombolas. O não reconhecimento do sujeito social enquanto quilombola restringe ao usufruto dos recursos naturais pelos quilombolas. A ausência do pensamento coletivo das lideranças a frente da associação, em prol de todos que integram a comunidade, gerou a desvinculação de algumas famílias desta associação, fazendo com que surgisse outra associação na comunidade.

As vulnerabilidades socioambientais foram evidenciadas na Resina e no Saramém. Os impactos do derramamento de petróleo, a pandemia da COVID-19 e o aparecimento de macrófitas aquáticas foram similares nas duas comunidades apresentadas. Os pescadores artesanais e marisqueiras ficam vulneráveis, não somente dos efeitos das atividades realizadas

pelos detentores de capital, mas também quando se relacionam de forma insustentável nos locais que resguardam recursos naturais.

Um exemplo disso é quando confeccionam a rede de pescar com malha inferior a 70mm, desrespeitando a legislação. Ademais, no período da piracema, tem pescadores que desobedecem e vão pescar no período noturno, uma vez que a fiscalização na região ocorre somente durante o dia, mesmo sendo beneficiado com o seguro defeso.

Já as marisqueiras não são reconhecidas por Lei enquanto atividade e não recebem o seguro defeso. Para que recebam é necessário se auto reconhecer como pescadora artesanal e estar cadastrada na colônia de pescadores. Considerada uma forma insustentável de obter os mariscos, a redinha é o principal instrumento de coleta na cata do marisco.

Tanto os pescadores artesanais quanto as marisqueiras têm seus modos de vida ameaçados pelo empreendimento da carcinicultura. Os dejetos produzidos nesta atividade são despejados nos locais utilizados pelas comunidades quilombolas para sobrevivência. A mortandade das espécies de mariscos e crustáceos é algo constante nas áreas de manguezal.

Os pescadores artesanais se apropriam individualmente, delimitando partes do Rio São Francisco para que somente ele realize a pesca neste local, podendo outro pescador realizar a pesca outro dia diferente que o estabelecido por este. Este tipo de prática é rotineiro no Rio São Francisco e limita o acesso a seus pares.

Diante dos indicadores de sustentabilidade definidos e discutidos no estudo, sugere-se a formulação de um índice de vulnerabilidade socioambiental em outras pesquisas voltadas para questões inerentes a pesca artesanal e à cata de marisco no intuito de avaliar e monitorar as comunidades tradicionais e auxiliar o Estado na formulação de políticas públicas mais efetivas.

As estratégias de r-existência foram reforçadas pelos saberes tradicionais, identidade e cultura à medida que as comunidades quilombolas exerciam durante as relações diárias com os seus pares e durante as práticas extrativistas mediante os saberes tradicionais. Ademais, cabe destacar o evento da Feira de Saberes e Sabores Tradicionais, pois representou um marco identitário e, acima de tudo, cultural, ao passo que essas comunidades reforçaram à força coletiva a partir das manifestações culturais, expondo toda a luta dos seus antepassados e resistindo até os dias atuais.

Por fim, confirma-se a hipótese inicial da pesquisa que, diante de todas as vulnerabilidades socioambientais identificadas e analisadas no recorte espacial, a identidade, saberes tradicionais e a cultura dos quilombolas compõem o tripé fundamental para a existência e resistência desses povos no território.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSERALD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**, Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional, p. 13-43, 2008.
- ALVARO, M. R. G. M.; MARTIN, M. C. S. Cadeia produtiva de pescado no sul do Rio Grande do Sul. **Revista Boletim de Conjuntura**. Ano II, v. 4, n. 10, p. 70-81, 2020.
- ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2023.
- ALMEIDA, E. P.; VIDAL, M. R. O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 54, pp. 259-283, 2020.
- ALMEIDA, B. F. M. A. de. Cartografia social e conflitos territoriais no assentamento Sabiaguaba, Amontada – Ceará. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018, 104p.
- ALBUQUERQUE, M. C. B.; NASCIMENTO, F. G.; NÓBREGA, W. R. M. Dialogando com os conceitos de Turismo de Base Comunitário e Turismo Criativo. **Cenário – Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, Brasília, 11(1), p. 298-319, 2023.
- AMARAL, S. P. de.; MIRANDA, C. **O pensamento selvagem de Levi-Strauss**, 2003. Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/o_pensamento_selvagem_de_levi_strauss>. Acesso em 12/05/2017. Acesso em: 28/05/2021.
- ANDRADE, L. G. de.; MACIEL, C. A. A.; PONTES, E. T. M. As mulheres marisqueiras e mangabeiras: uma experiência do Litoral Sul de Sergipe. **Revista GeoSertões**, v. 6, n. 11, p. 30-45, 2021.
- ARAÚJO, A. S.; COSTA, J. E.; NASCIMENTO, P. O.; FEITOZA, D. S.; PINHEIRO, F. S. Protagonismo invisível: a importância e os desafios das marisqueiras de Ilha Grande. **Revista Científica Multidisciplinar**. v. 4, n. 1, p. 1-23, 2023.
- ARAÚJO, M. E.; RAMALHO, C. W. N.; MELO, P. W. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Revista Cadernos de Saúde Pública**, 36(1), p. 1-6, 2020.
- ASSIS, W. F. T. Pode o subalterno mapear e incidir no planejamento regional? Conflitos territoriais e disputas cartográficas no ordenamento fundiário do oeste do Pará. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, p. 1-25, 2020.
- ANTAO, J. E. da R. O espaço rural brejo-grandense: as estratégias de reprodução socioambientais do campesinato. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020, 184p.

- ALMEIDA, G. L. de. Conflitos territoriais e potencialidades socioambientais em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019, 176f.
- AQUINO, A. F.de.; LANGE, C. N.; LIMA, C. M. de.; AMORIM, E. P. de.; PALLETA, F. C.; FERREIRA, H. P.; BORDON, I. C. A. C.; ALMEIDA, J. R. de.; GOMES, M. A. U. G.; ZAMPIERI, M. C. T.; OLIVEIRA, M. J. A. de.; JUNIOR, P. de A. C.; SOUZA, MATTIOLO, S. R.; RODRIGUES, S. G. **Vulnerabilidade ambiental**. - São Paulo: Blucher, 2017, 112p.
- ALVES, N. M. de S.; SILVA, D. B. da.; CARVALHO, I. S. de M.; SANTANA, B. L. P.; ANDRADE, R. dos S. Mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande, Sergipe. **Revista Geonordeste**. São Cristóvão. Ano XXVIII, n. 1, p. 187-202, Jan/Jun., 2017.
- BRAGA, A. M. Aspectos ambientais da produção do arroz orgânico na região metropolitana de Porto Alegre-RS. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022, 39p.
- BACELETE, B. Maracatu nação como expressão de resistência em contextos de dominação e poder. **Revista do Departamento de Ciências Sociais – PUC Minas**, v. 4, n. 1, p. 32-57, 2022.
- BARBOSA, I. R.; GONCALVES, R. C. B.; SANTANA, R. L. Mapa da vulnerabilidade social do município de Natal-RN em nível de setor censitário. **Journal of human Growth and Development**, 29(1), p. 48-56, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 14ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1985, 246p.
- BOMFIM, W. de J. A luta pela terra no processo de regularização fundiária de território quilombola: o caso da comunidade Brejão dos Negros/SE. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017, 252f.
- BOYNARD, L. M. Representações do espaço geográfico em disputa: o movimento negro brasileiro e as novas cartografias sociais. **Revista Tamoios**. Ano XI, n. 1, p. 110-114, 2010.
- BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Tradução Celso Furtado. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BORGES, C; FREITAS, R.R.; MELO, A. Y. I. Vulnerabilidade e capacidade adaptativa de uma comunidade pesqueira pós-furacão Catarina. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 5, p. 655-670, 2021.
- BOING, L.; TREVIZAN, S. D. P.; MORALES, W. F. Sistema de indicadores para avaliação da sustentabilidade ambiental de comunidades ribeirinhas. **Revista Gaia Scientia**, v. 15(2), p. 1-23, 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/cf1988.htm>. Acesso em: 30/01/2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007**. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm. Acesso em: 25/03/2022.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Dispõe sobre a atualização do marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2022. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421>. Acesso em: 19/12/2023.

BRASIL. **Portaria nº 234, de 14 de novembro de 2023**. Reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros, localizada no município de Brejo Grande, no estado de Sergipe. Brasília-DF, 2023. Disponível em:
<https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2023/novembro/douinforme-20-11.2023>. Acesso em: 02/12/2023.

BRASIL. **Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro defeso, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília-DF, 2003. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm. Acesso em: 18/05/2023.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm. Acesso em: 16/03/2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.883, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4883.htm. Acesso em: 09/02/2022.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília-DF, 2012. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 28/04/2021.

BRASIL. **Pesca artesanal legal**: pescador da região sul/sudeste: conheça seus direitos e deveres. Populações indígenas e comunidades tradicionais – Brasília: MPF, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras

providências. Brasília – DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em: 13/01/2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília-DF, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10/04/2020.

BRASILEIRO, J.; SANTOS, V. H. dos. História, direito e gestão de políticas públicas: saberes tradicionais das comunidades quilombolas em Minas Gerais – Brasil. **Revista Direitos Culturais**. v. 15, n. 37, 255-275p, 2020.

BRAGA, D. S.; PINHEIRO, F. J. C.; SANT'ANA, M. C.; ALMEIDA, M. M.; KINOSHITA, A.; PAIVA, F. F. G.; TAMASHIRO, J. R. **Tratamento de efluentes: sistemas convencionais e avanços, desafios e perspectivas para a sustentabilidade**. v. 1, p. 307-319, 2023.

CARVALHO, H. de S. No chão quilombola os rebentos narram suas percepções acerca da escola de infância da comunidade Cajueiro I em Alcântara/MA. **Tese** (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016, 249p.

CAMPOS, M. M.; ALMEIDA, L. C. de.; TIMÓTEO, G. M. Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança. **Revista Novos Cadernos NAEA**. v. 24, n. 1, p. 205-230, 2021.

CAVALCANTI, J. A. S.; WANDERLEY, B. E. B. Os pescadores e as pescadoras artesanais em tempos de COVID-19. **Revista Pegada**. v. 21, n. 2, p. 493-510, 2020.

CEZAR, L. S.; THEIS, R. Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Baía de Campos, RJ. **Revista Antropologia (Online)**, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 1-20, 2020.

CELESTINO, E. A.; ALENCAR, E. F.; VILLELA, L. E. Políticas de desenvolvimento no Brasil e impactos sobre a pesca artesanal no estado do Rio de Janeiro. **Revista Novos Olhares Sociais**. v. 4, n. 2, p. 85-111, 2021.

CIALDELLA, N.; EULER, A. M. C.; SUPERTI, E.; MAZUREK, R. R. de S.; AUBERTIN, C. Comunidades tradicionais tecendo o desenvolvimento territorial: três experiências de interações entre sociodiversidade, mercados, políticas públicas e ação coletiva. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-24, 2022.

CIDREIRA NETO, I. R. G.; RODRIGUES, G. G.; CANDEIA, A. L. B. Pesca artesanal: identidade e representatividade da mulher pescadora. **Revista Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 62-76, 2020.

CHAVES, C. M. S. R. da S. Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, 185p.

CHAVES, A. M. S. Indicadores de qualidade ambiental de áreas verdes públicas da cidade de Garanhuns-PE. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017, 168p.

CHOUERI, R. B.; NASCIMENTO, E. P. do. O papel do licenciamento ambiental federal como ferramenta para gerir conflitos relacionados à biodiversidade aquática e pesca: o caso da UHE Belo Monte. **Revista Cadernos NAEA**. v. 22, n. 2, p. 143-163, 2019.

CONCEIÇÃO, H. S. Uso do território e a questão fundiária quilombola em Sergipe. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019, 132p.

CONCEICAO SILVA, H. R. Entre manguezais, rios e restingas: soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/SE. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020, 158p.

COSTA, J. de J.; MOTA, L. S. O.; OLIVEIRA, I. C. S.; SOUZA, J. B.; SOUZA, C. M. de M.; SOUZA, R. R. de.; SOUZA, R. M. Vulnerabilidades socioambientais à ocupação urbana: uma análise de Blumenau (SC) e Aracaju (SE). **Revista Gaia Scientia**. v. 14, n. 4, p. 185-207, 2020.

COSTA, M. S. B.; FRAXE, T, J. P.; NETO FILHO, A. F.; OKA, J. M.; CARNEIRO, J. P. R.; VASCONCELOS, A. R. M.; GONÇALVES, V. V. C.; SENNA, G. M.; WITKOSKI, A. C. Percepção da comunidade local sobre os efeitos da mortandade de peixes no lago do Rei no Careiro do Várzea – Amazonas. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2023.

COTRIM, D. Avaliação da sustentabilidade na pesca artesanal: o caso de Tramandaí-RS. **Revista Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. v. 11, n. 1, 157-172, 2015.

COSTA, I. E. da. A Ressignificação da identidade quilombola na comunidade de Paratibe, João Pessoa – PB: uma análise a partir dos processos de resistência. **Dissertação** (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016, 177p.

COSTA, N. O. da.; GORAYEB, A.; PAULINO, P. R. O.; SALES, L. B.; SILVA, E. V. da. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **Revista ACTA Geográfica**. Boa Vista, Edição Especial, V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental e Gestão Territorial-Fortaleza-CE, p. 73-86, 2016.

COSTA FILHO, A. Quilombos e povos tradicionais. **4º Encontro e 3ª Jornada científica de comunidades quilombolas e povos tradicionais de terreiro Alagoas** – Enconquite. Alagoas, p. 1-15, 2011.

COTA, T.; SILVA, F.; GONCALVES, A.; LIMA, D.; CARMELLO, N. Indicadores socioambientais como instrumento de gestão de território fluvial: comunidade de Rolim de Moura do Guaporé – RO. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**. n. 17, Porto, p. 29-54, 2019.

CUNHA, F. G. Comunicação e identidades: um estudo sobre as práticas culturais da comunidade quilombola de capoeiras no Rio Grande do Norte. **Dissertação** (Mestrado em Estudos da Mídia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018, 136p.

DALMOLIN, B. M.; PASSOS, R. F. dos.; RIBEIRO, S. Cartografia social: produção de experiências de uma estética da educação. **Revista Conjecturas: Filosofia e Educação**. Caxias do Sul, RS, v. 25, p. 171-186, 2020.

DE PAULA, C. Q. Comunidades tradicionais pesqueiras e unidades de conservação: uma leitura a partir do território. In: MELO e SOUZA, R.; SANTOS, S. S. C. dos.; SANTOS, E. A.; ARAGÃO, M. C. O. (Orgs). **Unidades de Conservação e Comunidades Tradicionais: Desafios da sobrevivência dos espaços e identidades**. 1ª ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, p. 41-60, 2021.

DE PAULA, C. Q. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista Nera**, Presidente Prudente. v. 23, n. 51, p. 180-204, jan-abr., 2020.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

DINIZ, M. T. M., SANTANA, B. L. P., LIMA, L. P., FRANÇA, E. B., SANTOS, F. F. S. dos., MELO E SOUZA, R. Paisagens integradas dos municípios costeiros da foz do Rio São Francisco: Brejo Grande/SE e Piaçabuçu/AL. **Revista do Departamento de Geografia**. v. 37, p. 108-122, 2019.

DORES, G. H. S.; FINKLER, M.; FIGUEIREDO, J. P.; LONGARAY, A. S.; VERLY, J. F.; WALTER, T.; CALDASSO, L.; TRENTIN, G.; NEUTZLING, E. C. de S.; UMPIERRE, M. B. Vulnerabilidade dos (as) pescadores (as) artesanais na etapa da comercialização do pescado: algumas reflexões sobre a atividade pesqueira de Arraial do Cabo/RJ. **Anais**. 17ª Mostra da produção universitária. Universidade Federal do Rio Grande, 3p, 2018.

DOURADO, A. M. Caminhos e encontros com o território. In: VARGAS, M. A. M.; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. dos. (Orgs.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, p. 25-66, 2015.

FERREIRA, D. L. de O.; SOUZA, A. P. V. e. Saberes culturais de comunidade tradicional e da escola na Amazônia Bragantina. **Revista Humanidades e Inovação**. v. 7, n. 16, p. 35-43, 2020.

FERREIRA, P. M. Avaliação da política de regularização fundiária de territórios quilombolas no estado do Piauí: o caso da comunidade contente. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018, 192p.

FERNANDES, R. T. V.; OLIVEIRA, J. F.; FERNANDES, R. T. V.; PINTO, A. R. M.; NASCIMENTO, L.; OLIVEIRA, J. C. D.; NOVAES, J. L. C. Impacto da carcinicultura no manguezal do rio das Conchas, Porto do Mangue, Rio Grande do Norte. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG, v. 30, n. 3, p. 64-84, 2018.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos**: injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 07/09/2023.

FURTADO, M. B.; PEDROZA, R. L. S.; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola. **Revista Psicologia & Sociedade**, 26(1), p. 106-115, 2014.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Revista Geografia, Ensino & Pesquisa**. v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

FLORIT, L. F. Dos conflitos ambientais à ética socioambiental: um olhar a partir dos povos e comunidades tradicionais. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 52, p. 261-283, 2019.

FREDRICH, M. S. L. Tramas territoriais de tessituras multidimensionais em comunidades quilombolas na Paraíba. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018, 275p.

FREITAS, Y. V. Caracterização da atividade pesqueira artesanal no litoral oeste do estado do Ceará. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2022, 92p.

FREITAS, P. A. N. de.; MACHADO, R. M.; SILVA, E. S. da. Derramamento de petróleo e responsabilização do Estado: desafios da pesca artesanal em Pernambuco/Brasil. **Revista SER Social Povos Tradicionais e Política Social**, Brasília-DF, v. 27, n. 53, jul-dez, 2023.

FREITAS, M. A. L.; BARROS, A. O cenário econômico da pesca artesanal em Pernambuco: a importância dos recursos do banco mundial no programa rural sustentável. **Revista Mares**. v. 4, n. 2, p. 21-30, 2022.

FREITAS JUNIOR, M. A.; PERUCELLI, T. Cultura e identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural. **Revista Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, MS, v. 2, p. 111-133, jul./dez, 2019.

GIRÃO, I. R.F.; RABELO, D. R.; ZANELLA, M. E. Análise teórica dos conceitos: riscos socioambientais, vulnerabilidades e suscetibilidade. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 4, n. Especial, p. 71-83, 2018.

GOMES, M. P. **Antropologia: Ciência do homem**. 1ª ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

GOMES, J. A. S. A cadeia produtiva da pesca artesanal da vila de Japerica, São José de Pirabas, Pará, Brasil. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Pará, Bragança-PA, 2022, 38p.

GOMES, E. J. da S. Risco de inundação na sede municipal de Touro/RN. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020, 176p.

GUEDES, L. L.; BARROS, F. B.; SOUSA, F. F. A pesca artesanal do Aviú (*Actes marinus*): etnoecologia e contribuições para a vida dos ribeirinhos da localidade de Ponta do Luciano do Cametá Tapera, Cametá-PA. **Revista Tessituras**, Pelotas, v. 11, n. 1, p. 163-185, 2023.

HAGERAATS, R. M. Caracterização do estado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em comunidades quilombolas da Paraíba. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, 103p.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais**. X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 19p, 2005.

HUGUENIN, F. P.; MARTINEZ, S. A. Mulheres da pesca: invisibilidade e discriminação indireta no direito ao seguro-desemprego. **Revista Direito Público**, v. 18, n. 97, p. 645-667, 2021.

HUGUENIN, F. P. “Se a gente tivesse direito, não teria necessidade de estar fazendo manifestação pra nada”: a luta das marisqueiras de farol de São Thomé, RJ - Brasil contra estereótipos de gênero em políticas públicas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 10, p. 1-32, 2023.

ILGES, M. C. Identidade: o vir a ser – como e porquê. **Revista de Antropologia**. v.1, n. 1, p. 53-64, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Brejo Grande. 2022. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 08 de out. 2022.

JESUS, L. S. B. de.; MARQUES, P. de B. Conhecimentos tradicionais, ensino de história e desenvolvimento: educação quilombola em debate. **Revista ABPN**. v. 9, Ed. Especial – Caderno Temático: Saberes Tradicionais, p. 250-271, 2017.

LACERDA, R. dos S.; SILVA, G. M. da. Reterritorialização, conflitos ambientais e saúde em comunidades quilombolas de Sergipe. **Revista ABPN**, v. 8, n. 18, p. 239-254, 2017.

LACERDA, C. de S. Sistema de indicadores de sustentabilidade para atividade turística em espaço geográfico local: um estudo no município de Areia-PB. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019, 197f.

LACEY, H. Ciência, valores, conhecimento tradicional/indígena e diálogo de saberes. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 50, p. 93-115, 2019.

LEAL, E. V. N. Análise da desertificação socioambiental no bairro Jabotiana – Aracaju/SE. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2019, 144f.

LEAL, C. R. O circuito espacial de produção da pesca artesanal no norte do Rio de Janeiro: desigualdades e resistências desiguais. **Revista de Geografia e Etnociências**, v. 3, n. 1, p. 7-16, 2021.

LEAL, V. E.; VIEIRA, G. S. de O.; RODRIGUES, H. M.; SILVA, M. A. da. O conceito de cultura na intersecção de debates interdisciplinares: estudo de caso – a Aldeia Tapuia em Rubiataba, GO. **Revista Interações**, Campo Grande/MS, v. 22, n. 3, p. 755-771, 2021.

LEFF, H. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. 4ª edição. Rio de Janeiro, 2005.

LEFF, E. **A aposta pela vida**: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Petrópolis: Vozes, 2016, 510p.

LEFF, E. **Ecologia política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução: Jorge Calvimontes. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 20p, 2021.

LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Tradução: Tânia Pellegrini. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1989.

LIMA, I. C.; SILVA, D. da. Territórios quilombolas no Ceará: educação, processo histórico e identidades. **Revista Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 6, p. 5814-5827, jun. 2019.

LIMA, M. V. da C.; COSTA, S. M. G. da. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Revista Geograficares**. n. 22, p. 76-113, 2012.

LIMA, R. P.; ANJOS, L. J. Turismo de Base Comunitária: uma alternativa de segmento turístico sustentável de Serra Grande – Uruçuca-BA. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 1, n. 3, p. 5-17, 2020.

LIMA, T. B. B.; SILVA, M. R. F.; CARVALHO, R. G. Pesca artesanal, carcinicultura e manguezal: perspectivas da Lei nº 12.651/2012 e o uso de *apicuns* e salgados em Canguaretama/RN. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG, v. 31, p. 1-21, 2019.

LIMA, M. A. G.; OLIVEIRA, IRVING, M. A; OLIVEIRA, E. Decodificando narrativas das políticas públicas de turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 16, p. 1-15, 2022.

LIMA, I. M. F. A distinção dos dois tipos de maracatus: a invenção de um conceito. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 61, p. 158-190, 2020.

LOPES, R. de C. D. Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo ilha de São Vicente na região do bico do papagaio – Tocantins. **Tese** (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, 302p.

MALCHER, M. A. F. O olhar geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Programa de pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017, 191p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 5ª Edição, 2003.

MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia**: uma introdução. 7ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. C. de V.; SILVA, E. V. da.; SILVA, P. C. M. da.; MEIRELES, A. J. de A. Mapeamento social participativo e cidadania: planejamento e gestão socioambiental de

território indígena. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Macapá, n. 10, p. 113-124, 2018.

MASCARELLO, M. de A.; SANTOS, C. F. dos.; BARBOSA, A. L. de O. Mapas...Por quê? Por quem? Para quem? **Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais**. Recife, v. 7, n. 1, p. 126-141, 2018.

MACEDO, H. C. de.; TORRES, M. F. A. Utilização do modelo P-E-R na avaliação de indicadores ambientais do município de Brejo da Madre de Deus – PE. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, n. 5, 224-246, 2018.

MACHADO, M. C. Mapeamento Cultural e Gestão Territorial de Terras Indígenas: o Uso dos Etnomapas. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília: Brasília, 2014.

MARCONDES, D.; RAIMUNDO, S. Povos tradicionais e turismo: o TAUS como instrumento para gestão de conflitos? **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo. v. 22, p. 1-20, 2019.

MENEZES, A. M. F.; MIZUK, K. D. dos S.; CAMPOS, M. de F. H. Práticas integrativas: trocas de saberes e seus reflexos na comunidade Amazonas em Salvador (BA). **Revista Raízes e Rumos**. v. 4, n. 2, 8p, 2017.

MEIRELES, M. P. A.; MEIRELES, V. J. S.; SANTOS, L. V.; BARROS, R. F. M. Perfil socioeconômico dos pescadores artesanais da comunidade Passarinho, Resex marinha do delta do Parnaíba, Araisos/MA. **Revista Espacios**, v. 38, n. 13, p. 1-16, 2017.

MONTEIRO, F. H. P. Relatório antropológico e comunidades remanescentes de quilombos: o despertar de uma identidade. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019, 164p.

MONTEIRO, L. T. A atividade artesanal pesqueira *versus* a aquicultura empresarial: as disputas que envolvem a pesca brasileira. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**. v. 14, n. 32, p. 178-207, 2019.

MONTEIRO, T. S.; LEITÃO, M. R. F. A. A voz dos pescadores sobre políticas públicas para a pesca artesanal – Colônia Z1 em Pernambuco – Século XXI. **Revista Caboré**. v. 1, n. 7, p. 33-47, 2023.

MORAES, N. R. de.; CAMPOS, A. de C.; SILVA, M. L. da.; SOUZA, F. da C. Comunidades tradicionais: cultura e identidade. **Revista Observatório**, v. 3, n. 5, p. 1-22, 2017.

MOREIRA, O. B. A.; CARVALHO, M. E. S. Ciência moderna e saberes tradicionais: um diálogo possível na construção do saber ambiental? In: SILVA, M. do S. F. da.; CARVALHO, M. E. S.; SANTOS, N. D. dos.; COSTA, J. de J. (Orgs.). **Reflexões teórico-metodológicas & práticas pedagógicas nas ciências ambientais**. São Cristóvão, p. 91-102, 2018.

NASCIMENTO, C. H. V.; RODRIGUES, G. G. Impactos socioambientais e implicações na pesca artesanal das comunidades beneficiárias da RESEX Acaú-Goiânia. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 240-261, set./dez, 2022.

NASCIMENTO, G. C. C.; CÓRDULA, E. B. L.; SILVA, M. C. B. C. Aspectos socioeconômicos da pesca artesanal do camarão marinho na enseada de Lucena-Paraíba, Brasil. **Revista Sociedade e Território**, Natal, v. 31, n. 2, p. 120-138, 2019.

NASCIMENTO, F. P. do. Classificação da pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. In: **Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática** – como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 11p, 2016.

NETO, F. O. L.; PAULINO, P. R. O.; RIBEIRO, A. M. M. A cartografia social como instrumento de espacialização dos conflitos territoriais no campo: o caso da região da chapada – Apodi/RN. **Revista Ambiente & Educação**. v. 21, n. 2, p. 60-71, 2016.

NETO, J. N. A.; SILVA, R. O.; AMARAL, S. C. S. Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 16, n. 43, p. 103-128, 2021.

NUNES, H. dos S. O conceito de cultura segundo futuros bibliotecários. **Revista Triângulo**, v. 12(3), 102-116, 2019.

NDAVA, A. O.; CUNHA, C. A. da.; WANDER, A. E. Relações produtivas na produção de arroz pela agricultura familiar no perímetro irrigado do Rio Limpopo, Moçambique. **Revista Grifos**, Unochapecó, v. 31, n. 56, p. 35-48, 2022.

OLIVEIRA, A. V.; PIZZONI, T. G. P. Gestão de conflitos e comunicação organizacional: um estudo empírico em instituições públicas de ensino. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 14-24, 2021.

OLIVEIRA, J. P. G. de. Efeitos do derramamento de petróleo e da pandemia da COVID-19 em uma comunidade pesqueira do litoral norte de Pernambuco: uma análise da reprodução social da saúde. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023, 141p.

OLIVEIRA, A. da F. de.; CARVALHO, A. J. E. de.; FERNANDES, C. do C. P. Mapas mentais como suporte para interpretação de áreas imageadas por veículo aéreo não tripulado no ensino de cartografia. **Revista GEOMAE – Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. Campo Mourão, v. 11, n. 2, p. 45-56, 2020.

OLIVEIRA, E. A. Os territórios dos maracatus do povoado Brejão Brejo Grande/SE. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017, 139p.

OLIVEIRA, T. R. A. Meu lugar é o rio: aspectos identitários e territoriais da comunidade de pescadores artesanais do povoado resina, Brejo Grande/SE. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2012.

OLIVEIRA, V. D. de.; ANJOS, F. S. dos.; CALDAS, N. V.; SILVA, F. N. da. Aspectos socioeconômicos da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos (RS): estudo de caso na Colônia de Pescadores Z-3. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. v. 8, n. 1, p. 44-70, 2019.

OLIVEIRA, T. R. A.; ALMEIDA, G. L. de.; COSTA, J. de J. Desafios da pesca artesanal sergipana em tempos de pandemia. In: SANTOS, L. R. O.; COSTA, J. de J. (Orgs). **Águas de Sergipe: meandros interdisciplinares**. São Cristóvão, p. 41-54, 2021.

ONU. **O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3205>. Acesso em: 18/06/2023.

OLIVEIRA, I. C. S. Águas urbanas: áreas de preservação permanente (APPs) do Rio Poxim em Aracaju/SE. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, 2020, 154f.

OSHA, C. M. A. Por que os conhecimentos tradicionais estão firmados em três mundos. **Revista ABPN**. V. 9, Ed. Especial – Caderno Temático: Saberes Tradicionais, p. 6-34, 2017.

PAIVA, E. J. S. de; COSTA SILVA, R. G. da. Territórios pesqueiros na Amazônia: dinâmica de pescadores comerciais e de subsistência em comunidade ribeirinha da trílice fronteira Colômbia-Brasil-Peru. **Revista Cerrados**. v. 18, n. 2, p. 395-423, 2020.

PADILHA JÚNIOR, A. A. Externalidades do pescado: Avaliação do pescado em relação a influência de atravessadores no preço e no impacto ambiental gerado pela sobre-exploração de espécies de peixes na região de Parintins/AM. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade do Estado do Amazonas, Parintins/AM, 2022, 39p.

PELEGRINA, M. A. Cartografia social e uso de mapeamentos participativos na demarcação de terras indígenas: o caso da TI Porto Limeiro – AM. **Revista Geosp – Espaço e Tempo (On-line)**. v. 24, n. 1, p. 136-152, 2020.

PEREIRA, F. G. N.; DUARTE, D. G.; CARVALHO, P. J. de.; SANTOS, A. C. B.; FERREIRA, L. L.; MELO, I. C. A cartografia contando história: uma análise de Brumadinho/MG. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v. 19, n. 1, p. 45-56, 2023.

PINHO, L. G.; RANGEL, E. M. Acesso das marisqueiras à seguridade social brasileira: uma análise da produção acadêmica (2015-2019). **Revista O Social em Questão**, Ano XXV, n. 53, 2022.

PINTO FILHO, J. L. O.; NOBRE, S. B.; MARIANO NETO, M. O perfil socioeconômico e a percepção ambiental dos pescadores da Lagoa do Apodi, Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, p. 721-737, 2020.

PRESTES, L.; SALOMÃO, C. B.; FORTUNATO, W. C. P.; OLIVEIRA, N. I. S. A atividade pesqueira na foz do Amazonas, arquipélago do Bailique – Amapá, Brasil. **Revista Holos**. Ano 37, v. 1, p. 1-30, 2021.

QUEIROZ, M. de G. Memórias de resistências, identidades em conflito e a prática educativa da Escola Municipal Virgília Garcia Bessa na Comunidade Quilombola do Castainho em Pernambuco. **Dissertação** (Mestrado em Educação Contemporânea) – Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017, 236p.

RAMALHO, C. W. N.; SANTOS, A. P. dos. Particularidades do pertencimento na pesca artesanal embarcada. **Revista Ciências Sociais Unisinos**. v. 54, n. 2, p. 256-268, 2018.

RAMALHO, C. W. N.; ANTUNES, G. M. Povos da pesca artesanal sob as marcas do desastre do petróleo. **Revista Ruris**, Campinas/SP, v. 15, n. 1, p. 203-226, 2023.

RANCK, L.; BRUCKMANN, R. Cartografia social como abordagem metodológica no ensino da cartografia no ensino médio. In: FERRETTI, O. (Org.). **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II**: primeiro semestre de 2017. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2017/1.

RAFFESTEIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, E. M.; PINHO, L. G. Acesso das marisqueiras à seguridade social brasileira: uma análise da produção acadêmica (2015-2019). **Revista O Social em Questão**. Ano XXV, n. 53, p. 301-332, 2022.

REIS, R. de J. dos. Políticas ambientais e inclusão social de comunidades tradicionais. In: SEABRA, G. (Org.). **Terra – A saúde ambiental para a vitalidade do Planeta**. Ituiutaba: Barlavento, p. 1633-1649, 2021.

ROMANO, R. G.; CARVALHO, A. F.; SOUSA, R. M. M.; SOARES, M. J. N. Mercados municipais: olhares sobre cultura e territorialidade em diferentes regiões do Brasil. **Revista Gaia Scientia**. v. 14(4), p. 166-184, 2020.

SANTOS, M. T.; LACERDA, R. S. Quilombo, cultura negra e cultura popular sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. n. 21, p. 363-385, 2021.

SANTOS, A. P. R. dos.; MONTEIRO, L. R. L. de. Um olhar sobre a pesca artesanal e a gestão dos recursos naturais em Peixilândia, município de Couto Magalhães – Tocantins. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 3, p. 227-248, 2020.

SANTOS, B. de S. **A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória**. São Paulo, 11p, 2001.

SANTOS, D. dos. Cartografia social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. **Revista InterEspaço – Geografia e Interdisciplinaridade**. v. 2, n. 6, p. 273-293, 2016.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006, 91p. (Coleção primeiros passos; 110).

SANTOS, E. A. Mulheres pescadoras-mulheres mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018, 282p.

SANTOS, A. R. R. dos. Indicadores socioambientais do alto sertão sergipano: relações de poder e convivência com a seca. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019, 160p.

SANTOS, B. de. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.79, novembro, São Paulo, 3-46p, 2007.

SANTOS, L. H.; BATISTA, R. O. S. Meandros da pesca artesanal: educação, sustentabilidade e territórios de vida. **Anais**. III Seminário Nacional de Integração da Rede PROFCIAMB, Pará, 2018.

SANTOS, G. da S. Mulheres quilombolas: território, gênero e identidade na comunidade negra Senhor do Bonfim, Areia/PB (2005-2018). **Dissertação** (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018, 177p.

SANTOS, A. A. dos. Turismo e povos tradicionais: perspectivas territoriais na Comunidade Quilombola do Cumbe/CE. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018, 94p.

SANTOS JÚNIOR, C. F.; POLETTTO, P. R.; BATISTA, S. H. S. S. Colônias de pescadores da região costeira do estado de São Paulo: empoderamento, saúde e qualidade de vida. **Revista Interface**, Botucatu, n. 26, p. 1-17, 2022.

SANTANA, B. L. P.; ALVES, N. M. S.; SILVA, D. B.; ANDRADE, R. S.; FARIAS, M. C. V. Transformações da paisagem e uso e ocupação das terras no município costeiro de Brejo Grande/Sergipe. **Revista de Geociências do Nordeste**. v. 2, número especial, p. 1358-1367, 2016.

SALES, L. S. Estruturalismo – história, definições, problemas. **Revista de ciências humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 33, p. 159-188, 2003.

SALES, A. D.; ALMEIDA, O. T. de.; BRABO, M. F.; SILVA JÚNIOR, B. R. da. A pesca e os pescadores no litoral amazônico brasileiro: os casos de Bragança e Augusto Corrêa. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 29, n. 1, p. 1-26, 2022.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SERGIPE. **Lei nº 8.634, de 27 de dezembro de 2019**. Institui o Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro, cria o Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro - CEGC e dá providências correlatas. Sergipe, 2019.

SERGIPE. **Lei nº 8.327, de 4 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a Política Estadual da Carcinicultura. Aracaju/SE, 2017.

SERRÃO, E. M.; IMBIRIBA, L. C.; SANTOS, Z.; ZACARDI, D. M. Apetrechos e técnicas de pesca utilizados por pescadores artesanais em lagos periurbanos no Baixo Amazonas (Pará-Brasil). **Revista Braz. J. Aquat. Sci. Techno**, 26(1), p. 65-76, 2022.

SNIS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**, Brasília-DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis>. Acesso em: 16/12/2023.

SILVA JÚNIOR, J. J.; NICÁCIO, G.; RODRIGUES, G. G. A carcinicultura nos manguezais do nordeste brasileiro: problemáticas socioambientais nas comunidades tradicionais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 9, p. 70-84, 2020.

SILVA, M. S. F.; SANTOS, S. S. C.; LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica como instrumento na análise dos conflitos socioambientais em comunidades tradicionais no litoral entre Sergipe e Bahia. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, Ano XXXII, n. 2, Edição Especial, setembro, p. 214-228, 2021.

SILVA, L. K. T.; MILLER, F. S. Pesca artesanal no Litoral sul do Potiguar: perfil socioeconômico, dificuldades e perspectivas. **Revista de Antropologia**, n. 53, p. 96-113, 2019.

SILVA, I. S. de M. O arroz agroecológico e a rizicarcinicultura no perímetro irrigado do Betume/SE. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020, 135p.

SILVA, I. S. M.; SOUSA, I. F.; JESUS, C. N. A.; OLIVEIRA, I. C. S. LIMA, L. B.; COSTA, J. J. Carcinicultura no município de Brejo Grande/SE: o licenciamento ambiental como instrumento de sustentabilidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, Miami, v. 18, n. 1, p. 1-14, 2024.

SILVA, F. C. C. M.; BENZAQUEN, J. F.; GERVAIS, A. M. D.; MATTOS, J. L. S. de. A luta das pescadoras artesanais da Ilha de Maré em defesa de seu território. **Revista Antropológicas**, ano (25), 32(1), p. 111-136, 2021.

SILVA, C. N. da.; VERBICARO, C. C. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Revista Scientia Plena**, v. 12, n. 6, p. 1-12, 2016.

SILVA, C. E.; JUNIOR, R. L. C. de A.; MELO, C. M. de.; MADI, R. R. Modelagem de indicadores para avaliar a sustentabilidade da pesca artesanal do entorno da floresta nacional do Ibura, nordeste do Brasil. **Revista Iberico-Americana de Ciências Ambientais**, v. 4, n. 1, p. 1-13p, 2013.

SILVA, L. da. Índice de sustentabilidade ambiental integrado da sub-bacia hidrográfica do Rio Banabuiú, CE. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, 174p.

SILVA, J. J. da.; GONCALVES, C. U. Para além de partir ou permanecer: a migração quilombola em busca do trabalho acessório como estratégia de r-existência no território. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 37, n. 1, 132-151, 2020.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, R. A. da. Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, 248p.

SILVA, D. V. da.; BORGES, J. R. P. As feiras livres da agricultura familiar em Arapiraca, Alagoas, Brasil. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 40, n. 1, p. 84-101, 2020.

SILVA, J. R. A. da. Diversidade quilombola e o direito à educação. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018, 143p.

SILVA, A. M. da. Educação social e escolar, além da luta pela terra: o quilombo do Sítio Velho, Piauí. **Tese** (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017, 276p.

SILVA, M. A. M. da. Ser (e aprender a ser) negro e quilombola: processos de identificação étnica entre a escola e o quilombo, em Alto Alegre, Ceará. **Dissertação** (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019, 102p.

SILVA, G. C. da.; GONCALVES, C. U. Análise da cartografia social na autorrepresentação das comunidades tradicionais e o conflito do desenvolvimento. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 36, n. 2, 194-204p, 2019.

SILVA, A. F. da. O discurso sobre etnodesenvolvimento quilombola no governo Lula. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010, 190p.

SILVA, M. L. S.; BAPTISTA, G. C. S. Conhecimento tradicional como instrumento para dinamização do currículo e ensino de Ciências. **Revista Gaia Scientia**, v. 12(4): 90-104, 2018.

SILVA, A. M. S.; SILVA, C. A. da. Mapeamentos sociais como ferramenta para o reconhecimento dos raizeiros do município de Mirabela-MG. **Anais**. VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais. Montes Claros -MG, p. 1-12, 2019.

SILVA, G. de C.; MACEDO, J. A.; SANTOS, J. de O.; SILVA, E. V. da. Avaliação da vulnerabilidade social no baixo curso do Rio Maranguapinho – Fortaleza/CE. In: SEABRA, G. (Org.). **Terra – A saúde ambiental para a vitalidade do Planeta**. Ituiutaba: Barlavento, p. 298-309, 2021.

SILVA, A. B. de O.; LIMA, A. E. F.; PEREIRA, G.; SAMPAIO, J. L. F. Cartografia social da comunidade quilombola da Serra do Evaristo – Baturité – CE: estudo de caso. **Revista de Geociências do Nordeste**. v. 2, n. Especial, p. 1240-1249, 2016.

SILVA, N. C.; CANDIDO, G. A. Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do município de Areia-PB. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 10(3), p. 475-496, 2016.

SILVA, G. S. da. Comunidades pesqueiras no sudeste paraense: estudo de caso da pesca de pequena escala realizada em Itupiranga-PA. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Ciências econômicas) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019, 61p.

SOUSA, V. de. Mama África: os quilombos do sertão e as lutas das mulheres das comunidades negras de Catolé do Rocha – PB. **Dissertação** (Mestrado em Direitos Humanos,

Cidadania e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, João Pessoa, 2017, 160p.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

SOUZA, H. T. R. de.; GOIS, D. V.; ARAÚJO, W. S. Saberes tradicionais e uso de fitoterápicos no Alto Sertão sergipano. In: MELO E SOUZA et al., (Orgs.). **Unidades de conservação e comunidades tradicionais: desafios da sobrevivência dos espaços e identidades**. 1ª ed. – Aracaju/SE: Criação Editora, p. 227-244, 2021.

SOUZA, F. P. de.; MONTYSUMA, M. F. F. Indicadores socioambientais dos pescadores da Lagoa de Cima e da vila de Marsaxlokk. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 22, p. 1-16p, 2019.

SOUZA, R. B.; CASTRO, J. da S.; CARDOSO, R. de L.; SANTANA, T. C. de.; TEIXEIRA, E. G. Caracterização da pesca e perfil dos pescadores artesanais do município de Carutapera, litoral ocidental maranhense, Brasil. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**. 31(2), p. 1-11, 2021.

SOUZA, F. das C. S.; SILVA, V. S. da. Conhecimentos tradicionais *versus* conhecimentos científicos? Em defesa de uma educação que religue os saberes. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 5, nº Especial, p. 8-28, 2021.

SOUZA, W. A.; MELO, D. V. Grupos vulneráveis, minorias e vulnerabilidade: o acesso à justiça das populações tradicionais. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**. n. 280, p.1-25, 2023.

SOUZA, N. V. Entre redes, linhas, tarafas e puçás: o cotidiano do pescador barra-coqueirense em meio ao contexto urbano e a dimensão socioambiental. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Cristóvão, 2019, 225p.

SOUZA, R. B.; CASTRO, J. S.; CARDOSO, R. L.; SANTANA, T. C. TEIXEIRA, E. G. Caracterização da pesca e perfil dos pescadores artesanais do município de Carutapera, litoral ocidental Maranhense, Brasil. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, 31(2), p. 1-11, 2021.

SOUZA FILHO, B.; MENDES, D. P. Pesca artesanal e regimes de uso comum dos recursos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 19, n. 3, p. 589-608, 2022.

STURMER, A. B. Território: usos e significados de um conceito. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano XVII, n. 199, p. 80-90, 2017.

TORRES, R. B.; GIANNELLA, L. C. A vulnerabilidade dos pescadores artesanais brasileira: uma análise sociodemográfica. **Revista Geonorte**. v. 11, n. 38, p. 162-185, 2020.

TORRES, R. B. Entre peixes e pescadores: uma análise geográfica da política de seguro defeso da pesca artesanal. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 6, n. 2, p. 1-15, 2021.

TOSTES, J. A.; FERREIRA, J. F. de C. Indicadores de sustentabilidade para aferir impactos ambientais e urbanos em Macapá e Santana, cidades médias da Amazônia. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-110, 2015.

TORNQUIST, C. S.; ANTUNES, D. L.; MOMBELLI, R. Povos e comunidades tradicionais: desafios contemporâneos. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 1-4, 2015.

THIRY-CHERQUES, H. R. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências da gestão. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 10, n. 2, junho, 2006.

VASCONCELOS, A. C. F. de.; CANDIDO, G. A.; FREIRE, E. M. X. Vulnerabilidade socioambiental: proposição de temas e indicadores para cidades brasileiras. **Revista Gaia Scientia**, v. 13(2): 1-18, 2019.

VEIVERBERG, C. A.; PIRES, C. B.; BERGAMIN, G. T. Comercialização e processamento dos produtos da pesca artesanal na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria/RS, v. 28, n. 2, dezembro, p. 1-26, 2021.

VIEIRA, R. S.; TAVARES, E. G. Desafios da efetivação dos direitos humanos socioambientais: por um direito da sustentabilidade em face da crise ecológica. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**. v. 5, n. 2, p. 152-165, 2018.

VIANA, W. C. Perfil dos produtores de arroz da região dos eixos rodoferroviários – Maranhão. **Revista Científica Eletrônica de Agronomia da FAEF**, v. 40, n. 1, p. 1-14, 2021.

YOSHIDA, C. Y. M.; PENNA, M. C. V. M. A importância das comunidades tradicionais para a proteção e preservação do meio ambiente do patrimônio histórico cultural. **Revista Direito UFSM**, Campo Grande, v. 7, n. 1, p. 71-91, jan./jun., 2021.

ZACARDI, D. M.; PASSOS, L. da S.; SILVA, T. C. da. A pesca artesanal na região dos Lagos: o caso do município de Pracuúba, Amapá. **Revista Desafios**. v. 8, n. 1, p. 84-94, 2021.

Apêndices

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturado para os membros das comunidades quilombolas

I- Caracterização do Sujeito Social

- 1) Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
- 2) Idade: _____
- 3) Estado Civil:

☐ Solteiro (a) ☐ Casado (a) ☐ Divorciado (a) ☐ Viúvo (a)

☐ Outros. _____
- 4) Onde o Senhor (a) reside?

4.1 Brejo Grande: ☐ Sede ☐ Povoado. Qual?

4.2 ☐ Outro município. Qual e o motivo porque deixou Brejo Grande?

4.3 Quando o (a) Senhor (a) vivia em Brejo Grande, morava:

☐ Povoado. Qual? _____

☐ Sede
- 5) Grau de Escolaridade:

☐ Nunca frequentou a sala de aula

☐ Ensino Fundamental Completo

☐ Ensino Fundamental Incompleto

☐ Ensino Médio Completo

☐ Ensino Médio Incompleto

☐ Ensino Superior Completo

☐ Ensino Superior Incompleto
- 6) Tipo de moradia: ☐ Própria ☐ Alugada ☐ Emprestada
- 7) Quem mora com o(a) senhor(a)

- 8) O (a) Senhor (a) participa de alguma associação comunitária, sindicato, colônia ou organização de agricultores?

☐ Sim ☐ Não. Em caso afirmativo, qual?

II- Aspectos econômicos

- 1) Tem muito tempo que o(a) mora aqui?

- 2) Para os não quilombolas: como chegou aqui? Está gostando de morar aqui? Por quê?

- 3) Qual a principal fonte de sustento da família?
☐ Pesca artesanal ☐ Catação de mariscos ☐ Agricultura de subsistência
☐ Bolsa família ☐ Aposentadoria ☐ Pensão ☐ Outros:

- 4) Quais os locais utilizados para as práticas extrativistas e obtenção dos recursos naturais?
☐ Rio ☐ Mar ☐ Manguezal ☐ Restinga ☐ Riacho ☐ Lagoa
 Outros:

- 5) Há quanto tempo realiza essas atividades?

- 6) Essas atividades são realizadas:
☐ Individualmente ☐ Coletiva com os membros da família ☐ Coletivamente com outros pescadores quilombolas ☐ Coletivamente com não quilombolas
- 7) No caso com outros pescadores, há divisão da produção obtida?
☐ Sim ☐ Não. Em caso afirmativo, como ocorre a divisão?

- 8) Qual o destino da produção?
☐ Consumo ☐ Venda em porta a porta ☐ Venda em restaurantes ☐ Venda em feiras ☐ livres ☐ Outros:

- 9) Quais os instrumentos utilizados para obter os recursos naturais?

- 10) Para você, o que é saber tradicional?

- 11) Como esse saber é passado para os demais da comunidade?

- 12) De que forma é aplicado nos locais em que são realizadas as práticas extrativistas?

13) O(A) senhor(a) acha que a forma com que os saberes tradicionais utilizados nas atividades extrativistas causam algum prejuízo para o local?

14) Como o(a) senhor(a) classifica a proximidade com os outros da comunidade? Por quê?
 () Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

15) O(a) senhor(a) possui propriedade da terra e é registrada em cartório?
 () Sim () Não

III- Aspectos sociais

1) Para o(a) senhor(a), o que é ser quilombola?

2) Há quanto tempo se auto reconhece como quilombola? Por quê?

3) Quais os serviços ofertados na comunidade em que reside?

4) Para o(a) senhor(a), o que é identidade quilombola?

5) Já ouviu falar em vulnerabilidade?

() Sim () Não. Em caso afirmativo, para o senhor o que vem a ser vulnerabilidade?

IV – Aspectos Culturais

1) Para o(a) senhor(a), o que é cultura?

- 2) Quais as manifestações culturais que a comunidade possui? E quando são comemoradas?

- 3) Todos que moram com o(a) senhor(a) participam das comemorações culturais?
() Sim () Não. Em caso afirmativo, por quê?

- 4) O(a) senhor(a) acha que os problemas naturais ou de outra natureza existentes na comunidade tem relação com força espiritual ou religiosa?

- 5) Se tivesse condições financeiras mais favoráveis deixaria sua cultura para fazer parte de outra?

() Sim () Não. Em caso afirmativo, por quê?

- 6) Como fazem para conservar a cultura da comunidade?

V – Aspectos do meio ambiente

- 1) Nos últimos anos, o(a) senhor(a) tem percebido alguma mudança na paisagem?
() Sim () Não. Em caso afirmativo, quais?

- 2) Na sua opinião, essas mudanças afetam ou já afetaram suas atividades extrativistas?
() Sim () Não. Em caso afirmativo, como?

- 3) Há problemas socioambientais aqui em sua comunidade?
() Sim () Não. Em caso afirmativo, quais?

- 4) Para o(a) senhor(a), a forma com que se relaciona com o meio ambiente na realização de suas atividades está correta?
() Sim () Não. Em caso afirmativo, justifique.

-
-
- 5) Além das atividades desenvolvidas pelas comunidades, quais as outras atividades que o(a) senhor(a) identifica no território quilombola?

- 6) Como é a relação do(a) senhor(a) com os fazendeiros?

- 7) Como é a relação do(a) senhor(a) com os carnicultores?

- 8) Como é a relação do(a) senhor(a) com os empresários?

- 9) E com os não quilombolas?

VI – Perspectivas e desafios

- 1) Qual(is) atividade(s) provoca(m) impactos e que influencia na obtenção dos recursos naturais no território quilombola?

- 2) Quais os principais problemas enfrentados para realizar as práticas extrativistas?

- 3) Na sua visão, as suas atividades ocasionam problemas no ambiente?
() Sim () Não. Se sim, qual(is)?

- 4) O(a) senhor(a) pratica alguma ação que possa proteger os locais de obtenção de recursos naturais?

() Sim () Não. Em caso afirmativo, qual(is)?

- 5) No seu ponto de vista, em termos de melhorias o que os gestores poderiam fazer para favorecer suas atividades?

VII – Cartografia Social

- 1) Para o (a) senhor (a), o que é um mapa?

- 2) Qual o objetivo de um mapa?

- 3) Já ouviu falar em Cartografia Social?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, para o (a) senhor (a), o que é cartografia social?

- 4) Como é ou deve ser realizada a Cartografia Social?

- 5) O que é representado na Cartografia Social?

- 6) Na sua opinião, qual o objetivo da Cartografia Social para a comunidade?

- 7) Qual a importância do resultado final proporcionado pela Cartografia Social para a sua realidade na comunidade?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturado para os atravessadores

- 1) Há quanto tempo atua na comunidade enquanto atravessador?

- 2) O senhor atua apenas em Brejo Grande? Em caso de outras localidades, quais?
(☐)Sim (☐)Não

- 3) Como ocorre o processo de compra do pescado?

- 4) A compra se dá:
(☐) Diariamente (☐) Semanalmente (☐) Mensalmente
- 5) A compra é realizada:
(☐) Individualmente (☐) Coletivamente
- 6) O senhor possui um grupo de pescadores específico que entrega a produção obtida? Por quê?

- 7) O senhor disponibiliza algum apetrecho ou instrumento de pesca para o pescador caso não possua? Em caso afirmativo, qual(is)?

- 8) Em caso de defeito do apetrecho cedido, o senhor desconta o valor no momento da compra? Por quê?
(☐)Sim (☐)Não

- 9) Há divergências de preço pelos pescadores em relação ao que é ofertado pelo atravessador? Por quê?
(☐)Sim (☐)Não

- 10) O que acontece caso o pescador não cumpra o compromisso de entregar a produção ao senhor?

- 11) Quais são os pontos positivos e negativos da relação com os pescadores diante da comercialização do pescado?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____

estou sendo convidado (a) por Gênisson Lima de Almeida, brasileiro, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Rede PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe, a participar da pesquisa intitulada “Estratégias de (Re)Existência das comunidades quilombolas da Resina e do Saramém, em Brejo Grande/SE”.

O benefício relacionado com a colaboração dos participantes nesta pesquisa é de analisar as vulnerabilidades e potencialidades socioambientais dos pescadores artesanais e marisqueiras no território quilombola no povoado Saramém e na Resina, zona rural de Brejo Grande/SE, bem como analisar, por meio de seus relatos, as formas em que as comunidades quilombolas utilizam seus saberes tradicionais na obtenção dos recursos naturais em relação a sustentabilidade, os entraves vividos por essas comunidades e as propostas que podem ser desenvolvidas que assegure-as no território, de modo a conservar sua identidade e produzir cultura.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa se caracterizam pela natureza qualitativa, baseada na história oral e contexto de vida das comunidades quilombolas do Saramém e da Resina, em Brejo Grande/SE, a qual foi desenvolvida por meio da pesquisa de campo, com a finalidade de estabelecer e conhecer a realidade dessas comunidades no território quilombola. Serão aplicadas entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e aplicação da cartografia social, a partir de oficinas para maior detalhamento dos elementos e relações vivenciados pelas comunidades quilombolas. Para o uso de imagens e informações dadas pelos participantes foi assinado o TCLE pelo pesquisador e entrevistados.

Esta pesquisa pode oferecer riscos de ordem psicológica, relacionado ao desconforto e até mesmo estresse pela abordagem do pesquisador, ou constrangimento, devido à exposição do pensamento do participante ao pesquisador e orientador. Contudo, foi estabelecido prazo longo para respostas as perguntas das entrevistas, e o cuidado para não fazer cobranças indevidas.

Os participantes terão direito a indenização, caso sofram qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa pelo pesquisador, do patrocinador e também das instituições envolvidas nas fases da pesquisa, conforme estabelece a Resolução CNS nº 466 de 2012, itens IV.3 e V.7.

Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre o objetivo do estudo e os resultados positivos ou negativos somente foram obtidos após a sua realização. Haverá ressarcimento aos participantes em relação a transporte e alimentação, caso haja deslocamento dos mesmos.

Estou ciente de que minha privacidade foi respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, mantendo em sigilo. O anonimato dos participantes dar-se-á por meio de códigos. Exemplo: Participante ABC. Autorizo o doutorando Gênisson Lima de Almeida a utilizar alcunhas por mim escolhidas. Também fui informado(a) de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Gênisson Lima de Almeida, Jailton de Jesus Costa (Professor Doutor e Orientador/Universidade Federal de Sergipe e do Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS) e com eles poderei manter contato pelos telefones (79) 999317897/(79) 999817561, respectivamente.

Em caso de esclarecer dúvidas, fazer reclamações ou denúncia, o participante pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, localizado na Rua Cláudio Batista s/nº, Bairro Sanatório – Aracaju CEP: 49060-110 – SE. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br Telefone e horários para contato: (79) 3194-7208 – Segunda a Sexta-feira das 07 às 12h.

Uma via do TCLE ficará com o participante devidamente assinada pelo pesquisador e todas as páginas serão rubricadas pelo mesmo.

Declaro que é assegurada a entrevistada o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

São Cristóvão, de de 2022.

Assinatura do(a) participante(a)

Assinatura do Pesquisador

ANEXOS

Anexo A – Aprovação da pesquisa no CEP

Portal do Governo Brasileiro

Plataforma Brasil

[Público](#) [Pesquisador](#) [Alterar Meus Dados](#)

GENISSON LIMA DE ALMEIDA - Pesquisador | V3.2

Sua sessão expira em: 31min 15

[Cadastros](#)

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Identidade, Saberes e Cultura: Vulnerabilidades socioambientais das comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE
 Pesquisador Responsável: GENISSON LIMA DE ALMEIDA
 Área Temática:
 Versão: 2
 CAAE: 50787021.0.0000.5546
 Submetido em: 09/02/2022
 Instituição Proponente: Universidade Federal de Sergipe
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1722408

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
- Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2 - Pendência Documental (PO) - Versão 2 - Documentos do Projeto - Brochura Pesquisa - Submissão 8 - Comprovante de Recepção - Submissã - Declaração de concordância - Submiss - Folha de Rosto - Submissão 8 - Informações Básicas do Projeto - Subm				



 Chat

Anexo B – Produção Científica durante o Curso de Doutorado

Artigos

- 1 - Análise da Influência da Sazonalidade e da Localização na Composição das Águas do Canal de Macrodrenagem: Estudo de Caso em uma capital Litorânea - Revista Caderno Pedagógico (Online);
- 2 - Cartografia Social e Quilombos Pesqueiros no Baixo São Francisco: o caso da comunidade Bongue, Ilha das Flores, Sergipe - Mares: Revista de Geografia e Etnociências;
- 3 - Pesca artesanal, políticas públicas e a pandemia de COVID-19: Desafios para as comunidades costeiras de Sergipe - Revista Brazilian Journal of Development
- 4 - Desertificação Socioambiental em Espaços Urbanos - Revista Brazilian Journal of Development.

Capítulos de livro

- 1 - Conservação e Ocupação do Território no Baixo São Francisco, Sergipe - Livro Gestão, Saúde e Educação Ambientais;
- 2 - Conflitos socioambientais que interferem nas atividades extrativistas das comunidades tradicionais em Estância e Indiaroba, Sergipe - Livro Terra- A Saúde ambiental para a vitalidade do Planeta.
- 3 - Conflitos territoriais e modos de apropriação dos recursos naturais no município litorâneo de Brejo Grande/SE - Livro Unidades de Conservação e Comunidades Tradicionais: Desafios da sobrevivência dos espaços e identidades.
- 4 - Desafios da pesca artesanal sergipana em tempos de pandemia - Livro Águas de Sergipe: Meandros Interdisciplinares.
- 5 - A vida no rio-mar: Potencialidades e limitações da pesca artesanal no município de Brejo Grande/SE - Livro Águas de Sergipe: Meandros Interdisciplinares.

Resumos em anais

1 - O Rio São Francisco sob a Ótica do Desenvolvimento Sustentável no Semiárido Brasileiro: Uma revisão de Literatura - Evento 10º Seminário Internacional de Convivência com o Semiárido;

2 - O Desenvolvimento Sustentável e o Semiárido Brasileiro: Uma revisão de literatura - Evento 10º Seminário Internacional de Convivência com o Semiárido

Aprovação em Processos Seletivos

1 - Aprovação no Processo Seletivo Simplificado de nº 002/2023 para o cargo de Professor Substituto no Colégio de Aplicação (CODAP) da UFS para a disciplina Geografia.